

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-graduação em Linguística

Doutorado em Linguística

**A multifuncionalidade sintática e semântico-discursiva do *sem* em
estruturas hipotáticas adverbiais: preposição ou conjunção?**

MARTA ANAÍSA BEZERRA RAMOS

JOÃO PESSOA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-graduação em Linguística

Doutorado em Linguística

A multifuncionalidade sintática e semântico-discursiva do *sem* em estruturas
hipotáticas adverbiais: *preposição* ou *conjunção*?

MARTA ANAÍSA BEZERRA RAMOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos (PROLING) da Universidade
Federal da Paraíba, Área de concentração Teoria e Análise
Linguística, como requisito para a obtenção do Título de
Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Rosa Silva

JOÃO PESSOA

2015

R175m Ramos, Marta Anaísa Bezerra.

A multifuncionalidade sintática e semântico-discursiva do *sem* em estruturas hipotáticas adverbiais: preposição ou conjunção? / Marta Anaísa Bezerra Ramos.- João Pessoa, 2015.

262f.

Orientador: Camilo Rosa Silva

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHL

1.Linguística. 2.Hipotaxe adverbial. 3.Preposição.
4.Conjunção. 5.Recategorização sintático-semântica.
6.Funções textuais-discursivas.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

**A multifuncionalidade sintático-semântica do *sem* em estruturas hipotáticas adverbiais:
*preposição ou conjunção?***

Marta Anaísa Bezerra Ramos

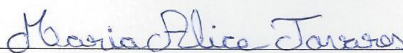
Tese de Doutorado submetida à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em linguística.

Data 31 / 03 / 2015

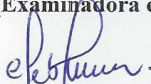
BANCA EXAMINADORA



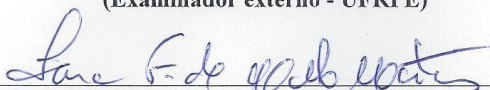
Prof. Dr. Camilo Rosa Silva
(Orientador – PROLING/UFPB)



Prof. Dra. Maria Alice Tavares
(Examinadora externa - UFRN)



Prof. Dr. Cleber Ataíde
(Examinador externo - UFRPE)



Profa. Dra. Iara Ferreira Martins
(Examinadora externa - UEPB)



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
(Examinador interno – PROLING/UFPB)

Prof. Dr. Roberto Carlos Assis
(Suplente externo - UFPB)

Prof. Dr. Rubens Marques Lucena
(Suplente interno – UFPB)

Ao meu pai (*in memoriam*)

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade¹

¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião – 10 livros de poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

AGRADECIMENTOS

No decurso desses quatro anos de dedicação ao doutorado, algumas atividades ficaram em segundo plano, e pessoas queridas – familiares e amigos – não tiveram a atenção merecida. Ao mesmo tempo, contei com a compreensão dessas pessoas, e ouvi palavras de encorajamento. Uso esse espaço para agradecer e compartilhar com todos a alegria de alcançar esse grandioso objetivo.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por reger todas as minhas ações e atitudes e me dar a serenidade necessária para concretizar esse projeto em meio a tantas tribulações vivenciadas. E também...

Aos meus pais, pelo incentivo, acreditando que eu conseguiria realizar esse desejo e por se alegrarem com minhas conquistas. Durante um ano e meio, meu pai presenciou minhas atividades e participou de algumas delas, acompanhando-me, com imensa satisfação, em várias viagens de Campina a João Pessoa. Com certeza, essa conquista o faria mais feliz.

A Lourdes, minha cunhada e amiga de longa data, pelo apoio constante, paciência e por dividir comigo os cuidados com a minha mãe, permitindo que eu assistisse às aulas e às orientações com tranquilidade.

A Valdemir, meu irmão, pela presteza em todas as horas que dele precisei.

A Camilo Rosa, meu orientador, pela tranquilidade com que acompanhou todas as etapas deste trabalho, pelos questionamentos que me fizeram refletir sobre o tema, pelo cuidado na leitura e sugestões apresentadas; pela confiança em mim depositada, o que me fez ter mais interesse pelo trabalho; e pela amizade que foi sendo cultivada.

Ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, por ser favorável ao meu afastamento das atividades de ensino, concessão sem a qual seria extremamente difícil cumprir os requisitos do curso de doutorado nos prazos estabelecidos.

Às professoras Mônica Trindade, Leonor, Luciene e Betânia, do Programa de Pós-graduação em Linguística, pela seriedade e pela ótima condução das aulas cujos conteúdos resgatei seja na elaboração do trabalho da primeira qualificação seja na elaboração da tese.

Aos professores Pedro Farias Francelino e Romerito Silva, agradeço pela leitura criteriosa do trabalho, quando da participação da banca de qualificação, cujas recomendações foram de grande valia para uma releitura e, conseqüentemente, para o melhoramento do texto.

Aos professores Cléber Ataíde, Pedro Francelino, Maria Alice Tavares, Iara Martins, Roberto Carlos Assis e Rubens Lucena, por aceitarem compor a banca de defesa da tese.

A Francielho, Hugo, Cleber, Francisca Melo, Daniely, Joelma e Ana Cláudia, colegas de disciplinas que se tornaram amigos, pelos momentos agradáveis vivenciados na Universidade, nos congressos; e pelas palavras de incentivo, que nos tranquilizam e nos dão ânimo.

Às amigas que reencontrei ao iniciar o curso, Fabiana e Francineide, pela atenção, pelo carinho e também pelas conversas nas quais trocamos conhecimentos sobre sintaxe e opiniões sobre os dados da pesquisa.

Às amigas, e colegas de trabalho, Amasile, Ana Lúcia, Neuma, Tânia, Francisca Eduardo, Alfredina, Lourdinha, Simone, além de Dalva e Iara, que ingressaram junto comigo no doutorado e com as quais compartilhei as inquietações do curso; a todas agradeço pela cooperação, incentivo e disponibilidade em me ouvir nos momentos de angústia; pelas caronas e pelos momentos de descontração, nos encontros, à tardinha, para tomar um café.

A Marcos Agra, meu ex-professor, na graduação e na especialização, pelas brilhantes aulas de sintaxe, que me despertaram o gosto pelo assunto.

A Shashi, por quem tenho grande admiração, pelo carinho, solidariedade e gentileza constantes.

A Jacinta, de quem me tornei cada vez mais próxima, ao reencontrá-la no doutorado, pela amizade, pelo tempo despendido em ouvir minhas conjecturas em relação à categorização dos dados da pesquisa, e também minhas lamentações do dia a dia, pela preocupação com o meu bem-estar, por me acolher tão bem em João Pessoa e por suas palavras de otimismo.

A Valberto, ex-aluno e amigo, por sempre me receber tão bem na secretaria do PROLING.

A minha prima Luzinete, por sempre torcer para que meus projetos sejam bem sucedidos. A todos vocês, reitero: “Muito obrigada!”.

RESUMO

Esta tese analisa a função de duas formas gramaticais que promovem a articulação oracional via hipotaxe adverbial, mecanismo de conexão textual caracterizado por estabelecer relações lógico-semânticas, sinalizando as intenções comunicativas dos usuários da língua. Essas formas gramaticais – **sem** e a perífrase conjuntiva **sem que** – estão acomodadas em classes gramaticais distintas: *preposição* e *conjunção* respectivamente, devido a convenções da gramática, que atribui à primeira a função de transpor um sintagma nominal a adjunto adnominal ou adverbial, no nível da oração; e à segunda, de transpor uma oração absoluta para uma nova estrutura no interior da qual ocupa o lugar de constituinte, assumindo, dentre outras funções, a de adjunto adverbial, sob a forma de oração. Nessa perspectiva, abordo a recategorização sintática e semântica da preposição citada, defendendo que esta se configura como *conjunção* não só quando integra a perífrase conjuntiva, mas diante de verbo na forma infinitiva, formando orações reduzidas de infinitivo. Tomando como suporte a Teoria Funcionalista, que analisa os princípios que governam o uso natural da língua, discuto as motivações cognitivas e interacionais que pressionam a mudança; particularmente quando do tratamento do processo de gramaticalização, recorro à vertente do Funcionalismo Norteamericano, para explicar a flutuação categorial e semântico-discursiva experimentada por esse item linguístico. Da observação dos dados, depreendo padrões de uso típicos da estrutura oracional reduzida e da desenvolvida, ressaltando-se que nem sempre as duas estruturas são intercambiáveis. O *corpus* a partir do qual inventario as propriedades sintáticas e semântico-pragmáticas dos transpositores sob investigação, correlacionando às funções textual e interpessoal, constitui-se de textos da esfera argumentativa – artigos de opinião, editoriais e entrevistas de periódicos semanais. Concluo que, embora a preposição **sem** não introduza termos argumentais, daí integrar o rol das preposições medianamente gramaticalizadas, é suscetível à mudança, exibindo uma diversidade de matizes semânticos à semelhança das conjunções.

Palavras-chave: hipotaxe adverbial; preposição; conjunção; recategorização sintático-semântica; funções textuais-discursivas

ABSTRACT

This thesis analyzes the function of two grammatical forms which bring about the articulation of sentences through adverbial hypotaxis, a mechanism of textual connection characterized by the establishment of semantic-logical relationships, signaling the communicative intentions of the users of the language. These grammatical forms – **sem**(without) and the conjunctive periphrase **semque** (unless) - are placed in distinct grammatical classes: *preposition* and *conjunction* respectively, due to grammatical conventions. These conventions attribute to the first term, the function of transposing a nominal syntagm into an adnominal or adverbial adjunct within the sentence; and to the second, that of transposing an absolute sentence to a new structure, within which it occupies the position of a constituent, taking up, among other functions, that of the adverbial adjunct, under the form of a sentence. In this perspective, I address the syntactical and semantic re-categorization of the above mentioned preposition, defending the view that it figures as a *conjunction* not only when it is part of the conjunctive periphrase, but also in the presence of the verb in the infinitive form, forming reduced infinitive sentences. Using Functional Theory, which analyzes the principles which govern the natural use of language, I discuss the cognitive and interactional motivations which cause the change. With specific reference to the treatment of the process of grammaticalization, I have used the North American branch of Functionalism to explain the fluctuation of category and semantic and discursive fluctuations experienced by this linguistic item. From the observation of data, I have deduced patterns of typical uses of reduced as well as highly evolved sentence structures, emphasizing that these two structures are not always interchangeable. The *corpus* from which I inventory the syntactic, semantic and pragmatic properties of the transposers under investigation, correlating textual and interpersonal functions, is constituted by texts from the argumentative sphere- articles of opinion, editorials and interviews from weekly magazines. I conclude that though the preposition **sem** does not introduce argumentative terms, it belongs to the list of prepositions which are moderately grammaticalized, and is susceptible to change, exhibiting a diversity of semantic nuances similar to conjunctions.

Key Words: adverbial hypotaxis; preposition; conjunction; syntactic and semantic re-categorization; textual-discursive functions

RESUMO

Esta tesis analiza la función de dos formas gramaticales que promueven la articulación a través de la hipotaxis adverbial, mecanismo de conexión textual que se caracteriza por el establecimiento de relaciones lógico-semánticas, señalando las intenciones comunicativas de los usuarios de la lengua. Estas formas gramaticales - sin y la perífrasis conjuntiva sin que - se alojen en diferentes clases gramaticales: preposición y conjunción respectivamente, debido a las convenciones gramaticales, lo que da a la primera, la función de transponer un sintagma nominal a un adjunto adnominal o adverbial, a nivel de la oración; y la segunda, de transponer una oración absoluta para una nueva estructura dentro de la cual ocupa el lugar de constituyente, asumiendo, entre otras funciones, la de adjunto adverbial, bajo la forma de oración. Desde esta perspectiva, foco la recategorización sintáctica y semántica de la preposición citada, defendiendo que esta se configura como un conjunción, no sólo como integra la perífrasis conjuntiva sino delante del verbo en infinitivo, formando oraciones reducidas de infinitivo. Tomando como eje la teoría funcionalista, que analiza los principios que rigen el uso natural de la lengua, discuto las motivaciones cognitivas e interaccionales que impulsan el cambio; en particular cuando del tratamiento del proceso de gramaticalización, recorro a la vertiente del Funcionalismo norteamericano, para explicar la fluctuación categórica y semántico-discursiva experimentada por este item lingüístico. Observando los datos, deprendo los patrones de uso típicos de la reducida estructura y de la desarrollada, subrayando que no siempre las dos estructuras son intercambiables. El corpus a partir del cual inventario las propiedades sintácticas y semántico-pragmáticas de los transposidores investigados, correlacionándolos a las funciones textuales e interpersonales, se compone de textos de la esfera argumentativa - artículos de opinión, editoriales y entrevistas de periódicos semanales. Concluyo que, a pesar de que la preposición no introduzca términos de argumentación, por lo tanto, integrar el rol de las preposiciones medianamente gramaticalizadas, es susceptible de cambiar, mostrando una diversidad de matices semánticos semejantes a la de las conjunciones.

Palabras clave: hypotaxis adverbial; preposición; conjunción; recategorización sintáctico-semántica; funciones textuales-discursivas

LISTA DE QUADROS

Quadro (01): Constituição do <i>corpus</i> : ocorrências de sem que + verbo finito e sem + (SN/SAdv) + infinitivo	31
Quadro (02): Definições das classes relacionais – preposição e conjunção	84
Quadro (03): Categorização semântica dos transpositores sem e sem que em algumas gramáticas.....	132
Quadro (04): Propostas de agrupamento das orações adverbiais por afinidade de sentido .	149
Quadro (05): Tipologia dos verbos quanto aos valores semânticos	179
Quadro (06): Configuração sintática das adverbiais reduzidas introduzidas pelo sem	229
Quadro (07): Configuração sintática das adverbiais desenvolvidas introduzidas pela locução sem que	230

LISTA DE TABELAS

Tabela (01): Contextos estruturais da oração reduzida : descrição e frequência	108
Tabela (02): Contextos estruturais da oração desenvolvida : descrição e frequência	109
Tabela (03): Tipologia semântica dos verbos da oração matriz nas estruturas em que se estabelece relação de modo	181
Tabela (04): Quantificação das orações introduzidas por sem que + verbo finito : categorias semânticas “puras”	191
Tabela (05): Quantificação das orações introduzidas por sem + [SN/SAdv.] + infinitivo : categorias semânticas “puras”	191
Tabela (06): Quantificação das orações introduzidas por sem que e sem + [SN/SAdv.] infinitivo : categorias “amalgamadas”	191
Tabela (07): Distribuição das orações reduzidas conforme a ordem de ocorrência	198
Tabela (08): Distribuição das orações desenvolvidas conforme a ordem de ocorrência ...	198
Tabela (09): Ordem de ocorrência das orações reduzidas por categorias semânticas	203
Tabela (10): Ordem de ocorrência das orações desenvolvidas por categorias semânticas .	203
Tabela (11): Ordem de ocorrência das orações reduzidas e desenvolvidas por matizes semânticos (sentido ambíguo)	203
Tabela (12): Relação entre ordem e estatuto informacional: orações reduzidas	207
Tabela (13): Relação entre ordem e estatuto informacional: orações desenvolvidas	207
Tabela (14): Matizes semânticos das orações reduzidas e sua relação com a ordem e estatuto informacional	210
Tabela (15): Matizes semânticos das orações desenvolvidas e sua relação com a ordem e estatuto informacional	211
Tabela (16): Frequência de sintagmas com função de nomeação, unidade cristalizada e com função argumental	231
Tabela (17): Categorização dos tipos de sujeito na oração reduzida	234
Tabela (18): Categorização dos tipos de sujeito na oração desenvolvida	234
Tabela (19): Categorização dos tipos de sujeito nas orações reduzida e desenvolvida ...	235
Tabela (20): Relação das partículas que enfatizam a noção de contraste	239
Tabela (21): Frequência de uso dos transpositores sem/sem que conforme matizes semânticos	242
Tabela (22): Frequência das orações indicativas de relevo	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Situando o objeto de estudo – palavras relacionais – no campo investigativo das classes gramaticais	15
1. Demarcando o objeto sob investigação	19
2. Questões, hipóteses e objetivos da pesquisa.....	25
3. A condução da pesquisa	29
4. O percurso teórico.....	33
5. A organização da tese.....	36

CAPÍTULO I

A abordagem teórica: visão panorâmica.....	39
1. Sobre o funcionalismo	39
1.1 Sincronia, diacronia e pancronia: perspectivas de observação da língua.....	41
1.2 Sobre o cognitivismo	44
1.3 Pontos de contato entre as teorias Funcionalista e Cognitivista: as noções de <i>prototipicidade</i> , de <i>icononicidade</i> , de <i>metáfora</i> e de <i>metonímia</i>	50
1.3.1 Sobre a noção de <i>prototipia</i>	51
1.3.2 Sobre a noção de <i>iconicidade</i>	53
1.3.3 Sobre as noções de <i>metáfora</i> e <i>metonímia</i>	55
1.4 Gramaticalização: noções básicas	60
1.4.1 Gramaticalização de itens conjuncionais e de orações	69

CAPÍTULO II

A articulação oracional: o papel das preposições e conjunções	75
--	-----------

2. Processos combinatórios de sentenças: breve descrição	80
2.1 A hipotaxe adverbial: caracterização sintática e semântico-funcional	80
2.2 Um pouco de teoria: revisando algumas definições das classes relacionais	83
2.3 Traços caracterizadores das classes: preposição e conjunção.....	110
2.4 Preposições e/ou conjunções: testando os critérios de identificação categorial.....	117
2.4.1 Critério I – inversibilidade	118
2.4.2 Critério II – elemento externo à oração	123

CAPÍTULO III

Preposições e conjunções: considerações sobre a categorização semântica	127
3. Classificação semântica dos conectores sem e sem que sob o olhar de alguns gramáticos.....	132
3.1 Categorização semântica das preposições: a visão de Ilari et al. (2008) e de Castilho (2009)	138
3.2 Categorização semântica das conjunções: diferentes tendências de abordagem	144
3.3 Relações semânticas estabelecidas entre as cláusulas matriz e adverbial por meio das construções sem que + verbo finito ou sem + (SN/SAdv.) + verbo no infinitivo	153
3.3.1 <i>Relação de contrajunção</i>	157
3.3.2 <i>Relação de causalidade</i>	164
3.3.2.1 <i>Relação de condição</i>	165
3.3.2.2 <i>Relação de causa (strictu sensu)</i>	168
3.3.2.3 <i>Relação de consequência</i>	169
3.3.3 Relação de modo.....	172
3.3.4 Relação de adição.....	182
3.4 Relações adverbiais: uma síntese.....	187

CAPÍTULO IV

Hipotaxe adverbial: fatores condicionantes da mobilidade posicional das cláusulas introduzidas pelos transpositores <i>sem/ sem que</i>	193
--	-----

4. Breves considerações sobre fluxo informacional e ordenação de constituintes.....	196
---	-----

4.1 As noções de dado e novo.....	204
-----------------------------------	-----

4.2 Fluxo de atenção e sua relação com as noções de figura e fundo	212
--	-----

4.2.1 Orações adverbiais e o planejamento discursivo: funções textuais-discursivas do Plano discursivo <i>fundo</i>	215
---	-----

CAPÍTULO V

O processo de gramaticalização do item gramatical <i>sem</i>: de preposição a conjunção...	227
---	-----

5. A recategorização sintático-semântica.....	228
---	-----

5.1 Os transpositores <i>sem/sem que</i> : descrição das propriedades formais	229
--	-----

5.2 Recategorização semântica dos transpositores <i>sem/sem que</i> : motivações cognitivas e interacionais	237
--	-----

CONCLUSÃO	248
------------------------	-----

REFERÊNCIAS	251
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Situando o objeto de estudo – palavras relacionais – no campo investigativo das classes gramaticais

Por meio da pergunta formulada no título desta tese, que aponta para a análise do estatuto categorial do item **sem**, convido o leitor para uma discussão mais ampla, que diz respeito à fluidez de categorias (ou classes) gramaticais, fenômeno que envolve muitos itens do inventário da língua, sobretudo os adverbiais.

A classificação das palavras tem sido fonte de discussões de gramáticos e de linguistas vinculados às mais diversas perspectivas teóricas, e, uma vez que os critérios (seja mórfico, sintático ou semântico) adotados pelos diferentes autores para organizar as classes variam, consequentemente elementos classificados, na visão de um autor, como pertencentes a uma classe, são inseridos em uma classe distinta na abordagem de outro autor. A falta de homogeneidade é uma consequência natural, dado que, na busca de compreender o funcionamento da língua, diferentes são os focos de observação.

Neste momento, tendo como propósito chamar a atenção para a proximidade entre as classes das preposições e das conjunções, faço uma breve incursão no estudo realizado por Barreto (1999) sobre o processo de gramaticalização das conjunções do português, particularmente no espaço reservado em sua tese para situar a classe das conjunções no conjunto das classes; paralelamente, a razão de alguns desencontros no processo classificatório vai sendo elucidada.

Barreto (op.cit.), ao traçar um percurso dos estudos relativos à classificação das palavras, esclarece, ancorada em Robins (1979, p. 27), que a distribuição das palavras em classes oscila de acordo com a evolução dos estudos gramaticais. Tais estudos, cujos precursores são os pensadores gregos, podem ser sistematizados em três períodos: “a) o que se iniciou com os filósofos pré-socráticos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles; b) o período dos estóicos; c) o período dos Alexandrinos” (BARRETO, op. cit., p.143).

Assim, os gregos, a princípio, têm o interesse em depreender, nos vocábulos, modelos flexionais; Platão, no intento de compreender a origem da linguagem, investiga a relação entre as palavras e o seu conteúdo semântico, sendo o primeiro a identificar na oração um elemento nominal e outro verbal, ou seja, a noção de predicação, daí identificar duas

classes – a dos nomes e a dos verbos, incluindo nesta última os adjetivos; Aristóteles, por sua vez, acrescenta a essas duas classes, a das conjunções, que abarca, além de itens conjuncionais, os pronomes, os artigos e as preposições, agrupamento fundamentado na observação de um traço comum a todas essas formas – a função conectiva. Os estóicos, de outro modo, recusando a ideia de uma palavra ser detentora de um único sentido, vinculam o sentido ao contexto em que a palavra está inserida; considerados precursores dos estudos gramaticais propriamente ditos, estabelecem a distinção entre os elementos de conexão (conjunções e preposições) e os artigos. Já no período Alexandrino, Dionísio de Trácia, autor da mais antiga gramática que marca a Escola de Alexandria, distingue oito classes de palavras, e na sua proposta, classes como conjunções, preposições, pronomes e artigos constituem classes autônomas.

Dando um salto sobre as gramáticas latinas, a exemplo das gramáticas de Varrão (séc. I a.C.), Donato e Prisciano (séc. IV e VI d. C.) e nas primeiras gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), que seguem a linha das gramáticas Greco-romanas, uma mudança significativa se dá na primeira metade do século XX, conforme Barreto (1999), em virtude da influência da corrente Estruturalista. Nessa fase, marcada pelos estudos dos constituintes imediatos, em que se depreendem os sintagmas (SN, SA, SV, SAdv., e SP), a conjunção é vista como elemento de conexão, não constituindo sintagma, dada a sua função de estabelecer relação entre sintagmas ou sentenças.

Na segunda metade do século XX, os gerativistas, considerando ineficiente o modelo dos constituintes imediatos para explicar determinadas estruturas linguísticas, mudam o foco de atenção, voltando-se para o estudo da competência linguística; e, no campo das classes de palavras, as análises vão se afastando dos estudos vinculados à tradição greco-latina. Desse modo, parafraseando Barreto (op. cit.), a classificação das palavras irá privilegiar um critério de análise – seja o semântico, o morfológico ou o sintático –, conforme as diferentes perspectivas de abordagem, a da gramática normativa, a estrutural e a gerativa, respectivamente.

Entre as conclusões a que chega Barreto (1999, p.163), uma especificamente sobre as conjunções é de que “as conjunções foram, desde o início, classificadas como elementos de ligação, inicialmente ao lado das preposições, pronomes e artigos e, por fim, apenas ao lado das preposições como elementos de conexão de palavras ou sentenças”.

Até aqui foi evidenciado o modelo de classificação seguido pela tradição gramatical, em que os elementos vão se acomodando às classes com base nas semelhanças entre conjuntos de traços morfossintáticos e semânticos, sendo evidenciado também que essa

organização não é homogênea. Por outro lado, é preciso destacar que, nas situações reais de uso da língua, ocorrem vários deslizamentos de vocábulos de uma classe para outra, pondo em xeque a visão de que as categorias são discretas; esses desvios não ocorrem de forma abrupta, nem implicam casos de mudança categorial. Esse comportamento das palavras reflete o mecanismo de renovação da língua, aspecto que é explicado pela teoria da gramaticalização², um dos campos de estudo da vertente funcionalista, como extensão de função.

Significa dizer que itens pertencentes a uma classe apresentam um conjunto de traços que conduz ao enquadramento em uma determinada categoria, mas podem compartilhar certos traços que seriam típicos de itens de outra classe. Trata-se dos casos fronteirícios, servindo como exemplo a preposição, que, ao lado da função de ligar sintagmas nominais, liga sintagmas oracionais, uma propriedade que se reflete em um contexto específico de uso – nas estruturas oracionais reduzidas de infinitivo – e que a caracteriza como conjunção. Essa segunda função da preposição **sem**, que configura um uso especializado, é aqui objeto de investigação.

Cabe agora revelar o fato gramatical que desencadeou o questionamento inicial: preceituam as gramáticas que, diante de uma oração iniciada pela forma gramatical **sem que**, seguida de verbo na forma finita (oração desenvolvida), identifica-se como responsável pela conexão uma *conjunção*; de outro modo, face a uma oração encabeçada pelo **sem**, acompanhada de verbo no infinitivo (forma verbinominal), a função conectiva é estabelecida pela *preposição*.

A pergunta exposta no título da tese estaria respondida, ou seja, que o **sem** é um dos componentes da classe das preposições, não fosse o fato de esse item gramatical, nas estruturas reduzidas, ocupar o lugar de conjunção, constituindo-se como tal. Mas a tradição dos estudos gramaticais, para garantir a legitimidade de que só conjunção liga orações, admite que preposições antecede sentenças reduzidas, porém, por conceber que a forma verbinominal não se comporta como verbo pleno, mantém o postulado de que preposição antecede sintagma nominal, de modo que o **sem** só é visto como item *conjuncional* quando integrado ao QUE na locução conjuntiva.

² É oportuno esclarecer que a gramaticalização também é uma área de interesse de pesquisadores vinculados à vertente gerativa; Jânia Ramos e Lorenzo Vitral (2006), por exemplo, tomando por base um modelo formal denominado Programa Minimalista, discutem as propriedades caracterizadoras desse processo e defendem que a Teoria Gerativa, por ter desenvolvido um relevante estudo sobre a distinção entre categorias lexicais e gramaticais, pode servir de quadro teórico para diagnosticar a natureza lexical ou gramatical de itens linguísticos.

Por outro lado, assumindo que a presença de termos argumentais (sujeito e complementos) confere à forma verbinominal caráter de verbo pleno, como argumentam Azeredo (2000) e Bechara (1999), a posição aqui adotada é a de que, apesar de a função relacional ser tipicamente exercida pela conjunção, também a preposição, ao anteceder sentença, assume esse papel, o que conduz à concepção de que a preposição **sem** se recategoriza como conjunção, independentemente da presença do QUE. Portanto, o item gramatical em estudo transita em duas categorias, fenômeno de flutuação categorial que encontra explicação na teoria dos protótipos, resgatada pelos estudos funcionalistas.

Que as classes não são fixas ou discretas já não constitui tanta novidade. O novo na abordagem do **sem** é a possibilidade de mostrar que, embora esta não seja uma preposição introdutora de argumento, como o são as preposições **a, de, em, com...**, que são mais gramaticalizadas, ela também se reveste de múltiplas funções sintáticas e semânticas, confirmando que elementos de classes fechadas também são propensos à variação. Além do que, uma das justificativas para o não aprofundamento do estudo dessa forma linguística é a manutenção do sentido primário, no caso o de negação/ausência. Nos dados sob investigação, pelo contrário, esse conector³ exibe sentidos diversos.

As estruturas focalizadas nesta pesquisa, presentes em textos de teor argumentativo da modalidade escrita formal, correspondem ao mecanismo de articulação denominado *hipotaxe adverbial*, estruturas que, embora envolvam a combinação de elementos de natureza distinta, ao contrário da subordinação, não estabelecem uma relação de *constituência*, mas relações *lógico-semânticas*. Na amostra selecionada para análise, no caso, gêneros da esfera jornalística, sobressaem as estruturas reduzidas, que, normalmente, são parafraseadas por uma estrutura desenvolvida; mas é oportuno ressaltar que algumas ocorrências restringem a permuta. Se nem sempre as orações reduzidas de infinitivo e as desenvolvidas são intercambiáveis, é porque cada qual tem suas especificidades, revelando que ora o sistema linguístico ora fatores de ordem semântica ou interacional determinam a forma dos enunciados.

³ Utilizo, aqui, o termo *conector* em sentido amplo, aplicando-se a expressões que estabelecem a conexão tanto no domínio da coordenação quanto no da subordinação. Só em sentido estrito pode-se opor *conector* a *transpositor*, sendo este segundo termo aplicado exclusivamente aos itens subordinativos.

Chegando ao fim dessas considerações preliminares ressalto que pesquisas realizadas em torno das cláusulas adverbiais⁴ têm enfatizado seu importante papel tanto na organização da coerência textual, que ultrapassa o plano da sentença, quanto na orientação discursiva. Em síntese, na pesquisa que busco empreender, atendo-me à análise de duas formas gramaticais que estabelecem conexão textual em dois padrões oracionais – um que se apresenta sob a forma desenvolvida, introduzido pela locução conjuntiva **sem que** e outro, sob a forma reduzida, introduzido pela preposição **sem**. Intento apontar os fatores (estruturais e textuais-discursivos) condicionantes da sua multissignificação, tendo em vista a necessidade de fazer ver a estreita relação entre as escolhas linguísticas e os efeitos de sentido promovidos por uma forma gramatical.

Na sequência, passo à demarcação do campo de investigação, como forma de situar o leitor quanto ao objeto de estudo, às questões que motivaram a pesquisa, às hipóteses cogitadas e às pretensas metas a alcançar, como também à vertente teórica em que se ancora a análise dos dados e os procedimentos adotados para a operacionalização do estudo. Em seguida, esclareço como estão organizados os tópicos temáticos contemplados nos capítulos que compõem a tese.

1. Demarcando o objeto sob investigação

Nesta tese, centro-me na análise de duas formas gramaticais que compartilham a propriedade de estabelecer relações lógico-semânticas entre uma oração nuclear e uma oração de caráter adverbial, a saber: a locução conjuntiva **sem que**, na construção⁵: **sem que + verbo finito no subjuntivo** e a preposição **sem**, na construção: **sem + verbo no infinitivo**, a que **se**

⁴ Refiro-me a trabalhos que põem em relevo as motivações textuais e discursivas para a construção da gramática, por pressuporem que o modo de organização das cláusulas (ou orações), isto é, a sintaxe do período, sofre influência de fatores externos. Trata-se de estudos voltados para a análise das estruturas retóricas (ANTONIO, 2008), as estratégias usadas no processo de retextualização - fusão/desdobramento (DECAT, 2002) e a comparação entre as estruturas oracionais e os diferentes conectores por Silva (2007), entre outros.

⁵ O termo **construção**, na acepção de Gonçalves et al. (2007, p.103), é caracterizado como “uma estrutura maior do que um item, menor que uma oração, muitas vezes não segmentável e por vezes inexplicável quanto à motivação inicial”. Seguindo esse raciocínio, as duas formas gramaticais em estudo se adaptam a essa denominação. Ressalvo que, por estar concebendo a locução **sem que** como uma unidade de sentido, ou seja, como uma conjunção, refiro-me a ela como **item conjuncional**. Por outro lado, em combinações como: “sem falar” ou “sem bater”, “sem abrir mão”, etc., que parecem constituir uma unidade cristalizada, emprego não o termo item, mas “construção”. Convém acrescentar que também utilizo essa denominação como equivalente a *estruturas fixas* ou *modelo oracional fixo*, como é o caso das orações desenvolvidas e reduzidas em estudo, devendo ficar claro que a perspectiva aqui adotada não é a da Gramática de Construções.

pode intercalar tanto um sintagma de base nominal quanto de base adverbial, resultando em **sem + (SN/SAdv.)⁶ + verbo no infinitivo**. Ambas as marcas apresentam, no estágio atual da língua, uma multiplicidade de valores semânticos. Uma vez que faz parte da configuração dessas duas estruturas uma preposição, é oportuno tecer algumas considerações em torno da definição de preposição e, em específico, da preposição **sem**.

O significado do termo preposição é resultante da combinação das palavras *prae* e *positio*, daí a noção de “posicionar à frente” (ILARI et al., 2008, p. 623). Normalmente a preposição se coloca à frente de palavras (verbo, substantivo, adjetivo), mas, conforme os autores, ela também pode reger uma sentença introduzida pelo complementizador “que”, como ilustra o período: “A circular foi mandada **para que** todos se manifestassem”. Além disso, junto a um acompanhante, a preposição forma um constituinte cuja função é de adjunto.

Ao afirmar que a preposição pode posicionar-se à frente de uma sentença, Ilari et al., (op. cit.) destacam uma limitação das definições de preposição, que, concedendo à preposição o papel de relacionar palavras, deixam implícita a noção de que só conjunção liga sentença. Por outro lado, os exemplos fornecidos demonstram o emprego da preposição como constituinte de adjunto da sentença precedente; mas a estrutura formada com a preposição não constitui uma sentença, como revela o exemplo: “Mas será que, na hora em que começa a entrar muito criação do próprio homem, ele não vai anular isso **sem querer?**”. (ILARI, et al., 2008, p. 667) Ou seja, mantém-se a visão de que preposições não ligam sentenças. Nessa situação, a forma *querer* é tomada como palavra lexical⁷, por estar o verbo na forma nominal. Mas, uma vez que se conceda ao infinitivo o estatuto de forma verbal plena, vindo a caracterizar a estrutura oracional, essa visão pode ser contrariada. Esta é a posição aqui assumida – a de que o **sem**, nas estruturas reduzidas, recategoriza-se como conjunção.

⁶ Cumpre esclarecer que embora a estrutura **sem + infinitivo** seja bem mais recorrente, há muitas ocorrências em que aparece um **sintagma** seja **de base nominal** (por exemplo, um sintagma na função de sujeito: ...**sem** o legislativo **funcionar**...) ou **de base adverbial** (que também pode ser representado por um sintagma preposicional: ... **sem**, *de fato*, **entrar** na modernidade) intercalando o item **sem** e a forma **verbinominal**, o que justifica os parênteses para sinalizar esse tipo de sintagma.

⁷ Por *palavra* se entenda, citando Azeredo (2000, p. 69), “uma unidade mínima autônoma dotada de significado”. Nesse caso, tem-se um verbo - *querer*, ou uma **palavra lexical**, dotada de função semântica. Convém esclarecer que no decorrer dos capítulos há referência à preposição como palavra; trata-se, pois, de uma **palavra gramatical** cuja função é estabelecer relações. Do mesmo modo, considero a locução conjuntiva SEM QUE uma palavra gramatical, por se tratar de uma unidade – a conjunção. Embora o conjunto se constitua de dois vocábulos, entendo que o sentido, seja de *condição*, *concessão*, *modo* etc., está cristalizado na unidade, ou no construto.

Antes de esclarecer a etimologia da preposição **sem**, cumpre ressaltar que, embora o estudo aqui realizado não seja de natureza diacrônica, faço referência a estudos dessa natureza, como os de Poggio (2002) e Homero (2009), para explicar o percurso de gramaticalização por que passa essa forma gramatical. Cabe acrescentar que, se o foco de atenção do primeiro estudo são diversas preposições e o do segundo é a comparação do comportamento do item **sem** em relação ao **com**, neste estudo, a preocupação se volta para a descrição dos contextos de ocorrência das formas **sem** e **sem que**, que são formas em competição, na busca de identificar regularidades de uso das estruturas oracionais reduzidas e desenvolvidas, sob os aspectos sintáticos e semântico-discursivos, ampliando, por conseguinte, o estudo dessas marcas e o mecanismo de articulação via hipotaxe adverbial.

Assim, etimologicamente, o item **sem** provém da preposição latina *sine*, que, por sua vez, é formada pelo demonstrativo no caso instrumental *si* junto à partícula de negação *ne* (*ne* + *se* = não com este). Parafraseando, tem-se, de acordo com Romero (2009, p. 547), “em ausência deste”. Advém, por isso, o sentido de exclusão.

Poggio (2002, p. 221), ao tratar do processo de recategorização do **sem**, destaca que essa preposição participa da formação da locução adverbial (*sem dúvida*), da locução conjuntiva (*sem embargo*) e ainda da locução conjuntiva (*sem que*). Neste último caso, ocorre recategorização sintática, porque a preposição passa a relacionar, além de vocábulos, orações; e recategorização semântica, porque passa a assumir novos sentidos, a saber - negação de consequência e condição.

Romero (op. cit.), por sua vez, a partir de um estudo diacrônico do português brasileiro em que focaliza o processo de gramaticalização/lexicalização/semanticização do **sem** em comparação ao **com**, tendo como *corpus* textos dos séculos XV e XIX, explica que a preposição *sine* originou, no português, prefixo, preposição e conjunção. Na condição de *conjunção*, a autora esclarece que, no século XV, esse é um uso restrito em orações reduzidas de infinitivo, surgindo décadas depois a locução conjuntiva **sem que**, fato motivado pela “expansão do uso de *que* como uma espécie de complementizador universal, iniciada no latim vulgar”. Além disso, “desde as primeiras ocorrências, no século XIV, todas as orações introduzidas por *sem que* exigiam o verbo no subjuntivo, uso que se manteve no século XIX e permanece ainda hoje” (ROMERO, op. cit., p. 551).

Em se tratando do sentido, convém ressaltar, com base em Poggio (2002), que há um desacordo entre os linguistas quanto à caracterização das preposições em palavras plenas ou palavras vazias. Para citar alguns, Tesnière (1976) distingue palavras carregadas de função semântica daquelas que não o são, incluindo as preposições neste segundo grupo (palavras

vazias), cuja função é “indicar, precisar ou transformar a categoria de palavras plenas e reger as relações entre elas” (POGGIO, op. cit., p.102); Pottier (1962), de outro modo, iguala-nas aos outros signos de sentido pleno; já Borba (1971, apud POGGIO, op. cit., p.103) afirma que “a preposição é um elemento integrante do sistema da língua e constitui-se de um conjunto de valores semânticos que se realizam de acordo com o contexto.”

Feito esse breve esboço, apresento os motivos que me instigaram a eleger essas formas gramaticais como objeto de estudo:

O alerta inicial foi a percepção de que, embora a locução **sem que**, em diferentes contextos, expresse diferentes sentidos, a tradição gramatical, de seu lado, limita-se a registrar um só valor, que ora é o de *condição* ora o de *concessão*; ressalte-se que não há consenso, mas o primeiro deles tem prioridade. Mais curioso foi verificar, quando da observação de uma amostra de textos jornalísticos, de caráter argumentativo, que a estrutura **sem + (SN/SAdv.) + verbo na forma infinitiva** é muito mais recorrente, além de expressar um valor modal, aspecto ignorado pelos gramáticos, que, seguindo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), não incluem esse valor quando da abordagem das relações semânticas adverbiais. Diante dessa constatação, outro ponto passou a ser alvo de interesse – o uso da preposição com função conjuntiva, fato também desconsiderado pela tradição gramatical. A princípio a curiosidade recaía no estudo das relações semânticas expressas pela locução conjuntiva, por perceber que as gramáticas dedicavam-lhe pouca atenção e também pela curiosidade de saber se nos textos jornalísticos esse conector era tão presente quanto nos textos acadêmicos; depois, face à recorrência da estrutura reduzida, decidi ampliar o estudo, de modo a explicar o comportamento das duas marcas linguísticas em um recorte/estágio da língua.

Como forma de situar o leitor em relação ao comportamento das formas gramaticais tomadas como objeto de análise, exponho algumas ocorrências, do *corpus* sob investigação, reveladoras da sua multifuncionalidade. Inicialmente direciono o olhar para os valores semânticos da locução conjuntiva; em seguida, volto-me para a apresentação de algumas facetas da estrutura reduzida.

- (1) “A conquista da estabilidade é outro exemplo. O plano real foi uma pequena jóia. Ter congelado a distribuição de renda **sem que** as pessoas tivessem entendido, ter liberado os preços, ter construído todo um equilíbrio no tricô e depois liberado tudo e ele continuar como estava. Foi uma coisa brilhante, um dos mais extraordinários planos de estabilização já construídos. Negar esse fato é uma estupidez”. (Época, Entrevista, 08/11/10);
- (2) “A terceira realidade claramente descortinada por esses dados é a utilização política do setor educação. Não é possível chegar a esse nível **sem que** haja um esforço deliberado de contratações desnecessárias. Contratações que só ocorrem porque os profissionais da

educação são frequentemente utilizados como instrumento político de seus padrinhos. (Veja, Artigo”, 12/10/11);

- (3) “Hoje somos perfeitamente capazes de elevar a taxa de juros e assumirmos as consequências, **sem que** isso signifique uma perda. Temos integral compromisso com a estabilidade”. [...] (Isto É, Entrevista, 12/05/10);

Esses dados evidenciam os diferentes valores – concessão, condição e negação de consequência – assumidos por essa forma conjuntiva, respectivamente. Convém esclarecer que o conector serve de guia para a apreensão do sentido, mas a seleção lexical, o tempo verbal, a pontuação são outras pistas que contribuem para a inferência de sentidos múltiplos, e, por isso, é possível inferir mais de uma leitura para cada uma das situações descritas.

No que concerne ao uso do **sem + (SN/SAdv.) + infinitivo**, restringindo-me, neste momento, ao aspecto sintático, chama-me a atenção o fato de essa marca vir retendo uma função que originariamente não lhe seria própria – a de conectar sentenças. Por isso, na sequência, exponho diferentes modos de apresentação desse transpositor:

- (4) “Se sempre fosse possível trocar um relacionamento por outro, como num passe de mágica, aposto que a maioria das pessoas o fariam **sem pestanejar**” (Isto É, Entrevista, 22/06/11);
- (5) “As corporações, porém, estão nadando em lucros **sem gastar**.” (Época, Artigo, 06/12/10);
- (6) “Outro dia saí com o meu filho de 13 anos e mais uns amiguinhos dele e Ø passamos horas juntos, **sem ninguém ficar entediado**”. (Isto É, Entrevista, 02/11/11);
- (7) Época - o que o senhor sugere?
- “Lazzarini – Um choque institucional para reduzir os custos de intermediação de empresa [...] É preciso ficar mais fácil para um novo empreendedor despontar sozinho, **sem recorrer ao Estado**. Não acredito que essa feição de capitalismo de laços vá acabar [...]” (Época, Entrevista, 06/12/10);
- (8) “**Eike** – Há escolas extraordinárias e ensino mais que suficiente para atender às necessidades brasileiras **sem precisar treinar lá fora**. Os executivos brasileiros foram treinados na guerra nos últimos 20 anos. Os americanos ficaram preguiçosos.” (Época, E, 30/05/11);
- (9) “Para o presidente do Brasil, as instituições financeiras públicas devem contribuir mais para o crescimento do país **sem abrir mão** da rentabilidade.” (Veja, Entrevista, 03/03/10);

- (10) “Difícilmente o Brasil daria o salto educacional de que precisa apenas com a privatização das escolas: haveria grande concorrência pelos melhores alunos, mas isso não necessariamente melhoraria o nível do ensino como um todo. **Sem falar** no papel da escola como ambiente socializador e desenvolvedor de uma identidade nacional ...” (Veja, Artigo, 14/09/11)

Não há consenso entre os gramáticos quanto à aceitação das estruturas formadas com as formas de infinitivo, gerúndio e particípio enquanto oração, por conceberem-nas, como afirma Bechara (1999, p. 513), “uma subunidade da oração, um termo dela, quase sempre como um adjunto adnominal ou adverbial”. Somando-se a isso o fato de a preposição ser definida como um item que precede unidade nominal, a exemplo de verbo no infinitivo, há uma rejeição ao reconhecimento da preposição como elemento conjuntivo. Seguindo esse raciocínio, os usos representados em (4) e (5) parecem refletir o caráter nominal do infinitivo, podendo conferir ao **sem** a função prepositiva.

Por outro lado, Azeredo (2000), ao discorrer sobre a sintaxe das formas nominais do verbo, faz uma observação que vai de encontro a essa visão. Conforme esse autor, essas formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo. Sendo assim, nas três ocorrências seguintes, a presença de argumentos – sujeito, em (6); objeto indireto, em (7); locativo, em (8) – favorecem o reconhecimento de orações, vindo a revelar função conjuntiva. Mas, um ponto na exposição de Azeredo deixa implícita a informação de que as formas reduzidas de infinitivo só integram orações substantivas. Observe-se:

Estas formas revelam-se, contudo, extraordinariamente versáteis pela possibilidade de se tornarem sintagmas graças ao processo de transposição. Expande-se desse modo o emprego delas, *possibilitando que orações assumam, sob a forma de infinitivo, o lugar sintático dos sintagmas nominais, e sob a forma de gerúndio ou de particípio o lugar sintático dos sintagmas adjetivais e adverbiais* (AZEREDO, 2000, p. 239 – grifos meus).

Portanto, admite o emprego das formas nominais em estruturas oracionais, mas omite o emprego do infinitivo na formação de sintagmas adverbiais.

Por fim, os dois últimos registros compreendem usos em que o **sem** parece estar mais integrado ao verbo – em (9), dá-se a combinação do **sem** + verbos rotulados “**suporte**”⁸, além da combinação com o verbo **falar**, ou outros verbos de valor equivalente, como **contar**, formando a expressão cristalizada **sem falar** em (10)/ **sem contar**, construção que expressa a noção de adição/ressalva, um tipo de uso que não aceita a paráfrase com a locução **sem que**. Considerando-se que as gramáticas, ao abordarem as orações adverbiais, não fazem alusão às estruturas cristalizadas e atribuem à combinação **sem falar** o valor de concessão, de que discordo, considero que esses usos requerem maior atenção neste trabalho.

Para finalizar, retomo aqui um aspecto referido no tópico precedente, relativo à dificuldade de delimitar propriedades morfossintáticas das palavras e, para tanto, reporto-me a Castilho (2009), que, ao tratar do estatuto das preposições, aponta convergências e divergências entre essa classe e a dos advérbios e conjunções. Nos termos do autor: “Preposições e advérbios são predicadores, isto é, atribuem ao seu escopo propriedades de que ele não dispunha” e ainda “Preposições e conjunções integram a classe dos nexos gramaticais”⁹. Ambas ligam palavras e sentenças” (CASTILHO, op. cit., p. 288).

2. Questões, hipóteses e objetivos da pesquisa

Diante dos fatos supracitados, assinalo as seguintes questões de pesquisa:

- ✓ A preposição **sem** faz parte da configuração morfológica de duas estruturas oracionais – uma constituída da perífrase **sem que** seguida de verbo **finito** e outra constituída de **sem** + [SN/Sadv.] + verbo **no infinitivo**. Se, na primeira estrutura, essa forma gramatical é reconhecida como item conjuncional, por integrar as chamadas locuções conjuntivas, o mesmo não se dá na segunda estrutura, pois as

⁸ Ilari et al. (2008, p. 638) citam algumas estruturas em que ocorrem as preposições *de* e *a*, na função de adjunção, reveladoras de regularidades – a primeira apontando para indicação de um período do dia (de manhã, de noite) e a segunda “localizando fatos numa determinada hora do dia” (às dez e meia da noite), usos que segundo os autores demonstram a tendência da língua à formação de frases feitas. Talvez esse fenômeno explique esse tipo de combinação que envolve a preposição em estudo.

⁹ Nessa mesma linha, Neves (2000) se refere aos advérbios juntivos, correspondentes àqueles elementos que atuam na combinação de orações, fazendo remissão tanto a uma porção da oração ou uma parte maior de texto, tendo, pois, função anafórica. Trata-se de elementos que muitos gramáticos incluem no rol das conjunções coordenativas - exemplo de *portanto*, *logo*, *contudo*, *no entanto*, etc.

gramáticas resistem à aceitação do **sem** como uma conjunção diante de verbo no infinitivo, em virtude do seu caráter nominal; nesse caso, tem-se uma preposição que introduz infinitivo. Significa que o papel de articular orações – uma nuclear e outra satélite/adendo – é atribuído apenas à locução conjuntiva. Apesar disso, as gramáticas se referem às orações subordinadas reduzidas de infinitivo. Logo, se o infinitivo é uma das formas de materialização das subordinadas adverbiais, por que não considerar que a preposição **sem** se gramaticalizou como conjunção?

- ✓ Nas estruturas oracionais de que fazem parte a locução conjuntiva **sem que + verbo no subjuntivo** ou a preposição **sem + (SN/SAdv.) + infinitivo** vários são os sentidos inferidos das relações entre a oração nuclear e a oração satélite/adendo, a exemplo de *concessão, condição, causa, consequência, modo, tempo e adição*; porém, apesar da falta de consenso, grande parte dos gramáticos só se referem aos dois primeiros matizes. Em meio a essa pluralidade de sentidos, pode-se afirmar que, pela repetição, em condições específicas de uso, esses dois valores se gramaticalizaram, dada uma maior produtividade comparada aos demais? Ou estaria o transpositor **sem** numa zona nebulosa que impede, no estágio atual, de determinar uma classificação única?!;
- ✓ Especificamente quanto ao valor modal, as gramáticas pedagógicas só o reconhecem nas orações gerundiais, embora a circunstância de modo seja contemplada na relação dos adjuntos adverbiais. Paralelamente, há gramáticos que fazem a ressalva de que não incluem esse matiz semântico no rol das adverbiais em virtude de a Nomenclatura Gramatical Brasileira excluir tal noção. Seria, então, o valor de *modo* um domínio amplo a ponto de abarcar os outros valores, ou ele poderia também configurar uma função bem particular?
- ✓ É fato que as línguas naturais mudam e que formas alternativas podem coexistir ao lado de formas mais antigas. No caso em observação, que fatores são determinantes para a sobreposição da estrutura reduzida nos gêneros textuais da esfera jornalística? Além disso, que fatores influenciam na ordem das orações? A anteposição ou posposição das orações satélite/adendo é condicionada pelo tipo de relação semântica ou por fatores de ordem textual, como manutenção do tópico através do recurso de anaforização ou destaque de uma informação?

O estudo da língua, sob uma perspectiva funcionalista, deve levar em consideração a interação entre os componentes¹⁰ *formal, funcional, pragmático e discursivo*, tendo em vista que na realização/materialização linguística, é difícil estabelecer fronteiras entre a sintaxe e a semântica, e entre estas e os efeitos de sentido produzidos.

Por outro lado, apesar das inovações evidenciadas em gramáticas e manuais didáticos, algumas limitações são visíveis quando da abordagem do processo de articulação de orações, talvez por esses instrumentos priorizarem atividades mecânicas de reconhecimento e classificação, de maneira que a análise dos períodos limita-se à oposição entre orações coordenadas de subordinadas, distinção guiada meramente pelas noções de dependência e independência e pela identificação das conjunções que principiam as orações – se coordenativas ou subordinativas. Ignora-se o fato de que uma mesma informação pode ser expressa através dos dois mecanismos de articulação, de forma que a opção por uma das estruturas tem relação com os efeitos de sentido que se quer provocar; com o estilo, que é individual, e também com o gênero textual.

Sobre as restrições apontadas, nas questões de pesquisa, em relação à abordagem das estruturas adverbiais, elenco algumas hipóteses explicativas.

Quanto ao estatuto do **sem**, a não-admissão desse item como forma conjuncional pode estar relacionada ao fato de:

- ✓ as gramáticas assegurarem a tese de que preposição só antecede nome, formando um sintagma de outra natureza – adjetival ou adverbial, no nível suboracional; restando às conjunções a função de transpor um sintagma nominal ao nível oracional.

Em se tratando da menção aos dois matizes semânticos – concessão e condição –, uma possível explicação seria o fato de:

- ✓ haver uma preocupação em ilustrar os usos prototípicos, provavelmente os mais recorrentes; desconsiderando o fato de que, em situações efetivas de uso, vários exemplos permitem a constatação de que processos de extensão metafórica interferem

¹⁰ Para os funcionalistas, a gramática integra sentido e estrutura linguística; o sentido cumprindo uma função no discurso. É oportuno destacar, citando Castilho (2010), que a distinção desse ponto de vista em comparação ao novo modelo proposto por esse autor, o da gramática funcional cognitivista, situa-se no fato de que, se para a gramática funcional os sistemas semântico e discursivo funcionam como *inputs*, sendo o sistema sintático o *output*, no novo modelo, não há hierarquia dos sistemas, noutras palavras, um não determina o outro, por serem independentes.

no processo interpretativo, conduzindo à inferência de outros sentidos a partir de uma só marca linguística.

No caso específico do valor de *modo*, provavelmente a exclusão ocorre porque:

- ✓ O valor *modal* termina sendo associado aos de comparação, conformidade, concessão ou de condição.

Por fim, relativamente aos últimos questionamentos, uma explicação possível quanto à sobreposição da estrutura reduzida poderia ser:

- ✓ a atribuição de uma menor complexidade sintática à oração reduzida, pois é uma estrutura que não requer a aplicação de regras de concordância, inclusive porque os sujeitos das orações – principal e subordinada – geralmente são correferenciais, promovendo o recurso da elipse.

E, quanto à ordenação das orações, é provável que:

- ✓ em alguns casos, a exemplo da relação de consequência, a posposição se justifique pelo tipo de relação lógico-semântica; em outros casos, porém, a opção por uma determinada distribuição seria motivada por outras razões, no âmbito da interação comunicativa, seja de ordem subjetiva ou de ordem textual-discursiva.

A análise das ocorrências dos transpositores **sem** / **sem que**, nas estruturas hipotáticas adverbiais, sob as formas reduzida e desenvolvida, é regida por dois objetivos gerais:

- ✓ Descrever o comportamento dessas marcas gramaticais, no âmbito sintático, semântico e discursivo, em textos argumentativos, da modalidade escrita formal, ou seja, em usos efetivos da língua; e
- ✓ Verificar, sob o ponto de vista semântico, de que sentidos se revestem esses elementos nos diferentes contextos de uso, dado que a descrição apresentada nas

gramáticas pedagógicas restringe o seu valor às noções de *condição* e/ou *concessão*, fato que instiga um exame mais acurado.

Para atingir esta meta, disponho-me a:

- ✓ Categorizar os usos dessas marcas de conexão nos âmbitos estrutural, semântico e discursivo e, uma vez realizado o mapeamento das ocorrências, depreender possíveis correlações entre os contextos estruturais e as funções/valores semântico-discursivos, com vistas a identificar regularidades comportamentais quer das orações introduzidas pela **locução conjuntiva** quer daquelas introduzidas por **sem** junto a infinitivo, pressupondo que, apesar de darem a impressão de serem permutáveis, cada modelo exhibe particularidades.
- ✓ Identificar, em relação aos usos a que se atribui valor modal, quais os fatores condicionantes dessa interpretação, observando inclusive se a natureza semântica do verbo tem influência nesse aspecto.
- ✓ Averiguar que fatores (de ordem linguística ou textual-discursiva) estariam condicionando a ordem distribucional das orações adverbiais – tipo de relação semântica, estatuto informacional, relevo informativo, entre outros.

Atendidos esses requisitos, obtém-se uma descrição mais ampla do uso dos transpositores citados, no processo de articulação textual, ao mesmo tempo em que se torna visível a estreita relação entre sintaxe e textualidade.

3. A condução da pesquisa

Uma vez determinado o objeto de estudo da pesquisa, cujo ponta-pé inicial foi, repito, a observação de casos intrigantes, tanto do ponto de vista sintático quanto semântico-discursivo, em textos jornalísticos, tomei decisões em relação aos gêneros de texto que seriam selecionados para a constituição do *corpus*.

Considerando a hipótese de que conectores de natureza adverbial têm maior incidência em textos argumentativos, dada a intenção dos usuários – falantes/escreventes¹¹ – de defenderem pontos de vista, usando, para isso, estruturas linguísticas que conduzam ao convencimento¹², parti para a averiguação das formas gramaticais em estudo em gêneros diversificados cujo ponto comum fosse a trama argumentativa. É oportuno lembrar que o plano inicial era coletar os dados em artigos de opinião. Como a estrutura iniciada pela perífrase **sem que**, em comparação à iniciada pela preposição **sem** seguida de infinitivo, ou seja, a estrutura **reduzida**, teve baixa frequência nesse gênero, decidi estender a coleta a outros gêneros, desde que da mesma esfera, já que não há o intuito de confrontar o comportamento das formas gramaticais em estudo conforme os diferentes gêneros da esfera argumentativa, mas apenas de obter uma amostra mais consistente.

Nesse sentido, o *corpus* desta pesquisa compreende um conjunto de textos dos gêneros artigos de opinião, editoriais/carta ao leitor e entrevista, tendo como suporte os periódicos semanais VEJA, ISTO É e ÉPOCA, dos anos – 2010 e 2011, a partir dos quais realizo o recorte do objeto de estudo: estruturas encabeçadas pela perífrase conjuntiva **sem que + verbo finito** e também pelo item **sem + (SN/SAdv.) + infinitivo**. Devo esclarecer que a quantidade de edições consultadas não é a mesma para as três revistas, porque tive dificuldade de acesso aos exemplares da revista *Isto É* referentes ao ano de 2010; mas não considereirei ser esse um problema para a quantificação dos dados, uma vez que essa revista traz um número maior de artigos e de entrevistas, de modo que a quantidade de textos se aproxima, embora não os tenha quantificado.

O *corpus*, então, constitui-se de 158 revistas, das quais coletei **388** estruturas oracionais introduzidas pelo **sem**. Apenas **50** dessas ocorrências correspondem às estruturas

¹¹ Devo esclarecer que, quando da análise das sentenças que compõem o *corpus*, emprego a expressão *escritor* para me referir aos articulistas das revistas, ou seja, autores responsáveis pela elaboração das sentenças tomadas como objeto de estudo. Embora esse escritor possa também ser referido como o *autor* do texto, opto pelo primeiro termo, para marcar uma diferença quando da remissão aos autores responsáveis pelo suporte teórico.

¹² Conforme Bakhtin (1992), a base da comunicação verbal são os *gêneros do discurso*, cuja compreensão depende de que se conheça a natureza do enunciado. A *alternância dos locutores*, o *conteúdo* e a *composição* são os traços caracterizadores da unidade de comunicação verbal. Em relação ao segundo traço, pressupõe-se que o locutor diz ou escreve tudo o que quer dizer no ato da comunicação, atendendo às condições previstas, de modo que a totalidade do enunciado resulta de três fatores interligados: a) a abordagem do objeto do sentido, que é variável dependendo do propósito do autor, da resposta que visa obter; b) a intenção, o propósito do dizer; e c) os modos de estruturação do gênero, que unem os planos subjetivo (intenção) e objetivo (tema) para formar o todo, estabelecendo a ligação com os enunciados anteriores. Sobre o terceiro traço, afirma o autor que as esferas da comunicação verbal, em suas especificidades, por exemplo, a necessidade de explorar um tema, (objeto do sentido), os interlocutores envolvidos, determinam a escolha do gênero.

iniciadas pela locução conjuntiva¹³, sendo o restante referente à estrutura reduzida de infinitivo.

No quadro abaixo, discrimino o número de edições¹⁴ em que foram registradas as duas formas linguísticas em estudo, seguindo-se a especificação do número de ocorrências.

Quadro (1): Constituição do *corpus*: ocorrências de **sem que + verbo no subjuntivo** e **sem + (SN/SAdv.) + infinitivo**

Corpus coletado		SEM QUE + verbo finito no subjuntivo		SEM + (SN/SAdv.) + INFINITIVO	
158 exemplares		50 ocorrências		338 ocorrências	
2010	2011	2010	2011	2010	2011
VEJA(27)	VEJA (30)	10	10	56	76
ÉPOCA (23)	ÉPOCA (32)	9	7	58	65
ISTO É (18)	ISTO É (28)	4	10	34	49
68	90	23	27	148	190

É importante esclarecer que, apesar de o tema dominante desta pesquisa ser a gramaticalização do **sem** nas estruturas hipotáticas, a discussão espraia-se para outros pontos, em razão do que os dados revelam. No conjunto dos dados coletados, há algumas estruturas introduzidas pelo transpositor **sem** seguido de verbo na forma **infinitiva** cuja classificação expõe a fronteira entre a função adjetiva/predicativa e a adverbial, característica que é

¹³ Convém esclarecer que, apesar da baixa ocorrência das estruturas introduzidas pela locução conjuntiva, não as descartei porque pretendia analisar o comportamento dos dois modelos estruturais em gêneros da mesma esfera. Por outro lado, pude observar, em uma pequena amostra de textos acadêmicos, a recorrência de estruturas introduzidas pela perífrase conjuntiva, de modo que o confronto entre gêneros de esfera distintas provavelmente sinalizará diferença de comportamento entre os dois tipos de estrutura, o que conduz à visão de que cada gênero determina não só os modos de organização, como afirma Bakthin (1992), mas as marcas linguísticas que fazem parte de sua composição.

¹⁴ Ressalto que o processo de construção do *corpus* envolveu um número significativo de edições: no ano 2010, a consulta dos dados foi feita em 90 (noventa) exemplares e, no de 2011, em 113 (cento e treze); mas as expressões que são objeto de estudo só apareceram, no primeiro ano citado, em 68 (sessenta e oito) exemplares, e, no segundo, em 90 (noventa). O *corpus* selecionado consta de 257 (duzentos e cinquenta e sete) textos dos quais 116 (cento e dezesseis) são entrevistas; 124 (cento e vinte quatro) são artigos e os editoriais/carta ao leitor/Da Redação somam 17 (dezessete). Em se tratando da extensão dos textos, todos os artigos têm uma lauda e os editoriais/carta ao leitor/Da Redação, meia lauda; as entrevistas têm entre duas e quatro laudas. Apesar disso, considero que há um equilíbrio na quantidade de dados selecionados para análise, pois, além de a soma dos outros gêneros resultar em 25 textos a mais que entrevistas, não se encontram ocorrências em cada uma das laudas da entrevista – em algumas delas há apenas uma ocorrência. Acredito que esse aspecto teria grande peso, caso o interesse da pesquisa fosse a comparação do comportamento dessas marcas em gêneros de esferas muito distintas (isto pode ser investigado); mas, neste estudo, os gêneros têm características muito próximas.

discutida mais adiante. Significa que 17 (dezessete) estruturas apresentam o verbo **estar** na oração principal, de modo que a oração complementar tem a função de predicativo, correspondendo, semanticamente, ao valor modal; há outros 4 (quatro) contextos a que se poderia atribuir a classificação de aposto, de oração adjetiva¹⁵, etc. De antemão, afirmo que, por envolver verbo relacional e o valor modal não ser reconhecido unanimemente pelos gramáticos, optei por não incluir as 21 (vinte e uma) estruturas referidas no rol das adverbiais, embora não desconsidere o fato de um advérbio representar predicativo. Dessa forma, o *corpus* ampliado consta de 388 (trezentos e oitenta e oito) estruturas, das quais 50 (cinquenta) se apresentam sob a forma desenvolvida, e dentre as 338 (trezentos e trinta e oito) estruturas reduzidas, são objeto de estudo 317 (trezentos e dezessete) ocorrências que representam orações adverbiais.

Realizada a coleta dos dados, passei à categorização das ocorrências, que obedece a duas etapas: primeiramente identifico os contextos estruturais de que ambas as marcas fazem parte; depois, especifico os valores semânticos de que se revestem tais marcas. No decorrer da análise, refiro-me aos textos fazendo a indicação da fonte e do gênero através das letras iniciais, seguindo-se a data. Nesse caso, as fontes são assim especificadas (Veja – **VJ**; Época – **ÉP**; Isto É – **IÉ**) e os gêneros (Artigo – **A**; Entrevista – **E**; Carta ao leitor – **CL**; Da redação; Editorial – **Ed**.) Convém esclarecer que, sob o ponto de vista semântico, determinadas situações permitem a inferência de mais de um sentido, de modo que a quantificação das ocorrências leva em conta o valor que se sobrepõe, embora reconheça que, sendo a interpretação um processo subjetivo, poderá o leitor discordar da leitura realizada.

A análise dos dados é de natureza quantitativa e qualitativa, tendo um caráter descritivo-interpretativista. Quantitativa, tendo em vista o compromisso de indicar padrões regulares de usos, o que implica o estabelecimento dos critérios¹⁶: categorização do contexto estrutural, indicação do valor semântico e da ordem preferencial, tanto das orações principiadas pela locução conjuntiva, seguida de verbo finito, quanto daquelas introduzidas por **sem** junto a infinitivo, com a devida especificação numérica das ocorrências.

¹⁵ Representando a função predicativa, observem-se as seguintes orações: “Fiquei dias **sem saber** onde estava ou o que tinha acontecido comigo.”; “Foi difícil ficar **sem correr**”. Quanto ao tipo de funcionamento que corresponderia à função de oração adjetiva, veja-se: “De um lado temos o Executivo mandando por meio de medidas provisórias, e de outro o Congresso **sem cumprir** sua obrigação.” (=... um congresso que não...)

¹⁶ Ressalto que o gênero não é tomado como categoria de análise; poderia ser um critério relevante se os dados sob análise pertencessem a modalidades distintas (jornalísticos x acadêmicos) ou a registros distintos (informal/formal) e houvesse a pretensão de comparar os usos considerando esses parâmetros. O interesse aqui recai na identificação de regularidades dos dois modelos de uso, seja quanto à organização dos constituintes, seja quanto aos valores expressos.

Com base na descrição dos contextos de uso das duas marcas linguísticas, procuro confirmar uma das hipóteses pensadas – a de que maior recorrência da estrutura reduzida seria motivada pela menor complexidade estrutural. Por isso, realizo a categorização, que perfaz um total de 10 (dez) categorias para as estruturas iniciadas pela locução, ou seja, as desenvolvidas, e 10 (dez) para as estruturas reduzidas. Em se tratando da descrição dos matizes semânticos, a análise do comportamento das duas marcas teve como ponto de partida a categorização fixada pela tradição. Mas, como já afirmado, as nuances de sentido evidenciadas nos dados coletados ultrapassam a classificação proposta pela tradição, daí ser interessante descobrir se o valor mais produtivo neste *corpus* corresponde ao que é proposto pela tradição. Quanto à ordem, é interessante saber qual a contribuição desse aspecto para o plano textual. A categorização de todos os dados consta nos anexos; no interior dos capítulos são elencados vários casos, seguindo-se os comentários, finalizando com a quantificação. A partir do confronto das estruturas é possível vislumbrar como se refletem os princípios de prototipicidade e iconicidade nos dados em foco.

O caráter qualitativo fica patente na medida em que arrisco explicações para o uso de uma determinada estrutura ou para a preferência por uma delas - a reduzida; como também busco justificar os múltiplos sentidos que essas formas encerram, utilizando como estratégia a permuta de conector, paráfrases, além da procura de indícios que venham a confirmar os argumentos.

Parto do princípio de que a observação do funcionamento dessas marcas linguísticas no processo de construção e interpretação textuais poderá denunciar a interveniência de fatores discursivos na gramática, provocando uma reflexão sobre a adequação das abordagens dos mecanismos de articulação oracional.

4. O percurso teórico

A pesquisa ora em curso se insere no campo da Linguística Funcional, corrente teórica que se interessa em compreender os princípios que governam o uso natural da língua. Convém destacar que, nessa esfera teórica, diferentes tendências podem ser demarcadas¹⁷ em

¹⁷ A delimitação de tendências no interior dos estudos de base funcionalista se dá mais em razão dos seus representantes do que pelo recorte de análise. Assim, destacam-se os estudos de *Halliday*, que, preocupado com o papel da linguagem na vida dos indivíduos, entende que os enunciados não resultam de uma estrutura profunda, mas das escolhas dos falantes para atender a um fim específico; os estudos de *Dick*, cujo interesse se centra no processo comunicativo, especificamente preocupado em descobrir o que leva os falantes a obterem

função dos seus representantes, daí a identificação dos Funcionalismos – Europeu e Norte-americano, sendo este último o que alicerça a análise do objeto de estudo em tela.

Cumprir enfatizar que a premissa de que a gramática de uma língua é reflexo dos condicionamentos semânticos e pragmáticos dos usos e a consideração do aparato cognitivo para explicar o funcionamento da linguagem constituem pontos de interseção entre as teorias funcionalista e cognitivista, ainda que cada uma siga rumos distintos. As noções de iconicidade, prototipia, metáfora, metonímia são uma confirmação de que a primeira teoria abriga determinados conceitos desta última. O fato de essas noções governarem a explicação das alterações sintático-semânticas que afetam o objeto em análise justifica a menção a esses aspectos no referencial teórico (capítulo I).

Por acolher teorias auxiliares, o funcionalismo, na visão de Castilho, poderia ser avaliado como uma confederação de teorias. Na, verdade, conforme avaliam Martelotta e Alonso (2012), estabelecer limites entre as correntes *Funcionalista* e *Cognitivista* é uma tarefa difícil, uma vez que, em sentido amplo, as teorias que postularam como função central da língua a comunicação em situações reais de interação foram acolhidas pelo Funcionalismo, em contraposição ao Formalismo. Significa que é só em sentido amplo que o Funcionalismo abriga o Cognitismo.

Em decorrência de novos focos de observação, novas abordagens vêm sendo delineadas, a exemplo das tendências rotuladas Funcionalista-cognitivista e Cognitivo funcional. A primeira, assumida por Castilho (2010), considera a língua como um multissistema¹⁸; a segunda, que tem como adeptos linguistas brasileiros e estrangeiros, volta-se para os estudos da língua em uso¹⁹. Não por acaso faço remissão a essas duas vertentes; por motivo de prudência, devo esclarecer dois aspectos:

êxito na comunicação, ou como se fazem entender por meio do instrumento linguístico; e os estudos de Givón, junto a outros estudiosos como Sandra Thompson e Paul Hopper, que defendem uma linguística centrada na análise da língua em uso, devendo considerar o contexto linguístico e a situação extralinguística.

¹⁸ O postulado central da abordagem funcional-cognitivista é o de que a língua é formada pelos sistemas do discurso, da semântica, do léxico e da gramática, a que se agrega um dispositivo sociocognitivo, que, segundo Castilho (2010), gerencia os sistemas. Por considerar que os sistemas são independentes, nesse novo modelo inexistente hierarquia.

¹⁹ De acordo com Martelotta e Alonso (2012, p.88), a vertente *Cognitivo funcional* (ou Linguística centrada no uso) reúne “propostas do funcionalismo praticado por autores como Givón, Hopper, Bybee e Traugott, sobretudo o conjunto de fenômenos associados à teoria da gramaticalização, com algumas tradições teóricas desenvolvidas no âmbito da linguística cognitiva [...]” (MARTELOTTA e ALONSO, 2012. p. 88). As análises dos processos de mudança, nessa perspectiva, buscam aliar aspectos teóricos vinculados à teoria sobre o processo de gramaticalização e determinados pressupostos da teoria cognitivista, especificamente os relativos à gramática de construções.

i. no capítulo destinado à análise dos elementos gramaticais em foco nesta pesquisa, sob as perspectivas sintática e semântica, reporto-me a Castilho (2008/2009), que, partindo do princípio de que o dispositivo cognitivo rege todos os sistemas (lexical, sintático, semântico, discursivo) da língua, desenvolve uma proposta de análise das preposições ancorado em uma abordagem multissêmica, o que não descaracteriza o tratamento funcionalista;

ii. no decorrer da minha exposição, refiro-me, em determinadas situações, à unidade complexa formada pela preposição **sem** + (SN/SAdv.) + **forma infinitiva** como *construção*; já em relação à unidade formada pelo **sem** + **que** (ou locução conjuntiva), como *item* conjuncional. Reitero que, no estudo ora empreendido, não utilizo o termo “construção” na acepção atribuída no quadro da “gramática de construções”. Tomo como parâmetro a classificação proposta por Gonçalves et al. (2007, p.103), para quem a gramaticalização atinge **itens, construções e orações**. Como afirmei anteriormente, trato a locução como **item**, em virtude de considerar o conjunto como uma **unidade complexa** correspondente a uma conjunção (também as gramáticas utilizam os termos locução conjuntiva e conjunção como sinônimos). Vale salientar que, na medida em que a *preposição* se reanalisa como *conjunção* nas *orações reduzidas*, a gramaticalização aqui envolve a **oração**. Por essa razão, no capítulo I, faço menção à gramaticalização de conjunções e de orações.

Após elencar as seguintes características de uma gramática Cognitivo funcional: i) focalização da língua em uso; ii) consideração do texto e do discurso como objeto de análise e não apenas a frase; iii) concepção da língua como dinâmica, podendo ser alterada conforme a criatividade do falante; e iv) linguagem como reflexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas, Martelotta (2010, p. 62) esclarece que tais características “se adaptam a escolas como o funcionalismo (norte-americano ou europeu), a linguística sociocognitiva, a linguística textual, a sociolinguística, a linguística sociointerativa, entre outras”, ficando a cargo de cada uma delas, dados os seus objetivos peculiares, adotar algumas ou todas essas características. Nessa perspectiva, tendo em vista os pontos de aproximação das teorias Funcionalista e Cognitiva, faço um esboço, no capítulo teórico, do surgimento desta última e de como se dá a sua influência no campo do funcionalismo linguístico, apresentando conceitos dela advindos, que darão suporte à análise que aqui se propõe.

Chegando ao fim desse mapeamento teórico, considero relevante acrescentar que determinados fatos gramaticais despertam o interesse de pesquisadores vinculados a diferentes perspectivas teóricas, e o estudo das conjunções é um deles. Mudam-se os focos de abordagem, como demonstram os estudos realizados pela Semântica Argumentativa, da Linguística Textual, etc. Como a gramaticalização de conjunções é analisada tanto pelo funcionalismo europeu quanto o norte-americano, em determinados pontos da exposição resgato noções advindas das duas tendências²⁰, além de conceitos advindos do cognitivismo; por outro lado, a explicação do percurso de gramaticalização das marcas gramaticais aqui focalizadas tem por base os critérios indicados pela vertente do Funcionalismo Norte-americano.

5. A organização da tese

Depois de definir o objeto de estudo, resta ao pesquisador escolher um trajeto que primeiramente o conduza a obter as respostas que o inquietaram; e que, posteriormente, sinalize ao leitor, da melhor forma, as vias trilhadas para o alcance dos resultados almejados. Neste percurso, alguns caminhos imaginados terminaram sendo descartados à medida que outros foram sendo desvendados. Exponho, agora, a direção escolhida.

Além deste capítulo introdutório, outros cinco formam o corpo desta tese – um de caráter puramente teórico, três teórico-analíticos, o último de teor integrador, com o propósito de comprovar o processo de gramaticalização do **sem**, somando-se a eles as considerações conclusivas. Sumarizo, a seguir, a composição de cada uma dessas partes.

O capítulo I, intitulado **A abordagem teórica: visão panorâmica**, apresenta uma breve caracterização das abordagens funcionalista e cognitivista, como forma de introduzir algumas noções-chave que circundam as reflexões sobre a flutuação de categorias gramaticais. Nesse caso, além das noções de diacronia, sincronia e *pancronicidade*, abordo alguns conceitos caros ao funcionalismo, a exemplo de *iconicidade*, *prototipicidade*, *metáfora* e *metonímia*, pondo em evidência a contribuição do cognitivismo à teoria funcionalista; por fim, trago a noção de gramaticalização, conceito fundamental para a compreensão do comportamento das marcas gramaticais em estudo.

²⁰ Maria Helena Moura Neves confirma isso quando diz, no artigo Estudos Funcionalistas no Brasil, publicado na revista Delta, v.15, ano 1999, que os estudos em torno das conjunções de valor adverbial, como parte do Projeto Gramática do Português Falado, integram postulados teóricos do funcionalismo europeu e do norte-americano, e refere-se a Halliday, Dik, Givón, Sweetser, Haiman, König, Heine, Traugott e Hopper.

O capítulo II, **A articulação oracional: o papel das preposições e conjunções**, trata, prioritariamente, do estatuto sintático dessas duas categorias gramaticais. Como a propriedade de *termos relacionais* representa o traço comum às duas classes, a discussão sobre os *mecanismos de combinação de sentenças* se impõe. Além desses aspectos, há uma revisão das definições fornecidas em gramáticas diversas em torno dessas classes, culminando na categorização dos contextos estruturais de ocorrências das marcas linguísticas em estudo. Face à defesa de que a preposição se comporta como conjunção, a seção dedicada à análise dos dados traz alguns testes que visam à confirmação do caráter conjuntivo da preposição.

O capítulo III, denominado **Preposições e conjunções: considerações sobre a categorização semântica**, também subdividido em teoria e aplicação teórica, registra os diferentes valores semânticos assumidos pelo **sem**, seja na estrutura desenvolvida, iniciada pela locução conjuntiva, seja na estrutura reduzida. Tal como no capítulo precedente, há uma revisão da classificação semântica proposta em gramáticas diversas, pondo em relevo certas inconsistências na abordagem da tradição gramatical. Quanto à seção analítica, tendo em vista o propósito de exibir os múltiplos matizes semânticos expressos pelas marcas linguísticas em estudo, traz a categorização dos dados, momento em que são revelados, além dos usos já denunciados pela tradição, outros usos que corroboram a renovação da língua, postulado central ora defendido.

O capítulo IV, sob o título **Hipotaxe adverbial: fatores condicionantes da mobilidade posicional das estruturas introduzidas pelo conector sem (que)**, discute a relação entre a *ordem* e o *estatuto informacional* e as *funções textuais-discursivas* das orações satélites introduzidas pelo conector supracitado, revelando que a disposição das informações (velha/nova/inferível) no texto e das orações nas posições anteposta, intercalada e posposta não é aleatória. Fatores de ordem cognitiva (facilidade de compreensão), textual (estabelecimento da coesão e da coerência) e comunicativa (subjetividade/argumentatividade) influenciam as escolhas dos falantes, aspecto que revela a existência de motivação icônica no processo de organização dos períodos. Destaca ainda as funções das orações parentéticas, tendo em vista seu caráter avaliativo, que é uma marca dos textos argumentativos.

Quanto ao capítulo V, **Um panorama do percurso de gramaticalização do conector sem (que): de preposição a conjunção**, condensa as propriedades morfossintáticas e semântico-discursivas das formas linguísticas em foco, de modo a revelar o processo de recategorização sofrido pelo **sem**. Como alterações de estatuto categorial se refletem na organização sintática, logo, no processo de articulação de orações, descreve o comportamento do **sem** nas tipologias oracionais – reduzidas e desenvolvidas –, discutindo os

condicionamentos linguísticos, textuais e interacionais que concorrem para que uma estrutura tenha preferência sobre a outra. Sob o aspecto semântico, apresenta os múltiplos valores expressos pelo conector em estudo, chamando a atenção para o papel do contexto (estrutural ou extra-linguístico) na determinação dos sentidos, evidenciando ainda a pragmatização do significado, ou seja, a interferência do discurso na gramática.

CAPÍTULO I

A abordagem teórica: visão panorâmica

1. Sobre o Funcionalismo

O arcabouço de estruturas sintáticas que o falante mobiliza para satisfazer a sua intencionalidade comunicativa é campo fértil de investigação das ciências linguísticas. Nessa perspectiva, conforme o foco de observação dos linguistas seja a *língua* ou a *fala*, ou em outros termos, a *competência* ou a *performance*, as análises realizadas se acomodam em dois modelos teóricos: o formalista (estruturalistas e gerativistas) e o funcionalista. Vale salientar, em se tratando desse segundo modelo, que a orientação para a abordagem de tópicos gramaticais é que se observem e se confrontem usos, seja da modalidade falada seja da escrita, de modo a depreender (ir)regularidades de cada modalidade até chegar à formação de regras de uso. Como forma de situar o leitor em relação ao ponto de vista aqui adotado, cabe aqui uma breve incursão sobre a teoria funcionalista.

O conjunto das ideias que configuram essa teoria é oriundo das discussões travadas por diversos linguistas que, sob a liderança de Troubetsoï e de Jakobson, elaboraram as “teses” de Praga, divulgadas primeiramente, em 1929, no primeiro Congresso Internacional dos Linguistas de Haia. A inclusão do enfoque sincrônico da língua foi um dos pontos de grande importância para os pragueanos, já que os estudos em torno da mudança linguística se ancoravam na perspectiva histórica; mas uma outra descoberta viria a ser o elemento basilar do pensamento pragueano: a de que “a estrutura das línguas é determinada por suas funções”²¹ características” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 118).

Furtado da Cunha (2010, p.159), ao observar como se dá a projeção da linguística funcional, indica um aspecto unificador de todas as tendências no quadro geral dessa teoria – o

²¹ Devo esclarecer, reportando-me a Martelotta e Areas (2003), que não há homogeneidade quanto à interpretação do termo “função”. Os teóricos de Praga atribuem-lhe dois sentidos – um, que teria “relação” como termo correspondente, considera a interdependência entre os elementos estruturais. Martelotta e Areas (op. cit., p. 19), citando Nichols (1985), explicam que a noção de função como relação supõe “a relação de um elemento estrutural com outro dentro de uma unidade estrutural maior.” O outro sentido, que melhor representa o Funcionalismo, equivale à finalidade do ato comunicativo. Paveau e Sarfati (op. cit., p.124) reforçam essa propriedade fazendo remissão à primeira tese de Praga “a língua é um sistema de meios de expressão apropriados a um objetivo.” Em outros termos, se a linguagem, por natureza, é funcional porque tem uma finalidade, as formas linguísticas servem a várias funções, isto é, são configurações de funções, e as diferentes funções atendem aos diferentes significados materializados no enunciado (NEVES, 2006).

de que a estrutura da língua só pode ser descrita ou explicada por meio da associação com a função comunicativa. Tendo surgido como “um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades lingüísticas”, foi primeiramente na Escola de Praga que o funcionalismo obteve maior projeção, através dos estudos fonológicos. Mas outras representações dessa corrente são perceptíveis na Europa, a exemplo da Escola de Genebra, representada, sobretudo, por Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei; da Escola de Londres, representada por Halliday, e ainda no grupo Holandês, que tem Simon Dik como um dos seus representantes. Da mesma forma, diferentes grupos irão representar a linguística norte-americana, cujo postulado central é o da vinculação entre discurso e gramática, pois “a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva” (FURTADO DA CUNHA, op. cit., p.163).

Sob a ótica funcionalista, o fato de a forma gramatical ser moldada de acordo com as estratégias de organização das informações usadas pelos falantes na interação justifica o postulado da não autonomia da sintaxe de Givón (1995), para quem a gramática é um organismo que une os níveis sintático, semântico e pragmático, sendo a sintaxe a realização do domínio semântico (proposicional) e pragmático (discursivo). Ou seja, “a gramática é vista como uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, tendo desenvolvimento satisfatório apenas numa teoria pragmática, isto é, da interação verbal” (POGGIO, 2002, p. 31). Partindo do princípio de que a língua reflete a relação entre os usuários e o contexto social, a gramática da língua compreende um conjunto de regularidades linguísticas, motivadas, segundo Neves (1997), por fatores externos (condição dos usuários da língua, sua relação com o meio) e as funções comunicativas, logo, o processo interacional. Esta afirmação corrobora uma outra, a de que a sintaxe é “uma estrutura em constante mudança em consequência das vicissitudes do discurso” (MARTELOTTA e AREAS, 2003, p. 23), o que evidencia o dinamismo da gramática.

Cabe aqui mencionar algumas noções básicas que caracterizam uma gramática pautada nos usos e que são contemplados na investigação ora em foco: “a) o caráter não-discreto das categorias gramaticais; b) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; c) a gradualidade das mudanças e coexistência de etapas” (NEVES, 2002, p. 176); além de d) a distribuição de informação e relevo informativo; e) a gramaticalização e suas bases cognitivas; f) a motivação icônica e competição de motivações, a prototipia (NEVES, 2006).

Particularmente sobre os processos de gramaticalização, tem-se destacado, em meio aos grupos de estudo formados a partir da década de 80, o Grupo Discurso e Gramática, tendo como suporte postulados do funcionalismo norte-americano. A gramaticalização envolve mudanças no estatuto categorial de certas palavras, dado que uma palavra pertencente a uma determinada classe pode vir a assumir uma função que tipicamente seria exercida por um item de uma outra classe. É o que se verifica quando do uso de adjetivos com função adverbial ou advérbios com função conjuncional, fato que denuncia a dificuldade de distinguir classe lexical e função sintática. Castilho et al. (2008) alertam para a dificuldade em estabelecer fronteiras entre: a) advérbios e adjetivos, b) advérbios e operadores do discurso e c) advérbios e *adverbiais*, estes reconhecidos como sintagmas nominais e preposicionais que assumem funções próprias de advérbios.

Os estudos sobre o processo de gramaticalização abarcam *itens*, *construções* e *orações*. A análise aqui proposta contempla, ao mesmo tempo, a gramaticalização de *itens* e de *orações*. Se a preposição **sem** já atua como transpositor no nível suboracional, por habilitar um sintagma a desempenhar uma outra função (um sintagma nominal passa a sintagma adjetival ou adverbial), ao transpor sintagma adverbial de base nominal para o nível oracional, como ocorre com a subordinada adverbial reduzida de infinitivo, passa a atuar em um plano superior. Significa que está numa linha intermediária entre preposição e conjunção. E corrobora a máxima de que a gramaticalização envolve toda a estrutura linguística, conforme assinala Lehmann (1988).

É oportuno acrescentar que a gramaticalização é estudada sob duas perspectivas – a diacrônica e a sincrônica, aspecto discutido em Hopper e Traugott (1993). Sob o primeiro parâmetro, estuda-se a origem dos itens linguísticos e o percurso da mudança, partindo da ideia de que um item lexical pode se tornar gramatical ou um item gramatical pode se tornar ainda mais gramatical, ao assumir função textual; sob o segundo parâmetro, concebendo-se que as categorias linguísticas não são discretas, e entendendo a gramaticalização como um fenômeno sintático, analisam-se as motivações pragmáticas que influenciam as mudanças.

1.1 Sincronia, diacronia e pancronia: perspectivas de observação da língua

Em consonância com a concepção de língua enquanto sistema autônomo e permanente, os estruturalistas optam em analisar os fatos linguísticos sob o ponto de vista sincrônico. A língua assim configurada torna viável ao linguista descrever o funcionamento

desse sistema em um determinado momento do percurso histórico - ou seja, descrever um estado de língua. Implicitamente a essa postura está a compreensão de que, embora a língua seja constantemente renovada, o falante a usa naquele determinado estado sem que precise necessariamente conhecer a história da língua, isto é, as alterações ocorridas até chegar àquele estado.

Do exposto, depreendem-se duas perspectivas de observar a língua: a sincrônica e a diacrônica. Sob a primeira perspectiva estuda-se um estado da língua, de modo que seria mais adequado falar em Linguística estática; sob a segunda, estudam-se as transformações ocorridas na língua, daí a denominação Linguística evolutiva. Em outros termos: “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático de nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções” (SAUSSURE, 1917/1975, p. 96).

Esses dois modos de examinar a língua se prestam a objetivos distintos²², mas nenhum deles pode ser considerado melhor que outro, razão por que, segundo Borba (1998, p. 69), o fato de a língua funcionar independentemente do seu passado implica apenas em que o falante, ao usar o código, obedece às regras disponíveis naquele estado da língua²³, mas não que o conhecimento da história da língua seja desprezível, pois “Uma coisa é usar o sistema, outra é conhecê-lo em sua plenitude”. Cumprir esclarecer, retomando Saussure (1917/1975, p.16), que “cada língua constitui praticamente uma unidade de estudo e nos obriga, pela força das coisas, a considerá-la ora estática ora historicamente. [...] é absolutamente necessário situar cada fato em sua esfera e não confundir os métodos”.

Convém evocar uma afirmação de Bechara (1999, p. 40) que reforça essa visão:

[...] para fins práticos necessitamos considerar a língua como algo estável e constante. Assim, a descrição sincrônica prescinde da história, no sentido de que não a abarca, mas a diacronia não pode prescindir das sincronias. Por fim, não se pode perder de vista que a descrição da língua num momento do seu desenvolvimento é uma parte da história dessa língua.

²² Borba (op. cit.) esclarece que a linguística sincrônica é também referida como descritiva, mas alerta para que não se oponha o termo “descritivo” a “diacrônico ou histórico” até porque é possível fazer descrição histórica. Conforme o autor, essa correlação sincrônico/descritivo se deve ao fato de, no contexto americano, a linguística descritiva se voltar para a observação de línguas indígenas que não tinham documentação histórica. Já no contexto europeu, descritivo se opõe a prescritivo, entendendo-se que a linguística descritiva não dita como se deve usar a língua, apenas constata como ela é usada.

²³ Conforme Saussure (1917/1975), para o falante, não existe a sucessão dos fatos no tempo, pois ele está imerso em um estado da língua; desse modo, o linguista também deve ignorar os fatos passados para melhor compreender esse estado.

Além disso, enfatiza Borba (1998, p. 69), as mudanças linguísticas ocorridas no decorrer do tempo se devem a fatores intrínsecos e extrínsecos; os primeiros relacionados ao funcionamento interno do sistema, e os últimos relacionados ao uso – a fatores culturais, ao contexto, ao contato com outras línguas. Logo, o papel dos estudos diacrônicos é ajudar a compreender a estrutura do sistema atual, pois, na medida em que se descrevem estados sucessivos e os comparam, compreende-se como a língua “chegou a ser o que é e qual a sua deriva ou traços básico de sua evolução”.

Os funcionalistas, por sua vez, conciliam em suas análises as abordagens sincrônica e diacrônica, partindo do princípio de que, ao lado das mudanças ocorridas na escala do tempo, isto é, da instabilidade, há fatos que não se alteram, isto é, mantêm-se estáveis. Investigações voltadas para a estabilidade linguística demonstram que certas alterações visíveis em um determinado estado de língua são justificadas, sob um olhar sincrônico, como fenômeno de mudança, tendo em vista uma nova forma ou estrutura linguística, pela repetição do uso, vir a se cristalizar e competir com outra pré-existente, sem que esta desapareça. O mesmo fenômeno quando comparado com outras sincronias, resultando em uma análise diacrônica, poderá revelar que o aparente uso inovador evidente no sistema também foi verificado em épocas anteriores, de modo que o processo de mudança ocorrido nas duas sincronias é regular. Trata-se, pois, de um uso que pode ter sido congelado por um tempo e que depois foi revigorado. Isso se justifica pelo fato de existirem regras que sobrevivem a todos os acontecimentos. Ou seja, em linguística, há princípios gerais independentemente dos fatos concretos; “quando se fala de fatos particulares e tangíveis, já não há ponto de vista pancrônico” (SAUSSURE, 1917/1975, p.112).

Sob o olhar dos funcionalistas, sincronia e diacronia são tratados como pólos complementares, podendo ser estudados simultaneamente, o que caracteriza o estudo pancrônico, capaz de elucidar fatores relativos à continuidade e estabilidade linguísticas. A esse respeito, Martelotta e Areas (2003, p. 27) afirmam que um conjunto de processos de mudança atua com relativa regularidade sobre os elementos linguísticos, podendo-se concluir que “De uma perspectiva histórica, esses processos podem dar a impressão de uma sequência de mudanças ocorridas no tempo; de uma perspectiva sincrônica, o que se observa é um conjunto de polissemias coexistindo”.

Acrescente-se, de acordo com Ferreira (2003, p. 87), que as mudanças cíclicas nos usos de alguns itens, a exemplo do “onde”, podem ser explicadas recorrendo-se a um princípio denominado *extensão imagética instantânea*, defendido por Votre (1999), segundo o qual “tendências presentes em determinado momento do passado atuam no presente e continuarão a

atuar, da mesma forma, indefinidamente, sempre que o contexto situacional de cada interação assim o exigir”.

Do mesmo modo, Martelotta (2011), ao explicar casos de mudança linguística, cita o uso do item *mal*, que de advérbio passa a prefixo em algumas palavras, como *malcriado*²⁴, fenômeno também ocorrido no latim, em que o advérbio “male” entra na formação de palavras como *maledicência*. Disto, conclui-se que “não se trata apenas de uma transformação linear de formas que se sucederam no tempo ou diacronicamente, mas da atuação de forças estruturais e/ou comunicativas que apenas precisam do passar do tempo para se fazer sentir” (MARTELOTTA, 2011, p. 39).

Por essa razão, ao adotar uma concepção pancrônica²⁵ de mudança, a abordagem funcionalista direciona sua atenção para as forças cognitivas e comunicativas que atuam no momento da comunicação.

A seguir, apresento em linhas gerais os fundamentos da teoria cognitiva, de forma a introduzir alguns princípios de organização da língua: a prototipicidade e a iconicidade, bem como a noção de metáfora e de metonímia, aspectos que são retomados nos capítulos seguintes.

1.2 Sobre o Cognitivismo

De acordo com Pires de Oliveira (1999), a Linguística Cognitivista foi construída simultaneamente à Funcionalista, em decorrência de uma motivação comum, a reação ao modelo teórico chomskyano, que desconsidera aspectos sociais, culturais e interacionais envolvidos no uso real da língua²⁶. Apesar dos pontos de aproximação, porém, as duas teorias

²⁴Ressalto, parafraseando Martelota (2003, p. 61), que casos como *malcriado* ao lado de *malcontente* e *malformado* não são evoluções de vocábulos latinos como ocorre com *maledicência*, proveniente de *maledicentia*; trata-se de criações recentes no português, o que afasta uma explicação da mudança de base apenas diacrônica.

²⁵ As mudanças que representam tendências atemporais, considerando que ocorrem não apenas na sucessão do tempo, mas incessantemente ao longo do tempo, compreendem o que se define como princípio de *isomorfismo*. Segundo Martelotta (2011, p. 34), esse conceito, introduzido por Brugman, um dos principais representantes dos neogramáticos, que não aceitava a separação de estágios de mudança, está na base da teoria da gramaticalização e até mesmo da gramática de construções.

²⁶ Cumpre esclarecer que Pires de Oliveira (1999), ao apresentar um quadro panorâmico da Semântica no Brasil (ver revista Delta, vol. 15), com base na análise de teses e debates nos primeiros 20 anos de Semântica, afirma haver uma tendência de análise semântica presente desde a fundação da linguística, mas que não é referida como modelo teórico – “trata-se de uma *abordagem funcional do significado*” (grifos meus). Testemunham esse tipo de abordagem trabalhos como os de Valéria Coelho Chiavegatto, Camacho, Pezatti e Ma. Helena Moura Neves.

se distanciam em alguns aspectos. Nesta exposição, faço um apanhado dos pontos essenciais identificadores da Linguística cognitiva, colhidos em Chiavegatto (2009) e Salomão (2009).

De acordo com Chiavegatto (op. cit., p.79), a linguística moderna, inaugurada por Saussure e desenvolvida pelos estruturalistas de um modo geral, toma como foco de suas análises o significante, por ser esse o meio de garantir autonomia e, por sua vez, cientificidade à linguística em relação a outras ciências humanas como a Antropologia, a Psicologia Social, a História e a Sociologia. Em decorrência da ausência de critérios que permitam tratar cientificamente da descrição de um funcionamento linguístico em que ocorre um entrelaçamento de “formas linguísticas, aspectos cognitivos e eventos sociais e culturais”, o estudo do significado é, portanto, deixado à margem.

Acrescenta a autora que, embora Sapir (1921) já tivesse percebido a estreita ligação entre a língua e a cultura do povo que dela se utiliza, visão expressa no livro *A linguagem* (1972), tradução de Matoso Câmara, é só no final do século XX e início do século XXI que trabalhos direcionados para a observação das relações entre a cultura dos povos e as construções significativas de suas línguas são impulsionados, conduzindo à percepção de que a codificação linguística une linguagem e conhecimento, fato que se evidencia nas interações comunicativas. Nessa perspectiva, Goffman (1967), Hymes (1974) e Gumperz (1982) abordam em seus estudos temas que envolvem aspectos pragmáticos das relações entre língua e cultura, que serão o esteio para o surgimento da linguística cognitiva. Já os anos 80 são marcados pelo estudo das línguas naturais, observando-se, nas situações comunicativas, a relação entre aspectos pragmáticos e as construções linguísticas, ou seja, tem origem a abordagem funcionalista, cujo postulado central é o de que “há um relacionamento motivado entre forma linguística e função comunicativa” (CHIAVEGATTO, 2009, p. 81).

Diante disso, estabeleceu-se uma divisão do funcionalismo, em que, de um lado, identificava-se uma vertente externalista, representada pelos estudos de Talmy (1988) e Givón (1995), que analisavam a relação forma e função “nas motivações que atuavam na superfície discursiva, investigando a iconicidade, os princípios conversacionais” (CHIAVEGATTO,

A não explicitação desta tendência funcional, nesse primeiro momento, deve-se ao fato de a oposição formal X funcional só vir a ser institucionalizada na década de 80, quando se opõe Semântica Cognitiva, um dos ramos do funcionalismo, à Semântica Formal, a segunda considerada o inimigo a ser derrotado pela primeira. Mas, ao delinear o quadro das semânticas no Brasil, na década de 70, a autora acrescenta a abordagem Funcional ao lado da Semiótica, da Semântica Formal e da Semântica Argumentativa, embora reconheça que não se trata de um modelo claramente definido, “mas uma maneira de descrever o significado, difusamente presente na linguística (PIRES DE OLIVEIRA, op. cit., p.297).

2009, p. 81); e, de outro lado, uma vertente internalista, cujas investigações se voltavam para os aspectos cognitivos que traduzem a relação entre pensamento e linguagem. Nessa linha, situam-se os trabalhos de Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987), Fauconnier (1994), Fauconnier e Sweetser (1996) e Langacker (1987/1991).

Essa relação pensamento e linguagem fora pensada por Chomsky, mas, como afirmado anteriormente, abstraindo-se da reflexão os aspectos sociais e culturais. A competência linguística, habilidade inerente do ser humano, era vista como fruto da própria constituição do cérebro, que tinha uma parte programada para a criação das estruturas linguísticas. Assim, a criatividade linguística limitava-se à construção de infinitas frases a partir de um número finito de regras, e a área da significação vinculava-se, segundo Salomão (2009, p. 21), à noção de estrutura profunda, de modo que “tentou-se, sem êxito, reduzir ‘estrutura semântica’ à forma lógica”.

É importante destacar, retomando Pires de Oliveira (1999), que a semântica cognitiva surge a partir do embate entre semântica gerativa e semântica interpretativa²⁷; esta última sendo contrária ao postulado da estrutura lógico-formal das línguas naturais. Nesse sentido, Lakoff, que inicialmente compunha o grupo dos adeptos da semântica gerativa, passa, com a publicação do livro *Metaphors we live by* (1980), a integrar o grupo dos cognitivistas, junto a Filmore e Langacker, também dissidentes da abordagem gerativa.

Segundo Salomão (2009), dois pontos centrais da abordagem de Chomsky são alvo das críticas dos cognitivistas: a sua relutância em tratar do significado com o mesmo entusiasmo com que abordou a sintaxe, e a desconsideração nos seus estudos de uma peça imprescindível no funcionamento das línguas – a idiomaticidade. O segundo ponto envolve outra lacuna da abordagem chomskyana – a noção de composicionalidade como geradora da linguagem. Ainda nos termos de Salomão (op. cit.), o programa da linguística cognitiva, apesar de apresentar campos investigativos heterogêneos, comunga de três premissas fundamentais:

²⁷ Vale salientar, como esclarece Pires de Oliveira (op. cit.), que Lakoff, enquanto representante da semântica gerativa, aceitava o postulado da existência de uma base lógico-formal para a linguagem natural, entendendo-se, pois, que esta se estrutura logicamente. Posteriormente, ao publicar *Metáforas da vida cotidiana* (1980), ele revê sua posição e altera o postulado, entendendo que “é a lógica que se estrutura através da linguagem natural, negando, pois, o passo teórico dado por Chomsky” (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 310).

1. A cognição linguística é contínua aos demais sistemas cognitivos; portanto, a linguagem não é um sistema cognitivo autônomo.
2. A gramática é uma grande rede de construções; portanto, postula-se uma continuidade básica entre sintaxe e léxico, calcada no uso linguístico.
3. Todo processo de significação procede pela projeção entre domínios cognitivos; portanto, a semântica cognitivista tem um viés inferencialista, que a diferencia do referencialismo da ortodoxia. (SALOMÃO, 2009, p. 22)

Em relação ao primeiro postulado, Salomão (op. cit.) esclarece que já há duas décadas se requeria a aceitação das categorias linguísticas, perceptuais e culturais como formando um contínuo, o que vai de encontro à noção de modularidade defendida por Chomsky. Comprovam isso os estudos sobre cognição visual, vinculados à psicologia, de que advêm os conceitos de *figura e fundo*, as noções de *cena e enquadramento* e também de *frame*. Da mesma forma, no campo do conhecimento das práticas sociais – um saber construído culturalmente, organizam-se sequências de ações, a exemplo de *ir ao cinema*, *alugar um imóvel*, ou interpretam-se certas frases a partir da identificação de processos metonímicos. Além disso, dos estudos relacionados ao processo de categorização perceptual, emerge a noção de *prototipia*, com base na ideia, defendida por Lakoff, de ‘radialidade’ das categorias linguísticas – “definíveis não em termos de traços (condições necessárias e suficientes), mas pela sua extensão a partir de uma instância básica” (SALOMÃO, 2009, p. 25).

Quanto à concepção de gramática como uma rede de construções, resulta da identificação de ocorrências linguísticas, mais precisamente estruturas complexas – a princípio manifestadas na esfera do léxico, estendendo-se à esfera da sintaxe – reveladoras de uma organização aparentemente irregular, cujo sentido não é depreendido do somatório de cada um dos elementos constitutivos, mas da unidade como um todo.

Conforme Salomão (2009, p. 26), no plano léxico, representam esse tipo de uso expressões formulaicas, como *Quem está falando?*, expressões denominadas binomiais com ordenação irreversível, como *corpo e alma*, provérbios e ‘*collocations*’, a exemplo de *ledo engano*. Todos esses casos não só têm características morfossintáticas peculiares e prosódia específica como envolvem condições pragmáticas próprias, assemelhando-se a “fórmulas situacionais”, sendo explicados, em grande medida, como resíduo do léxico. No plano sintático, dentre os usos apontados pela autora como ilustrativos desses desvios citem-se algumas estruturas que apresentam variação na relação argumental, tais como *Veja se você*

não me vota em tucano, hein?, cuja explicação, sob uma abordagem lexicalista, seria “criar uma nova valência inteiramente *ad hoc* para cada um desses usos” (SALOMÃO, op. cit. p. 26).

Uma justificativa para essas situações que considere a noção de gramática enquanto rede de construção buscará identificar usos semelhantes aos quais se atribua uma motivação comum, de modo a se chegar a uma descrição geral. Face às análises realizadas, duas premissas sustentam a gramática de construções:

A indistinção entre léxico e gramática [...] a concepção do signo linguístico como vetor bipolar indissociável (pelo menos em sua expressão prototípica), pareando forma e condições de construção do sentido, que são sempre pragmático-semânticos. (SALOMÃO, 2009, p. 27)

Por fim, a respeito do vínculo entre significação e projeção de domínios, postula-se que a compreensão das estruturas linguísticas requer a inferência de determinados conhecimentos – figurativos (ou metafóricos) e referenciais – implicando em um processo cognitivo que envolve percepção e imaginação.

Chiavegatto (2009, p. 86), referindo-se aos domínios ou bases de conhecimento, diz tratar-se de conhecimentos adquiridos nas experiências vividas e guardadas na memória, mas que são passíveis de modificação na medida em que se acrescentam novas experiências ao longo da vida, de forma que configurações anteriores podem ser alteradas. Tais experiências, que são ativadas para formar os significados linguísticos, traduzem-se sob três modos: “esquemas em imagens, modelos cognitivos idealizados ou modelos culturais”.

Ilustram o primeiro caso – esquemas em imagens – estruturas como braço de rio ou orelha de *livro*, cuja compreensão depende de que informações compartilhadas pelos falantes, relativas a um esquema corporal, transfiram-se para um novo contexto. Já os *modelos cognitivos idealizados* (MCIs) compreendem um conjunto de informações que vão sendo agrupadas e armazenadas como estruturas mentais; essas informações podem ser ampliadas e renovadas, permitindo a atualização dos conhecimentos em torno das diferentes áreas de experiência. As estruturas a que Chiavegatto (2009) se refere incluem desde palavras, conceitos até procedimentos que fazem parte do escopo de uma determinada área.

Como forma de explicar o uso de determinados sintagmas, a exemplo de *economia pálida*, *falência de órgãos*, *fatura de energia*, que tornam evidente a correlação entre domínios, a autora apresenta a representação gráfica de três domínios de conhecimento – *saúde*, *economia* e *energia* –, cada qual composto de uma série de estruturas, conhecimentos estes que transitam de um domínio para outro motivados pela identificação de características semelhantes. Assim, nos dois primeiros sintagmas estão interligados conceitos arquivados sobre os temas economia – *economia* e *falência* – e saúde – *órgãos* e *palidez*; e no terceiro, estão interligados conceitos sobre os temas economia – *fatura* – e energia – *energia*. Decorre desse fato a importância de se saber como funcionam as projeções entre domínios, já que “os novos significados emergem como *mesclas*, que herdam parcialmente os significados de partida, mas ganham novos sentidos com as relações que são processadas na nova situação em que são empregadas” (CHIAVEGATO, 2009, p. 88).

Por projeção entre domínios entenda-se, conforme Chiavegatto (op. cit.), as transferências de informações entre estruturas – sejam estas de um mesmo domínio ou de domínios distintos –, de modo que a significação de um elemento de um dado domínio tem sua dimensão ampliada por absorver um conhecimento pertencente a outro domínio. Na estrutura *indisposição no mercado*, citada pela autora, o termo *indisposição*, que remete para uma noção de *doença*, já compartilhada pelos falantes, adquire neste novo contexto a noção de *mal estar* ou *mau funcionamento da economia*, por um mecanismo metafórico acionado na mente. Isso explica, nos termos de Chiavegatto (2009, p. 89) “processos figurativos como as metáforas e suas extensões em figuras como analogias, comparações, personificações, hipérboles, eufemismos”; além do que, se as transferências envolvem itens pertencentes ao mesmo domínio, explicam “as metonímias e as figuras que lhe são assemelhadas, como a catacrese, a sinédoque, ou seja, as que envolvem parte pelo todo, continente pelo conteúdo, autor pela obra, causa por consequência, [...]”.

Para finalizar este tópico, destaco uma característica que, de acordo com Salomão (2009), é a que dá mais firmeza ao programa sociocognitivista²⁸ – a defesa de que os processos imaginativos, a exemplo da metáfora, metonímia, contrafactualidade e mesclagem são a marca distintiva de cognição e de linguagem humana.

²⁸ Esta terminologia, que agrega o componente social, é, segundo Salomão (2009), a que melhor representa as análises realizadas no Brasil nesta área, já que concilia aspectos sociais e cognitivos.

1.3 Pontos de contato entre as teorias Funcionalista e Cognitivista: as noções de *prototipicidade*, de *icononicidade*, de *metáfora* e *metonímia*

Recupero aqui quatro premissas do funcionalismo (GIVÓN, 1995), dentre outras sinalizadas por Martelotta e Areas (2003, p. 28), que guiam a compreensão dos pontos ora em discussão:

- A linguagem é uma atividade sociocultural;
- A estrutura serve à função cognitiva e comunicativa;
- A estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- As categorias não são discretas.

A remissão a essas premissas se deve ao fato de que, se na seção precedente apresentei a linguística cognitiva como uma teoria originariamente vinculada ao funcionalismo, que, ao longo do tempo, conquistou autonomia a ponto de seu arcabouço teórico hoje dar sustentação à linguística centrada no uso (também denominada cognitivo-funcional), saliento, nesta seção, que uma gramática de orientação funcional – ponto de vista aqui adotado – caracteriza-se como um sistema que interliga os componentes sintático, semântico e pragmático. Logo, uma gramática assim concebida assume a relação entre *gramática* e *discurso* bem como entre *gramática* e *cognição*, o que não significa, como ressalva Neves (2006), que conceba um modelo de gramática cognitiva; significa que a teoria funcionalista considera o aparato teórico do cognitivismo no que diz respeito ao papel da cognição na organização das línguas naturais²⁹. É nesse contexto que se inscrevem as noções de prototipia, iconicidade e metáfora, de que trato a seguir.

²⁹ Na introdução desta tese, fiz menção a uma vertente denominada *Cognitivo funcional* (ou Linguística centrada no uso), que tem como adeptos linguistas brasileiros e estrangeiros e que reúne “propostas do funcionalismo praticado por autores como Givón, Hopper, Bybee e Traugott, sobretudo o conjunto de fenômenos associados à teoria da gramaticalização, com algumas tradições teóricas desenvolvidas no âmbito da linguística cognitiva [...]” (MARTELOTTA e ALONSO, 2012, p. 88).

1.3.1 Sobre a noção de *prototipia*

Por ser a linguagem uma capacidade que particulariza os seres humanos, várias áreas de conhecimento como a Filosofia, a Psicologia e, dentre outras ciências, a Linguística, tomam-na como alvo de investigação. Para a Linguística Cognitiva, o *significado* é o elemento central dos estudos; nesse sentido, concebem-se dois modos de construir os conceitos - a partir das interações físicas com o meio ambiente e também por meio da categorização. A noção de prototipia está interligada à abordagem desse último aspecto.

De acordo com Castilho (2010), uma vez que a gramática trabalha com classes e categorias, essa teoria torna-se útil para explicar os critérios de organização, sendo resgatada para explicar a noção de *contínuo* categorial. Esse autor reporta-se a Lakoff (1982) e Givón (1986) para diferenciar duas formas de categorização linguística: a clássica e a natural.

A categorização clássica, proposta por Aristóteles³⁰ e compartilhada pela semântica de Frege e pela gramática gerativa, concebe as categorias como reflexo da realidade física e, por isso, as “categorias gramaticais são discretas e dotadas de propriedade inerentes” (CASTILHO, op. cit., p.70). Essa visão, que é adotada pela gramática tradicional, sustenta-se no ponto de vista de que uma categoria é identificada pela existência de atributos necessários e suficientes a uma entidade – objeto, indivíduo, etc. Dentre as cinco propriedades apontadas por Castilho, recupero aqui uma das mais conhecidas – a igualdade de estatuto de todos os membros de uma categoria.

Já a categorização natural, proposta por Wittgestein (1953/1979) e revisitada nos anos 80 por outras ciências – a Psicologia, a Antropologia e a Linguística Cognitiva – concebe que os limites entre as categorias são imprecisos. Conforme assinala Pires de Oliveira (2001), Wittgestein problematizou a abordagem clássica das categorias sob o argumento de que os membros de uma categoria, ainda que não apresentem todos os traços essenciais dessa categoria, continuam fazendo parte dela. O autor defende que as categorias se organizam por relações de *semelhança de família*. Significa dizer que o elemento que abarca o maior número de propriedades de uma dada categoria é tomado como o melhor representante da categoria, ou seja, o exemplo típico, daí ser o protótipo; por outro lado, os elementos que exibem alguns traços são considerados marginais, periféricos, o que não impede sua inclusão nessa categoria.

³⁰ Conforme Rizzatti (S/D), Aristóteles “distinguiu entre a *essência* de uma coisa e seus *acidentes*”. A essência diz respeito ao imanente, aquilo que define o que essa coisa é; enquanto os acidentes não desempenham papel na delimitação do sentido. É a noção de essência que está na base da visão clássica, de modo que se os atributos considerados essenciais, ou seja, necessários e suficientes para o enquadramento de um objeto em uma categoria não se fizerem presentes, este objeto passa a pertencer a outra categoria.

Seguindo essa linha de pensamento, Eleanor Rosch, em meados da década de 70, realiza um estudo de base psicolinguística sobre a categorização das cores. Conclui-se que, apesar de haver variações de uma língua para outra quanto aos limites das cores, há uma regularidade quanto à percepção da cor focal, ou o foco mais representativo de cada cor. Em decorrência desse fato, a autora propõe que o protótipo seja tomado como referência para a organização das categorias.

Da integração dessas duas teorias, clássica e natural, surge a teoria do protótipo, lançada por Givón em 1986. A flexibilidade categorial é, então, denominada por ele de *continuum categorial*, e a determinação de pertença de um item a uma categoria baseia-se no critério de similitude e não de igualdade.

Sendo assim, por “protótipo” considere-se o membro que ostenta o maior número de traços responsáveis pela atribuição de uma classificação categorial, sendo, por conseguinte, tomado como parâmetro para organização dos outros itens em diferentes categorias. Logo, o agrupamento dos vocábulos nas diferentes classes gramaticais será orientado pelo grau de semelhança que eles mantiverem com o protótipo. É preciso ressaltar que a contribuição da teoria dos protótipos para o estudo do processo de gramaticalização reside no fato de que, ao admitir que um item linguístico não deixa de pertencer à mesma classe do termo a que foi associado, por não reunir todos os traços daquele, põe em relevo a gradação ou o *continuum* entre as categorias gramaticais, o que vem a confirmar o caráter não discreto das categorias. (NEVES, 2006).

É a observação desse aspecto que justifica a migração de uma categoria para outra, pois o item mais periférico tem mais possibilidade de desempenhar novas funções; é o que se verifica em itens como *porém*, *por isso*, *portanto*, só para citar algumas conjunções coordenativas listadas nas gramáticas escolares, que, para gramáticos a exemplo de Bechara³¹, Othon Moacir Garcia e Perini não são conjunções, de fato, mas advérbios.

Se a teoria dos protótipos de início serviu para explicar como se constroem e se depreendem os significados, depois os funcionalistas estendem esse conceito ao campo gramatical, na busca de mostrar que a categorização envolve não só o significado, mas também as funções sintáticas, pois esses dois critérios são tomados como parâmetro para o agrupamento das palavras em classes. Logo, o mapeamento de traços deve ser considerado não apenas em relação às categorias lexicais, mas também quando da caracterização das

³¹ Confirma esse fato a posição de Bechara (1999), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, quando do tratamento da coordenação. Para este autor, os elementos – **e**, **mas** e **ou** – são *conectores* propriamente ditos; enquanto os itens – **entretanto**, **portanto**, **por isso** são responsáveis por *enlaces adverbiais*.

funções sintáticas. Dutra (2003), no intuito de distinguir os componentes típicos e atípicos, e de mostrar o porquê de, em determinadas circunstâncias, o falante sentir dificuldade de classificar um dado item, analisa uma série de fatos gramaticais³², a partir dos quais revela a importância de se considerar o conjunto de traços – morfológico, sintático e semântico – quando da caracterização de um item linguístico.

Portanto, a noção de prototipicidade permite que se compreenda o potencial funcional das palavras, através da identificação de traços formais e semânticos, estabelecendo-se uma escala gradativa de traços. Uma vez entendido que certos itens representam melhor que outros uma dada categoria gramatical, e que o menor número de traços não exclui um item daquela categoria (trata-se apenas de elemento menos típico), conclui-se que é exatamente a propriedade do *contínuo funcional* que possibilita o trânsito entre as classes³³.

1.3.2 Sobre a noção de *iconicidade*

Também estreitamente associada à cognição é a noção de iconicidade. É em Saussure e em Peirce, filósofo norte-americano cujos estudos se voltam para a Semiótica, que estão assentadas as noções de arbitrariedade e iconicidade.

Saussure afasta a noção de signo como representação da realidade, entendendo que conceito e imagem acústica são entidades psíquicas, uma implicando associação com a outra, associação esta que é arbitrária. Ressalte-se que não se deve atribuir ao termo arbitrário o sentido de “livre”, mas de “imotivado”, o que significa dizer que não há uma ligação

³² No plano sintático, considere-se o caso do objeto direto, devendo ficar claro que o estudo desse constituinte tem relação direta com a noção de transitividade, daí a referência necessária ao estudo do verbo. Trata-se de uma construção (sintagma) formada por verbo + objeto direto (objeto este não precedido de determinante ou seguido de modificador) que é denominada, no referido estudo, de “construções com objeto incorporado” ou SN NU. Após apresentar os traços semânticos, morfológicos e sintáticos do OD, Dutra (2003) demonstra, através do exemplo: “Maria lava roupa para fora.”, que, embora o constituinte “roupa” seja identificado como um objeto direto, não responde satisfatoriamente aos seguintes testes: a) ser anaforizado pelo pronome oblíquo, resultando em: “Maria **a** lava para fora.”; b) transformação para a passiva: “Roupa para fora **é lavada** por Maria.” e c) deslocamento do objeto para o início da oração: “**Roupa**, Maria lava para fora.” Esse fenômeno decorre do fato de o objeto direto em análise representar um nome genérico, que forma uma unidade: VERBO + OBJETO em que o foco não está no objeto em si (roupa), mas na ação que se realiza (lavar roupa), como poderiam ser outras ações de que o mesmo verbo participa (lavar louça; lavar carro); ou outros verbos (passar ferro). Em face disso, a autora afirma que é a partir dos traços tipicamente definidores de um conceito gramatical, no caso em foco, o objeto direto, que se torna possível examinar orações que apresentam o objeto *atípico*.

³³ Perini (2005), por exemplo, tratando de *substantivos* e *adjetivos*, defende que essas duas classes se subdividem em pelo menos três – aquelas que só podem ser nomes de coisas (por exemplo: xícara), as que só podem expressar qualidade (paternal) e as que podem ser as duas coisas (maternal), sendo estas últimas mais numerosas.

necessária ou natural entre o signo e o seu referente; trata-se, pois, de uma associação convencional.

Pierce, por sua vez, apresenta um conceito amplo de signo, como sendo representação – uma coisa representa outra, o objeto. Em sua abordagem, classificam-se três tipos de signos³⁴, sendo o ícone o terceiro deles. O ícone tem natureza imagística, implicando dizer que apresenta propriedades que o assemelham ao objeto a que se refere. Tem-se aqui o que se conhece por *iconicidade imagética*, devido à proximidade entre um elemento e o referente, como se tratasse de uma relação de espelhamento. Transferida essa característica para o signo linguístico, a noção de iconicidade se sustenta na crença de que há uma motivação, ou uma relação de semelhança entre a estrutura linguística (forma) e o sentido expresso por ela (função) (MARTELOTTA, 2010). A este tipo de iconicidade dá-se o nome de *diagramática*, não havendo necessariamente intersemelhança entre os elementos.

Os funcionalistas transpõem, portanto, a noção de ícone originariamente vinculada aos estudos semióticos para a linguística por entenderem que, se a linguagem revela os processos de conceitualização humana e os conceitos são construídos com base na experiência, então as estruturas linguísticas refletem o modo como fora organizada, na mente, a experiência. Ou seja, a iconicidade tem relação direta com a cognição, partindo do pressuposto de que a extensão ou complexidade de uma estrutura linguística reflete a extensão ou complexidade de natureza conceptual. Nos termos de Givon (1990), “a expressão é motivada pelas funções”.

Especificamente na área da sintaxe, Martelotta e Areas (2003) informam que a noção de não-arbitrariedade é mais aceita entre os funcionalistas, o que justificam fazendo referência à disposição linear das sequências numa narrativa, caso em que a ordenação das cláusulas reproduz a ordem dos acontecimentos da experiência³⁵. Acrescente-se, conforme Furtado da

³⁴ Os dois outros tipos de signos a que se refere Pierce são: o símbolo e o índice. O primeiro estabelece a relação entre dois elementos com base em uma lei, hábito ou convenção (balança como símbolo de justiça), sendo parcialmente motivado; e o segundo estabelece uma relação de contiguidade, revelando uma similaridade com o objeto a que se refere (fumaça sinalizando fogo); não se trata necessariamente de representação, mas de uma ligação mais natural entre o índice e o significado a que alude.

³⁵ Dutra (2003) apresenta um exemplo relativo à exposição ordenada das orações numa narrativa em que a listagem das ações narradas obedece à mesma sequência em que os fatos reais aconteceram. O narrador relata passo a passo as ações de um menino que carrega uma cesta grande de frutas numa bicicleta: O menino desce da bicicleta (1), pega a cesta (2), coloca a cesta perto da bicicleta (3), monta na bicicleta (4), coloca a cesta no lugar apropriado da bicicleta para carregar (5) e vai embora (6). Essa descrição, que reproduz o modo como os eventos ocorreram sequencialmente, confirmam a relação icônica entre ordem oracional (fenômeno gramatical) e ordem dos fatos (fenômeno no mundo físico). Embora esse mesmo fato pudesse ser relatado numa outra ordem e, ainda assim, fosse compreendido, a inversão da ordem implicaria o uso de recursos coesivos (sequenciadores temporais, alterações nas formas verbais), refletindo mais complexidade gramatical. Logo, o relato (representação) se distanciaria do evento em si, de modo que a construção final, mais elaborada gramaticalmente, seria menos icônica.

Cunha (2010, p. 167), que, a princípio, Bollinger (1977) propôs a existência de uma correlação entre forma e significado de um para um (ou relação isomórfica), postulado que foi revisto, uma vez que os estudos desenvolvidos em torno dos processos de variação e mudança linguísticas revelaram a “existência de duas ou mais formas alternativas de dizer ‘a mesma coisa’³⁶”. Significa dizer que Bollinger (1985, apud MARTELOTTA e AREAS, 2003, p. 25) se contrapôs a uma postura radical da arbitrariedade, passando à defesa de que “as línguas são em parte arbitrárias e em parte icônicas – ou não-arbitrárias”, fato que pode ser constatado quando, nos usos efetivos da língua, utilizam-se mecanismos para criar novos rótulos para novos referentes³⁷.

Givón (1995, p.106) afirma, a princípio, ser condição natural da língua “preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma”, mas reconhece que essa relação um para um entre forma e função não é categórica, pois determinadas estruturas linguísticas resultantes de motivação comunicativa chegam a se tornar opacas, em decorrência de pressões diacrônicas que podem ter provocado desgastes fonéticos. Pressupondo que haveria estruturas motivadas sob diferentes graus, portanto, concebendo ideia de *continuum*, o que resulta na versão mais branda de iconicidade, Givon (op. cit.) apresenta alguns princípios que determinam o fenômeno icônico, quais sejam: o da quantidade, da integração e da ordenação linear. No primeiro caso, entende-se que quanto mais informação se quer expressar, mais quantidade de forma se exige; no segundo, quanto mais próximos cognitivamente estão os conteúdos, mais integrados no plano da codificação; e no último caso, quanto mais importante a informação, maior tendência de ocupar a primeira posição.

1.3.3 Sobre as noções de *metáfora e metonímia*

No início deste capítulo, referi-me ao fato de a estrutura gramatical ser determinada não só pelas pressões cognitivas como também comunicativas. A retomada deste aspecto se

³⁶ Alguns fatos linguísticos servem de contra-exemplo à ideia de isomorfismo. Assim é caso do sufixo “inho”, que pode significar “diminutivo”, mas também pode indicar “afetividade” ou “pejoratividade”; logo uma só forma assumindo várias funções. Pode ocorrer ainda de uma função ser representada por várias formas, como revelam os diferentes recursos para sinalizar a indeterminação do sujeito: o uso do verbo na 3ª pessoa no plural, a forma passiva, ou o uso de pronomes como “você”, de valor genérico.

³⁷ Martelotta e Areas (2003, p. 25), com base em Ullman (1977), ilustram casos de motivação semântica (*pé da mesa*), motivação morfológica, envolvendo a formação de palavras pelos processos de derivação e de composição (*apagador*), e também de motivação fonética, caso das onomatopéias (*tilintar*), todos eles processos que implicam o aproveitamento de material já existente na língua, sendo a forma resultante originada por um determinado motivo.

explica porque nos processos de mudança linguística que envolvem alteração na dimensão conceptual, melhor dizendo, nas situações em que velhas formas se revestem de novas funções semânticas, a noção de metáfora pode justificar o motivo das transferências de sentido, normalmente envolvendo a expansão de um sentido concreto para um abstrato. Do mesmo modo, a extensão de significado pode ser explicada pela noção de metonímia, quando a associação de significados se estabelece “entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada.” (GONÇALVES, et al., 2007, p. 47).

Sweetser (1990), Bybee et al. (1994), Heine & Reh (1984), Heine et al.(1991) são alguns dos autores que, de acordo com Gonçalves et al. (op. cit., p. 42-43), consideram a metáfora como um mecanismo que, “em gramaticalização, envolve a abstratização de significados, os quais, de domínios lexicais ou menos gramaticais, são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais.” Quanto à metonímia, sua contribuição para a gramaticalização diz respeito à possibilidade de “desencadear uma reanálise estrutural” (p. 47). Além do que, esse mecanismo envolve ainda um processo de inferência pragmática, condicionado pelo mundo discursivo. Apresento a seguir, de modo conciso, os conceitos de metáfora e de metonímia, conforme explicitam Lakoff e Johnson (1980/2002).

Lakoff e Johnson (1980/2002), contrários à ideia de que a metáfora seja um mecanismo de essência puramente poética³⁸, desenvolveram uma análise de expressões linguísticas produzidas na linguagem cotidiana com o propósito de mostrar que a metáfora está na base do sistema conceitual, determinando o modo como pensamos sobre as coisas, agimos e falamos sobre elas.

Para demonstrar que a linguagem evidencia o funcionamento do sistema conceitual ordinário, que é de natureza metafórica, comprovando que as escolhas das expressões linguísticas refletem o modo como sistematizamos as ações e nos referimos a elas, os autores lançam mão do conceito metafórico *Discussão é guerra* e argumentam que um *debate de ideias* é interpretado em termos de *guerra*, o que justifica uma seleção lexical coerente com esse universo. Eles esclarecem que muitas das ações realizadas numa discussão são estruturadas a partir do conceito de guerra, pois, apesar da inexistência de batalha física, este conceito de batalha transfere-se para batalha verbal. Como na estrutura de uma discussão

³⁸ A correlação entre metáfora e recurso poético, corrente no senso comum, decorre da percepção de que, sendo um recurso que se sustenta na relação de associação de ideias, em que um conceito representado linguisticamente se constrói em termos de outro, tido como fonte, a metáfora constitui-se em uma estruturação refinada, portanto, uma propriedade da linguagem extraordinária e não da linguagem ordinária.

estão presentes as noções de *ataque*, *defesa*, etc., na linguagem verbal, identificam-se expressões como essas. Eis dois exemplos, dentre tantos citados pelos autores: “Seus argumentos são *indefensáveis*”; “Ele *atacou todos os pontos fracos* da minha argumentação” (LAKOFF; JOHNSON, 1980/2002, p. 46).

Nas palavras dos referidos autores (1980/2002, p. 47-48), “*A essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra* (grifos dos autores). Eles argumentam que da mesma forma que o conceito e a atividade são metaforicamente estruturados, a linguagem também o é. Mais que isso, enfatizam: “*os processos do pensamento são em grande parte metafóricos*” (LAKOFF e JOHNSON, op. cit., p. 48, grifos dos autores). Significa que as metáforas no sistema conceitual são a motivação da metáfora como expressão linguística. Desse modo, se as ações se estruturam a partir do conceito já formado e, automaticamente, isso se reflete nas expressões linguísticas, identifica-se um padrão, uma regularidade; logo, pode-se dizer que existe uma “sistematicidade metafórica” (LAKOFF e JOHNSON, op. cit., p. 53). Confirmam isso vários enunciados apresentados pelos autores, responsáveis por materializar a noção de que *tempo é dinheiro*, como é o caso de “Você deve *administrar* bem o seu tempo”, uma metáfora válida numa cultura que concebe *tempo* como *algo valioso*³⁹, daí a associação com dinheiro.

As metáforas assim são classificadas:

- a) **Metáforas estruturais** – correspondem às expressões linguísticas cujo conceito é organizado em função de outro, ou seja, a uma realização linguística subjaz um conceito metafórico também estruturado. Além da metáfora citada no parágrafo precedente (do tempo como algo valioso), uma outra muito comum na linguagem cotidiana é a que associa o processo de construção/geração de um texto como o processo de geração de um ser. Os trechos a seguir, retirados de uma matéria jornalística que trata do surgimento da revista VEJA, cujo título é O CRIADOR DE VEJA, expressa claramente essa imagem.

O número 1 da revista, com data de capa de 11 de setembro de 1968, **começou a ser concebido** dez anos antes, quando o jovem Roberto Civita

³⁹ Ilustra esse aspecto o enunciado “**Aqui, nós valorizamos seu tempo.**”, que integra uma nota afixada numa agência bancária cuja finalidade é convencer o cliente de que aquele banco prima pela agilidade e pelo bem estar do cliente tanto que este não permanece durante horas na fila. Subjaz ao enunciado o pensamento de que o tempo deve ser aproveitado com outras atividades lucrativas.

trocou um cargo de prestígio na sucursal de Tóquio do maior semanário de informações do mundo pelo sonho de realizar três grandes projetos no Brasil.

O **embrião** de VEJA se **formou** em 1958, junto da bossa nova, [...] O embrião ainda **ficaria se desenvolvendo** em silêncio por uma década até que enfim pudesse **vir à luz**. [...] (Veja, Edição Especial (n.2340, ano 46), Setembro/2013)

- b) Metáforas orientacionais** – servem para organizar “um sistema de conceitos em relação a um outro” (p. 59), dando a esse conceito uma orientação espacial. O tipo de relação estabelecida - espaço/ambiente - justifica-se à medida que o homem se situa no espaço físico tendo como norte parâmetros como: para cima/para baixo; dentro/fora; em frente/atrás. Nesse sentido, metáforas espaciais como **feliz é para cima / triste é para baixo** organizam um conjunto de ideias que nos levam a relacionar fatos positivos (alegria, vida saudável) com posição erguida; e fatos negativos (problema, decepção) com posição curvada, noções embasadas na experiência cultural. O excerto abaixo, de uma matéria intitulada **Exemplo à brasileira**, serve de ilustração das metáforas já citadas e de uma outra - **futuro é para frente**:

As imagens de um e outro dos protagonistas são eloqüentes. Strauss-Kahn apareceu na polícia **abatido**, olhos **baixos**, **silencioso**. No tribunal [...] tinha a expressão **vazia** e a barba por fazer. [...] Neves mostrava-se **tranquilo** na hora da prisão. Estava bem vestido. Parecia **saudável** e **bem-disposto**.

[...] mas as imagens mostravam também as **perspectivas** que **um e outro tinham pela frente**. Strauss-Kahn, a do **fim imediato e inapelável da carreira política** [...] Pimenta Neves **tinha pela frente o show brasileiro de impunidade** [...] (Veja, 01/06/11).

Logo, Lakoff e Johnson (1980/2002) concluem que as metáforas não se formam arbitrariamente; pelo contrário, têm por base a experiência física e cultural. Assim, no caso da metáfora **futuro é para frente**, a base física tem a ver com o fato de nossos olhos seguirem a direção em que nos movemos, que normalmente é para frente/em frente.

- c) Metáforas ontológicas:** compreendem as expressões linguísticas que servem para indicar o modo como as experiências são percebidas racionalmente. Conforme Lakoff e Johnson (op. cit., p.76), através dessas metáforas, eventos, atividades, emoções, ideias são tomados como “entidades ou substâncias”. Desse modo, para os autores, a

percepção de **inflação** como **entidade**, nos exemplos “*A inflação está abaixando o nosso padrão de vida*” e “*Precisamos combater a inflação*” é o que torna possível às pessoas não apenas se referirem a ela como também quantificarem-na, identificarem um aspecto particular dela, verem-na como causa, agirem em relação a ela e ainda acreditarem que a compreendem.

Passando à noção de metonímia, Lakoff e Johnson (1980/2002, p. 93) afirmam que a diferença em relação à metáfora reside no fato de a metonímia ter uma função predominantemente referencial, o que viabiliza o uso de uma entidade para representar outra. Por outro lado, alguns aspectos são comuns aos dois mecanismos: i) a metonímia é um recurso que, tal como a metáfora, não se limita ao uso literário, nem está restrito à linguagem, pois reflete o modo como pensamos e agimos no cotidiano; também a metonímia tem o propósito de facilitar a compreensão; e iii) os conceitos metonímicos não são casuais, aleatórios, mas sistemáticos.

Os autores explicam essa função facilitadora por meio de várias ocorrências, dentre as quais cito o emprego da expressão *boas cabeças* no enunciado “Precisamos de *boas cabeças* no projeto”. Tal expressão não serve apenas para fazer referência a pessoas inteligentes, por utilizar uma parte superior do corpo para representar o todo (a pessoa). Ela salienta uma característica da pessoa, qual seja, a inteligência, por meio da associação à “cabeça”. Essa característica, selecionada por quem proferiu a sentença, confirma o argumento de que a metonímia “permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo” (LAKOFF e JOHNSON, 1980/2002, p. 93).

No que se refere à sistematicidade da metonímia, conceitos como: *parte pelo todo*; *produtor pelo produto*; *objeto pelo usuário*; *controlador pelo controlado*; *instituição pelo responsável*; *lugar pela instituição* e *lugar pelo evento* revelam modos de representação por meio dos quais não apenas a linguagem se estrutura, mas as atitudes, crenças e ações, tendo como base a experiência. É pela experiência que os indivíduos percebem que as partes mantêm uma relação com o todo, do mesmo modo que percebem a relação de causalidade no conceito *produtor pelo produto* e ainda a localização física do acontecimento no conceito *lugar pelo evento*. Significa dizer que, tanto quanto a metáfora, esse é um recurso de organização dos conceitos.

Fazendo a interligação do tema desta seção, a relação entre gramática e cognição, com a temática desta tese – a flutuação categorial da preposição **sem** e a variação de sentido da locução **sem que** – fica evidente a importância dos conceitos de protótipo, de metáfora e de

metonímia para o estudo desses elementos, em especial, a gramaticalização de preposições e conjunções.

1.4 Gramaticalização: noções básicas

Para explicar como se originam os estudos sobre gramaticalização, Neves (1997) reporta-se a Heine et alii (1991b, p. 5-11), cuja pesquisa sinaliza que, embora os estudos nessa área tenham sido iniciados no século X, na China, seguindo-se no século XVIII para a França e a Inglaterra, chegando no século XIX para a Alemanha e Estados Unidos, o termo *gramaticalização* só vem a se tornar conhecido no século XX, através de Meillet, que define o processo como sendo a passagem de um vocábulo autônomo à função de elemento gramatical.

Novas manifestações desse fenômeno são atribuídas a Givón (1971/1979), que, ao analisar línguas africanas, descobre que a constituição de formas verbais atualmente representadas por radicais junto a afixos deriva da combinação de pronomes com verbos independentes. Da identificação de fatos dessa natureza decorre a asserção do autor de que *a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*. Neves (1997) esclarece ainda que as definições oferecidas pelos diversos linguistas apresentam variações, o que não impede algumas aproximações, como ocorre com a definição proposta por Hopper e Traugott (1993), que segue a definição clássica fornecida por Kurylowicz ([1965] 1975, p. 52), citada em Heine et alii (1991a).

Hopper e Traugott (op. cit., p. xv) assim definem gramaticalização: “processo pelo qual itens lexicais e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Uma revisão das abordagens da gramaticalização permite a identificação de uma unidade nos seguintes aspectos – a compreensão de que língua e fala são interdependentes, de que há flutuação categorial e de que há padrões fixos e não fixos na língua.

Também Poggio (2002), a partir da apreciação das definições, demarca três linhas conceituais relacionadas ao processo de gramaticalização, delimitação que é condicionada tanto pela época quanto pelo foco de observação, que pode ser o *léxico*, o *discurso* ou o *sentido*.

A primeira linha, representada por autores como J. Kurylowicz, G. Sankoff e J. Bybee e que vigorou até os anos 70, entende por gramaticalização a mudança que envolve a

transferência de um item lexical pertencente a uma classe aberta para uma classe fechada. A esse respeito, Gonçalves et al. (2007) complementam que, para Meillet, a mudança tem como fonte o léxico e como meta a gramática: **léxico** > **gramática**; e internamente à gramática, a mudança parte do nível sintático para o morfológico. Segundo Martelotta e Areas (2003, p. 51), no processo de gramaticalização, o mecanismo que compreende a migração de um elemento do léxico para a gramática denomina-se *gramaticalização stricto sensu*, e o outro, que compreende as mudanças ocorridas no interior da gramática, *gramaticalização lato sensu*, o que justifica o fato de um elemento gramatical se tornar ainda mais gramatical.

Sob esta visão clássica de gramaticalização, a migração dos vocábulos obedece a um critério: palavras pertencentes a uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos)⁴⁰ passam a fazer parte de uma categoria gramatical (preposições, advérbios, auxiliares⁴¹), podendo vir a se tornar afixo, além do que, no plano textual, pode integrar a classe das conjunções.

A segunda linha, desenvolvida a partir do meado do ano 70, amplia a abordagem anterior, concebendo a gramaticalização “não apenas como reanálise do material léxico para o material gramatical, mas também como reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais” (POGGIO, 2002, p. 60). Nessa linha, insere-se a explicação de Givón para a evolução das estruturas linguísticas⁴², razão de, em 1979, esse autor ter ampliado o mote

⁴⁰ Gonçalves et al. (2007, p. 17) fazem a ressalva de que a oposição *lexical* versus *gramatical* não deve ser interpretada como um meio de dizer que a língua se constitui de categorias discretas, mas apenas como um modo de determinar as características prototípicas de cada categoria. Logo, *ser lexical* alude às propriedades que remetem aos dados do universo bio-psíquico-social, com função de designação seja de entidades, ações, processos, estados ou qualidades; enquanto *ser gramatical* alude às propriedades relativas à organização do conteúdo no discurso, função desempenhada pelos elementos que conectam palavras, orações e porções textuais.

⁴¹ Gonçalves et al. (2007) demonstram a transição de verbo pleno a auxiliar reportando-se, entre outros casos, ao uso do verbo VIR nos seguintes enunciados: 1) “... e tropeiros **vinham** (v. pleno) a Curitiba para comercializar...”; 2) “Os soldados **vinham** vindo, **vinham** vindo(...)” (v. não autônomo). Este verbo, que, em (1), é empregado como verbo pleno, significando deslocamento de um corpo no espaço físico, manifesta outro comportamento, como verbo não-autônomo, em (2), ou seja, como verbo auxiliar, portanto, com valor mais gramatical, tendo em vista a sua relação com outro verbo. Neste contexto, o verbo, na forma de auxiliar, assume caráter aspectual, significando continuidade, logo, teor durativo – de sentido aproximado a “os soldados **estavam** vindo, **estavam** vindo”; noção que talvez não se tornasse tão clara se a opção do falante tivesse sido pela estrutura “os soldados **vinham**”, que exibe uma só forma verbal. Isso prova que no construto **vinha vindo**, a ideia de movimento, deslocamento fica sob a responsabilidade de **vindo**, cabendo ao auxiliar **vinha** a função de acréscimo semântico relativo ao modo como a ação se distribui ou se desenvolve no tempo.

⁴² Castilho (2004, p. 2) alerta que subjacente à oposição feita por Givón (1979) entre os modos *pragmático* e *sintático* está a noção de discurso como “uma sorte de macrossintaxe que toma o texto como objeto empírico”. Para Castilho, esses dois paradigmas evidenciam mais a variabilidade linguística do que mudança gramatical, uma vez que tem relação com modos de organização dos enunciados – o modo pragmático caracterizado como mais livre, sem mecanismos gramaticais e conexão; e o sintático, mais denso, em virtude da presença de mecanismos de conexão diversificados, a exemplo de flexões morfológicas, transitividade, preposições e conjunções. Nessa perspectiva, dentre os vários questionamentos apontados por Castilho (op. cit.), pertinentes quando das análises das propriedades textuais das preposições, aqui destaco dois que têm relação com o objeto

precedente, resultando em *A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*. Significa que a mudança, na visão de Givón, parte do discurso para a morfossintaxe, obedecendo ao ciclo: **discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero**.

Já a terceira linha considera aspectos da cognição e, conforme apuração realizada por Poggio, tem Sweetser (1988), Haine, Claudi e Hünemeyer (1991), Svorou (1993), entre outros como seguidores. Para esses linguistas, “a gramaticalização é proveniente de alterações semânticas” (POGGIO, op. cit., p. 61). Cabe destacar que os diversos estudiosos, salvo algumas variações, compartilham da opinião de que na migração do sentido lexical para o gramatical ocorre um enfraquecimento semântico. Além disso, afirma Poggio (op. cit.), certos linguistas avaliam a gramaticalização como um processo em que há perdas e ganhos, esta é a posição de Sweetser; e outros, a exemplo de Rubba, defendem que há mais ganhos do que perda, argumento acatado por Traugott e König (1991), na medida em que estes se referem ao aumento de informação dos itens linguísticos, por meio de recursos como a metáfora e a metonímia.

Em meio às discussões sobre como se processam as transferências conceituais evidencia-se uma estreita relação entre a tese localista e a projeção metafórica. Os localistas, como menciona Poggio (2002, p. 39), postulam que determinadas expressões espaciais são mais básicas se comparadas a outros tipos de expressões, a ponto de servir de molde estrutural para outras expressões, o que se explica, segundo alguns psicólogos, pelo fato de o conhecimento humano ser regido primeiramente pela orientação espacial. Em se tratando da transferência metafórica, um conceito é projetado por intermédio de outro; e também nesse caso a noção de espaço é o ponto de partida para a compreensão da noção de tempo e outros conceitos mais abstratos. Portanto, a teoria localista subsidia a explicação de muitas associações metafóricas.

Do exposto, é visível que o tratamento do processo de gramaticalização traz à tona dois aspectos amplamente defendidos pelos funcionalistas: i) a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo; e ii) a constante renovação do sistema linguístico, dado que no uso cotidiano da língua fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa interferem nas escolhas dos falantes, fazendo a gramática se reorganizar, caracterizando-se pela instabilidade e ao mesmo tempo pela regularização dos usos. Significa dizer que as

desta pesquisa: “que expressões preposicionadas operam como conectores do enunciado?; houve competição entre as preposições que desempenham funções textuais?”

mudanças ocorridas na língua, resultantes da criatividade e expressividade nos usos, rotinizam-se, através da repetição, isto é, regularizam-se, gramaticalizam-se.

Eis, então, o postulado defendido por Hopper (1987), entre outros autores, de que no dia a dia surgem *novas funções* para formas pré-existentes ou *novas formas* para funções pré-existentes, o que evidencia que a gramática não está pronta, é dinâmica, está em construção, daí a noção de processo de gramaticalização ou de gramática emergente⁴³. Estes são mecanismos de mudança correspondentes a dois dos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991): o de *camadas* e o de *divergência*.

O primeiro, também denominado de *estratificação*, consiste na disponibilidade, na língua, de formas divergentes para codificar funções idênticas – os pares *vou estudar/estudarei* e *vou comprar/comprarei*, ou seja, duas formas concorrentes, servem de comprovação. De acordo com Gonçalves e Carvalho (2007, p. 80), as novas formas funcionais ora substituem as formas preexistentes – mas não de imediato, ora nem chegam a substituí-las, daí a coexistência de formas novas e antigas em uma mesma esfera, o que justifica a menção a “camadas”.

Quanto ao segundo princípio, o de *divergência*, consiste na ocorrência de uma só forma que assume funções diferentes – é o caso dos advérbios *mal* e *apenas*, que, sob a forma de advérbio, expressam respectivamente *modo/restrição*, e sob a forma de conjunção têm valor *temporal*. Para Gonçalves e Carvalho (2007), esse princípio determina graus de gramaticalização de um mesmo item lexical, já que duas formas etimologicamente iguais apresentam funcionamento distinto, podendo, em um determinado contexto, manter-se a forma-fonte e em outro, a forma gramaticalizada. As formas *gente* (substantivo) e *a gente* (forma gramaticalizada como pronome, competindo com os pronomes de 1ª pessoa *eu/nós*) confirmam isso. Significa que a gramaticalização ocorre quando, pela repetição dos usos, uma forma vem a constituir uma norma, tornando-se parte da gramática.

Especialização, *persistência* e *descategorização* são os outros três princípios referidos por Hopper (1991). O primeiro corresponde à possibilidade de a forma

⁴³ A *gramática funcional* ou *emergente*, como lembra Tavares (2003, p. 15), é uma atividade em tempo real, construída progressivamente no discurso, pois o uso repetitivo de palavras e construções (estas entendidas como uma porção da língua constituída de mais de um vocábulo) promove a regularização. Estes mesmos vocábulos, por sua vez, em novas situações comunicativas se re-arranjam, ou seja, participam de novas combinações, originando fórmulas inovadoras que, vindo a se regularizar, passam a integrar a gramática. Adotar essa perspectiva de estudo implica em conceber que a língua não é homogênea e que há, sim, um sistema que governa o uso, mas este é determinado por fatores externos - de ordem cognitiva e discursiva - que influenciam na forma de organização da língua. Ou seja, a sintaxe sofre influência da semântica e da pragmática. Essa gramática, assim como as outras, objetiva depreender regularidades de uso, mas o objetivo maior é explicar como os falantes se apropriam da língua para interagir eficazmente.

gramaticalizada se sobrepor⁴⁴ à forma concorrente. O segundo consiste na manutenção de traços de significado da forma-fonte na forma gramaticalizada, podendo esta última sofrer restrições sintáticas. Quanto ao último princípio, refere-se à alteração do estatuto categorial da forma gramaticalizada, havendo perda de propriedades morfossintáticas identificadoras das formas plenas.

Outro aspecto que merece destaque no estudo da mudança via gramaticalização diz respeito à adoção de uma concepção pancrônica de mudança, noção que se acrescenta aos eixos de diacronia e sincronia. Isto porque se, de um lado, as mudanças podem se desenvolver no passar do tempo, revelando uma linha evolutiva (diacronia); de outro lado, numa mesma época, há coexistência de usos, ou formas em competição (sincronia), devido à extensão de sentido em razão da pressão comunicativa. Assim, ao assumir a concepção pancrônica de mudança, a abordagem funcionalista volta a atenção para as forças cognitivas e comunicativas que atuam no momento da comunicação.

Quanto às motivações da gramaticalização, entra em jogo a relação entre gramática e cognição. Assim, no que concerne à mudança semântica, o percurso segue o trajeto: concreto > abstrato. Esse processo de abstratização se manifesta, de acordo com Traugott e Heine (1991), numa escala gradativa: **pessoa > objeto > processo > espaço > (tempo) > texto**⁴⁵. Subjacente a esse esquema, representativo das projeções metafóricas, está o princípio da unidirecionalidade⁴⁶, considerando que esta ordem não pode ser invertida. Hopper e Traugott (1993, p. 95) definem a unidirecionalidade como a relação existente “entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não o inverso”. Um outro percurso de mudança é proposto por Traugott (1982), qual seja: **ideacional > textual > interpessoal**. Esse modelo, que

⁴⁴ Segundo Gonçalves e Carvalho (2007), um indício da especialização é o aumento de frequência de uso da forma gramaticalizada. A preferência de *a gente* em lugar de *nós* em todas as posições sintáticas atesta esse fato.

⁴⁵ Furtado da Cunha et al. (2003, p. 54-55), através da análise de ocorrências dos itens IR e ONDE em textos que compõem o *corpus* D&G/Natal, esclarecem que a abstratização ocorrida na passagem gradual de um ponto a outro na escala referida apresenta desdobramentos distintos: no caso do verbo IR, tem-se, em contextos distintos, a mudança de *verbo pleno* para *auxiliar*, acarretando alteração categorial; já o ONDE, que também exibe diferentes estágios - de pronome relativo que tem uma expressão locativa como referente, passa a ter, em outro contexto, como referente uma expressão temporal (por transferência metafórica), assumindo em outra situação papel de conector vazio de significado, funcionando como um marcador de pausa que pode ser retirado sem causar prejuízo a compreensão do enunciado. Esses usos revelam abstratização do sentido, sem que se altere a categoria - de conector.

⁴⁶ Conforme Gonçalves (2007, p. 40), esse princípio é o ponto vulnerável da teoria da gramaticalização, o gerador das discordâncias; mas, embora nem toda mudança seja identificada como um caso de gramaticalização, esta necessariamente envolve estágios de mudança; isto porque em determinados casos de mudança linguística não é possível detectar rotas de gramaticalização.

remete às funções da linguagem⁴⁷ citadas por Halliday e Hasan (1976), põe em relevo a função subjetiva da linguagem, pois a mudança se dá de forma gradual, de modo que um item linguístico, cuja significação objetiva tem um referente no mundo extralinguístico, passa a desempenhar função relacional/textual, chegando, posteriormente, a representar uma marca de expressividade, refletindo as crenças, os valores e a atitude do falante em relação ao dizer.

É preciso esclarecer ainda que junto ao componente cognitivo atua o componente comunicativo, daí a explicação das causas da mudança envolver motivação metafórica e motivação metonímica⁴⁸. No primeiro caso, ocorre uma extensão de significado de modo que uma coisa é especificada por associação a outra não presente no contexto (analogia), e no segundo, a especificação se dá por reinterpretação, com base numa informação presente no contexto; havendo reanálise, a extensão de sentido ocorre por pressão de informatividade.

Tavares (2003), discutindo sobre a migração dos itens linguísticos na direção de usos mais gramaticais, primeiramente enfatiza que a trajetória de evolução dá-se progressivamente sem que seja possível demarcar o momento em que uma alteração ocorre, isto porque

geralmente as ‘inovações’ encontradas no âmbito gramatical já são rotinas - um item ou construção só é percebido como gramatical por ser um *padrão recorrente* de construir discurso. São inovações, portanto, no sentido de não terem estado presentes num estágio anterior da gramática e/ou por terem tido frequência de uso aumentada em certos contextos (TAVARES, 2003, p. 59-60, grifos da autora).

Em relação aos encadeamentos/aclives, tanto no ciclo de gramaticalização proposto por Givón (1979), citado anteriormente, tanto no de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), relativo às transferências metafóricas, qual seja: **Pessoa > objeto > espaço > tempo > qualidade**, Tavares (op. cit., p. 63) esclarece que a transição das etapas não é direta, havendo estágios intermediários nos quais há sobreposição de usos:

⁴⁷De acordo com Halliday e Hasan (1976), através da linguagem, as pessoas falam de suas experiências de mundo e descrevem eventos; expressam suas opiniões e ainda organizam a mensagem para se fazer entender.

⁴⁸ Um exemplo ilustrativo do princípio da unidirecionalidade em que na extensão de sentido de um item linguístico atuam os dois tipos de motivação – metafórica e metonímica – é citado por GORSKI et al. (2004), reportando-se a dados extraídos de Tavares (1999). Trata-se do emprego do *AÍ*, que, de um uso adverbial com valor locativo (não senta *aí* (referindo-se ao termo ‘muro’)), passa a modificador nominal ou dêitico locativo (numa festinha *aí*...), atuando também como anafórico temporal (depois que ele morreu, né? Que *aí* elas já eram mais ou menos moças...) até chegar ao uso como sequenciador temporal num segmento narrativo (... *aí* ela foi na casa...). A extensão metafórica se revela quando da transferência de uma experiência sensorio-motora (1) para uma relação espaço-temporal (dêixis), mas é possível verificar ainda uma ampliação de escopo semântico para o plano textual sob a influência do processo comunicativo, em razão de implicações conversacionais, também denominado de processo inferencial.

Casos de gradação, indistinação e sobreposição, [...] colocam em dúvida a possibilidade de existência de significados, funções e, por tabela, classes de palavras e níveis lingüísticos (léxico, sintaxe, semântica, e companhia limitada) discretos.

Neste momento da discussão, considero oportuno esclarecer a posição de Castilho (1998), tendo em vista ele revelar, na trajetória de suas investigações, modos distintos de encarar os postulados sobre gramaticalização. À guisa de ilustração, exponho a definição apresentada pelo autor para esse processo:

O caminho percorrido por uma palavra, ao longo do qual ela muda de categoria sintática, recebe propriedades funcionais na oração, sofre alterações semânticas, morfológicas e fonológicas, e inclusive desaparece, como consequência de uma cristalização extrema (CASTILHO, 1998, p. 128).

Posteriormente, em sua Nova gramática do português brasileiro, Castilho (2010) apresenta dois conceitos de gramaticalização – um relacionado ao *modelo funcionalista* e o outro ao *modelo funcionalista-cognitivista*, vinculado à teoria da língua como um multissistema. O autor assim sintetiza as teses perfilhadas pelos funcionalistas, culminando no primeiro conceito de gramaticalização:

Conjunto de processos por que passa uma palavra, durante os quais (i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas; (ii) transforma-se numa forma presa; (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema (CASTILHO, 2010, p. 138).

Um segundo conceito de gramaticalização é formulado por Castilho (op. cit.), após definir os três subsistemas que integram a gramática, no caso, a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Por gramaticalização entenda-se o processo de construção da gramática. As formas lingüísticas são, pois, uma representação que as comunidades elegem para materializar as categorias cognitivas. Estas não mudam, mas as representações semântica, discursiva e gramatical podem mudar; um exemplo fornecido pelo autor diz respeito à categoria de pessoa que tem sido alterada no português brasileiro.

Conforme Castilho (2010, p. 139-140), a grande contribuição dos estudos funcionalistas é a defesa de que a gramática emerge do discurso. Sua refutação ao conceito de

gramaticalização formulado no modelo funcionalista assenta-se em três pontos, que reproduzo abaixo:

1. As línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem unidirecionalmente.
2. Os produtos linguísticos avançam do léxico para a gramática, de tal sorte que categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais.
3. A fonética, a sintaxe, a semântica e o discurso são domínios linguísticos conectados por derivações.

A crítica do autor recai mais enfaticamente sobre o princípio de unidirecionalidade, por denunciar a possibilidade de derivação de domínios. Partindo da ideia de que *léxico* e *gramática* integram sistemas distintos, o autor põe em dúvida o fato de categorias gramaticais derivarem de categorias lexicais. Sob o seu ponto de vista, cada domínio – lexical, sintático, semântico, discursivo – tem seu ritmo próprio, de modo que um domínio não determina o outro. Além disso, para ele, seria mais viável admitir que uma mesma expressão abarca diferentes categorias que, por conveniência, são distribuídas pelos sistemas linguísticos. O polifuncionalismo das palavras atestado nas análises do Projeto de Gramática do Português falado, como reforça Castilho (op. cit., p. 139), contraria a determinação de categorias discretas.

Além disso, argumenta o autor que fenômenos tão distintos como a erosão fonética, a descategorização, enfraquecimento semântico, dentre outros aspectos não deveriam ser abordados sob um só rótulo – o de gramaticalização, o que só ocorre porque esta é concebida como um epifenômeno. Nesse sentido, Castilho não aceita os três postulados acima referidos, por entender que: se a língua não é um conjunto de signos, consequentemente as alterações não são lineares; se os sistemas são autônomos, as formas linguísticas não migram do léxico para a gramática; e se os domínios são distintos, seria razoável pensar em derivações internamente aos sistemas e não de um domínio para outro.

Em face dos motivos apresentados, em sua gramática, ele opta por abordar a criação e alteração dos produtos linguísticos sob ângulos delimitados: a fonologização, a morfologização e a sintaticização. Em Castilho (1997/2004), está claro que esses três ângulos representam fases do fenômeno da *gramaticalização*, este constituindo apenas mais um dos processos de criação linguística ao qual se somam a *lexicalização*, a *semantização* e a

discursivização, “não se devendo estabelecer entre eles relações de derivação nem de determinação” (CASTILHO, 2004, p. 1).

Reitero que a perspectiva analítica que norteia esta tese é a da gramática funcional, devendo os elementos linguísticos ser cotejados a partir da constatação de que os usos alimentam uma permanente mobilidade categorial, consequência da fluidez que impede a discretude e o engessamento de classificações apriorísticas. Por conseguinte, o primeiro conceito de gramaticalização se coaduna com a abordagem ora evidenciada. Por outro lado, é preciso esclarecer que, embora Castilho proponha um modelo alternativo de análise das alterações dos produtos/formas linguísticas, que, como já afirmado, sustenta-se na noção de gramática como um multissistema gerenciado pelo dispositivo cognitivo, a abordagem desse autor – a funcionalista-cognitivista – afasta-se do modelo funcionalista apenas em relação à linearidade dos sistemas defendida por este modelo. E é por essa razão que não se deve entender como incoerência a remissão, quando da apreciação dos dados desta pesquisa, aos novos postulados do autor, sobretudo no que se refere à análise semântica.

Até o momento, foi enfatizado que o sistema linguístico está em constante (re)organização, exibindo formas/estruturas fixas e outras fluidas – as primeiras já estabilizadas no sistema, as últimas podendo vir a se acomodar à gramática. Uma vez adaptadas, novo ciclo se inicia dada a facilidade que tem a língua de se renovar a cada situação de interação.

No início desta seção, destaquei dois modos de definir a gramaticalização – um em que a mudança de estatuto de uma forma linguística resulta da passagem de um item do léxico para a gramática; e outro em que ocorre a passagem de um item gramatical para um uso ainda mais gramatical⁴⁹. A essas duas concepções, que implicam alterações morfológicas, soma-se uma outra tendência, que estabelece o seguinte percurso: “[*qualquer material lingüístico*] > [+ *gramatical*]” (GONÇALVES et al., 2007, p. 27).

Convém acrescentar, ancorada em Gonçalves et al. (2007, p. 53-54), que enquanto as duas primeiras definições têm relação com as investigações que giram em torno da mudança

⁴⁹ Martelotta (2003, p. 60-63), analisando o fenômeno da mudança linguística, cita vários itens adverbiais que passam a ocupar lugar de conjunção. Dentre os exemplos apresentados tem-se o uso do vocábulo MAL, tipicamente classificado como advérbio de modo, mas que, no enunciado “**Mal** saiu de casa, começou a chover”, assume papel de conjunção com valor semântico temporal, indicando que o fato descrito na segunda oração ocorreu imediatamente ao que fora descrito na primeira. Outros usos conjuncionais derivam de advérbios de lugar, o que, segundo Martelotta, levou Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) a proporem o percurso *espaço* > *discurso*, revelador de uma trajetória unidirecional de mudança. Essa transferência metafórica pode ser intermediada por um valor temporal, mas não necessariamente. A explicação se sustenta na ideia de a expressão *espacial* ser mais concreta que a *temporal*, esta mais concreta comparada à “indicação das relações textuais”.

de estatuto de uma forma linguística que culmina na oposição item lexical/gramatical ou na transição de uma função gramatical para outra mais gramatical, a terceira se deve ao redimensionamento das pesquisas, cujo foco de atenção se volta para a mudança que envolve fatos sintáticos. Hopper e Traugott (1993) estão entre os autores que, seguindo essa direção, investigam a gramaticalização de orações. O que rege essa postura é o princípio defendido por Givón (1979) de que o discurso, ou o modo pragmático, interfere na gramática, ou o modo sintático, o que favorece o surgimento de novas estruturas gramaticais. A gramaticalização, nesse caso, é definida em sentido *lato*, considerando-se as motivações externas que pressionam a criação de novas formas que vão moldando a língua.

Reforçando o que mencionei na introdução, na esfera dos estudos sobre gramaticalização, tematizam-se o funcionamento e a acomodação de *itens*, *construções* e *orações* na constituição da gramática, de modo a explicar como ocorre o trânsito das palavras e estruturas entre as classes gramaticais e como se articulam os enunciados. Teço, a seguir, algumas considerações gerais sobre gramaticalização de itens conjuncionais e de orações.

1.4.1 Gramaticalização de itens conjuncionais e de orações

Talvez já não cause mais tanto impacto a informação de que as conjunções compreendem uma classe heterogênea, pois é comum os gramáticos diferenciarem conjunções propriamente ditas de expressões, algumas das quais responsáveis por enlaces adverbiais, que, por compartilharem dos traços *invariabilidade* e *papel relacional*, acabam recebendo a mesma denominação⁵⁰.

Conjunções, preposições e advérbios têm traços tão próximos que se torna difícil separar as três categorias ou incluí-las em uma delas apenas, fazendo com que, como diz Bagno (2011), um pesquisador retire um item de uma determinada categoria e inclua-o em outra; depois um outro ponha-o de volta à classe de que foi retirado e assim por diante, conforme os diferentes olhares.

⁵⁰ Bechara (1999, p. 322-323) faz menção a Epifânio Dias e Maximino Maciel, gramáticos que assumem a posição de não incluir unidades adverbiais, a exemplo de *portanto*, *contudo*, *todavia*, etc. entre as conjunções. Alguns fatores são responsáveis pelo afastamento desses elementos das conjunções: a) a possível compatibilidade dos dois elementos no mesmo enunciado – “Não foram ao cinema *e*, *portanto*, não se poderiam encontrar”, situação em que apenas o primeiro item é capaz de reunir as duas orações no mesmo grupo oracional, coordenando-as; b) a possibilidade de eliminação do segundo elemento, o advérbio; c) o fato de apenas a conjunção, e não o advérbio, permitir a coordenação de subordinadas de mesmo valor: “Espero que estudes *e* que sejas feliz”; além de d) o advérbio apresentar mobilidade posicional.

Um estudo realizado por Orlene Carvalho (2001) sobre as preposições e que é mencionado por Bagno (op. cit.) confirma isso. A autora identifica três tipos de comportamento das preposições (ver capítulo III), num dos quais a preposição se une à partícula *que* para formar uma locução conjuntiva *preposição+que*, como *apesar (de) que*, denominação que sob o seu ponto de vista não é apropriada. Para Carvalho, seria mais apropriado considerar um tipo particular de uso em que a preposição junto ao nominalizador introduz sentenças; a adesão a essa classificação facilitaria a delimitação da classe das preposições, ao mesmo tempo em que permitiria distinguir *conjunção pura* de *locuções* ditas conjuncionais. Este argumento também é válido para o conjunto formado por *advérbio + que*, a exemplo de *antes que*, *depois que*, etc.

Longhin-Thomazi (2004), antes de descrever o processo de gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial, com destaque para a trajetória de mudança de significado por que passam algumas perífrases, faz um esboço sobre o surgimento das conjunções, tendo como suporte Meillet (1948 [1912]); H. Paul (1886), entre outros personagens.

Conforme a autora, a expressão literária que marcou o latim clássico favoreceu o uso intensivo das conjunções, dada a preferência do recurso da subordinação na articulação textual. Por outro lado, poucas das conjunções dessa norma foram aproveitadas no latim vulgar, que serviu de base para a formação das línguas românicas. Consequentemente não só foram criadas outras conjunções como surgiu um outro recurso de grande produtividade para configuração da subordinação – a partícula *quod* e as variantes *quid* e *quia*. Derivam desse mecanismo as perífrases conjuncionais de base adverbial e preposicional, em que o *quod* figura como segundo elemento do construto. É esta a estratégia que, segundo Longhin-Thomazi (2004, p. 217), explica a formação do quadro conjuncional do português, incluindo palavras de diferentes categorias, inclusive verbos, como ilustram as locuções *logo que*, *já que*, *sem que*, além de *visto que*, *dado que*, etc.

Se por um lado a renovação no quadro das conjunções se dá pelo deslocamento de itens de uma classe para outra, evidenciando mudança sob o aspecto formal, a mudança também se revela na esfera da significação, já que uma mesma forma, em situação diferente, pode expressar valor semântico distinto. Esse aspecto tem motivado muitas investigações, sendo as transferências explicadas como projeções ora de natureza cognitiva ora pragmática. Trata-se, pois, de extensão metafórica, no primeiro caso, e de extensão metonímica no segundo (mecanismos comentados anteriormente).

No que concerne à gramaticalização de orações, estudiosos adeptos do funcionalismo, discordando da crença de que só existem duas estratégias de articulação oracional – a coordenação e a subordinação, em cuja base está a noção de dependência/independência sintático-semântica –, apresentam uma nova direção para o tratamento das orações complexas, redistribuindo as estruturas oracionais em três grupos: parataxe, hipotaxe e subordinação.

Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) estão entre os autores que assumem essa posição. Não obstante algumas divergências quanto aos critérios de análise, há dois pontos convergentes em suas propostas: i) o de que os rótulos coordenação e subordinação não abrigam os diferentes modelos oracionais existentes, de modo que não se pode fazer a correspondência entre parataxe/coordenação de um lado e hipotaxe/subordinação de outro; ii) ao romperem essa dicotomia, adotam a idéia de *continuum* estrutural, considerando em maior ou menor medida, aspectos sintáticos, lógico-semânticos e discursivos, postura assentada na visão de que, no processo de junção, as orações exibem diferentes graus de vinculação sintática, fato motivado também pela proximidade semântica entre os eventos descritos nas duas partes⁵¹ constitutivas da oração complexa.

Halliday (1985) analisa as orações complexas tendo por base o estabelecimento de dois eixos - o sistema tático e o sistema lógico-semântico. O primeiro eixo leva em conta a *correlação entre elementos*, e o segundo, o *papel semântico-funcional* das orações⁵². Dentro do primeiro eixo, distinguem-se relações *paratáticas*, *hipotáticas* e de *encaixamento*, conforme a relação entre os elementos seja de mesmo estatuto ou de estatuto diferente. O segundo eixo determina a divisão entre relação de *expansão* e relação de *projeção*.

⁵¹ Carvalho (2004) esclarece que seja nas estruturas paratáticas seja nas hipotáticas figuram dois tipos de orações: as primárias e as secundárias. O primeiro segmento da estrutura paratática e a matriz (referida como dominante) da estrutura hipotática correspondem às chamadas orações primárias; e o segundo segmento da estrutura paratática e as dependentes, nas hipotáticas, correspondem às secundárias.

⁵² Decat (2002), tomando um *corpus* composto de textos escritos resultantes de retextualizações ora de textos orais ora de textos escritos, analisa as operações envolvidas quando da passagem de um texto para outro, verificando, quando do uso das orações adverbiais: i) se há manutenção das relações semânticas; ii) através de que marcas se materializam no texto final; e iii) como se dá a seleção de novas estruturas. A autora caracteriza duas estratégias - *fusão/condensação*, que consiste no ‘enxugamento’ de informações, objetivando evitar redundância ou ambiguidade de informação, e estratégia de *desdobramento*, que, contrariamente à primeira, consiste numa reformulação que estende o conteúdo, embora possa ter a mesma meta – evitar equívocos. Na estrutura de desdobramento depreende-se ainda uma *proposição relacional*, assim referida por Mann e Thompson (1983, apud Decat, 2002), por corresponder ao conteúdo depreendido da *combinação das orações*. Essa relação pode ser de *justificativa/motivo*, *condição*, sequência, entre outras. A estrutura de reformulação que objetiva a explicitude de conteúdo é caracterizada por Halliday (1985/1994) como de *realce*, sendo a estrutura expandida tomada como satélite com relação à oração-núcleo.

Especificamente sobre o que se chama *expansão*, situam-se as relações lógico-semânticas como: *elaboração*, *extensão* e *realce*. Quanto a esta última, de interesse deste trabalho, corresponde aos casos em que uma oração qualifica a outra quanto a tempo, lugar, modo, causa ou condição; representam esse tipo de relação as conjunções *assim* e *então*.

Matthiessen e Thompson (1988) ampliam o modelo de Halliday, ao aliarem aos critérios apontados por esse último, as motivações pragmático-discursivas, partindo do princípio de que a verificação do grau de interdependência das orações depende não apenas da análise da estrutura interna da frase, mas das funções discursivas. Referindo-se às orações adverbiais, acrescentam que a combinação das orações reflete a organização retórica do discurso. Nessa linha situam-se as relações de listagem (parataxe) e relações núcleo-satélite (hipotaxe). Quanto a esse último tipo de estrutura, considera-se que uma informação realiza o objetivo central do autor e a outra serve de suporte⁵³ para esses objetivos ou um objetivo suplementar. Sobre a decisão quanto ao grau de importância da informação – se é nuclear ou subsidiária –, isto será determinado na interação, pois, como afirma Neves (2006, p. 230), no processo de elaboração textual, já há uma expectativa de quem fala/escreve de que o interlocutor/leitor faça um julgamento sobre a “nuclearidade ou a complementaridade das partes, julgamento que é regido cognitivamente”.

Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) são defensores de que no processo de combinação de orações, as cláusulas que formam a oração complexa refletem diferentes graus de integração. Nessa perspectiva, Lehmann (op. cit. p. 217) analisa as orações a partir de três critérios gerais, a saber: autonomia ou integração de cláusulas subordinadas; expansão ou redução da cláusula subordinada ou principal; e isolamento ou articulação de cláusulas. Cada um desses aspectos se desmembra em pares, resultando nos seis parâmetros de avaliação abaixo elencados:

- **Autonomia ou integração de cláusula subordinada:**

1. rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada;
2. nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula;

⁵³ Conforme Decat (2001), as gramáticas tradicionais vinculam esse funcionamento das orações hipotáticas à noção de termo secundário, acessório, o que sustenta a caracterização de oração subordinada adverbial. Em contrapartida, embora admita a importância da caracterização formal, ela defende que mais importante que o modo como as cláusulas se combinam é a relação existente entre elas.

- **Expansão ou redução da cláusula subordinada ou principal:**

3. dessentencialização da subordinada;
4. gramaticalização do verbo principal;

- **Isolamento ou articulação de cláusulas:**

5. entrelaçamento das duas orações;
6. explicitude da articulação.

De acordo com o autor, as tipologias oracionais atendem a um *continuum* de organização, obedecendo a um trajeto conforme o qual, no pólo à esquerda, situam-se as orações cujo vínculo é mais fraco, a exemplo das sentenças de igual estatuto sintático (paratáticas); no pólo à direita, ficam as orações cujo vínculo é mais forte, ou seja, as sentenças que se integram a outro constituinte da oração principal (é o caso das sentenças encaixadas ou subordinadas), e no pólo intermediário, estão cláusulas adverbiais, cláusulas nominais dessentencializadas, cláusulas correlatas, etc. Os critérios indicados por Lehmann (1988) são resgatados, sobretudo, em estudos que tratam da gramaticalização de orações⁵⁴ que representam atitudes dos falantes, as chamadas orações modalizadoras, advindas de orações complexas formadas com orações completivas. Mas também se aplicam a orações adverbiais que tendem à nominalização.

Hopper e Traugott (1993), considerando parâmetros sintáticos e semântico-discursivos e adotando a ideia de *continuum*, também sugerem que o processo de junção das orações segue a direção de menor para maior integração de cláusulas, e em decorrências desse fator, o elo oracional é mínima ou maximamente explicitado, como revela o esquema proposto pelos autores:

PARATAXE (independência) núcleo integração mínima	>	HIPOTAXE (interdependência)	>	SUBORDINAÇÃO (dependência) margem integração máxima
---	---	---------------------------------------	---	---

⁵⁴ Ilustram casos de modalização estruturas a exemplo de “acho” e “parece”, em que ocorre redução ou dessentencialização de orações; e estruturas cristalizadas como “vai ver que”, que revela o uso gramaticalizado do verbo da oração principal, correspondendo ao advérbio *provavelmente*. Quanto às adverbiais, servem de ilustração as orações finais. Azevedo (2000) apresenta, em sua tese, uma tipologia de estruturas que expressam finalidade, contemplando orações desenvolvidas e reduzidas, além de estruturas fortemente nominalizadas, como “Os países que, historicamente, mais contribuíram **para a contaminação ambiental** têm uma responsabilidade maior a respeito.”

ligação explícita máxima	ligação explícita mínima
--------------------------	--------------------------

E, a depender dos traços dependência e encaixamento, obtém-se a seguinte configuração das diferentes tipologias oracionais:

- a) PARATAXE: **coordenadas e justapostas**: - dependência /- encaixamento;
- b) HIPOTAXE: **adverbiais e adjetivas explicativas (apositivas)**: + dependência /- encaixamento;
- c) SUBORDINAÇÃO/ENCAIXAMENTO: **subordinadas substantivas e adjetivas (restritivas)**: + dependência /+ encaixamento.

A contribuição dessas últimas abordagens está em permitir que se reconheçam com mais segurança as propriedades das diversas tipologias oracionais, por conciliar os critérios dependência e encaixamento. Além disso, a consideração do eixo lógico-semântico sinalizado por Halliday (1985), como argumenta Braga (2001, p. 25), “fornece respaldo à intuição de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas”. Com isso, evita-se que o estudo dos processos de combinação oracional se restrinja à mera associação entre tipologia de oração e/ ou tipologia de relação semântica, em conformidade com o conector que faz o elo oracional.

Uma vez adotado o conceito de gramaticalização, segundo o qual as palavras sofrem alterações nos níveis fonológico, sintático, semântico e discursivo, abordo nos capítulos II e III, respectivamente, as propriedades sintáticas e semânticas definidoras das categorias focalizadas nesta pesquisa, *preposição* e *conjunção*, como forma de explicar a gramaticalização⁵⁵ do **sem**, tema do capítulo V, seja quando integra a chamada locução conjuntiva **sem que**, nas orações adverbiais desenvolvidas seja diante de infinitivo, nas orações reduzidas. No capítulo IV, trato da ordenação das orações adverbiais em estudo, face o argumento de que há uma estreita relação entre gramática e discurso, ou melhor, de que motivações textuais e discursivas influenciam a organização da gramática.

⁵⁵ Devo esclarecer que interessa, neste estudo, mostrar que há dois padrões estruturais em competição em um mesmo estágio da língua; portanto o enfoque é sincrônico. Por outro lado, a remissão a estudos diacrônicos se justifica uma vez que, em um dos contextos sob observação, há indícios de alteração categorial e semântica da forma gramatical sob investigação, daí ser necessário explicar o processo de recategorização.

CAPÍTULO II

A articulação oracional: o papel das preposições e conjunções

Neste capítulo, objetivo apresentar a configuração sintática das duas estruturas oracionais focalizadas nesta pesquisa – uma formada pela locução conjuntiva **sem que + verbo finito no subjuntivo** e a outra formada pelo **sem + (Sn/Sadv.) + verbo no infinitivo**, como forma de inferir regularidades nos dois padrões oracionais responsáveis pelo mecanismo de articulação oracional referido por hipotaxe adverbial. Esse mecanismo caracteriza-se pelo estabelecimento de uma relação entre elementos de natureza distinta, mas que, ao contrário da subordinação, não se trata de uma relação de *constituência* – ou seja, um constituinte sendo termo de outro, mas de elementos que estabelecem *relações lógico-semânticas*.

Observando-se a configuração morfossintática dos dois juntores, podem-se depreender dois diferentes mecanismos responsáveis pela transposição de uma unidade nominal a oracional, de natureza adverbial. O primeiro compreende a combinação de uma preposição com um nominalizador (**que**), resultando em uma locução/conjunção, mecanismo muito recorrente na língua para formar elementos relacionais com o papel de transpositor. Já o segundo consiste na combinação de uma preposição com uma forma verbinominal, estratégia mais restrita, porque viabilizada por um número limitado de preposições, a saber: “*ao terminar a aula, sairemos*”. ; “*Volto, para terminar a tarefa*”.; “*Apesar de terminar o trabalho, não viajarei.*”; “*Não viajarei, sem terminar as atividades*”.

O que chama a atenção nessas formas, no momento em que se procura situá-las numa determinada categoria gramatical, é que, embora a preposição integre ambas as estruturas, registra-se apenas a primeira combinação como sendo conjunção⁵⁶, abordando-se os matizes semânticos assumidos pelo **sem** quando da abordagem das relações adverbiais (*condição, concessão e consequência*). Trata-se de um elemento classificado originariamente como preposição, que, **ao juntar-se com o que**, no contexto das orações adverbiais, gramaticalizou-se como conjunção, por promover a ligação entre sentenças. Porém, como a transposição de camadas oracionais normalmente é realizada através do nominalizador **que**, atribui-se à preposição **sem** apenas a indicação de matizes semânticos, sendo provavelmente esse o

⁵⁶ Como nos exemplos citados no segundo parágrafo, as orações se apresentam sob a forma reduzida, a gramática diz se tratar de sentenças introduzidas por preposições. Entendo, de outro modo, que, em todos esses casos, estamos diante de conjunções, fruto do processo de recategorização, tema em discussão neste capítulo.

motivo de rejeitar-se, salvo algumas exceções, a ideia de que a preposição introduz sentença, o que implicaria a classificação desse item também como conjunção quando posto diante de verbo no infinitivo (nas chamadas orações reduzidas de infinitivo).

Na verdade, admite-se que, tal como a conjunção, a preposição é um transpositor; mas que, ao contrário daquela, atua no nível suboracional. Ou seja, sua anteposição a um nome (substantivo ou equivalente) promove a mudança de estatuto gramatical, por exemplo, de sintagma nominal a sintagma adjetival ou adverbial. Somando-se a isso o fato de o infinitivo não ser considerado um verbo propriamente dito, mas uma forma verbinominal, tem-se outro argumento favorável à ideia de que a preposição não antecede oração. Logo, mantém-se o postulado de que o *sem* é sempre preposição.

Esse princípio é defendido por Perini (1996), ao explicar que, nas sentenças introduzidas pelo **sem que**, evidenciam-se dois processos – primeiro o acréscimo do nominalizador **que** a uma oração, para formar um Sintagma Nominal; depois o acréscimo da preposição *sem* a esse SN, para formar um Sintagma Adverbial (SAdv.). Também Carvalho (2001, apud BAGNO, 2011) corrobora esse ponto de vista, pondo em dúvida a existência de conjunções subordinativas, já que essa classe abarca uma série de estruturas formadas por preposições, pronomes ou advérbios junto ao *que*, gerando locuções conjuntivas tais como *apesar (de) que*, *mesmo que*, *logo que*, as quais, sob o seu olhar, não seriam conjunções puras. Para a autora, nesse tipo de estrutura, tem-se uma preposição que requer o emprego da partícula nominalizadora para introduzir uma sentença.

Para que melhor se entenda a proximidade das duas classes-alvo implicadas nesta pesquisa, a preposição e a conjunção, a ponto de, aqui, defender-se que a partícula *sem* habita as duas classes, na sequência desta exposição, retomo alguns dos aspectos supracitados, mas não sem antes caracterizar os processos combinatórios de sentenças. Centro-me, particularmente, na relação hipotática (ou hipotaxe adverbial), tendo em vista o comportamento dubio do *sem*, revelado à medida que de *preposição* introdutória de adjuntos simples (no nível suboracional) passa a *conjunção*, seja complexa, quando integrante de *locução conjuntiva* (sem que), seja simples quando anteposta a uma *forma verbal infinitiva*, portanto, um *articulador oracional*.

Assim, para tornar a exposição mais sistemática, subdivido este capítulo em duas seções – a primeira referente às informações de natureza descritivo-conceitual, e a segunda, de aplicação teórica, ou analítica, tendo em vista a testagem de critérios de classificação em relação aos dados coletados.

Na parte teórica, verso, a princípio, sobre os processos combinatórios de sentenças, com destaque para a hipotaxe adverbial⁵⁷ e, uma vez situado o ambiente em que transitam as estruturas em análise – **sem que + verbo no subjuntivo** e **sem + (SN/SAdv.) + verbo no infinitivo** –, reporto-me a algumas definições de ambas as classes objeto de estudo, propostas por alguns gramáticos, apontando as lacunas existentes. Para tanto, à medida que analiso as definições, cito, quando convém, sentenças em que a conexão é viabilizada pelos transpositores já referidos, em uma amostra de dados constituída de textos de teor argumentativo (entrevistas e artigos de opinião), coletadas nos periódicos semanais referidos na introdução, como forma não só de ilustrar usos que as definições não comportam, como também descrever os contextos de ocorrência dos elementos em estudo, na busca de identificar fatores determinantes para a preferência de um dos modelos estruturais, no caso a estrutura reduzida.

Passando à parte experimental, apresento, inicialmente, uma caracterização sintática dessas classes, com base em Ilari (2008), Ilari et al. (2008), Castilho (2010), Carvalho (2001, apud BAGNO, 2011), entre outros autores. Concluída essa etapa, tomo como referência os critérios identificadores das conjunções, aplicando-os às preposições, de modo a verificar se as propriedades definidoras da conjunção se aplicam à preposição em estudo, dada a suposição mencionada no decorrer deste capítulo de que o **sem** se comporta como conjunção seja quando acompanha o nominalizador **que**, seja quando acompanha verbo na forma infinitiva nas cláusulas adverbiais.

Nesse sentido, a compreensão do funcionamento dos elementos gramaticais, objeto de estudo desta pesquisa, requer a obtenção de respostas para os seguintes questionamentos:

- 1) Não seria possível considerar a conjunção complexa **sem que** como uma palavra única, uma unidade reveladora de sentidos múltiplos, tendo correspondência com outras conjunções de sentido equivalente, a exemplo de *mas/embora*, se o valor é de contraste/concessão, como em: “O plano real foi uma pequena jóia. Ter congelado a distribuição de renda **sem que as pessoas tivessem entendido...**” =

⁵⁷ A opção por inserir este ponto temático neste capítulo, embora o capítulo III trate mais especificamente das relações lógico-semânticas – campo da hipotaxe –, parte do princípio de que se os transpositores atuam, no eixo sintagmático, como juntores, atuam, no eixo paradigmático como indícios das escolhas discursivas dos usuários da língua. Dado o interesse em situar o objeto de estudo, deve ficar esclarecido que a abordagem tradicional das orações adverbiais segue uma direção, que tem por base o nível da sentença, enquanto os estudos funcionalistas ampliam esse enfoque, seguindo outras direções, em que a base é o texto, já que os conectores se prestam à coesão e coerências textuais, como também o discurso, já que os usuários estabelecem distintos modos de organização das ideias, de forma a atender seus propósitos comunicativos.

embora as pessoas não tenham entendido... (ÉP, E, 08/11/10); ou do *se*, quando se trata de condição: “Não é possível chegar a esse nível **sem que** haja um esforço deliberado de contratações desnecessárias.” = *se não houver esforço deliberado de contratações...* (VJ, A, 12/10/11), entre outros valores, que igualmente favorecem o uso do verbo no subjuntivo?

2) Da mesma forma, não seria possível considerar que, seja na construção oracional em que o **sem** integrado ao **que**, forma **sem que + verbo no subjuntivo** seja naquela formada por **sem + [sn/sadv.] + verbo no infinitivo**), **sem** e **sem que**, tomados cada qual como uma unidade se constituem como uma marca gramatical de subordinação? Ou seja, a estrutura “sem que equacione” parafrasearia “sem equacionar” em: “Não é viável almejar uma democracia digna e condizente com os avanços do século XXI **sem equacionar a grande anomalia ...**” (VJ, E, 21/04/10)?

3) A presença ou a ausência de um complemento para a forma verbal poderia definir quando sobressai a função nominal ou verbal, daí ser possível perceber quando se está diante de um adjunto suboracional (“Aí a gente se arrepende [...] mas da grande bobagem de ter vivido **sem perceber, sem curtir.**”), (VJ, A, 23/11/11); ou de um adjunto oracional (“Você tem um incrível poder em mãos **sem ter o peso da responsabilidade**”) (ÉP, E, 08/03/10)?

A posição aqui assumida em relação à primeira pergunta é de que:

- A categorização da construção **sem que**, e não apenas do nominalizador QUE, como sendo “conjunção⁵⁸” dependeria de que se considerasse a combinação dos itens como um termo único - uma unidade de sentido.

No caso das questões dois e três, de que:

- A categorização da natureza do complemento (termo conseqüente) em nominal ou verbal nas estruturas com infinitivo seria resolvida, desde que se atribuísse à forma

⁵⁸ Embora a denominação “locução conjuntiva” se resguarde exatamente pela presença, junto ao nominalizador *que*, de unidades de outras classes - a exemplo de advérbio, preposição -, as gramáticas, grosso modo, incluem as locuções na relação dos itens conjuncionais, ou seja, os termos são tomados como sinônimos. Por outro lado, se a preposição antecede a forma nominal infinitiva, deveria ser considerada, atendendo ao mesmo raciocínio, como item conjuncional.

verbinominal (ou verbóide) um caráter ora nominal ora verbal, conforme o contexto de uso. Por conseguinte, concedendo-se à forma reduzida a natureza verbal, seria concedido ao *sem* caráter conjuntivo.

Essas questões são objeto de discussão neste estudo daqui por diante.

1. Processos combinatórios de sentenças: breve descrição

São dois os principais mecanismos de articulação dos períodos. A *coordenação* consiste na combinação de constituintes – sintagmas e orações – que pertencem a uma mesma categoria, logo equivalentes, e que desempenham uma mesma função. Nos termos de Garcia (2000, p. 42), trata-se de estruturas paralelas que se interligam por meio de conectores denominados de conjunções coordenativas, caracterizando um processo de “*encadeamento* de ideias”. Sob o aspecto semântico, “um elemento coordenado não modifica o outro, nisto que não lhe dá qualquer contribuição de sentido” (CASTILHO, 2010, p. 346). Como nenhuma oração é termo de outra, ou seja, nenhuma delas representa função em outra, cabe a denominação período composto, chegando a ser redundante o acréscimo da expressão *por coordenação*. Bechara (1999, p. 463) se refere às coordenadas como grupos oracionais, por se tratar de um processo em que elementos de uma “mesma camada gramatical”, no caso, orações, se integram para formar um todo, embora cada oração possa ocorrer em separado.

Já a *subordinação* implica relação de natureza hierárquica, já que uma oração, obedecendo à estrutura de constituintes, é termo de outra. Nesse processo combinatório, “não há paralelismo mas desigualdade de funções e valores sintáticos”, sendo o enlace oracional mais estreito, daí maior dependência não só quanto ao sentido mas ao “travamento sintático” (GARCIA, 2000, p. 45). Diferentemente do que ocorre com a coordenação, há, na subordinação, transposição de camadas, considerando que uma unidade superior – oração - pode, nos termos de Bechara (1999, p. 462), “pelo fenômeno de estruturação de camadas gramaticais conhecido por *hipotaxe* ou *subordinação* passar a uma camada inferior e aí funcionar como pertença, como membro sintático de outra unidade”.

De acordo com Castilho (2010), três tipos estruturais de sentenças integram a subordinação: a) estruturas encaixadas em que uma oração introduzida por uma conjunção integrante serve de complemento do verbo de outra oração, a matriz, estando em relação argumental – são as *substantivas*, ou completivas; b) estruturas encaixadas em que uma

oração introduzida por um pronome relativo modifica um sintagma nominal antecedente, estando em relação de adjunção – são as *adjetivas restritivas*, ou relativas; e c) estruturas em que não há encaixamento, estando uma oração em relação de adjunção com outra, servindo-lhe para adicionar uma informação ou circunstância – são as *adverbiais*.

Sobre as orações *adjetivas explicativas* ou apositivas, Castilho (op. cit.) não as situa no rol das subordinadas quando da caracterização dos tipos de orações complexas. Porém, ao se referir à semântica das orações adjetivas, distingue-nas das adjetivas restritivas ou determinativas, afirmando que aquelas operam como aposto do sintagma nominal antecedente e faz referência a Mira Mateus et al. (1989/2003/2005, p. 671), que lhes atribuem a função de explicitar um comentário do locutor em relação a um sintagma nominal antecedente. Castilho (2010, p. 371) faz a ressalva, apoiado em Neves (2000, p. 375), de que a condição de comentário implica que a oração explicativa⁵⁹ não constitui “nenhum subconjunto dentro de um conjunto”. Quanto à oração com a qual as subordinadas se ligam, denomina-se principal ou matriz. Ou melhor, citando Castilho (2010, p. 340), é a “sentença que contém o constituinte gerador da dependência”.

Convém acrescentar que as orações adverbiais, se comparadas às subordinadas substantivas e adjetivas, têm uma ligação mais fraca em relação à matriz, mas, de outro modo, são mais suscetíveis às necessidades do discurso, como assinala Castilho (2010). Por isso, considerando-se os parâmetros universais de **independência/dependência** sintática propostos para diferenciar a coordenação da subordinação bem como o critério de **encaixamento**, as adverbiais se situam entre as coordenadas e as subordinadas.

2.1 A hipotaxe adverbial: caracterização sintática e semântico-funcional

Os matizes semânticos resultantes do elo estabelecido entre uma oração adverbial e a matriz são interesse de reflexão de um outro capítulo; neste ponto, apresento uma síntese dos traços sintáticos caracterizadores dessa categoria de oração. De acordo com Brito (2003), três propriedades sintáticas identificam uma oração subordinada adverbial: i) o papel de constituinte sintático; ii) o caráter não-argumental em relação ao verbo da oração matriz; e iii)

⁵⁹ Neves (2006) destaca que as orações adjetivas explicativas nem se enquadram na relação de parataxe nem na de hipotaxe, porque são estruturas encaixadas que não mantêm uma “relação”, mas fazem parte da estrutura de um sintagma, sintagma este constituinte da frase.

a impossibilidade de extração de constituintes na oração subordinada, daí a denominação de *ilhas adjuntas*.

A submissão ao processo de clivagem e a mobilidade de posição (inicial/final/medial) confirmam o rótulo de um termo sintático. Quanto à propriedade de não ser argumento do predicado, a autora enumera quatro estratégias⁶⁰ indicadoras da função de adjunção, quais sejam:

- i) a pergunta com o verbo *fazer/acontecer* seguido da oração subordinada cuja resposta é a oração matriz. Assim, dada a oração “Vamos jantar *se vieres cedo*.”, obtém-se como resposta à pergunta “O que é que vamos fazer *se vieres cedo*?”, a seguinte oração: “Vamos jantar”.
- ii) a substituição da oração adverbial por advérbios, sintagmas adverbiais e preposicionais, não argumentais. Nesse caso, a oração subordinada presente em “Vamos jantar *quando chegares*” pode ser substituída por “Vamos jantar *às oito horas/hoje*.” Da mesma forma que a oração subordinada grifada em “Vou sair *apesar de ter muito trabalho*.” pode corresponder a expressão “*apesar do trabalho*”.
- iii) evidência de correferencialidade entre o sujeito nulo da oração subordinada anteposta e o SN sujeito da oração matriz. Logo, no período “Embora ainda não Ø tenha emprego, o João quer casar.”, o sujeito nulo do verbo TER presente na oração subordinada é correferencial ao sujeito (João) da locução verbal QUER CASAR na oração matriz.
- iv) ausência de correferencialidade entre o sujeito da oração subordinada adverbial quando posta à direita (posposta) e o sujeito nulo ou pronominal da oração matriz, como demonstra o exemplo “*ela* dançava, *quando a Maria cantava*, no qual o sujeito representado pelo pronome *ela* se refere a uma outra pessoa que não Maria.

Até aqui mencionei traços estruturais das orações adverbiais, mas estas, no dizer de Decat (2001, p. 106), apesar de aparentarem ser encaixadas, tendo em vista funcionarem

⁶⁰ Selecionei, para essa breve descrição, um, entre os vários exemplos citados pela autora, para ilustrar cada uma das estratégias apresentadas (BRITO, 2003, p. 700-702).

como parte de uma outra oração, têm “mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso”.

Por essa razão é que, numa perspectiva funcionalista, o estudo das orações adverbiais ultrapassa a identificação, no nível das sentenças, do tipo de informação que é adicionada à oração matriz por meio da associação à tipologia de advérbios, pois, além de nem sempre ocorrer tal correspondência – tome-se como prova o conector *quando* a que se atribui, nas gramáticas, o valor de tempo, enquanto em certos contextos ele assume valor de condição – pode também a oração adverbial ter como alvo/escopo um grupo de sentenças. Portanto, está-se no nível textual e não no sentencial. O reconhecimento dessa particularidade das orações adverbiais faz com que funcionalistas como Castilho, Decat, entre outros⁶¹, prefiram descrevê-las como um princípio de organização do discurso, ou “como um caso de ‘combinação de cláusulas’” (CASTILHO, 2010, p. 371).

Haiman e Thompson (1984, apud DECAT, 2001, p. 110), seguindo essa lógica, distinguem cláusulas que se integram estruturalmente em outra (substantivas e adjetivas restritivas) de cláusulas que não se integram estruturalmente em outra (adverbiais). Voltando-se para o estudo destas últimas, os autores as subclassificam, conforme a combinação que estabelece com as outras orações, em dois tipos, a saber: a) *relação núcleo/satélite* e b) *relação de listagem*. A diferença entre esses dois grupos está relacionada à quantidade de

⁶¹ Juliano Desiderato Antonio, subsidiado pela teoria da Estrutura Retórica dos textos, que tem entre seus representantes Matthiessen e Thompson, analisou narrativas orais e escritas objetivando descrever as relações retóricas que se estabelecem, mediadas pelas orações adverbiais, entre as partes dos textos. A partir do estabelecimento de categorias conforme a função dessas relações fosse a organização do texto, ou indo além, a organização da combinação de orações paratáticas e hipotáticas, fez a categorização das partes das narrativas obedecendo a classificação proposta por Mann e Thompson (1987), que delimitaram vinte e cinco categorias distribuídas em dois blocos: *relações núcleo-satélite* e *relações multinucleares*. No primeiro, “uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo)” e no segundo, “uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto.” (ANTONIO, 2008, p. 224). No *corpus* analisado evidenciaram-se as seguintes categorias: a) *background, solução, resolução, elaboração e resultado*, atuando na organização textual; em se tratando das relações que atuam na combinação de orações paratáticas - b) *relações de sequência, de lista e de contraste*; e no caso das relações hipotáticas -c) as relações de *evidência, de justificativa, de causa, de concessão, de propósito, de modo, de meio e de circunstância*. Ou seja, há uma conciliação entre as camadas organizacionais dos textos e as diferentes modalidades de orações. A conclusão do autor foi de que a forma de combinação das orações é a representação material da organização do discurso, comprovando que os diferentes gêneros de texto apresentam sequências linguísticas específicas de acordo com o tipo de relação retórica evidenciada nas porções textuais, confirmando ainda o princípio defendido pelo “funcionalismo da Costa-Oeste” de que há uma relação entre a gramática e o discurso. Transparece, pois, a tese de que i) o estudo do processo de combinação de orações não deve limitar-se à mera classificação das orações em coordenadas e subordinadas; e ainda que ii) a especificação das relações semânticas entre as orações deve levar em conta apenas o conector que inicia a oração, prática comum nos manuais didáticos.

texto com que a oração adverbial se articula. Assim, no primeiro caso, a articulação se dá entre duas sentenças – a matriz (núcleo) e a adverbial (satélite); no segundo, mais de uma oração adverbial; logo, vários satélites, estando numa relação paradigmática (listagem), mantêm uma relação hipotática com a matriz.

Uma vez que a articulação oracional é viabilizada não só por conjunções mas também por certas preposições, Neves (2000), ao situar o contexto de uso em que se aplicam essas formas gramaticais, estabelece uma oposição entre dois processos combinatórios – a *subordinação estrita* e a *junção* – a primeira atua no âmbito dos sintagmas ou das orações por meio das preposições, enquanto a segunda, no âmbito das relações entre satélites adverbiais e seus núcleos, podendo ser viabilizada tanto por meio das *preposições* quanto das *conjunções subordinativas*, denominação esta que, para a autora, é inadequada, pois só se aplicaria aos casos em que a ligação se dá entre uma oração substantiva ou adjetiva e a principal.

No tópico seguinte, comento as propriedades das duas classes responsáveis pelos nexos textuais, tomando como ponto de partida a análise de algumas definições.

2.2 Um pouco de teoria: revisando algumas definições das classes relacionais

Considerando os critérios flexional (ou mórfico), distribucional (ou sintático) e funcional (ou semântico) como base para a organização das palavras em categorias gramaticais, situemos as duas classes supracitadas. Preposição e conjunção se aproximam pelos seguintes traços: são invariáveis, dependentes e estabelecem nexos, ou seja, têm natureza relacional. Além disso, são classes que, sob o aspecto da função que assumem no período, situam-se na esfera dos itens chamados *adverbiais*, conjunto de elementos (sintagmas nominais e preposicionais) que, se se considerar o critério mórfico, não se confundem com os advérbios propriamente ditos, mas que compartilham com essa categoria algumas propriedades sintático-semânticas. Porém, divergem quanto ao tipo de sintagma que conectam. Assim, registra-se que as preposições unem/juntam termos de uma oração, ou constituintes de um sintagma, e as conjunções ligam orações ou termos semelhantes de uma oração.

Observem-se algumas definições⁶² que representam a noção corrente reproduzida em manuais didáticos e cujas limitações serão mencionadas:

Quadro (2): definições das classes relacionais – preposição e conjunção		
AUTORES	CLASSES RELACIONAIS	
	PREPOSIÇÕES	CONJUNÇÕES
Enéas Barros (1985) e Cunha e Cintra (2001)	“elementos <i>de ligação dos constituintes num sintagma</i> : livro de aula.” p. 211. “[...] palavras invariáveis que <i>relacionam dois termos</i> de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (ANTECEDENTE) é explicado ou completado pelo segundo (CONSEQUENTE).” p. 555.	“É a palavra invariável <i>que relaciona duas orações</i> ou dois termos semelhantes da mesma oração.” p. 213. “[...] vocábulos gramaticais que <i>servem para relacionar duas orações</i> ou dois termos semelhantes da mesma oração.” p. 579.
Perini (1996)	“é a palavra que <i>precede um SN</i> , formando o conjunto um S Adj. ou um S Adv.” p. 334.	“é a palavra que <i>precede uma oração</i> , formando o conjunto um S Adv. ou um SN.” p. 334.
Azeredo (2000)	“palavra invariável que <i>precede uma unidade nominal</i> – substantivo, pronome substantivo, infinitivo -, convertendo-a em constituinte de unidade maior [...]” p.144.	“palavra invariável que <i>precede uma oração desenvolvida</i> , convertendo-a em constituinte de uma oração maior [...]” p. 145.

Depreende-se nas duas primeiras definições o destaque da função conectiva de ambas as classes gramaticais enquanto as duas últimas sinalizam para o aspecto distribucional, quando se explicita a precedência da preposição ao sintagma nominal⁶³ e da conjunção à oração. Ou seja, a natureza da unidade consequente - SN ou SO - é fator determinante para a distinção entre essas duas classes.

Nas definições propostas por Azeredo (op. cit.), um aspecto chama a atenção quando este especifica as unidades que sucedem a preposição e a conjunção: ao caracterizar a unidade nominal que integra o sintagma preposicional, ele faz referência à forma verbal de *infinitivo*, que estaria em oposição à forma verbal finita, por ser esta a marca que identifica a *oração desenvolvida*, unidade que sucede uma conjunção. Na verdade, a maneira como tem sido feita

⁶² Devo esclarecer que o critério adotado para a disposição das definições é a proximidade de abordagem – os dois primeiros autores citados põem em relevo uma determinada propriedade das duas classes, e os dois últimos, outra, conforme explicita o comentário após o quadro.

⁶³ Convém acrescentar, reportando-me a Romero (2009, p. 520), que aos termos “antecedente” e “consequente”, utilizados pela tradição gramatical, corresponde a nomenclatura “figura” e “ponto de referência” adotada pela abordagem funcionalista-cognitivista. Assim, “o ponto de referência (o segundo elemento) é o espaço ou tempo em que se quer situar a figura (o primeiro elemento).”

a distinção entre oração reduzida e desenvolvida é um tanto confusa, pois, enquanto o reconhecimento de uma oração reduzida vem associado à presença das formas nominais do verbo – infinitivo, gerúndio e particípio –, o da oração desenvolvida se associa à identificação de um conectivo⁶⁴. Mais coerente seria que o reconhecimento tivesse como base um só critério – o da forma verbal – se finita ou infinitiva.

Conforme esclarece Bechara (1999, p. 513), a oração desenvolvida assim se denomina por apresentar verbo na forma finita, seja imperativo, subjuntivo ou indicativo. Além disso, a indicação do conectivo como marca da oração desenvolvida reforça a confusão, porque normalmente se associa conectivo à conjunção. Por outro lado, deve ficar claro que partículas como *a*, *para* e *sem*, que são classificadas como *preposição*, também introduzem orações. Não são tomadas, porém, como *conjunção* por antecederem infinitivo, daí introduzirem as chamadas adverbiais reduzidas. O fato é que, independentemente do tipo de oração que conecta, a partícula que a antecede – seja a conjunção, locução conjuntiva ou preposição, preservando a nomenclatura tradicional, é responsável pelos nexos entre orações.

Assim, uma pergunta se impõe: uma vez que uma preposição chega a introduzir uma sentença de caráter adverbial constituída por um verbo em forma infinitiva⁶⁵, que tem equivalência a uma oração cujo verbo se apresenta na forma finita, por que a definição de preposição não contempla a unidade oracional? As orações subordinadas adverbiais reduzidas introduzidas pelas preposições – *ao*, *para* e *sem*, que expressam as circunstâncias de *tempo* - Acenou *ao* sair (quando saiu); *finalidade* - Saiu do local *para* não se machucar (para que não se machucasse); e *concessão ou condição* - Saiu *sem* avisar (sem que avisasse) ou Não sairia *sem* avisar (se não avisasse) ilustram esse fato⁶⁶. Significa dizer que se a distinção entre orações desenvolvidas e reduzidas não estivesse presa às denominações: conjuncional/não-

⁶⁴ Confirma essa confusão a citação de Garcia (2000, p. 45) “As três famílias de orações subordinadas [...] podem ser *desenvolvidas* [...] quando têm conectivo, ou *reduzidas*, quando o verbo está numa das suas formas nominais [...]”.

⁶⁵ Castilho (2010, p. 592) lista quatro contextos que são tomados com escopo da preposição: i) sintagma nominal; ii) outro sintagma preposicional; iii) sintagma adverbial e iv) sentença com verbo nominal. Como exemplo desse último grupo, cita: “**Ao** retirar o carro da garagem, vi o ladrão” e “**Apesar de** abalado com os resultados, mesmo assim continuou dando aulas” (grifos meus).

⁶⁶ A respeito do tipo de equivalência feito entre as estruturas reduzidas e desenvolvidas que consiste em substituir a preposição por uma conjunção de valor correspondente e a forma verbal infinitiva por uma finita, com o propósito de justificar o caráter oracional do primeiro modelo estrutural, Decat (2001) diz ser um recurso inadequado, e alega duas razões: a de que não há uma relação de significado exata entre as duas estruturas e ainda a de que uma só configuração externa pode levar a ambiguidade de significação. Por exemplo, uma construção como AO + F. V. *infinitiva* tanto pode expressar uma relação de tempo quanto de causa, conforme a alternância seja feita com *quando* ou *porque*. Daí Decat (op. cit., p. 136-137) ser favorável a uma “abordagem baseada nas proposições implícitas à articulação das cláusulas, que dará conta não só dos casos claros, como também daqueles que se apresentam duvidosos”.

conjuncional, seria mais fácil a aceitação de que itens originariamente preposicionais estão se gramaticalizando como conjuncionais, em um tipo particular de orações – as reduzidas⁶⁷.

Castilho (2010, p. 381), discorrendo sobre o estatuto da subordinação, afirma serem as formas nominais um dentre outros processos de marcação gramatical das orações subordinadas; daí dedicar um tópico de sua gramática às orações subordinadas não conjuncionais – *infinitivas, gerundiais e participiais*. Significa, então, que, tanto quanto o nominalizador **que**, o infinitivo é um índice de subordinação, asserção esta que me induz a responder positivamente a uma pergunta feita no início do capítulo quanto à possibilidade ou não de associação entre as estruturas **sem + nominalizador + verbo no subjuntivo (sem que fizesse)** e **sem + (SN/SAdv.) + infinitivo (sem fazer)**.

Já que se afirma que o papel do **sem** na locução conjuntiva é, sobretudo, de acrescentar um matiz semântico, pois o transpositor, de fato, é o *que*, aspecto que será discutido adiante, quando da menção a Perini (1996) e Carvalho (2001), entendo que nos dois casos está-se diante de um construto que, do ponto de vista formal, é uma conjunção, por viabilizar a ligação entre sentenças, ainda que, do ponto de vista semântico, os diferentes sentidos expressos sofram influência do conteúdo do **sem**. Mas a prova de que nominalizador e transpositor, seja este o **que** ou o **sem**, nas estruturas infinitivas, não agem isoladamente é que se assim o fosse, apenas o valor de contraste, herdado do **sem**, seria preservado; quando, na verdade, outras particularidades da sentença podem influenciar a alteração de sentido.

Conceber a locução como unidade é benéfico por auxiliar a identificação de valores contrastantes conforme as diferentes combinações (desde *que/assim que/ mesmo que/sem que*), mas é válido lembrar que cada uma das locuções absorve diversos sentidos de acordo com o contexto de uso, pois não há para cada forma um único sentido.

⁶⁷ É válido trazer para essa reflexão uma definição de PREPOSIÇÃO formulada por Crystal (2002: 2008) e citada por Romero (2009, p. 520): “termo usado na classificação gramatical das palavras, com referência a um conjunto fechado de itens, que precede os sintagmas nominais [...] e **certas formas do verbo**, para formar um único constituinte ou estrutura. O **sintagma preposicional** resultante pode, então, ser descrito em termos de distribuição [...] ou semanticamente [...]” (grifos meus). Acredito que o autor não descreve a construção resultante da junção de preposição com verbos (ou oração reduzida) como um *sintagma oracional* em contrapartida ao *sintagma nominal*, para manter-se coerente, de modo que o sintagma preposicional engloba os dois usos. Por outro lado, omite o fato de a forma verbal, embora não flexionada, atribuir caráter oracional ao sintagma, e, por conseguinte, o fato de que a distinção entre oração adverbial *desenvolvida* e *reduzida* tem por critério o emprego do verbo na forma finita ou não finita (infinitivo).

A respeito das infinitivas, Castilho (2010, p. 381) faz um esboço das condições que favorecem a ocorrência de substantivas, e especificamente sobre as infinitivas adverbiais, pontua:

Sentenças adverbiais finais, temporais e comparativas podem ter seu verbo no infinitivo preposicionado:

(120)

- a) *Mandei seu presente logo cedo, **para** você **receber** o meu antes dos outros.*
- b) ***Depois de/antes de tocar fogo** no mato, escondeu-se da polícia florestal.*
- c) ***Ao apertar** minha mão, vi que estava nervoso.*
- d) *O incendiário foi bastante/demasiado/muito decidido **para tocar fogo** no mato.*

Embora no rol de sentenças expostas por Castilho (2010) não conste o caso do *sem*, nada impede a sua inclusão, porque seria uma possibilidade a mais de infinitivo preposicionado. A denominação “infinitivo preposicionado” tem coerência na proposta desse autor, considerando que ele está tomando o infinitivo como nominalizador. Mas, a meu ver, na estrutura infinitiva, o nexo entre as sentenças é estabelecido, sobretudo, pelo transpositor *sem*, pois, se por um lado, o infinitivo confere ao adjunto o caráter oracional - atente-se para o fato de que, nos exemplos de **a** a **d**, todas as formas infinitivas vêm acompanhadas de complemento - , por outro lado, a atribuição do caráter adverbial se deve ao acréscimo do *sem*, razão porque nessas estruturas considero que esse item atua como conjunção.

No âmbito dos itens conjuncionais, ressalve-se que a propriedade ‘ligar termos’ é determinante para distinguir conectores (ou conjunções coordenativas) de transpositores (ou conjunções subordinativas). No primeiro caso, tem-se a relação entre “dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.)”. No segundo, tem-se a relação entre “duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.” (ROCHA LIMA, 2002, p. 184).

Advém, portanto, da natureza subordinante a convergência entre preposições e conjunções, considerando que o transpositor tem o papel de modificar a classe de um SN ou uma oração. No caso da preposição, a sua anteposição a um nome pode servir para impor a

este as seguintes funções: 1. adjunto adnominal (homem *de fibra*); 2. predicativo (o livro *é de pano*); 3. adjunto adverbial (moro *em Campina Grande*) casos em que o sintagma preposicionado tem correspondência com uma noção ou categoria gramatical; ou pode ainda: 4. indicar a função sintática do grupo nominal (concordo *com você*, pedi informação *ao porteiro*), quando a presença da preposição atende a uma exigência do verbo, de modo que os sintagmas nominais funcionam como complemento relativo ou objeto indireto). Como nesse último caso não há uma associação do sintagma preposicional com categoria gramatical, o uso se justifica, nos termos de Bechara (1999), por “*servidão gramatical*”. Para o autor, a preposição “habilita uma determinada unidade linguística a exercer papel gramatical diferente daquele que normalmente exerce” (BECHARA, op. cit., p. 296-297). Ou seja, a preposição torna possível que substantivos ocupem o lugar de adjetivos ou advérbios.

Conforme Azeredo (2000, p. 145), os empregos exemplificados em (4) correspondem aos casos em que “a preposição não é escolhida pelo que significa, mas imposta ao usuário da língua pelo contexto sintático; isto é, ela é selecionada pela palavra que a precede, seja um verbo, um substantivo, um adjetivo ou um advérbio.” Ainda segundo esse autor, nessas situações a preposição tem o sentido enfraquecido ou esvaziado. Diferentemente, há aquele emprego em que a preposição, sendo parte do sintagma preposicional, assume função adjetiva ou adverbial, acrescentando sentido à construção, conforme a escolha do usuário. Entre os exemplos elencados pelo autor, citem-se: *viajou sem destino*, *viajou com a família*, *viajou pelo litoral*.

No caso da conjunção, a transposição promove a transferência de um enunciado pertencente a um nível superior para uma nova estrutura no interior da qual exerce função inferior, no nível da palavra, caso em que uma oração absoluta passa a termo de uma oração, assumindo função sintática de objeto direto ou indireto, predicativo, logo, funções próprias de substantivos, adjetivos e advérbios. Os termos subordinantes, no dizer de Azeredo (2000), caracterizam-se por pertencerem às unidades que introduzem e por servirem de marca formal da classe dessas unidades. Por essa razão, o autor utiliza o termo *conjunções adverbiais* em vez do termo geral *conjunções*, ao se referir aos casos em que tais conjunções “juntam-se a orações para formar sintagmas adverbiais” (AZEREDO, op. cit., p. 211), cujo resultado é a oração subordinada adverbial. De outro modo, conforme esse autor, as preposições preenchem ora o lugar de sintagmas adjetivais (*leite sem gordura*) ora adverbiais (*misturou a massa com as mãos*). Logo, não obstante a semelhança quanto ao papel de conexão, novamente vem à tona o fato de o reconhecimento da preposição, sob o aspecto

distribucional, vincular-se a sua antecedência ao sintagma nominal e o da conjunção ao sintagma oracional.

Na sequência da explanação, Azeredo (op. cit. p. 2000) chama de oração adverbial “ao sintagma adverbial criado por transposição de uma oração” e exemplifica com a sentença: “Eles abriram a porta *sem que pudéssemos ouvir* e saíram”, cuja explicação baseia-se na alternância da oração em destaque com um advérbio *silenciosamente*; ou com uma oração “*Nós não podemos ouvir*”. Percebe-se que a alternância não fora realizada com a oração “*Nós não pudéssemos ouvir*”, porque esta não tem autonomia sintática, embora o verbo esteja na forma finita, que é a marca de predicação. Ora, no mesmo contexto em que se insere a oração adverbial desenvolvida cabe a oração reduzida introduzida pela preposição **sem**, obtendo-se “*sem podermos ouvir (ou sem ouvirmos)*”. Logo, se a estrutura da oração desenvolvida consiste na união do transpositor **sem que** com a oração “*Nós não podemos ouvir*”, a estrutura da oração reduzida também consiste na união do transpositor **sem** com uma oração, de modo que a definição de preposição deveria contemplar a possibilidade de esse item introduzir sintagma oracional tal como a conjunção.

Perini (1996) compartilha do raciocínio de Azeredo (op. cit.). Dada a capacidade de estabelecer nexos, o autor inclui essas duas classes relacionais, juntamente com o pronome relativo, no conjunto dos conectivos, que se subdividem em coordenativos e subordinativos. Aos conectivos subordinativos, particularmente, atribui-se a função de alterar a classe de um SN ou oração, de forma que a unidade linguística a que se anexam a preposição ou a conjunção representa um sintagma maior. Em conformidade com a máxima de que preposição se junta a SN e conjunção a oração, Perini (op. cit.) justifica que, em construções formadas pelas locuções conjuntivas (ou conjunções) **sem que** e **desde que**, dá-se a condensação de dois processos: na primeira etapa, acrescenta-se a conjunção à oração para compor um SN; na segunda, acrescenta-se a esse SN a preposição para formar um SAdv. Esquemáticamente, tem-se:

1. QUE + ORAÇÃO = SINTAGMA NOMINAL e
2. PREP. + SN = SINTAGMA ADVERBIAL.

Aplicando-se essa regra à segunda parte da oração: “Eles participaram da festa *sem que fossem convidados*.”, obtém-se o seguinte desdobramento:

QUE + ORAÇÃO (fossem convidados) = SN: “... que fossem convidados.”;
PREP. SEM + SN (... que fossem convidados) = S ADV.: “... sem que fossem convidados”.

Transpondo-se essa regra para as orações adverbiais reduzidas de infinitivo, a anteposição da preposição **sem** à oração “[eles] serem convidados” na oração maior: “Eles participaram da festa **sem serem convidados**.” forma um sintagma adverbial, correspondente a “... **embora não tenham sido convidados**” ou “... **ainda que não tenham sido convidados**”. Ou seja, na estrutura reduzida introduzida por preposição, verifica-se a condensação de dois processos tal como ocorre com a locução conjuntiva. Logo, se uma preposição também se anexa a uma oração, vindo a compor um sintagma adverbial de natureza oracional, considero incompreensível a asserção de que preposição só liga termos (melhor dizendo, antecede sintagma nominal).

Até o momento, dois pontos guiaram a discussão⁶⁸, em virtude de serem reiterados na literatura sobre os itens relacionais:

i) O condicionamento da categorização de preposição ou conjunção ao tipo de sintagma posposto ao transpositor - se nominal ou verbal. Sobre esse fato, a explicação fornecida por Ilari (2008, p. 809) em relação ao tipo de objeto linguístico a que as conjunções se aplicam em comparação às preposições, serve de endosso:

Trata-se de palavras dotadas de uma função *conectiva*, cuja peculiaridade entre os demais conectivos seria a capacidade de se aplicarem a um tipo particular de objetos linguísticos – as sentenças. Essa característica bastaria para distinguir as conjunções de outro tipo de conectivo que sempre se aplica a termos de uma sentença, as preposições. (grifos do autor)

ii) a caracterização da forma verbal infinitiva como um complicador para o reconhecimento da conjunção, devido à imposição de uma propriedade nominal⁶⁹, traço que confere ao transpositor *sem*, por exemplo, a classificação como preposição. Para esclarecer essa

⁶⁸ Vale salientar que a menção a Perini (1996) e a Azeredo (2000) independe da linha teórica por eles adotada; a referência se deve à proximidade da descrição realizada.

⁶⁹ De acordo com Macambira (1993), o infinitivo junto ao gerúndio e ao particípio compõem o grupo das categorias duplas, sendo a possibilidade de se comportar ora como *substantivo* ora como *verbo* o que justifica esse fato. A não especificação de pessoa é o que confere o caráter de infinitivo a essa forma verbal; mas, segundo o autor, quem atribuiu tal denominação “não imaginou que mais tarde o infinitivo podia tomar pessoas” (MACAMBIRA, op. cit., p. 125).

abordagem, retomem-se os exemplos citados no parágrafo precedente: “Eles participaram da festa **sem que** fossem convidados.” “Eles participaram da festa **sem** serem convidados.”. No primeiro caso, aceita-se o **sem** na combinação **sem que** como “conjunção”, por anteceder uma oração subordinada adverbial concessiva; mas não se admite que esse mesmo item assume, no segundo caso, função de conjunção, dada a anteposição a uma forma nominal do verbo. Ou seja, trata-se de uma preposição⁷⁰ que introduz verbo no infinitivo.

A respeito deste segundo aspecto, o que ocorre é a percepção do infinitivo como uma ‘palavra’, no caso, um verbo; e isso fica evidente em passagens como a descrita abaixo, presente em Bagno (2011), em que se apresenta a combinação “preposição + verbo” nas estruturas: *a correr/ a sorrir; sem chorar/sem sorrir*, para justificar a complexidade da classe dos advérbios, dada a possibilidade de palavras de diferentes classes gramaticais assumirem função adverbial. Portanto, afirma-se que essas estruturas desempenham a função de adjunto adverbial (não orações adverbiais). Ainda em Bagno (2011), há uma referência ao dicionário de Houaiss, quanto à explicação dos valores do *sem*, em que se apresentam exemplos como: *viajar sem pagar; agir sem pensar*.

Em linhas gerais, o que se percebe da leitura das definições de preposição é que, embora alguns autores citem o verbo como uma das unidades subordinadas – um deles é Azeredo, que chega a especificar se tratar do *infinitivo* –, os exemplos normalmente oferecidos como ilustração de sintagmas em que a preposição precede essa forma verbal realmente têm função de adjunto subordinacional, sendo, muitas vezes, passíveis de substituição por um substantivo de conteúdo equivalente, a exemplo de “direito *de* nascer” (de nascimento); “receio *de* morrer” (da morte); gosto *de* estudar (do/pelo estudo). Ou seja, há restrição quanto ao reconhecimento da forma de infinitivo como uma unidade verbal, em virtude de se atribuir à forma finita (flexionada) do verbo a função de predicação, restando ao infinitivo a responsabilidade de nomear uma ação.

É oportuno destacar que Azeredo (2000), ao discorrer sobre a sintaxe das formas nominais do verbo, explica que essas formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo. Esse autor reconhece que o emprego das formas nominais do verbo se expande à esfera oracional, quando faz a ressalva de que orações sob a forma de infinitivo assumem, por meio do processo de transposição, “o lugar

⁷⁰ Ilari (2008, p. 813) se refere ao infinitivo como um “nome verbal” e diz que este sintagma chama a atenção por constituir “sentenças subordinadas reduzidas de infinitivo”. Mas, sob sua ótica, uma vez que o infinitivo é qualificado como sintagma nominal, o conectivo que o antecede é qualificado de preposição.

sintático dos sintagmas nominais, e sob a forma de gerúndio ou particípio o lugar sintático dos sintagmas adjetivais e adverbiais” (AZEREDO, op. cit., p.239).

Logo, a falha na sua explanação reside em omitir o emprego do infinitivo nos sintagmas adverbiais, dando margem ao entendimento de que as formas reduzidas de infinitivo só integram orações substantivas.

Admitindo-se, como proposto no início desta exposição, que a ausência de um complemento para a forma infinitiva seria um indício de propriedade nominal ao verbóide, o infinitivo integraria junto à preposição um sintagma adverbial, na função de adjunção em relação à sentença a sua esquerda. Significa que o **sem** junto a infinitivo sem complemento assume o papel de *preposição*. Ilustram esse tipo de uso as seguintes sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa – cito dados representativos de cada revista, e de cada ano 2010/2011:

- (11) “[...] Ou seja, quanto mais multas se aplicam, mais dinheiro eles têm para gastar. É um sistema que estimula a multar **sem parar**.” (VJ, E, 04/08/10);
- (12) “[...] Uma mãe dos pobres que aprendeu a mentir, ignorar fatos históricos e até a se equivocar com desenvoltura **sem gaguejar**.” (ÉP, A, 16/08/10);
- (13) “Achei, **sem querer**, uma rede na internet que consta das listas de relacionamentos.” (IÉ, E, 04/08/10);
- (14) “**Sem generalizar**, acho que o abuso desses efeitos, que tornam tudo visível demais para o espectador, contribuiu para que o cinema perdesse grande parte de sua emoção e sensação de perigo.”; (VJ, E, 02/11/11);
- (15) “O secretário Beltrame é capaz de planejar e de corrigir, seguindo em frente, **sem desistir**.” (ÉP, A, 21/11/11);

Há ainda estruturas cujo complemento verbal está subentendido, sendo recuperado pelo contexto (textual ou situacional), como em “Viajou *sem pagar*” (passagem) ou “Agiu *sem pensar*” (nas consequências), de modo que o conjunto poderia ser tomado como uma expressão cristalizada, idiomática. Mas, independentemente de ser possível recuperar o complemento/argumento, a ausência deste na superfície da sentença (ver excertos 16 a 19) caracterizaria, tal como nos usos descritos de 11 a 15, a *função de adjunção*, estando essa forma verbal precedida de preposição. Representam essa situação as seguintes sentenças:

- (16) “Para crescer **sem poluir**” (VJ, E, 30/06/10);
- (17) “O médico, **sem perceber**, começa a fazer o jogo.” (IÉ, E, 26/05/10);
- (18) “No começo, fazia qualquer audiência que aparecesse, de gente sem recursos, **sem cobrar**.” (VJ, E, 12/10/11);
- (19) “Escritório do Dr. Jairo. Entre **sem bater**.” (ÉP, A, 07/02/11);
- (20) “Quando minha mãe engravidou de mim, **sem planejar**, meu pai descobriu que estava com câncer.” (IÉ, E, 21/12/11);

Por outro lado, estruturas como: “Mudou-se **sem dar explicações**” revelam outro tipo de uso. Trata-se de um emprego do infinitivo com características próprias de um verbo pleno, o que se comprova pela possibilidade de depreensão dos constituintes oracionais – sujeito (mesmo que elíptico - Ø) e complemento (objeto direto - simples ou oracional; objeto indireto, complemento relativo ou locativo). Logo, a oração subordinada contém todos os constituintes. Neste caso, o infinitivo estaria antecedido não de uma preposição, mas de uma conjunção. Ou seja, é o caráter oracional do adjunto que favorece a identificação do transpositor que precede o infinitivo como *conjunção*. Algumas sentenças do *corpus* ilustram esse fenômeno:

- (21) “A pretexto de participar da gravação de outro programa, ele foi levado aos estúdios da Rede Globo ainda **sem saber** *que iria encontrar a Xuxa*.” (VJ, E, 03/11/10);
- (22) “O Brasil não teria fortalecido sua posição no FMI Ø **sem se aliar** *com a China e com a Índia*.” (ÉP, A, 19/04/10);
- (23) “**Sem Ø acabar** *com o consumo*, a oferta vai sempre tentar suprir a demanda. (IÉ, E, 05/05/10);
- (24) “Os brasileiros que cresceram nas últimas décadas **sem se sentar** *atrás do volante de um Fusca*, com o para-brisa a um palmo da testa e o ronco do motor no cangote, mal sabem o que foi, há pouco mais de meio século, a chegada daquele carro à indústria nacional. ...” (IÉ, E, 09/06/10);

- (25) “Celulares, redes sociais, sites da internet, são apenas isto: ferramentas. Ø Permite que as pessoas organizem e comuniquem seus pensamentos de maneira mais eficiente, mas não podem nada **sem** as pessoas a **lhes** **dar** vida. (VJ, E, 02/03/11);
- (26) “A *justiça* expediu uma ordem de prisão contra mim e, **sem** eu nem **ter ido** a um tribunal, determinou que eu deveria ser levado para a penitenciária de La Planta, mais perigosa das Américas, segundo a Comissão Internacional de Direitos Humanos.” (ÉP, E, 11/04/11);

Para reforçar a natureza verbal da forma infinitiva, trago para discussão um outro constituinte oracional – o sujeito. Uma característica das orações adverbiais reduzidas de infinitivo é a possibilidade da elipse do sujeito⁷¹, tendo em vista a correferencialidade dos sujeitos das orações matriz e adverbial. Uma vez que não se evidencie ambiguidade semântica ou estrutural no período, o infinitivo se mantém não flexionado. Mas é relevante frisar que as orações reduzidas também exibem sujeitos não-correferenciais, como em (25), em que os verbos *permitem* e *podem* estão em relação de concordância com o sujeito (*ferramentas* – elíptico) e o verbo *dar* com o sujeito (*pessoas*); da mesma forma, em (26), o sujeito (*a justiça*) tem relação com *expediu* e *determinou* e o sujeito (*eu*) com *ter ido*, demonstrando que cada oração tem seus constituintes argumentais, fato que dá sustentação ao argumento de que o *sem* atua, nesses contextos, como conjunção.

Para que se compreenda mais claramente a caracterização do infinitivo sob um parâmetro escalar, em que ora se lhe concede um valor *nominal*, ora um valor *verbal*, ilustro, a seguir, cada uma das funções preenchidas (quando da presença de argumentos⁷² do verbo), de modo a demonstrar a configuração sintática desses constituintes adverbiais, e se possa entender, concomitantemente, a determinação da partícula *sem* ora como *preposição* ora como *conjunção* (posição aqui defendida), conforme ela se anteponha ao infinitivo na sua função nominal ou na forma verbal, respectivamente. Listo, a seguir, os contextos em que se acomodam os dados desta pesquisa:

⁷¹ O símbolo (Ø) é utilizado para sinalizar não apenas elipse, mas também indeterminação ou inexistência de sujeito. Ou seja, indica o não preenchimento de um argumento. Significa que, em (23), a representação dos sujeitos é distinta: indeterminado na subordinada, e determinado na matriz (*a oferta* vai tentar suprir).

⁷² Vale salientar que, embora um verbo possa vir seguido de mais de um argumento (OD, OI, locativo), além de adjuntos, optei por organizar as categorias pondo em destaque uma das funções, chamando ainda a atenção para algumas particularidades, por exemplo, uma categoria refere-se ao Objeto direto (sem determinante); outra ao O. D com determinante; outra refere-se ao O. D oracional; já outra destaca o objeto indireto/complemento relativo, etc., independentemente da ordem em que estão dispostos os constituintes na superfície da sentença.

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/locução verbal) sem complemento expresso⁷³:**

- (27) “Num mundo onde cresce **sem parar** a compulsão para obrigar as pessoas a levar uma vida “correta”...” (VJ, A, 09/06/10);
- (28) “[...] Já existem em países adiantados intelectuais, pensadores, pesquisadores, cientistas pagos simplesmente para pensar. Criar, inventar, descobrir. Um deles, meu conhecido, cujo hobby é tocar piano, conseguiu, **sem ter de pedir Ø**, uma sala enorme à prova de som, para tocar altas horas ou de dia, sem incomodar vizinhos. (VJ, A, 16/02/11);
- (29) “[...] Num mês de mandato-tampão, **sem** o Legislativo **funcionar**, essa turma conseguiu gastar R\$ 298 mil com “consultorias, trabalhos técnicos e locação de veículos” [...] (ÉP, A, 07/02/11);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/locução verbal/ tempo composto) + objeto direto (não precedido de determinante):**

- (30) “Tudo isso contribuirá para uma economia de baixo carbono, **sem sacrificar empregos**.” (VJ, E, 30/06/10);
- (31) “O produto pode ter sido feito **sem pagar impostos**, por escravos e com matéria prima ilegal”. (ÉP, E, 10/05/10);
- (32) “Com a crise mundial, as grandes economias se aplequenaram, enquanto a multiplicação de nossa renda de exportações, obtida com a venda de minérios e produtos agrícolas, fez o Brasil despontar, **sem precisar realizar nada excepcional**. Lucramos com a desgraça generalizada.” (ÉP, A, 27/09/10);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo(simples / locução verbal/ tempo composto) + objeto direto (determinado):**

- (33) “Os mais velhos ocupavam os cargos mais altos, mesmo **sem**, muitas vezes **merecê-los**” (VJ, E, 22/12/10);

⁷³ Convém ressaltar que inclui nesta categoria: i) casos em que o complemento, embora ausente na superfície do texto, pode ser recuperado, seja pelo co-texto ou pelo conhecimento de mundo— “**sem querer Ø**”, “entre **sem bater**”; ii) casos em que ocorre verbo intransitivo “**sem funcionar**”, além de iii) casos em que a função de nomeação é ainda mais saliente - “**sem gaguejar**”.

(34) “[...] Não é incoerente se dizer contra as privatizações **sem analisar** os resultados das empresas antes e depois de privatizadas?” (ÉP, E, 01/11/10);

(35) “Modelos, atrizes e outras pessoas que precisam pesar pouco para fazer sucesso chegam aos 30 anos de idade, ou mais, **sem ter feito uma única refeição decente na vida**.” (VJ, A, 09/06/10);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/locução verbal/ tempo comp.) + objeto direto oracional:**

(36) “Na educação, cansei de falar. Cada dia uma nova notícia: não se reprova mais ninguém antes de tal série, os alunos entram na universidade **sem saber** escrever, coordenar pensamento, ler e entender⁷⁴. Não todos. Não sempre, mas cada vez com mais frequência.” (VJ, A, 02/03/11);

(37) “Foi uma agonia (...). Fiquei anos com um nó no estômago, **sem saber o que ia acontecer**. Mentalmente foi muito difícil. (IÉ, E, 30/11/11);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/ tempo comp./ locução verbal) + O.I /complemento relativo (ou preposicionado)⁷⁵:**

(38) “Humanidade florescia ali, aos vapores do lixo, e – repito ainda outra vez - **sem saber disso**”. (VJ, A, 28/04/10);

(39) “É preciso ensinar aos jovens que podemos ter uma sociedade internacional pluralista, cuja construção será trabalhosa e sempre aberta a mais de uma visão de mundo, **sem acabar com as identidades locais** – ao contrário, elas precisam ser ressignificadas”. (ÉP, A, 15/08/11);

(40) “Dilma Rousseff é um caso raro na política brasileira, talvez único, de personagem que chega à Presidência da República **sem ter precisado apresentar aos eleitores nenhuma justificativa lógica** para ocupar o posto.” (VJ, A, 10/11/10);

⁷⁴ Neste período constam quatro orações substantivas reduzidas de infinitivo, coordenadas entre si e subordinadas ao verbo SABER, caso em que têm destaque as habilidades não desempenhadas por grande parte dos estudantes.

⁷⁵ Embora a denominação atribuída, em grande parte das gramáticas, ao complemento verbal regido de preposição seja a de **Objeto indireto**, refiro-me também ao **complemento relativo**, nomenclatura proposta por Bechara (1999), Vilela e Koch (1999) e Azeredo (2000) em relação a um tipo de complemento, que diferentemente do Objeto indireto propriamente dito, não admite a substituição pelo pronome oblíquo *lhe*, sendo a substituição feita por um sintagma prepositivo seguido dos pronomes *ele(s)*, *ela(s)* ou *isso*. Nesse caso, de acordo com Bechara (op. cit., p. 420), “a preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical”.

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/ locução verbal/ tempo comp.) + predicativo:**

- (41) “Chris se foi poucos dias depois, mas não **sem** antes **tornar** seu sonho *real*. Seus últimos dias foram de alegria, força e esperança.” (VJ, E, 03/11/10);
- (42) “Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, mas **sem** me **tornar** *refém* dela.” (ÉP, E, 11/10/10);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/ locução verbal/ tempo comp.) + argumento locativo⁷⁶:**

- (43) “Costuma-se dizer que, no Brasil, se pode matar ao menos uma pessoa **sem** nunca **ir** *para a cadeia*”. (VJ, E, 07/07/10);
- (44) “Depois da renúncia, o Sr. disse que, **sem sair da rede**, teria 100 mil votos na última eleição para prefeito, mas recebeu apenas oito mil votos. O que deu errado?” (IÉ, E, 18/08/10);
- (45) “No campo, por exemplo, queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, **sem precisar entrar na Amazônia**.” (IÉ, E, 10/02/10);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal infinitivo (simples/ locução verbal/ tempo composto/forma mista) + adjuntos adverbiais⁷⁷ (modo/finalidade/causa...)**

- (46) “[...] Os baderneiros de Londres são, pelos padrões do século XVIII, ricos. Desculpe-me, mas é resultado de exclusão depredar uma cidade porque você tem só um carro, um apartamento pelo qual não paga aluguel, recebe mesada do governo **sem ter de fazer nada para embolsá-la**, compra três cervejas, mas gostaria de beber quatro, e acha que ter apenas um televisor em casa é pouco? Não.[...]” (VJ, E, 21/98/11);
- (47) “Negócios são negócios”, explicou o chanceler Amorim, assumindo uma inesperada postura de homem de mercado implacável, que busca lucros para o Brasil onde quer que eles possam

⁷⁶ Uma denominação mais geral para esse tipo de complemento seria “adjunto adverbial de lugar”; por outro lado, estou considerando os itens em negrito nas sentenças de 36 a 38 como argumentais, daí a denominação “argumento locativo”.

⁷⁷ Devo esclarecer que nesta categoria ponho em destaque os constituintes que têm a função de adjunção, mas não está impossibilitada a presença de termos argumentais em uma mesma sentença, como demonstra a sentença “[...] A falta de água foi o pior: passei 45 dias **sem ingerir líquidos por causa de uma infecção no pulmão** [...]” (VJ, E, 06/07/11), na qual ocorre O.D seguido de adj. adv. de causa.

existir, **sem se deter** por causa da “pregação moralista” contra ditaduras.” (VJ, A, 21/07/10);

- **Sem + [SN/SAdv.] + forma verbal passiva + (agente da passiva):**

(48) “O problema é que um sistema político implodiu **sem ser substituído** por outro [...]”. (ÉP, E, 10/05/10);

(49) “Um corporativismo que permite a um delegado ter carros importados e apartamentos milionários **sem ser denunciado** Ø.” (ÉP, A, 21/02/11);

- **Sem + [SN/SAdv.] + expressão lexicalizada:**

(50) “Não dá para entender o cenário nacional **sem também jogar luz** sobre o vácuo de poder deixado pelo próprio estado nesses lugares mais pobres; [...]” (VJ, E, 21/07/10);

(51) “Isso é algo que me fascina nele, porque tanta gente quer cumprimentá-lo e ele podia fazer isso **sem prestar atenção**. Ele não faz isso.” (ÉP, E, 29/11/10);

(52) “... Há um aspecto ainda mais sério na obscena decisão de Khadafi de manter seu regime espetáculo até o último momento, **sem levar em consideração** nenhum custo em sangue ou recursos [...]” (ÉP, A, 29/08/11);

(53) “Se eu discordar do governo, vou me manifestar, mas **sem perder de vista** que, muitas vezes, o papel da oposição é ajudar o governo nas boas iniciativas. Não vejo incoerência nessa atitude.” (VJ, E, 23/03/11);

(54) “Todas essas tarefas podem avançar mais do que na Era Lula, **sem bater de frente** com ela.” (ÉP, A, 03/01/11);

(55) “[...] Então, por que Netanyahu não disse Jerusalém, que ele e seu partido consideram ser a verdadeira capital de Israel? Certamente porque isso iria imediatamente levantar a questão sobre se a teocracia iraniana realmente pretende atingir o Domo da Rocha (o terceiro local mais sagrado para o islã) e outros pontos de veneração mulçumana. Isso **sem falar** sobre o número de palestinos que seriam mortos em um ataque desse tipo. [...]” (ÉP, A, Ed. Esp., 23/08/10);

Com base na categorização realizada em relação à organização distribucional do predicado nas orações supracitadas, chego às seguintes constatações:

- i. Há estruturas aparentemente cristalizadas/integradas, às quais se poderia atribuir ao **sem** o papel de *preposição*. Trata-se de casos em que o verbo prescinde de complemento, fazendo parte desse grupo expressões como: “sem *gaguejar*” (12), cuja função do infinitivo⁷⁸ seria a de *nomeação*; como “sem *perceber* Ø” (17), cujo complemento pode ser recuperado pelo contexto – um tipo de uso em que, a meu ver, enfatiza-se uma ação realizada (ou melhor, uma ação não realizada); além de usos como “sem querer”, “sem saber”, com função adverbial, incidindo sobre um verbo, uma sentença ou uma porção textual mais extensa, prestando-se também à função *modalizadora*. Cabe destacar, em relação à expressão **sem querer**, que, na sentença “Achei, sem querer, uma rede na internet que consta das listas de relacionamentos.”, a permuta com “**embora não quisesse...**”; “**sem que quisesse...**” pode acarretar uma alteração semântica. Acredito que nessa sentença tal expressão tem valor de “por acaso” (sem intenção); mas, apesar da proximidade de sentido, o emprego de **sem que/embora não quisesse...** produz um outro efeito - enfatiza a negação de uma intenção por parte de quem está envolvido na situação, como se essa intenção fosse pressuposta pelo ouvinte. Se essa ênfase não é a principal motivação da frase, o **por acaso** talvez se adéque melhor à situação descrita, justificando a opção pela forma reduzida.

- ii. Há outro tipo estrutural em que o **sem**, integrado a um verbo na forma infinitiva caracterizado como “suporte”, compõe uma “unidade lexicalizada”, comportamento que é visível nas construções: sem **mergulhar a fundo**; sem **prestar contas**; sem **passar a mão na cabeça** assim classificadas não só por ser difícil conceber o elemento subsequente ao verbo como um argumento - objeto direto ou indireto, pois o construto parece mais um conglomerado⁷⁹, mas também por expressarem um sentido metafórico, já que o valor de cada termo do construto não é preservado (termos de

⁷⁸ Bagno (2011) referiu-se a essa combinação (preposição + verbo) para destacar o uso de diferentes classes, além do advérbio, que assumem *função adverbial/função de adjunção*. Vale salientar que algumas estruturas (a exemplo de *sem parar*, *sem querer*, *sem saber*, *sem perceber*) se repetem, e funcionam como comentários.

⁷⁹ Castilho (2010, p. 410) menciona estruturas semelhantes a essas quando trata do *sintagma verbal complexo*, caso em que há uma combinação de um verbo denominado *suporte* e um substantivo “que dispõe de baixa referencialidade, não vem antecedido de especificadores, não funciona como argumento interno do verbo, e, por isso não é proporcional a um pronome”. Segundo o autor, esse tipo de verbo serve para suprir faltas do léxico, como ocorre com a expressão *fazer ginástica*, para a qual não há uma forma verbal sinônima – *ginastizar. Diante disso, para Castilho (op. cit.), esse tipo de sintagma é ilustrativo do hibridismo entre sintaxe e léxico, evidenciando ainda um contraste: a liberdade de construção da sintaxe e as unidades fixas do léxico.

valor correspondente seriam: sem refletir/ sem explicar/sem proteger). Considero que os empregos aqui ilustrados sugestionam a ambiguidade funcional do **sem** - *preposição* ou *conjunção*, conforme se atribua à construção a função de *nomeação* ou, admitindo-se a paráfrase com **sem que**, conceba-se a estrutura como uma unidade oracional, respectivamente. Ressalto que, nos dados coletados, nenhum dos verbos citados apareceu em estruturas oracionais sob a forma desenvolvida.

- iii. Há estruturas em que o verbo vem acompanhado dos termos argumentais, o que reforça a função *conjuntiva* do **sem**; acrescentem-se ainda como indício da natureza verbal do infinitivo os casos em que este integra seja uma locução verbal, seja uma estrutura de tempo composto, uma construção passiva, além de formas verbais mistas. Nessas construções, ora o infinitivo assume o lugar de verbo auxiliar, ora de verbo principal - por determinar o tipo de argumento da sentença; logo, o caráter verbal se sobressai.
- iv. Há estruturas nas quais a presença do sujeito (**sem** + [SN *sujeito*] + **infinitivo**), a exemplo de “**sem o legislativo funcionar**” (29) e outras semelhantes do *corpus* (cf.: 25; 26) sinalizam a natureza oracional da construção e, por conseguinte, o caráter *conjuntivo* ao **sem**. Logo, se, no item (i), apontei a ausência de complemento como indício do caráter nominal do infinitivo; de outro modo, a presença do sujeito nessas estruturas ratifica o caráter verbal, e, por conseguinte, o papel conjuntivo do **sem**.
- v. Há também estruturas em que partículas de caráter nominal ou adverbial parecem quebrar a unidade formada por conector + infinitivo, vindo intercaladas, a exemplo de “**sem [as pessoas a lhes] dar vida**” “**não sem [antes] tornar...**”, e “**sem [também] jogar luz...**” em (25), (41) e (51), respectivamente; além de estruturas em que partículas com função de reforçar a noção de oposição antecedem o conector, a saber: *e*, *mesmo*, *mas*, e *embora*, identificadas em “*e, sem eu nem ter ido a um tribunal*”, “*mesmo sem, muitas vezes merecê-los*” e “*mas sem me tornar refém dela*” em (26), (33) e (42); também nesses casos, o **sem** assume a função conjuntiva.

As expressões referidas em (ii), assim como as seguintes – **jogar luz, pôr em jogo, pisar no outro**, também presentes no *corpus* antecidas do **sem**, são expressões

cristalizadas, rotineiras no repertório dos falantes. Um aspecto chama a atenção nesses usos – às orações reduzidas em foco correspondem, muitas vezes, orações reduzidas de gerúndio, sob a modalidade afirmativa. Se a função do **sem** fosse apenas a de negação, bastaria anteceder o **não** às estruturas gerundiais, o que nem sempre é viável; desse modo, o infinitivo impõe o uso do **sem**.

É interessante frisar ainda a aparente contradição, por parte da tradição gramatical, em relação ao não reconhecimento do infinitivo como um verbo, se os gramáticos⁸⁰ admitem a possibilidade de o modelo estrutural denominado “orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo”, substituir/parafrasear a estrutura desenvolvida.

Paralelamente, nas definições presentes nas gramáticas também se concebe como unidade subordinada o substantivo (ou equivalente). Eis a outra razão porque, quando se trata das orações subordinadas substantivas, não há dificuldades quanto à aceitação da preposição como transpositor de sintagma oracional, mesmo que a estrutura seja composta por verbo no infinitivo, isto é, esteja na forma reduzida.

Bechara (1999, p. 513), na seção dedicada à discussão sobre o estatuto das orações reduzidas, esclarece que a opinião mais generalizada dos gramáticos é a do não reconhecimento das estruturas constituídas das formas de infinitivo, gerúndio e particípio enquanto oração, por conceberem-nas como “uma subunidade da oração, um termo dela, quase sempre como um adjunto adnominal ou adverbial”, e opta em favor de “dar um estatuto à parte às orações reduzidas de qualquer forma nominal do verbo desde que apresentem autonomia sintática dentro do enunciado e possam estar estruturadas analogamente às orações com verbo de forma finita, as desenvolvidas” (BECHARA, op. cit., p. 514).

Assim, ao discorrer sobre os matizes semânticos das orações adverbiais, esse autor salienta que “é de toda conveniência conhecermos as principais preposições que correspondem a ‘conjunções’ subordinativas adverbiais” (p. 518) e lista uma série de preposições e locuções prepositivas, em conformidade com os valores de: causa (*com, em,*

⁸⁰ Em outras passagens deste capítulo, mencionei que autores como Bechara (1999), Azeredo (2000) e Castilho (2010) referem-se à possibilidade de a preposição introduzir sentenças reduzidas de infinitivo. Além destes, para incluir as gramáticas mais utilizadas no contexto escolar, citei-se Cegalla (1985) e Cunha e Cintra (2001). O primeiro define oração reduzida como aquela que “se apresenta sem conectivo e com **verbo na forma nominal**” (CEGALLA, 1985, p. 351-354, grifos meus). Esta definição mescla dois critérios – ausência de conectivo e de flexão verbal, o que acarreta mais confusão, uma vez que a preposição é um elemento relacional, portanto, de conexão. Particularmente quanto ao *sem*, o autor insere esta forma nas orações adverbiais concessivas (Ofendi-os *sem querer* – *sem querer* = *embora não...*); nas condicionais (Não sairá *sem antes me avisar*) e ainda nas modais (Retirei-me discretamente *sem ser percebido*). Os outros dois autores afirmam que as orações reduzidas de infinitivo **podem vir ou não regidas de preposição**, incluindo o *sem* no grupo das concessivas. Na verdade, é correto diferenciar a oração desenvolvida da reduzida através da forma verbal – se finita ou infinitiva. O problema está em a forma verbal determinar se o conectivo é preposição ou conjunção.

por, devido a, etc.); concessão (*sem, apesar de, etc.*); condição (*a, sem*); consequência (*de*); finalidade (*para, em, a fim de, etc.*); meio e instrumento (*com, de*) e tempo (*antes de, a, depois de, até, etc.*). Dentre os vários exemplos elencados pelo autor, cito apenas aqueles que envolvem a preposição em estudo:

2. para as *concessivas*:

[...]

b) *sem*, negando a causa e a consequência, pode exprimir a *concessão*:

“Este era funestamente o sistema colonial adotado pelas nações que copiavam *sem o entender* nem fecundar, como os romanos, o governo discricionário das províncias avassaladoras” [L Co *apud* FB. 1, 215].

3. para as *condicionais (e hipotéticas)*:

[...]

b) *sem*:

“Não sairá *sem apresentar os exercícios*.” (BECHARA, 1999, p. 518-520)

Até o momento procurei mostrar a inconsistência de uma abordagem das preposições que, centrada no aspecto distribucional, opõe esta classe a das conjunções sob a alegação de que as primeiras não antecedem uma oração. Considerando que a construção do texto depende das relações semânticas entre as orações, o que é viabilizado pela presença dos conectivos coordenativos e subordinativos (estes últimos denominados transpositores), esse tipo de tratamento deixa à margem a função relacional ou textual das preposições.

A proposição que se está construindo a partir dos dados coletados para esta pesquisa é a de que a partícula *sem* quando acompanhada seja do nominalizador *que* seja da forma infinitiva em sentenças adverbiais é um elemento juntivo, e como tal, classifica-se como conjunção, o que não impossibilita a classificação de preposição em um outro contexto. Mas, se fora necessário comentar o posicionamento dos autores no que se refere ao *infinitivo*, não se pode deixar de comentar sobre a concepção de *locução conjuntiva*. Assim, para alicerçar a proposição citada, é preciso elucidar a visão de autores como Bechara (1999) e Carvalho (2001) a esse respeito, o que será discutido no tópico a seguir (2.3), após apresentar a proposta de agrupamento das preposições por esta última. Deve-se destacar que a concepção ora defendida nesta pesquisa caminha no sentido contrário à de Carvalho (2001), pois, aqui, toma-se a locução não mais como uma estrutura dividida, mas como uma unidade, próxima de um

termo composto, posição que se fundamenta na análise de Perini (1996) de que, em virtude de os componentes da locução não terem independência sintática, poderiam ser unidos graficamente, formando uma só palavra, ou seja, um grupo de palavras que funciona como palavra única.

Até então pus em relevo a organização sintática da oração reduzida de infinitivo. Convém caracterizar também a oração introduzida pela locução, ou unidade conjuntiva - *sem que*, que identifica a estrutura desenvolvida.

Nessa perspectiva, se aponte a correferencialidade do sujeito como uma propriedade do primeiro modelo, o que favorece o uso do infinitivo não flexionado, mesmo quando o sujeito da oração principal, estando sob a forma de plural, está distante da forma infinitiva, como revelam os dados abaixo:

(56) “O presidente deixa que se entretendam com isso; sabe quanto é bom, para todos *eles*, poderem viver o papel de revolucionários com risco zero, **sem ter de fugir** da polícia e no conforto de cargos em comissão, com cargo oficial e cartão de crédito corporativo.” (VJ, A, 27/01/10);

(57) “Para o presidente do Banco do Brasil, *as instituições financeiras* públicas devem contribuir mais para o crescimento do país **sem abrir mão** da rentabilidade.” (VJ, E, 03/03/10);

as estruturas desenvolvidas, inversamente, apresentam, com raras exceções, o sujeito da oração subordinada marcado lexicalmente (sujeito determinado simples), exibindo, algumas vezes, no sintagma nominal, o pronome demonstrativo “isso” com função anafórica. Por conseguinte, ao contrário do modelo anterior, a ocorrência de sujeitos distintos interfere no estabelecimento da concordância, exigindo do escritor maior atenção em relação a esse aspecto, sobretudo quando o sujeito estiver oculto, pois o uso do verbo na forma finita implica obrigatoriedade de harmonia entre sujeito e predicado, a exemplo do que se vê em (58) e (59) a seguir:

(58) “Recentemente estava fazendo exercício em uma máquina que me permite caminhar. Senti um desconforto e achei que era vontade de ir ao banheiro. Na verdade, *o equipamento* **estava esfolando** meus tornozelos, **sem que eu** percebesse.” (VJ, E, 12/05/10);

(59) “**Por que o casamento do Pão de Açúcar com o Carrefour exigirá quase 5 bilhões de reais para se concretizar?** Em tese, *duas empresas* **podem combinar** suas operações e fundir seus respectivos estoques acionários **sem que ninguém** precise desembolsar um centavo. No caso dos supermercados, a fusão foi desenhada de tal forma que, para liderar a

empresa resultante do casamento, o Pão de Açúcar tem de comprar lotes enormes de ações do Carrefour”. (VJ, E, 06/07/11);

A ideia de que este segundo tipo de estrutura requer controle da concordância fica mais nítida quando se utiliza a estratégia da paráfrase, transformando as orações reduzidas (56) e (57) em desenvolvidas (56') e (57'):

(56') “O presidente deixa que se entretendam com isso; sabe quanto é bom, para todos *eles*, poderem viver o papel de revolucionários com risco zero, **sem que tenham** de fugir da polícia e no conforto de cargos em comissão, com cargo oficial e cartão de crédito corporativo.” (VJ, A, 27/01/10);

(57') “Para o presidente do Banco do Brasil, *as instituições financeiras* públicas **devem** contribuir mais para o crescimento do país **sem que abram** mão da rentabilidade.” (VJ, E, 03/03/10);

em que os sujeitos *eles* (56) e *as instituições financeiras* (57) não impuseram o uso da marca plural nos verbos das orações subordinadas reduzidas, o que não foi viável nas estruturas desenvolvidas, de modo que os verbos *ter* e *abrir* receberam marca de plural conforme o sujeito da oração principal. O que parece evidente é que enquanto a oração reduzida geralmente traz o mesmo sujeito nas orações principal e subordinada, a desenvolvida pode ou não apresentar o mesmo sujeito.

Em (60) abaixo, tem-se o mesmo sujeito *todo e qualquer candidato* para as formas verbais *subir* e *ser barrado*, e nesse caso, uma alteração no número do sujeito da oração principal automaticamente provocará alteração na flexão da forma verbal da subordinada.

(60) “Digo sempre que minha luta é pelo básico do básico: garantir que todo e qualquer candidato **suba** o morro **SEM QUE seja barrado** pelo tráfico e impedido de fazer ali sua campanha. (VJ, E, 21/07/10);

Ou seja, a estrutura: “... **sem que sejam barrados** pelo tráfico e impedido de fazer ali sua campanha.” apresentaria falha de concordância.

Em se tratando particularmente da organização sintática desse modelo oracional, fazem parte da constituição do predicado: i) verbos que são acompanhados de complemento – objeto direto simples ou oracional; indireto; ii) verbos de ligação, que requerem um predicativo do sujeito; iii) forma passiva, com ou sem agente expresso, iv) formas mistas

(tempo composto + forma passiva); e também v) verbos que não exigem sujeito ou complemento, como demonstram os contextos abaixo elencados:

- **Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome anafórico) + verbo finito subjuntivo + objeto direto (simples ou oracional):**

- (61) “[...] e a educação brasileira começou a ruir, **sem que** *ninguém* mexesse *um dedo* para deter o estrago que se fazia na população.” (IÉ, E, 26/01/11);
- (62) “Não dá para pensar em avanços relevantes **sem que** *os músicos* coloquem de uma vez por todas *a OAB* no topo de sua lista de prioridades. (VJ, E, 04/05/11);
- (63) “Serra é um grande líder político, culto e inteligente. Parece imaginar que, na Presidência, consertaria um “erro calamitoso” do BC **sem que** isso significasse “*virar a mesa*”. Creio que não cometeria a temeridade (VJ, A, 02/06/10);
- (64) “A economia vem crescendo a taxas expressivas, **sem que** *o investimento* acompanhe *o aumento da demanda*.” (ÉP, E, 09/05/11);
- (65) “[...] a al-Qaeda estava em guerra com os americanos **sem que** *eles* percebessem *que estavam em guerra com ela*. (ÉP, A, 26/09/11);

- **Sem que + sujeito determinado + verbo finito subjuntivo (locução verbal) + objeto direto:**

- (66) “Em tese, duas empresas podem combinar suas operações e fundir seus respectivos estoques acionários **sem que** *ninguém* **precise desembolsar** *um centavo*. (VJ, E, 06/07/11);
- (67) “O sujeito deixava de lado a sua inteligência (se é que tinha), a experiência de anos perambulando a bordo de seu táxi pelas quebradas da cidade e o próprio poder de sedução para seguir uma engenhoca surda e cega – mas “tecnológica” – sem questioná-la, e **sem que** *eu* também **pudesse fazê-lo**” (IÉ, A, 27/04/11);

- **Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo (tempo composto) + objeto direto:**

- (68) “[...] voltou de lá, mais uma vez, **sem que** *sua presença* **tivesse alterado** *coisa alguma*.” (VJ, A, 24/11/10);

- (69) “[...] Já os aliados do tucano José Serra perderam dias de campanha à procura de um “vice encantado”, **sem que isso tenha trazido perspectivas de votos** ou incorporado alguém renomado.” (ÉP, A, 12/07/10);

- **Sem que + sujeito (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo + predicativo:**

- (70) “[...] é possível continuar a crescer **sem que o preço ambiental seja tão alto.**” (VJ, E, 30/06/10);

- (71) “[...] mas **sem que um modelo alternativo** esteja *pronto* para tomar o lugar [...]” (ÉP, A, 27/12/10);

- (72) “[...] É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, mas **sem que isso se transforme em garantia de impunidade** para quem cometeu crimes.” (ÉP, 26/09/11);

- **Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo (simples/locução verbal) + objeto indireto:**

- (73) “[...] A companheirada vai precisar de uma ficha mais ou menos limpa para levar a revolução dos cargos ao quarto mandato seguido – **sem que a opinião pública** desperte *de sua soneca cívica*.” (ÉP, A, 24/01/11);

- (74) “[...] Homens de negócios do mesmo ramo raramente se encontram, ainda que para mero divertimento, **sem que sua conversa** acabe *numa conspiração contra o público* [...]” (VJ, A, 07/07/10);

- (75) “Restavam ao banco duas opções: dar o dinheiro para a fusão ou fazer uma operação hospitalar para salvar a empresa – isso **sem que seu controlador tivesse de arcar com suas responsabilidades.**” (VJ, E, 27/07/11);

- **Sem que + sujeito determinado (elíptico ou expresso - anteposto/posposto) + forma passiva + (agente da passiva):**

- (76) “garantir que todo e qualquer candidato suba o morro **sem que Ø seja barrado pelo tráfico e impedido Ø** de fazer ali sua campanha. (VJ, E, 21/07/10);

(77) “Mas o emendismo busca um reconhecimento fácil e direto do trabalho dos parlamentares, **sem que sejam produzidas** *políticas públicas que se institucionalizem* Ø.” (ÉP, A, 13/12/10);

(78) “Tudo isso **sem que** *novas mazelas estruturais fossem resolvidas* Ø. (IÉ, A, 01/06/11);

- **Sem que + sujeito elíptico + formas mistas (tempo composto + forma passiva):**

(79) “[...] Está em questão, sobretudo, se será possível restringir o direito de um cidadão concorrer à eleição **sem que** Ø **tenha sido condenado** num processo transitado em julgado.” (ÉP, A, 28/03/11);

(80) “[...] E é também uma peça política **sem que** Ø **tenha sido planejada** com esse fim [...]” (IÉ, E, 09/11/11);

- **Sem que + sujeito determinado (expresso ou elíptico) + verbo finito subjuntivo (simples ou locução verbal) sem complemento expresso (direto ou indireto):**

(81) “Ao vencer os prussianos, liberou e tratou com grande consideração um grupo de prisioneiros suecos. **Sem que** Ø **pudesse saber**, isso mudou o seu destino.” (VJ, A, 27/10/10);

(82) “Meninas de 10 a 15 anos postam no Orkut fotos sensuais, detalhes do corpo. **Sem que** *a família saiba* Ø.” (ÉP, A, 19/04/10);

(83) “É estranho que uma imoralidade como essa seja praticada em vários Estados há anos, **sem que ninguém se rebele**. Ninguém sabia de nada? Fala-se tanta de rombo na Previdência [...]” (ÉP, A, 31/01/11);

- **Sem que + verbo Haver no subjuntivo + objeto (ou oração sem sujeito):**

(84) “Superamos, **sem que** *houvesse qualquer ruptura institucional*, a era em que recebíamos de organismos do FMI e das autoridades financeiras do Velho continente um receituário impondo regras de bom funcionamento [...]” (IÉ, A, 07/12/11);

- **Sem que + passiva sintética + sujeito determinado posposto:**

(85) “[...] Não há dia que passe **sem que** *se veja na televisão e na imprensa a triste figura do “Cavaliere”* de cabelo tingido e seus escândalos” (IÉ, A, 11/05/11);

Feita a exposição das categorias em relação às estruturas introduzidas pela locução conjuntiva, observo que sobressaem as seguintes propriedades organizacionais: i) a ocorrência, na maioria das orações, de sujeito exposto por nome ou pronome, determinando o controle da concordância; ii) o uso do verbo no subjuntivo e iii) a forte presença de formas verbais compostas, formas mistas (tempo composto + passiva), além da passiva sintética, com sujeito posposto, o que conduz à sustentação da tese de que as orações desenvolvidas revelam maior grau de complexidade organizacional.

Uma vez apresentada a categorização sintática dos dois modelos estruturais – a estrutura reduzida e a desenvolvida –, indico, nas duas tabelas a seguir, a quantificação das ocorrências de cada estrutura, nas três revistas consultadas.

Tabela (01): Contextos estruturais da oração reduzida: descrição e frequência

CONTEXTO ESTRUTURAL	OCORRÊNCIAS			
SEM + [SN/SAdv.] + FORMA VERBAL +	Veja	Época	Isto É	Total
- Sem + v. infinit.(simples/locução verbal/ tempo composto) + objeto direto <i>determinado</i>	45	28	22	95
- Sem + v. infinit. (simples/loc.verb./ t. composto) + objeto direto <i>não precedido de determinante</i>	15	10	4	29
- Sem + v. infinitivo + objeto direto <i>oracional</i>	18	7	2	27
- Sem + v. infinitivo + objeto indireto/ <i>complemento relativo</i> (ou preposicionado)	11	19	8	38
- Sem + v. infinitivo (simples/ locução verbal/ tempo comp.) + predicativo	5	3	6	14
- Sem + v. infinitivo (simples/ locução verbal/ tempo comp.) + locativo	4	4	4	12
- Sem + v. infin. (loc. verbal/ t. composto/formas mistas) + argumentos/adjuntos adverbiais	2	1	0	3
- Sem + forma passiva + (agente da passiva)	0	3	1	4
- Sem + v. infinitivo (simples/loc. verbal) <i>sem complemento exposto</i>	15	21	17	53
- Expressão lexicalizada: - Sem + verbo caracterizado como <i>suporte</i> (sem <i>levar em conta</i> = sem considerar; <i>sem perder de vista</i> = sem esquecer; <i>sem mergulhar a fundo</i> = sem refletir);	10	9	3	22

- Expressão <i>sem falar</i> ⁸¹ e outras que assumem igual função: “ <i>sem apontar</i> ”, “ <i>sem esquecer</i> ”, “ <i>sem lembrar</i> ” etc.	4	7	9	20
				317

Tabela (02): Contextos estruturais da oração desenvolvida: descrição e frequência

CONTEXTO ESTRUTURAL	OCORRÊNCIAS			
SEM + [Sujeito] + FORMA VERBAL +	Veja	Época	Isto É	TOTAL
- Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome anafórico) + v. finito subjuntivo + <i>objeto direto</i> (simples ou oracional)	2	3	5	10
- Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome) + v. finito subj. (tempo composto) + <i>objeto direto</i>	2	1	0	3
- Sem que + sujeito determinado + v. finito subj. (locução verbal) + <i>objeto direto</i>	1	1	1	3
- Sem que + sujeito det. (expresso por nome ou pronome) + v. finito subjuntivo + <i>predicativo</i>	2	2	0	4
- Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pron.) + v. finito (simples/loc. verbal) + <i>objeto indireto</i>	4	1	3	8
- Sem que + sujeito determinado (elíptico ou expresso - anteposto/posposto) + forma passiva + (<i>agente da passiva</i>)	1	2	1	4
- Sem que + sujeito elíptico + formas mistas (tempo composto + forma passiva)	1	2	1	4
- Sem que + sujeito determinado (expresso ou elíptico) + verbo (ou locução verbal) <i>sem complemento expresso (direto ou indireto)</i>	2	3	2	7
- Sem que + V. HAVER + objeto (<i>or. sem suj.</i>)	2	0	1	3
- Sem que + passiva sintética + <i>sujeito det. posposto</i>	3	0	1	4
	20	15	15	50

⁸¹ Nessa categoria, foram totalizadas 20 (vinte) ocorrências das quais 14 (quatorze) são formadas com a unidade SEM FALAR

Da observação dos dados numéricos relativos a cada uma das categorias, é possível afirmar que tanto quanto nas adverbiais desenvolvidas, nas reduzidas, a maioria dos contextos estruturais exhibe a presença de argumentos, o que é um indicador de padrão oracional. Sendo assim, mesmo que determinados contextos da estrutura reduzida apontem para o uso *prepositivo* do **sem**, compreendendo as 53 (cinquenta e três) ocorrências em que a combinação **sem** + **infinitivo** sinalizam a função de *nomeação*, o caráter *conjuntivo* do **sem** sobressai, já que somam 222 (duzentos e vinte e duas) as estruturas em que ao verbo se seguem argumentos (OD, OI, CR, PTIVO, ADJ.). A diferença entre os dois modelos estruturais torna-se mais nítida na forma de representação do sujeito, pois, nas estruturas reduzidas, predominam os sujeitos correferenciais, daí a elipse, o que ocorre em menor frequência nas estruturas desenvolvidas. Limito-me, nesta seção, a apresentar essa descrição geral, devendo esclarecer que os aspectos ora apontados serão objeto de discussão no capítulo V, quando da abordagem do processo de gramaticalização da preposição em foco.

Na seção subsequente, como dito no início deste capítulo, resenho as propostas de caracterização sintática das duas categorias-alvo da pesquisa, com base em Ilari (2008), Ilari et al. (2008), Castilho (2010), Carvalho (2001, apud BAGNO, 2011), entre outros, e logo após analiso sentenças que constituem o *corpus* da pesquisa, no intuito de identificar as especificidades desses transpositores/conectores, conforme introduzam oração desenvolvida ou reduzida.

2.3 Traços caracterizadores das classes: preposição e conjunção

Antes de desenvolver este tópico, ratifico a posição adotada, desde o início deste trabalho, de que as marcas linguísticas **sem que** na estrutura oracional desenvolvida (**sem que** + **verbo no subjuntivo**) e **sem**, na estrutura reduzida (**sem** + [SN/SAdv.] + **infinitivo**) são unidades cuja função é a de ligar orações pelo processo de subordinação; nesse sentido, só caberia um tipo de classificação – o de conjunção subordinativa⁸², especificamente, conjunções adverbiais.

⁸² Assumo esta concepção em consonância com Brito (2003, p.705), que, após informar que determinados conectores hoje lexicalizados numa só palavra resultam de sintagmas preposicionados, conclui ser tal fato um indicador de que “a generalidade dos conectores de subordinação adverbial tem por base projeções de advérbios e preposições”.

Saliente-se que a opção, nesta pesquisa, pela designação de “conjunção” aos elementos subordinativos, surge como uma alternativa de simplificação, não só na busca de evitar a oposição entre “locução conjuntiva” e “conjunção pura”, já que estas se restringiriam ao *que* e *se* integrantes e ao *se* condicional, mas também na tentativa de incluir as preposições que introduzem sentenças numa só classe. Em síntese, uma proposta de correspondência levaria a associar os *conectores*, em sentido restrito, às conjunções coordenativas (ou os coordenadores – *e*, *ou* e *mas*) e os *transpositores* às conjunções subordinativas, incluindo nesse rol as preposições que ligam sentenças. Por outro lado, *conectores* e *juntores*, em sentido amplo, envolvem os itens que estabelecem nexos seja entre orações seja entre porções maiores de texto.

Nessa perspectiva, a referência à preposição viria como um suporte para compreender o mecanismo da combinação com a conjunção **que**, que se trata de um fenômeno recorrente com palavras advindas da classe dos advérbios e dos pronomes, daí se buscar investigar se se aplica também às preposições. O intrigante tem sido detectar na abordagem sobre o processo de gramaticalização certa resistência ao fato de certas preposições assumirem papel de conjunção, o que se evidencia em contextos específicos, isto é diante de infinitivo – é o caso locução prepositiva “apesar de”, das preposições “para”, “sem”, entre outras; logo, seria possível afirmar que uma preposição **sem** transita em duas classes gramaticais, sendo um item periférico na classe das conjunções.

Particularmente no caso do **sem**, a argumentação é de que estando enquadrada no rol das preposições menos (ou medianamente) gramaticalizadas - por ser menos frequente, ter um sentido restrito e não poder se unir a outro elemento -, tem, por conseguinte, um emprego sintático restrito, atuando sempre como preposição. Eis a afirmação de Ilari et al. (2008, p. 667): “*Sem* é rara, pouco gramaticalizada, não entra em amálgamas, possui um valor semântico específico, e introduz apenas adjuntos”. E oferece o exemplo: “Mas será que, na hora que começa a entrar muito criação do próprio homem, ele não vai anular isso *sem* querer?” [D2 SP 343]. Atente-se que, no exemplo fornecido por Ilari (op. cit.), à forma infinitiva não se segue um complemento; trata-se de um modelo estrutural ilustrado em Bagno (2011), sob a denominação de *locução adverbial*; e que predica o verbo “anular”, justificando a função de adjunto, na visão de Ilari et al. (op. cit.). Este seria um uso em que o **sem** seria passível da classificação de preposição como *supus* no início do capítulo. Por outro lado, nos casos em que a estrutura da sentença está completa, apresentando sujeito e complementos, a antecedência do **sem** à oração justificaria a atribuição de conjunção.

Convém esclarecer que os dados analisados pelo autor são relativos à modalidade oral, especificamente, diálogos; enquanto os dados que se oferecem para análise nesta pesquisa compreendem textos de teor argumentativo, na modalidade escrita, pertencendo aos gêneros entrevista e artigo de opinião. Passo, agora, à caracterização dessas classes, apresentando, quando necessário, os dados coletados para estudo.

Ilari et al. (2008, p. 629) fazem uma profunda reflexão sobre o estatuto categorial das *preposições*, a partir da análise de três critérios identificadores desta classe, quais sejam: 1. Ser membro de classe fechada; 2. Ser elemento vazio de sentido e 3. Ser elemento introdutor de complemento e adjunto. A seguir, apresento sucintamente algumas conclusões a que ele chega.

Sobre o primeiro aspecto, o autor esclarece que as mudanças ocorridas nessa classe são lentas em comparação às classes abertas, que acomodam novos termos com grande frequência; mas há, sim, variações, podendo haver o desaparecimento de termos e a inclusão de termos antes pertencentes a outras classes, de modo que não se pode avaliar a criação de novos termos de forma pontual, mas gradual, ou seja, em comparação às classes abertas, a possibilidade de criação de novos termos seria baixa, o que se deve à limitação do sistema morfológico das preposições. Do ponto de vista conceitual, o significado de um elemento da classe fechada permite o conhecimento da estrutura da língua; no caso da preposição, seu valor primário é espacial, tendo por tarefa “indicar, localizar objetos ou eventos” (ILARI et al., 2008, p. 631), mas esse valor sofre alterações, podendo haver empregos em contextos não-espaciais, devido ao processo de transferência de sentido viabilizado pelo processo metafórico. Castilho (2010) corrobora essa afirmação mencionando que, tal como outras palavras da língua, as preposições têm um sentido de base, prototípico, e outros dele derivados.

Quanto à noção de esvaziamento de sentido, explica o autor que normalmente a identificação de uma preposição se faz pela indicação de item *relacional*, gramatical. Contrapondo-se a essa visão, o autor argumenta que, se assim o fosse, uma única preposição seria o bastante para fazer o elo entre os termos, por sempre exercer a mesma função. Porém, a escolha de uma preposição, ao contrário, modifica o sentido; comprovam esse fato os dois usos ilustrados pelo autor: *Cheguei em Recife/ Cheguei de Recife*.

Por fim, sobre o terceiro ponto, interessa destacar no momento que, embora as preposições introduzam *complementos (argumentos)* e *adjuntos*, nem todas as preposições introduzem complementos; sendo essa uma tarefa assumida pelas preposições mais gramaticalizadas. Nos termos de Ilari et al. (op. cit., p. 642), “De fato, parece difícil

encontrarmos um verbo que tenha o seu argumento introduzido por *sem* ou por *ante*, ao passo que são inúmeros os casos com *de* e *em* (gostar *de*, cuidar *de*, pensar *em*, morar *em*, etc.)”.

Ao discutir sobre a definição geral normalmente presente em gramáticas, que destaca o papel conectivo das preposições, tendo as palavras como termos circundantes, Ilari (2008) aponta a limitação da definição, por deixar implícita a ideia de que a responsabilidade de ligar sentenças caberia a outro tipo de conector – a conjunção. E admite que ao lado de itens classificados como preposição, a exemplo de *sem*, *para*, *de*, apareçam sentenças completas.

Por outro lado, embora ponha em xeque esse princípio segundo o qual só apareçam palavras ladeando a preposição, ao mencionar a possibilidade de ocorrência de sentenças completas em torno do verbo, o autor só descreve os usos em que estas ocupam o lugar à esquerda do verbo, seguindo-se a este um adjunto, constituinte que, apesar de relevante sob o aspecto informacional, não é necessário à boa formação sintática da oração. Na realidade, o plano do autor com essa observação é demonstrar que há preposições que introduzem adjuntos enquanto outras há que podem formar um constituinte ou complemento, correspondendo àquelas que se apresentam em processo de maior gramaticalização. Isto é importante, mas essa linha de pensamento não vai na direção de mostrar que, sendo um introdutor de oração adverbial (adjunto oracional), a preposição mudaria de *status* - para conjunção. A discussão se centra em distinguir preposições que introduzem complemento das que introduzem adjuntos. Ou seja, não se desenvolve a ideia de que à direita do verbo é possível a ocorrência de uma sentença completa, na função de adjunto, cuja conexão com a sentença à esquerda seria estabelecida por uma preposição.

Em se tratando da *conjunção*, além da função conectiva, que se materializa nas orações adverbiais, a outra característica indicada por Ilari (2008, p. 810) é a independência deste elemento em relação à oração que integra, o que se justifica pelo fato de, não obstante pertencer ao constituinte sintagmático, não desempenha nela “qualquer função definida pela estrutura gramatical das mesmas”.

Carvalho (2001, apud BAGNO, 2011), por sua vez, analisando as propriedades das duas classes em foco, constata que se a distinção entre preposição e conjunção coordenativa é clara, já que a conexão promovida pela primeira só se concretiza nos processos de subordinação, esse é um traço que a aproxima das conjunções subordinativas, ficando a oposição a cargo da natureza do complemento, como já fora afirmado. E também essa autora percebe a insuficiência deste critério. Diante disso, ela distribui as preposições em três grupos, com base no tipo de comportamento assumido.

Na sua proposta de classificação, ao primeiro grupo correspondem aquelas preposições que só ocorrem diante de elemento nominal; ao segundo, as que ocorrem não só diante de elementos nominais, mas também oracionais, desde que auxiliados pelo nominalizador **que**; e ao terceiro grupo, aquelas que, para a tarefa de introduzir orações, não requerem esse nominalizador. De acordo com essa orientação, o **sem** ainda que se enquadre nos grupos (1) e (2), é sempre preposição, pois do ponto de vista de Carvalho (2001), na situação descrita em (2), em que se identifica a combinação de elementos a que se denomina *locução conjuntiva*, o que há, de fato, é a utilização da preposição com o auxílio do nominalizador para introduzir uma sentença. A admissão desse postulado, para a autora, é benéfica no sentido de que, eliminando da categoria das conjunções as locuções conjuntivas, essa categoria ficaria restrita ao **que** e ao **se**, que são conjunções puras, facilitando a demarcação da categoria preposição. Nesta proposta de classificação, apenas o terceiro grupo contempla os itens que atuam ora em uma classe ora em outra, estando a classificação orientada pela presença ou ausência de um verbo *discendi*. Comparem-se os usos do item **segundo** nos exemplos citados por Bagno (2011, p. 883): “*Segundo* a reportagem, o rio está 8 metros acima do normal”; “*segundo* informou a reportagem, o rio está 8 metros acima do normal”. Desse modo, quando o verbo se faz presente, identifica-se uma conjunção, caso contrário, uma preposição.

Sobre essa justificativa de caracterização dos itens – **segundo** e **conforme** –, tendo como critério a presença do verbo *discendi*, considero válido reportar o leitor a uma explicação mais ampla, oferecida por Macambira (1993, p. 74):

a conjunção subordinativa requer necessariamente um verbo finito em que se apoiar, e nunca um *verbóide* – o que também se chama *forma nominal*. É por isso que *segundo*, *conforme* e *consoante* são ora preposições ora conjunções, conforme sejam seguidos de verbo finito.

Assim, a atribuição da classificação como “conjunção” ao termo **conforme** no exemplo citado pelo autor – “Farei *conforme* as tuas ordens” –, deve-se à possibilidade de alternância com *conforme ordenaste*. O autor (op. cit., p. 40) afirma que o infinitivo pessoal “deu mais um passo em direção à plenitude verbal incorporando as pessoas gramaticais: sintaticamente porém não se comporta como verbo por não se deixar ligar por conjunção subordinativa.” Deduz-se dessa afirmação que só preposições (e não conjunções) antecedem

verbóides. Por outro lado, se o infinitivo tem propriedades de um verbo pleno e vem precedido de um transpositor, não haveria problema em conceder a esse elemento gramatical a denominação de conjunção, já que introduz uma sentença.

Neste ponto cabe um comentário sobre a *locução conjuntiva*. A explicação de Bechara (1999) sobre a constituição das orações adverbiais introduzidas por locução se aproxima da de Perini (1996), apresentada no início deste capítulo. Conforme Bechara (op. cit.), uma oração é transposta a substantivo por meio da conjunção **que**, e a ela se pode anexar um índice funcional representado por uma preposição, de acordo com a função do argumento. Nesse caso, constituintes como *sujeito*, *objeto direto*, *predicativo* não requerem esse índice; outros como *objeto indireto*, *complemento relativo* e *complemento nominal* pedem uma preposição adequada. E já que uma oração substantiva pode exercer a função de *adjunto adverbial*, quando isso corre, a oração substantiva transposta à adverbial por meio do *que* vem acompanhada de uma preposição adequada cuja função é a de marcar o tipo de relação semântica. Assim, na oração: “Tudo sairá bem, *desde que* as providências sejam tomadas a tempo”, o **que** nominaliza a oração (providências sejam tomadas a tempo) e o *desde* marca a noção de *condição* (BECHARA, 1999, p. 324).

Mas, enquanto para Perini (1996) a locução compreende um grupo de palavras que funciona como palavra única, sob o argumento de que as partes que compõem a locução não têm independência sintática, Bechara (1999, p. 471-472) considera inadequada a expressão locução conjuntiva, por entender que cada elemento tem um papel específico – o **que** marca a transposição de camada e o advérbio ou preposição indica o tipo de circunstância, de modo que não forma uma unidade complexa. Por outro lado, o próprio Bechara (op. cit., p. 472), ao mencionar as particularidades dos transpositores das orações adverbiais, admite que “às vezes o conjunto advérbio + **que** passa a funcionar como transpositor unitário (*ainda que*, *ainda quando*, *já que*, *sempre que*, *logo que*, *assim que* etc.), em que o significado originário fica modificado [AL.1, 355]”.

Por essa razão, optei por conceber a locução conjuntiva e a preposição cada qual como uma unidade⁸³ cujo papel é de conector. Conforme afirmei, no tópico (2.2), sobre o **sem que**, se se considera essa combinação como i) uma só unidade léxica; ii) unidade cuja função

⁸³ Ao analisar a estrutura interna das subordinadas adverbiais, Brito (2003, p. 704) afirma serem as locuções conjuntivas sintagmas preposicionais ou adverbiais, que ora “contêm uma oração finita (iniciada pelo complementador (*que*) ou infinitiva, sem o (*que*)”. Mais adiante, acrescenta que determinados conectores hoje lexicalizados numa só palavra derivam, por reanálise, de sintagmas preposicionados, a exemplo de *embora*, *porque*; e finaliza, referindo-se ao *sem que* e ao *se* (condicional), afirmando que a gramaticalização nesses casos foi radical, a ponto de os conectores terem sido reanalisados como complementadores.

de conexão é a mesma assumida pela estrutura reduzida iniciada pelo **sem** (exceto quanto se junta a verbo suporte ou na expressão “sem falar”); e sobre a estrutura **sem** + [**SN/SA_{adv.}**] + **infinitivo**, que iii) o infinitivo pode, dependendo do contexto de uso, ter caráter ora nominal ora verbal, e, nesse caso, o **sem** introduziria uma oração, pode-se tomar ambos os elementos gramaticais **sem** e **sem que** como conjunção. Assim, os três grupos propostos por Carvalho (2001) se reduzem a dois grupos – no primeiro estariam só as preposições e no segundo, os membros que participam de duas classes. Se se concebe ainda que nas construções em que o infinitivo dispensa o complemento (sem querer Ø; sem ler Ø) essa forma tem valor de nome, e, quando seguido de complemento, tem valor de verbo (sem deixar *vestígios*), depreender-se-iam dois comportamentos do **sem** – ora como preposição ora como conjunção.

Chegando ao final do capítulo, cito outras duas autoras que ampliam o estudo da preposição. Romero (2009), subsidiada pela abordagem multissistêmica da língua, defendida por Castilho, adverte primeiramente quanto ao fato de as definições de preposição enfatizarem seu papel de constituinte do sintagma preposicional em detrimento do seu valor relacional, que, como já dito, não é exclusivo da conjunção. Nesse caso, a preposição pode acompanhar um substantivo, adjetivo ou um verbo, resultando em uma locução prepositiva, conjuntiva ou numa estrutura oracional. Castilho (2010, p. 343), contrapondo-se a Ilari (2008), quanto à delimitação da classe da conjunção para introduzir sentenças, faz o seguinte comentário:

Por outro lado há preposições que ligam sentenças, como no caso das reduzidas de infinitivo. Ora, essa classe pode ser exigida por algum termo regente, ou então decorrer de uma ‘opção significativa’, adquirindo nestes casos independência em relação a termos regentes.

Acrescente-se Neves (2000), que, respaldada numa visão funcionalista, apresenta uma extensa descrição do funcionamento dessas duas categorias gramaticais, definindo-as como palavras que atuam na esfera semântica das relações e processos, sendo responsáveis pela *junção* dos elementos do discurso, “isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem” (NEVES, op. cit., p. 601). De acordo com a autora, esses itens têm seu estatuto determinado seja i) na estrutura da oração ou ii) em subestruturas dela; seja iii) fora da estrutura oracional, caso das conjunções coordenativas, que atuam no âmbito textual.

Terminada a exposição dos contextos sintáticos que viabilizam a identificação das propriedades definidoras das classes *conjunção* e *preposição*, é chegado o momento de avaliar se os critérios de classificação que se adéquam a uma categoria se adéquam à outra, de modo que se possa atribuir ao **sem** o papel de conjunção.

2.4 Preposições e/ou conjunções: testando os critérios de identificação categorial

Do apanhado das propriedades indicadas por Perini (1996), Ilari (2008) e Carvalho (2001) sobre a classe das “conjunções”, pode-se conceituar, abreviadamente, a conjunção como um elemento que se antepõe ao sintagma verbal, logo uma oração, transpondo-a à função de adjunto adverbial em relação a outra oração, denominada matriz ou principal, daí a designação de conector, em sentido amplo⁸⁴, subordinativo. Essa característica foi constatada, na seção anterior, quando da descrição dos usos da locução conjuntiva⁸⁵ *sem que*, que, conforme assinalai, é tomada como conjunção, tanto que consta na lista das conjunções adverbiais⁸⁶. Devo salientar que se a presença da preposição na composição da locução já é um empecilho à caracterização da conjunção, como destacou Carvalho (2001), para quem as locuções não são conjunções puras, a complicação se amplia quando esta se une ao verbo no infinitivo, pois, nesse contexto, a maioria dos autores não reconhece aí uma conjunção, mas uma preposição, por ser o infinitivo uma marca nominal.

⁸⁴ Em sentido estrito, *conector* é um termo que só se aplica aos itens que estabelecem nexos entre elementos de mesma natureza, ou seja, elementos coordenados. Sob essa perspectiva, de um lado, parece redundante a expressão conector coordenativo, de outro, contraditória, a expressão conector subordinativo, daí a preferência de muitos gramáticos pela expressão transpositor (ou complementador), que só se aplica aos itens subordinativos. Convém ressaltar o posicionamento de Matos (2003, p. 558) que vai de encontro a este. Para esta autora, as conjunções atuam no âmbito da coordenação, sendo sua função “explicitar o nexo entre os termos coordenados”, em oposição aos complementadores, que atuam na esfera da subordinação. De acordo com Matos (op. cit., p. 559), as conjunções têm em comum com os conectores a propriedade de estabelecer nexos entre membros de coordenação, daí os gramáticos não se deterem em estabelecer distinções; mas os conectores são expressões que atingem um domínio mais geral, tanto no âmbito da coordenação quanto no da subordinação. A distinção formal dos conectores em relação às conjunções e complementadores consiste na possibilidade de co-ocorrer com estes, como demonstra o exemplo por ela apresentado: “Está a chover e, *por isso*, debes levar na gabardina”, em que o conector segue-se a uma conjunção aditiva.

⁸⁵ Dada a presença da preposição na composição da locução *sem que*, Perini (1996, p. 336) adota a denominação “complemento complexo de preposição” para se referir às orações introduzidas por locuções como *sem que/desde que*. Para ele, nesses casos, tem-se “uma preposição acompanhada de complemento complexo”.

⁸⁶ Uma observação feita por Bechara (1999, p. 506) quando da abordagem do *sem que* permite a dedução de que a locução é tomada como sinônimo de conjunção – “De modo geral, tem-se enquadrado a locução *sem que* no grupo das chamadas ‘**conjunções** condicionais’. A verdade é que a locução assume variados sentidos contextuais, [...]” (grifos meus).

Como a tese que aqui tento comprovar é a de que a preposição **sem** também ocupa o lugar de conjunção, ou seja, gramaticalizou-se como marca conjuntiva adverbial⁸⁷, assumindo, pois, uma função mais gramatical, por atuar no nível textual, lanço mão, neste momento da discussão, de sentenças em que aparece a construção **sem** + [SN/S.Adv.] + **infinitivo**⁸⁸, não mais para mostrar que o **sem** introduz sentenças, porque isso já foi evidenciado, mas para enfatizar os traços convergentes das duas classes, de modo que se constate o caráter conjuntivo do **sem**.

Em síntese, três critérios são identificadores da conjunção: i) ser anteposto a verbo finito; ii) ser inversível, de acordo com Macambira (1993) e iii) ser elemento externo à oração que conecta, de acordo com Ilari (2008). Sobre o primeiro aspecto, enumerei, na seção anterior, vários contextos estruturais em que a forma verbal infinitiva revelava um comportamento de verbo pleno, atestando que, nos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, o *sem* assume o papel de conjunção. Por essa razão, nesta segunda seção, passo à testagem dos dois últimos critérios, aplicando-os aos dados coletados para este estudo, na busca de confirmação do comportamento da preposição em análise enquanto conjunção.

2.4.1 Critério I – inversibilidade

Este critério diz respeito à mobilidade distribucional da oração subordinada, que tanto pode vir anteposta quanto posposta à oração principal; nesse caso, a conjunção, sendo um constituinte da subordinada, a acompanha. Embora, nos dados em estudo, predomine o uso da subordinada na segunda posição, a possibilidade de ocupar a primeira posição, ainda que em menor frequência, já é uma prova dessa mobilidade. Apresento, abaixo, algumas sentenças retiradas das revistas consultadas. Cumpro acrescentar que retomo esse tema, com

⁸⁷ Silva (2005), quando do mapeamento dos conectores opositivos presentes em editoriais, abriga em sua análise, de cunho funcionalista, não apenas itens consensualmente aceitos como conjunções, a saber: *mas*, *porém*, *embora*, mas também itens de origem adverbial que passaram a assumir função conectora, a exemplo de *contudo*, *todavia*, *a despeito de*, *ainda assim*. Esta postura se sustenta na concepção de que a categorização das palavras em diferentes classes se baseia no *continuum* de propriedades, de modo que uma determinada palavra pode transitar de uma classe a outra, à medida que acomode traços característicos de uma classe bem como traços pertencentes ao domínio de outra. Daí a defesa de que itens adverbiais como os indicados constituem fonte de conjunções opositivas por atuarem no “domínio funcional da relação”, podendo variar o processo de gramaticalização – uns são mais outros menos gramaticalizados.

⁸⁸ Nesta seção limito-me à exposição das estruturas reduzidas; em outra seção farei o confronto entre esse modelo estrutural e a estrutura desenvolvida, de modo a verificar o grau de integração das sentenças. Além disso, procurarei verificar se um determinado valor semântico favorece uma determinada posição, ou seja, tentarei identificar tendências de uso.

mais detalhes, no capítulo IV, no qual abordo a relação entre ordem, estatuto informacional e funções discursivas, apresentando dados numéricos.

- (86) “[...] **Sem mexer** nessas duas questões..., não haverá como reduzir significativamente os juros bancários neste momento”. (VJ, E, 03/03/10);
- (87) “Economia é uma ciência temperamental. Bom, tenho lá minhas dúvidas se é ciência, mas temperamental certamente é. **Sem pedir licença**, ela invade os lares e remexe as nossas vidas das formas mais inusitadas”. (IÉ, A, 22/09/10);
- (88) “[...] **Sem entrar** no mérito do que é mais ou menos prejudicial ao meio ambiente, a propaganda enganosa, sem dúvida, depõe contra o setor”. (ÉP, E, 02/05/11);

Exponho, agora, outros exemplos do *corpus*, cuja ordem vem reproduzida tal como se apresenta nos textos – ou seja, na ordem canônica, apresentando, logo após, a versão em que a oração adverbial (em itálico) é deslocada para a esquerda:

- (89) “O presidente deixa que se entretendam com isso; sabe quanto é bom, para todos eles, poderem viver o papel de revolucionários com risco zero, ***sem ter de fugir da polícia e no conforto de cargos em comissão, com carro oficial e cartão de crédito corporativo***”. (VJ, A, 27/01/10);
- (89’) “O presidente [...] sabe quanto é bom, para todos eles, ***sem ter de fugir da polícia e no conforto de cargos em comissão, com carro oficial e cartão de crédito corporativo***, poderem viver o papel de revolucionários com risco zero. (VJ, A, 27/01/10);
- (90) “[...] Profissionalizamos o departamento e contratamos consultorias de excelência, pois o Brasil ganhou os Jogos Olímpicos ***sem ter nenhum centro olímpico de treinamento***”. [...] (ÉP, E, 29/08/11);
- (90’) “[...] e contratamos consultorias de excelência, pois ***sem ter nenhum centro olímpico de treinamento*** o Brasil ganhou os Jogos Olímpicos. [...]” (ÉP, E, 29/08/11);
- (91) “**Battisti** – Vivi 14 anos na França sem sair de lá. Agora é vida nova, país novo. Eu estava no deserto e encontrei água pela frente. O Brasil é um oásis, um continente com gente maravilhosa que me ajudou muito ***sem me conhecer***”. (IÉ, E, 31/08/11);
- (91’) “[...] Eu estava no deserto e encontrei água pela frente. O Brasil é um oásis, um continente com gente maravilhosa que ***sem me conhecer*** me ajudou muito”. (IÉ, E, 31/08/11);

Essas ocorrências evidenciam que a alteração na ordem das orações requer, em certos casos, ajustes de pontuação; mas, como o interesse desse teste é avaliar se o deslocamento da oração subordinada provoca má elaboração sintática, acarretando ilegibilidade, pode-se dizer que, nos casos ilustrados, em qualquer posição que esteja a oração subordinada a estrutura se mantém legível e sintaticamente correta. Assim, a ordenação das estruturas pode ser motivada por diversas razões – por exemplo, ênfase de uma determinada informação; aí já se está no plano transfrástico, ou textual-discursivo. Em se tratando especificamente da mobilidade posicional, as sentenças respondem positivamente ao teste, deduzindo-se um traço comum às conjunções e à preposição em estudo.

Mas, como as estruturas linguísticas têm suas especificidades, e as orações adverbiais não fogem à regra, é preciso salientar que determinadas sentenças não admitem a mudança de ordem⁸⁹, sem que seu sentido não seja alterado, pois, embora não cheguem a ser consideradas agramaticais, parecem estranhas. As restrições ao deslocamento da subordinada para a primeira posição podem ser motivadas por fatores de **natureza linguística**, a exemplo da *referência pronominal anafórica*; como também de **natureza textual-discursiva**, relacionada à organização tópica do texto, o que se reflete no *relevo informativo*, aspectos abordados a seguir:

- **A referência anafórica como fator de limitação ao deslocamento à esquerda**

Comparando-se cada par de sentenças (92) a (97) abaixo relacionadas:

89 Como dito anteriormente, o alvo de interesse, nesta seção, são as orações reduzidas; o que não quer dizer que a inversão da subordinada só provoca alteração de sentido quando ocorre nesse modelo estrutural, pois orações desenvolvidas também apresentam restrições ao deslocamento diante de pronomes anafóricos. Comparando-se a sentença:

(1) “Digo sempre que minha luta é pelo básico do básico: garantir que todo e qualquer candidato suba o morro **sem que seja barrado pelo tráfico e impedido de fazer ali sua campanha.**” (Veja, 21/07/10)

e as duas versões (1’) e (1’”), percebe-se a estranheza destas:

(1’) “[...]garantir que todo e qualquer candidato, **sem que seja barrado pelo tráfico e impedido de fazer ali sua campanha, suba o morro.** (?)”; ou

(1’’) “[...] Garantir que todo e qualquer candidato, **sem que seja barrado pelo tráfico e impedido de fazer sua campanha no morro, suba ali.** (?)”

- (92) “[...] Viramos homens e mulheres pós-modernos, **sem saber o que isso significa**”. (VJ, A, 17/02/10);
- (92’) “**sem saber o que isso (?) significa**, viramos homens e mulheres pós-modernos.” (VJ, A, 17/02/10);
- (93) “**Época** - Alguns criticam Jobs dizendo que ele lucrou em cima dos artistas **sem pagar devidamente por seu trabalho**. Como o senhor vê essas críticas?” (ÉP, E, 21/11/11);
- (93’) “Alguns criticam Jobs dizendo que **sem pagar devidamente por seu trabalho (?)** ele lucrou em cima dos artistas. Como o senhor vê essas críticas?” (ÉP, E, 21/11/11);
- (94) “[...] Ali havia igreja, pizzaria, bares. Gente. Humanidade florescia ali, aos vapores do lixo, e – repito ainda outra vez – **sem saber disso**”. (VJ, A, 28/04/10);
- (94’) “**e – repito ainda outra vez – sem saber disso (?)**, humanidade florescia ali, aos vapores do lixo. (?)”. (VJ, A, 28/04/10);
- (95) “[...] uma sociedade imbecilizada pela ordem geral de que ser moderno é liberar-se cada vez mais, **sem saber que dessa forma mais nos aprisionamos** [...]”. (VJ, A, 26/05/10);
- (95’) “**sem saber que dessa forma (?) mais nos aprisionamos**, uma sociedade imbecilizada pela ordem geral de que ser moderno é liberar-se cada vez mais”. (VJ, A, 26/05/10);
- (96) “**Battisti** – Vivi 14 anos na França **sem sair de lá**”. (IÉ, E, 31/08/11);
- (96’) “Battisti – **Sem sair de lá (?)** vivi 14 anos na França. (ÉP, E, 31/08/11);
- (97) “**Athinson** – Desde criança, sempre gostei de carros. [...] Sinto a necessidade de andar à beira do precipício de vez em quando. De preferência, **sem despencar dele**, claro”. (IÉ, E, 09/11/11);
- (97’) “**Athinson** – [...] De preferência, **sem despencar dele**, claro, sinto a necessidade de andar à beira do precipício de vez em quando. (IÉ, E, 09/11/11);

é visível que em cada uma das versões que sofreram modificação há uma falha de coesão textual, pois a disposição das formas referenciais (pronomes ou advérbios pronominais) - *isso*, em (92’) e (94’); *seu*, em (93’); *dessa forma*, em (95’); *lá*, em (96’) e *dele*, em (97’) -, e dos respectivos referentes não está adequada. O contexto em análise favorece o recurso da anáfora e não da catáfora, como proposto na versão alterada.

Fazendo-se alguns arranjos linguísticos em (92) e (93), na tentativa de manter a subordinada anteposta, ainda assim as estruturas parecem truncadas, como demonstram as versões abaixo:

(92”) “**Sem saber** o significado de “pós-moderno”, viramos homens e mulheres *assim*”. (VJ, A, 17/02/10);

(93”) “Alguns criticam Jobs dizendo que, **sem pagar** devidamente pelo trabalho dos artistas, ele lucrou em cima *destes*. Como o senhor vê essas críticas?” (ÉP, E, 21/11/11);

Vale ressaltar que, enquanto a alteração estrutural em determinadas sentenças gera truncamento, em outras provoca agramaticalidade. É o que ocorre com as sentenças (96) e (97), que, de forma alguma, admitem a inversão, confirmando o postulado da iconicidade, segundo o qual estrutura linguística e significação estão interrelacionados; significa dizer que os arranjos linguísticos têm uma relação com a estrutura do significado.

A asserção de Croft (1990, apud NEVES 2006, p. 23) de que “a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo” fica patente quando se busca explicação para a incoerência das sentenças mencionadas, pois os eventos “viver na França” e “andar à beira do precipício”, indicados em (96) e (97), ocorrem anteriormente às ações: “sair de lá” (96) e “despencar dele” (97), de modo que, na estrutura sintagmática, o escritor enuncia primeiramente, na oração principal, os eventos, negando, em seguida, na subordinada, que tenha saído de lá (da França) ou que quisesse despencar dele (do precipício). Ou seja, ele faz uso de um recurso linguístico para remeter ao contexto anterior, no caso, a remissão anafórica, através dos advérbios pronominais.

- **Relevo informativo como fator de limitação ao deslocamento à esquerda**

Dados os pares de sentenças (98) e (99) abaixo transcritos:

(98) “Homens de negócio do mesmo ramo raramente se encontram, ainda que para mero divertimento, **sem que** sua conversa acabe numa conspiração contra o público,[...]” (VJ, A, 07/07/10);

(98’) “**Sem que** sua conversa acabe numa conspiração contra o público..., homens de negócio do mesmo ramo raramente se encontram, ainda que para mero divertimento (?)”;

(99) “Há pessoas que acham que podem legislar à margem da realidade, **sem conhecer** as necessidades do país e das pessoas”. (VJ, 04/08/10)”;

(99’) “Há pessoas que, **sem conhecer** as necessidades do país e das pessoas, acham que podem legislar à margem da realidade.,” (por não conhecer...)

é notório que as duas versões de cada sentença - a original, em que a oração subordinada vem posposta, e a versão modificada, em que a subordinada é alçada para a primeira posição -, são estruturas possíveis na língua. Por outro lado, apesar de serem formadas com as mesmas palavras, dando a entender que expressam o mesmo conteúdo, algumas estruturas tornam-se truncadas (como 98') e a compreensão não é a mesma para cada par de sentença, em virtude da posição ocupada pelas orações subordinadas.

Logo, a mudança estrutural interfere no sentido⁹⁰, à medida que uma determinada informação é posta em relevo. Significa dizer que, conforme seja o propósito comunicativo do escritor, ao organizar o texto, ele decide: a) no âmbito da informatividade, o que é secundário e o que é principal/central; e b) no âmbito das relações semânticas, o valor que pretende estabelecer entre as orações. No caso de (98), o escritor chama a atenção, na oração subordinada consecutiva posposta, para o fato de a conversa entre os homens de negócio resultar em conspiração contra o público, sendo a informação expressa na oração principal, relativa ao divertimento, secundária; contrariamente em (98'), ao antepor a oração subordinada para a primeira posição, o fato de os homens de negócio se encontrarem para se divertir é realçado; porém, nessa segunda versão, o valor semântico da subordinada deve ser interpretado como condição. Quanto a (99), a relação de sentido expressa entre as orações é de *modo*, já em (99'), de *causa*.

2.4.2 Critério II – elemento externo à oração

Esse critério diz respeito ao fato de a conjunção, apesar de ser um constituinte oracional, não exercer outra função a não ser a de ligar⁹¹ as sentenças, isto é, “não desempenhar função definida na estrutura gramatical” (ILARI, 2008, p. 810).

Assim, tomo como parâmetro para analisar esse tipo de comportamento do *sem*, dois recursos: i) o desmembramento das orações principal e subordinada, de forma que se

⁹⁰ Debruço-me sobre os aspectos condicionantes da mobilidade estrutural das cláusulas no capítulo IV, estabelecendo a relação entre conteúdo e forma, ou seja, com o conceito de iconicidade.

⁹¹ Essa é uma característica que, segundo Ilari (2008), distingue a conjunção do pronome relativo, por exemplo, já que este acumula papéis – ao mesmo tempo em que conecta sentenças, assume na oração de que faz parte funções sintáticas do sintagma nominal a que faz referência. O autor ressalta ainda que a ausência do pronome relativo resulta em estrutura mal-formada, aspecto que também precisa ser analisado em se tratando de certas conjunções, a exemplo das correlatas.

identifiquem os constituintes da oração subordinada, evidenciando a independência do transpositor e ii) a substituição deste transpositor por outro pertencente a classe das conjunções, de forma que se ateste o mesmo comportamento. Seguem algumas sentenças que compõem o *corpus*. Para facilitar a leitura, apresento a oração subordinada em itálico, e posteriormente a paráfrase, utilizando outros transpositores:

- (100) “[...] No campo, por exemplo, queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, *Ø sem precisar entrar na Amazônia*”. (IÉ, E, 10/02/10);

{*Ø sem precisar entrar na Amazônia*} = {nós não precisamos entrar na Amazônia}

- (100’) “[...] queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, *mas não precisamos entrar na Amazônia*”.

- (101) “[...] se um extraterrestre ficasse por aqui durante uma semana *Ø sem conversar com ninguém, só vendo televisão*, ele acharia que o Brasil foi descoberto em 2003 e [...]” (VJ, E, 07/04/10);

{*Ø sem conversar com ninguém, só vendo televisão*} = {o extraterrestre não conversasse com ninguém, só vendo televisão}

- (101’) “[...] se o extraterrestre ficasse por aqui durante uma semana, *de modo que Ø não conversasse com ninguém,... / e/mas Ø não conversasse com ninguém*, ele acharia [...]”

- (102) “O que mais vem por aí, quanto podemos lidar com essas novidades, *Ø sem saber direito quais são as positivas, quanto servem para promover progresso ou para nos exterminar ao toque do botão de algum demente no poder?* [...]” (VJ, A, 17/02/10);

{*sem saber direito quais são as positivas, quanto servem para [...]*} = {nós não sabemos direito [...]}

- (102’) “[...] quanto podemos lidar com essas novidades, *se Ø não sabemos direito [...]*”

- (103) “[...] O Brasil construiu uma obsessão com a inflação, abandonando toda e qualquer outra meta do governo. Por isso, deixa seu Banco Central colocar a taxa de juros no nível mais alto do planeta, *Ø sem se preocupar com a repercussão monetária disso na atração dos dólares*”. (ÉP, A, 11/10/10);

{*sem se preocupar com a repercussão monetária disso...*} = {O Brasil não se preocupou com a repercussão monetária disso...}

- (103’) “[...] Por isso, deixa seu Banco Central colocar a taxa de juros no nível mais alto do planeta, *e / de maneira que Ø não se preocupa com a repercussão monetária disso na atração dos dólares*”.

Conforme mencionado no início deste tópico, a segmentação do período tem como único intuito mostrar que a conjunção apenas estabelece o nexos entre as orações; trata-se somente de uma estratégia usada para tornar mais clara a alegação de Ilari (2008) de que a conjunção não interfere na sintaxe da oração subordinada, como ocorre com o pronome relativo, que acumula funções⁹². Isto não quer dizer que a conjunção seja dispensável. E se a substituição do **sem** em alguns casos é feita por outros elementos conjuntivos de valor equivalente, ou por um conector coordenativo, é porque existe a possibilidade de ligação entre as sentenças por um dos mecanismos de articulação – a subordinação ou a coordenação. Ou seja, há uma dependência semântica entre as orações, cabendo ao escritor optar por um dos mecanismos de organização sintática.

Já alertei, ancorada em Decat (2001), no tópico 2.2, para a insuficiência de um estudo das orações adverbiais guiado pela mera identificação dos conectores. A menção aqui a essas possíveis alternâncias tem o objetivo de destacar uma convergência entre o conector em estudo, o **sem**, e o comportamento das conjunções em geral, que diz respeito à possibilidade de esvaziamento de sentido do conector e, em decorrência, a multiplicidade de sentidos – esta forma gramatical adquire diferentes matizes semânticos de acordo com o contexto – modo, contraste, consequência, etc. Por isso, a decisão quanto a uma interpretação em detrimento de outra deve ser definida no discurso, observando-se a organização do texto como um todo.

As considerações feitas neste capítulo acenaram para proximidade de comportamento do **sem** e os demais itens conjuntivos, dado o caráter de transpositor, particularidade das preposições e conjunções subordinativas. Na medida em que estabelecem relações entre satélites adverbiais e um núcleo oracional, ambas as classes, como sabido, compreendem a categoria dos *juntivos*. Não digo que todas as preposições se comportam igualmente às conjunções, nem que o **sem** mudou de classe. Trata-se de um item gramatical que, no contexto das orações reduzidas, assume função mais gramatical (portanto, ocorre expansão de função).

Reitero que a proposição aqui formulada é a de que o transpositor **sem** é *preposição* quando introduz adjunto adverbial no nível suboracional, mas, ao introduzir adjunto adverbial

⁹² É importante frisar que há um acúmulo de funções por parte do conector *sem*, mas não como ocorre com o relativo – no caso do transpositor *sem*, o acúmulo se deve ao fato de ele ligar sentenças e ao mesmo tempo imprimir valor de negação/contraste, entre outros, de modo que a substituição por outro elemento implica no acréscimo da partícula negativa *não*, o que não pode ser visto como empecilho ao teste, pois outras conjunções, a exemplo de *embora*, também requerem o acompanhamento do *não*.

sob a forma de oração, ou seja, quando atual no nível inter-oracional, constitui-se como *conjunção*. O percurso traçado para firmar esse posicionamento partiu da indicação de limitações da abordagem da classe das preposições, quais sejam:

- i) a asserção de que itens desta classe só antecedem palavras;
- ii) em decorrência dessa afirmação, a atribuição do caráter *nominal* à forma verbal infinitiva justamente porque preposição precede sintagma nominal, o que resulta em contradição, já que as gramáticas denominam as estruturas reduzidas como *oração subordinada adverbial reduzida de infinitivo* (fiz menção à gramática de Cegalla (1985), mas outras, como a de Rocha Lima (2002), poderiam ser citadas);
- iii) a noção de que a preposição, quando constituinte de locuções conjuntivas só é responsável pelo acréscimo de matizes semânticos, segmentação que impede à percepção da locução como uma unidade léxica; por último
- iv) a vinculação da classificação semântica das orações adverbiais ao tipo de conector, quando outras marcas gramaticais, a exemplo de tempo verbal ou ordem das orações, também influenciam na interpretação, além da
- v) restrição do estudo das orações adverbiais ao plano oracional, quando as relações são determinadas no plano textual e discursivo, já que os usuários da língua escolhem os arranjos sintáticos que melhor manifestem as suas intenções comunicativas.

Como a preposição/conjunção **sem** atua no sistema das relações semânticas no sintagma verbal (adjunto adverbial), é imperativo que as relações de sentido entre os satélites adverbiais e seus núcleos, viabilizadas por esse *conector/juntor*, sejam estudadas, aspecto a ser desenvolvido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

Preposições e conjunções: considerações sobre a categorização semântica

A preposição **sem**, que faz parte dos dois modelos oracionais em estudo nesta pesquisa, a estrutura desenvolvida e a reduzida, não atua no eixo da transitividade, mas no das relações semânticas. Significa dizer que introduz sintagmas adverbiais. Mas não apenas no nível suboracional. Como demonstrado no capítulo II, à medida que viabiliza o nexo entre orações (matriz e satélite/adendo), atua no nível interoracional. Ocupo-me, neste capítulo, da categorização dos matizes semânticos expressos pelas marcas gramaticais **sem/sem que** presente as estruturas referidas. Antes disso, porém, convém situar o leitor quanto ao lugar que ocupam na gramática os adjuntos adverbiais.

É corrente a tripartição feita, quando da caracterização dos termos da oração, em *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*. Os adjuntos adverbiais, por não manterem com o verbo um vínculo argumental, são menos coesos, portanto acessórios; aspecto interpretado como indício de menor relevância informacional. Considerando que, nos manuais didáticos, a abordagem das orações subordinadas adverbiais é presa ao plano da sentença, elas teriam a função de acrescentar uma informação de natureza circunstancial à oração principal, implicando uma hierarquia em que a subordinada teria papel secundário na organização do período. Além disso, o tipo de circunstância expresso pela oração subordinada normalmente é especificado com base no conteúdo unitário expresso pelo conector que a introduz, entendendo-se por “unitário”, segundo Bechara (1999), o sentido fundamental ou primário desse conector. Essa concepção distorcida, porém, vem sendo abortada à medida que as pesquisas em torno das cláusulas adverbiais⁹³, como mencionado no capítulo II, têm

⁹³ A gramática tradicional aborda as orações coordenadas e subordinadas sob o rótulo *período composto*, denominação que se aplicaria, de acordo com Perini (1996) e Bechara (1999), apenas ao primeiro caso; ambos se referem ao segundo tipo de estrutura como *oração complexa*, por atenderem ao princípio da recursividade. Se esta gramática se limita ao plano da superfície da sentença, abordagens funcionalistas, por outro lado, apontam nova direção ao estudo da articulação de orações, abrangendo outros níveis de análise, além do sintático. Ressalte-se que não há apenas um modelo funcionalista, há visões diferenciadas conforme o prisma de observação, embora apresentem pontos convergentes. Halliday (1985) propõe um modelo alicerçado no estabelecimento de dois eixos - o sistema tático e o sistema lógico-semântico - que, integrados, reorganizam o quadro das orações complexas. O primeiro eixo leva em conta a *correlação entre elementos*, daí a distinção entre parataxe e a hipotaxe; e o segundo considera o *papel semântico-funcional*, daí a divisão entre relação de expansão e de projeção. Matthiessen e Thompson (1988) ampliam o modelo de Halliday, ao sinalizarem para as funções discursivas. A busca desses autores de uma base discursiva para a hipotaxe se justifica, conforme Decat (2001), porque os usuários optam por modos de organização das partes do texto para atingir os objetivos pretendidos.

ênfatizado seu importante papel na organização da coerência textual e na orientação discursiva; logo, no plano além da sentença.

Nesse sentido, se, no capítulo II, procurei mostrar a inconsistência de um enfoque das preposições que, centrado no aspecto distribucional, deixa à margem a função relacional ou textual desses transpositores, sob a alegação de que elementos desta classe não antecedem uma oração, neste capítulo, descrevo, com respaldo em estudos de base funcionalista, o comportamento dos dois transpositores/conectores⁹⁴ em estudo nesta pesquisa, sob o ponto de vista semântico, ou das relações que estabelecem entre uma oração matriz e os satélites adverbiais. Objetivo, pois, mostrar que as duas categorias gramaticais – a preposição e a conjunção – atuam “na esfera semântica das relações e processos, sendo responsáveis pela junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem” (NEVES, 2000, p. 601).

Considero importante esclarecer que, no capítulo II, recorri com frequência à dicotomia preposição/conjunção, induzida pela necessidade de demonstrar a versatilidade da partícula **sem** diante do infinitivo – ora se comportando, de fato, como *preposição*, caso em que o infinitivo é visto como nome, fato evidenciado nas sentenças em que não foram anexados complementos ao verbo; ora como *conjunção*, diante do infinitivo e os possíveis argumentos, caso em que o infinitivo adquire caráter verbal. Logo, não desconsidere o postulado tradicional de que preposição antecede nome; ao mesmo tempo em que destaquei que mesmo as palavras gramaticais são passíveis de variação. Mas, uma vez assumido que a partícula **sem** atua no nível oracional, ou supra-oracional, está-se no domínio dos itens conjuncionais. Desse modo, entenda-se que, no presente capítulo, a remissão às duas classes e não apenas a uma se rege por motivação didática – isto porque, às vezes, para entender um sentido expresso pela locução conjuntiva **sem que**, é preciso se reportar ao valor de origem da preposição. Assim, estando o **sem** quer diante de forma verbal infinitiva + argumentos⁹⁵, quer diante do nominalizador QUE, seguido da forma verbal finita, configura-se categorialmente

⁹⁴ No capítulo II, fiz alusão aos conceitos *estrito* e *amplo* de conector, noções estas que mantinham um vínculo com os dois principais mecanismos de articulação oracional - a coordenação e a subordinação. Neste momento, reporto-me a Silva (2005, p. 98) para quem a classificação dos itens relacionais não pode ser orientada pela dicotomia coordenação/subordinação, por estarem as noções de independência/dependência presas aos limites do período composto. De outro modo, as relações semânticas se estabelecem na continuidade da sequência textual, ultrapassando, pois, os limites da oração. Diante disso, percebe o conector como “o item que principia frases e parágrafos, mesmo que eles se relacionem com a frase anterior demarcada pelo sinal de pontuação” – ideia com a qual concordo, e aqui adoto.

⁹⁵ Convém informar que, na busca de preservar uma coerência metodológica, considerarei, quando da análise das construções reduzidas, as sentenças em que o infinitivo vem acompanhado de argumentos, já que afirmei no capítulo II que nestes casos o infinitivo assume caráter verbal e o SEM, o papel de conjunção.

como conjunção⁹⁶, cuja função é de estabelecer o nexo entre as cláusulas, ou seja, de ligar/conectar, o que justifica a utilização, neste capítulo, das denominações *juntor* ou *conector*.

Silva (2005) alega que os gramáticos são resistentes à ideia de um advérbio passar a funcionar como conjunção, por não considerarem os deslocamentos constantes dos elementos gramaticais, daí a determinação de categorias estanques. Afirma, além disso, que os itens gramaticais tal como as entidades lexicais são suscetíveis a mudanças. Fazendo a relação desses aspectos com os elementos gramaticais aqui estudados, há resistências não só à aceitação da identidade categorial, como também da pluralidade semântica. Sobre este último ponto, o motivo da resistência estaria associado à ideia já cravada de que o conteúdo do **sem** é muito restrito, vinculado à noção de ausência ou negação, aspecto pincelado no capítulo II e que aqui será discutido quando da análise dos valores expressos por essas formas nos variados contextos de uso.

Neves (2000), ao descrever o funcionamento das duas categorias gramaticais alvo do presente estudo, afirma que os elementos a elas pertencentes têm seu estatuto determinado seja i) na estrutura da oração ou ii) em subestruturas dela; seja iii) fora da estrutura oracional, caso das conjunções coordenativas, que atuam no âmbito textual. Da mesma forma, Romero (2009), subsidiada pela abordagem multissistêmica da língua, defendida por Castilho (2010), adverte que a função relacional, como já dito, não é exclusiva da conjunção. E, citando Castilho (2004), frisa que o contraste entre a preposição e a conjunção, sob o aspecto semântico, está associado ao fato de a preposição ter a função de situar o referente no espaço e no tempo, propriedade que a conjunção não assume. Mas, da mesma forma que as conjunções, as preposições incorporam outros significados. Esse é um aspecto discutido em Castilho (2009), que faz alusão a outros estudiosos, dentre os quais Borba (1971), Brandão (1963, apud Kleppa, 2005), Bechara (1999/2003), como também a Ilari et al. (2008).

Assim, tal como no capítulo II, distribuo as informações deste capítulo em duas seções. Na primeira, de cunho conceitual, apresento a categorização dos matizes semânticos, atribuída por alguns gramáticos, à preposição, à locução conjuntiva e as relações adverbiais estabelecidas pelos transpositores em estudo. Nesse sentido, revelo algumas inconsistências metodológicas, na medida em que se evidencia uma falta de correspondência entre os valores semânticos atribuídos ao **sem** no capítulo destinado às preposições e aqueles conferidos ao

⁹⁶ Essa propriedade fora apontada por Borba (1971, apud Poggio, 2002, p.101), para quem a categorização da preposição como conjunção se deve à sua função de ligação e de subordinação, que tanto pode ser vocabular (preposição *latu sensu*), quanto oracional (conjunção *lato sensu*), de acordo com o contexto.

SEM QUE no capítulo destinado às conjunções, além da falta de consenso entre os gramáticos quanto ao sentido unitário ou fundamental do conector. Em seguida, apresento os postulados de Castilho (2009) e Ilari et al. (2008) a respeito da categorização semântica das preposições.

Na segunda seção, com vistas a confirmar a natureza multifuncional desses elementos linguísticos, procuro identificar os diferentes matizes semânticos (ou subfunções) por eles assumidos. É certo que eles articulam informações cujo vínculo pode ser tanto de *condição* quanto de *concessão*, que são as categorias já estabelecidas na abordagem tradicional. Por outro lado, considerando que, na organização do texto, outros sentidos emergem, ampliando o campo semântico dos conectores, analiso as sentenças ou porções maiores do texto que compõem o *corpus* desta pesquisa, de modo a registrar os possíveis matizes que o conector venha a comportar. Ou seja, se são detectadas novas funções para as formas existentes que não se enquadram na tipologia já fixada pela tradição, faz-se necessário categorizá-las, dado que é papel de uma gramática funcional descrever os usos, prototípicos ou não, pois essa variação de comportamento é o reflexo da dinamicidade da língua, evidenciando, pois, a processualidade da gramática.

Nessa perspectiva, para caracterizar cada uma das relações de sentido e dar sustentação à análise, reporto-me a gramáticos, a exemplo de Cunha e Cintra (2001), Rocha Lima (2002), Bechara (1999), Vilela e Koch (2001), a pesquisadores da linha funcionalista como Castilho (2010), Ilari et al. (2008), Neves (1999/2000/2006), além da referência a trabalhos sobre conectores como os de Decat (2001), Silva (2005), entre outros. Para guiar a discussão, coloco algumas questões que circundam a reflexão aqui proposta:

1. Nas gramáticas, caracteriza-se o **sem** como expressão designadora de ausência, negação, modo. Integrada ao **que**, esta preposição compõe a locução conjuntiva **sem que**, que, tendo função relacional, é indicada ora no rol das conjunções *condicionais* ora no das *concessivas*. Mas uma das qualidades das conjunções é a extensão de sentido, de modo que em situações reais de uso encontram-se sentenças em que essa forma e a estrutura constituída de **sem** + (SN/SAdv.) + **infinitivo** assumem outros matizes semânticos – *causa*, *consequência* e *modo*. Diante disso, da perspectiva da recepção, questiono o(s) fator(es) que estaria(m) influenciando a atribuição de um tipo de vínculo semântico entre as sentenças interligadas por esse conector – a noção preconcebida do **sem**, que lembra contraste, ou a direção argumentativa do texto;

2. Considerando que as estruturas encabeçadas por **sem** ou **sem que** expressam, além dos valores de *condição* e *concessão*, os valores de *causa*, *consequência* e *modo*, o que estaria determinando a indicação, nas gramáticas, de apenas um dos matizes expressos?

Uma possível resposta para a primeira questão seria a de que:

- O processo interpretativo, seja na elaboração ou na recepção textuais, implica a consideração tanto de fatores de ordem estrutural (pontuação, posição da sentença, tipo de oração) quanto de ordem textual e discursiva (relevância da informação, recuperação de inferências, identificação da intenção comunicativa). Nesse sentido, haveria uma relação entre sintaxe e organização textual e discursiva, de maneira que haveria forte influência do contexto; logo, a depreensão dos vínculos semânticos, pelo leitor, dependeria da inferência de informações e não somente da identificação de uma tipologia oracional estabelecida pela tradição.

Quanto ao último questionamento, considero que:

- A gramática prescritiva se interessa em determinar uma classificação que leve em conta o valor prototípico, e, por se limitar à descrição de uma modalidade de uso da língua – a escrita, termina elegendo aquele valor que é mais recorrente nessa modalidade, ou o valor exemplar, que seria, para uns gramáticos, o de condição e para outros, o de concessão. E por não haver a tipologia – oração adverbial modal –, algumas vezes o contexto seria desconsiderado.

Esses são os pontos temáticos abordados no decorrer desta exposição.

3. Classificação semântica dos transpositores *sem* e *sem que* sob o olhar de alguns gramáticos

Um levantamento, em algumas gramáticas, dos matizes semânticos expressos pela preposição **sem**, pela locução conjuntiva **sem que** bem como das relações adverbiais estabelecidas por meio das estruturas de que fazem parte esses transpositores, permite a constatação de que é muito heterogêneo o tratamento dado a essas formas, de modo que a

pluralidade de sentidos que essas marcas favorecem só se torna perceptível a partir do confronto de várias abordagens.

Significa dizer que um estudo individualizado é incompleto; sendo válido salientar que essa limitação ocorre não apenas porque um autor faz alusão a um matiz semântico não mencionado por outro autor, mas porque, na abordagem de todos os autores, há uma falta de correspondência quanto aos valores atribuídos ao **sem** no capítulo destinado ao estudo das preposições e aqueles atribuídos à locução **sem que** nos capítulos que tratam das conjunções e das relações adverbiais, respectivamente.

Sintetizo, no quadro abaixo, a classificação desses elementos gramaticais, apresentando primeiramente a proposta de gramáticos cuja abordagem é considerada mais conservadora, depois a daqueles cuja abordagem seria mais inovadora. Logo após, avalio o tratamento dado à preposição e depois à conjunção em estudo.

Quadro (03): categorização semântica dos transpositores **sem** e **sem que** em algumas gramáticas

AUTORES	PREPOSIÇÃO <i>SEM</i>	CONJUNÇÃO <i>SEM QUE</i>	RELAÇÕES ADVERBIAIS
Enéas Barros (1985)	-	Condição: sem que = a não ser que; Consequência: sem que = de modo/sorte que); Concessão;	Condição; Consequência; Concessão; Tempo
Cunha e Cintra (2001) Rocha Lima (2002) Bechara (1999)	Subtração, ausência, desacompanhamento. Negação, ausência, desacompanhamento. -	Condição: sem que = se não Condição -	- Condição, Concessão, Consequência Condição; Concessão; Consequência; Modo; Causa; Modo
Vilela e Koch (2001)	-	Concessão	
Neves (2000)	Privação, ausência, estabelece relações semânticas correspondentes a de advérbio de modo e condição.	Condição; Modo	Condição, Modo

Da leitura do quadro, depreendem-se vários matizes semânticos expressos pelo **sem** e pela locução **sem que** – e por extensão da estrutura reduzida de infinitivo –, mas, como já

afirmado, isso só é perceptível se for observado o conjunto das gramáticas. No que concerne ao enfoque da **preposição**, três dos autores citados não se ocupam da caracterização semântica dessa preposição, mas aqueles que o fazem apresentam uma interpretação comum – a noção de ausência, com poucas variações. Por outro lado, em relação à **locução conjuntiva**, há uma grande distância entre as abordagens, devendo-se destacar que Neves (2000) apresenta uma classificação mais uniforme, ou seja, os matizes propostos para a preposição são os mesmos expostos nos outros segmentos.

É importante esclarecer que, embora as gramáticas destinem uma seção à listagem dos valores das preposições, no caso específico do **sem**, a abordagem é diferenciada. Ou seja, é comum se fazerem observações sob a indicação de “particularidades”, o que também se observa em relação à locução **sem que**. Dois motivos podem estar contribuindo para esse isolamento: i) o fato de essa preposição constar no rol das preposições menos gramaticalizadas⁹⁷; ii) o fato de a sua carga semântica envolver a ideia de negação. Isso fica evidente na sistematização metodológica proposta em Mira Mateus et al. (2003) e Neves (2000).

Na gramática organizada por Mira Mateus et al. (op. cit.) há menção a essa preposição quando do estudo do sintagma preposicional, na parte referente às categorias sintáticas; mas ela não está entre as preposições cujos valores são discutidos e ilustrados. Por outro lado, contempla-se o sentido deste item na parte dedicada ao estudo da negação. Nessa perspectiva, de acordo com Matos (2003, p. 773), a preposição SEM integra, juntamente ao NÃO e ao NEM, o grupo dos “marcadores de negação”. Dentre as funções que esse marcador assume estão: preposição, complementador negativo e afixo. Enquadram-se no segundo tipo de emprego as orações subordinadas reduzidas de infinitivo, daí a autora ressaltar que, nas frases finitas, esse complementador faz parte da locução **sem que**.

Acrescente-se que, no campo da negação frásica, esse marcador, que tem a oração subordinada como domínio de negação, antecede qualquer outro elemento da frase que introduz e não admite, nesse contexto, a presença de outro marcador negativo. De outro modo, a frase subordinante aceita outro marcador negativo, e, quando isso ocorre, diz-se que a coocorrência de um marcador negativo e o marcador **sem** nas frases subordinante e subordinada respectivamente provoca efeito de cancelamento da negação. Logo, dado o

⁹⁷ Já me referi a esse aspecto no item 2.2 (capítulo II), quando da referência à justificativa apresentada por Ilari (2008) de que, além de rara, a preposição SEM tem um sentido específico – o de negação.

exemplo⁹⁸: “Ele *não* saiu de casa / *sem* a Ana ter reparado nisso.”, a dupla negação propicia uma paráfrase estrutural afirmativa “Ele saiu de casa tendo a Ana reparado.” Fato semelhante ocorre nas subordinadas introduzidas por **sem que**, situação em que se faz a correspondência da locução conjuntiva, de matiz semântico condicional, expresso por *se não*. Eis um exemplo: “Não vou à festa / *sem que* seja convidado (= *se não* for convidado).” A estrutura afirmativa resultante é “Vou à festa caso seja convidado” ou “Vou à festa quando convidado”.

Neves (2000), por sua vez, na seção voltada para o estudo do mecanismo da “junção”, em particular quando trata das preposições não introdutoras de argumento, descreve os contextos estruturais de que este transpositor faz parte, abordando ainda esse item no tópico “modo de expressão da negação”, na parte que trata do advérbio, melhor dizendo, no apêndice relativo ao estudo dessa classe.

De acordo com Neves (2000, op. cit., p.729), “a preposição SEM estabelece relações semânticas no **sintagma verbal (adjunto adverbial)**”. A autora lista quatro contextos estruturais em que esse transpositor se insere, dentre os quais destaco, aqui, dois, seguidos de exemplos sugeridos por ela, em que a preposição habilita uma unidade linguística (oração) a assumir uma nova função – de *adjunto adverbial* ou *predicativo*, a saber:

1. Verbo + SEM + sintagma nominal ou oração (não-argumental)

Nesse contexto, a autora faz alusão à relação de *modo*, e cita dois exemplos, um sob a forma reduzida: “**Sem olhar para o cliente**, contava o dinheiro na gaveta.” (CE) e outro sob a forma desenvolvida, em que aparece a locução conjuntiva: “Empurrava a cadeira e saía, **sem que o patrão corresse atrás**” bem como à relação de *condição*, citando o exemplo: “A democracia não será efetiva sem liberdade de informação e não será exercida **sem que esta esteja assegurada a todos os veículos de comunicação social**.” (AP). Nesse momento, não exemplifica a oração reduzida.

2. Iniciando sintagma em função predicativa: SEM + sintagma nominal/infinitivo

Para esse contexto, a autora cita o exemplo: Continuava **sem desfalecer**. (PFV)

⁹⁸ Os dois exemplos citados – um na forma reduzida e outro na forma desenvolvida – são fornecidos por Matos (2003).

Quanto ao processo de negação, conforme Neves (2000, p. 286), o elemento básico de negação na língua portuguesa é o **NÃO**, sendo também responsáveis por esse papel os advérbios **JAMAIS** e **NUNCA**, no nível oracional; tem-se ainda a partícula **NEM**, que atua não apenas como advérbio mas como conjunção coordenativa. Além dessas partículas, atuando nos sintagmas nominal e adverbial ou no âmbito da oração, situa-se o **sem (que)**. A respeito dessa locução, Neves (op. cit., 288) aponta dois modelos distintos de estruturação oracional nos quais a presença deste transpositor assegura o valor negativo, mesmo que nenhum outro elemento de negação esteja presente e a oração propicie outros matizes - concessivo, modal ou condicional-, quais sejam:

- Modelo 1: **p** (afirmativa) **SEM (QUE)** **q**

A gargalhada explodiu / *SEM QUE* Geraldo lhe percebesse a razão (= **não percebeu...**)

- Modelo 2: **p** (negativa) **SEM (QUE)** **q**

Isso não pode ser feito *SEM QUE* haja ressentimentos de privilegiados (= **se não houver...**)

Neves (op. cit., p. 289) acrescenta que a oração subordinada introduzida por essa forma gramatical sempre terá valor negativo, independentemente de a oração principal ser afirmativa ou negativa, pois “as próprias características sintáticas da subordinada introduzida por **sem que** são as de oração negativa”, o que se comprova quando, no interior de uma estrutura subordinada, há orações coordenadas que podem vir relacionadas por uma outra partícula negativa, como demonstra o exemplo: “**NÃO** se passava uma noite /***SEM QUE*** ele assaltasse um palacete, arrombasse um cofre, mestre no ofício.” (= ... sem que ele assaltasse um palacete **NEM** arrombasse o cofre, ...). O exemplo citado favorece a leitura de *concessão/adversidade* e ainda um outro valor a que a autora não se refere, o de *consequência negada*, matiz semântico mencionado por Bechara (1999).

Um outro aspecto destacado por Neves (2000, p. 291) sobre o uso desse juntor no processo de articulação entre orações é o fato de o sintagma introduzido pela partícula **SEM** negar “um **estado de coisas** que ocorre em concomitância com o **estado de coisas** expresso na **oração principal**.” (grifos da autora). Para dar sustentação a essa informação, a autora oferece um exemplo em que a preposição **SEM** acompanha verbo no infinitivo (podendo também a estrutura formada pelo **sem que** acompanhar verbo no modo finito), confrontando-o

com uma estrutura subordinada gerundial, de forma a explicar que a primeira construção é “a contraparte negativa das **orações de gerúndio** [...]”. Seguem os exemplos:

- “Enquanto fala, *SEM se levantar do piano*, Helô põe a audição do gravador para funcionar.” e
- “Enquanto fala, *levantando-se do piano*, Helô põe a audição do gravador para funcionar.”

Atente-se para o fato de que, não só nesse exemplo, mas em outro fornecido pela autora, aparecem expressões que remetem à noção de tempo, quais sejam: “**enquanto** fala” e “**ao** vê-los”, o que pode favorecer a interpretação referida pela autora, de modo que se faz necessário verificar se as construções que revelam outros matizes se alternam com o gerúndio.

Com relação ao estudo da locução/**conjunção**, nota-se que não há consenso entre os gramáticos quanto ao sentido unitário ou fundamental atribuído ao conector em observação, e menos ainda quando se trata das relações adverbiais que ele estabelece. O valor de *condição* prevalece (não tendo sido citado apenas por Vilela e Koch), vindo em seguida os de *concessão*, *consequência*, *modo*, *causa e tempo*.

Saliente-se, porém, que das relações adverbiais elencadas, uma delas – a de **modo** – não é bem recepcionada pelos gramáticos, que normalmente ressalvam o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não a legitimar. Assim, Enéas Barros (1985, p. 220-221) faz observações sobre os vários sentidos do **sem que**, em um tópico à parte “considerações sobre a conjunção *SEM QUE*” – uma delas é a de que a locução tem valor de “tempo”, se equivalente a “antes que”; e, quanto ao modo, afirma que “embora a Nomenclatura Gramatical Brasileira não aceite tal classificação, pode a locução assumir valor *modal*”. A esse respeito, Rocha Lima (2002) destaca que, apesar de a circunstância de *modo*, tal como as de tempo e lugar, ser uma das circunstâncias mais importantes, não há conjunção modal que a represente, sendo ela expressa apenas através de oração reduzida de gerúndio. “[...] Mas em português, assim como não existem conjunções locativas, assim também não existem conjunções modais; de sorte que, no plano do período composto por subordinação, a circunstância de modo somente aparece sob a forma de oração REDUZIDA (de gerúndio)” (ROCHA LIMA, op. cit., p. 283). Vilela e Koch (2001) inserem as orações proporcionais e conformativas no conjunto das orações adverbiais e, tal como Rocha Lima (op. cit.), ressaltam que a NGB já as admite no grupo, mas exclui as orações modais. Cunha e Cintra (2001) não fazem alusão ao assunto.

Quanto à abordagem de Neves (2000), convém informar que, em comparação às outras relações de sentido, a circunstância de modo é tratada superficialmente. Sobre esse ponto, ela faz o seguinte comentário: “Não é muito usual a expressão da relação **adverbial modal** por meio de uma **oração**. Ela se faz especialmente com *SEM QUE*, e com **verbo** no **subjuntivo**” (NEVES, 2000, p. 929) e fornece o exemplo:

- a) *Os momentos passaram, todavia, SEM QUE lograsse coordenar um só pensamento.*

E acrescenta, em relação à oração reduzida de infinitivo: “**Orações modais** com **verbo** no **infinitivo** se constroem com a **preposição SEM**”.

- b) *O jovem tentou respirar SEM fazer ruído.*

De todos os autores citados, Bechara é o que oferece uma caracterização mais abrangente, esclarecendo que, apesar de a locução **sem que** ser normalmente enquadrada no conjunto das conjunções condicionais, ela reúne diversos sentidos contextuais. Segue abaixo a categorização tal como proposta pelo autor:

1. *condição* (subordinada condicional):
Sem que estude, não passará.
2. nega uma *consequência* (subordinada consecutiva):
Estudou sem que conseguisse aprovação.
3. exprime uma *consequência* esperada (depois de negativa):
Não brinca sem que acabe chorando (todas as vezes que brinca acaba chorando).
4. exprime uma *concessão* (subordinada concessiva)
Ele é responsável, *sem que o saiba*, por todas essas coisas erradas.
5. nega uma causa, chegando quase a exprimir concessão (subordinada causal ou concessiva):
Estudou sem que seus pais lho pedissem (nega-se a causa ou uma das causas do estudo: o pedido dos pais, e vale quase por: *estudou ainda que seus pais não lho pedissem*).
6. “denota simplesmente que tal ou qual circunstância não se deu, aproximando-se da idéia de *modo* (subordinada modal):
Entrou em casa sem que tomasse nenhum alimento.

Retirou-se sem que chamasse seus colegas. (BECHARA, 1999, p. 506)

Feito o esboço, o autor adverte que a NGB “desprezou as orações modais”. Em linhas gerais, conclui-se que a abordagem da *relação modal* ainda não é satisfatória, se se considerar o fato de que a menção ao tema normalmente implica na interrelação do valor semântico de *modo* com as noções de *conformidade*, *conformação*, *comparação* ou de *concessão*. Ou seja, as orações adverbiais modais ficam em segundo plano.

A fluidez de significação, no que respeita às três primeiras noções, reflete-se no enunciado quando se parafraseia a estrutura formada pela locução conjuntiva **sem que + verbo no subjuntivo** ou a estrutura **sem + (SN/SAdv.) + verbo no infinitivo** usando os conectores *como/como se*, sendo o conector *sem que* também responsável pela proximidade de conteúdo em relação à última noção – de concessão. Acrescente-se que essa flutuação provavelmente ocorre porque o conteúdo expresso na sentença iniciada por esses conectores pode atender a uma pergunta cuja resposta seria anaforizada pelas construções *assim/desse modo/dessa maneira* (que confirma a relação de modo). Já a ligação com concessão estaria relacionada ao valor da preposição *sem*, que indica também *ausência*, *negação*, *privação*, daí favorecer a ideia de contraste.

O trajeto seguido até aqui teve como propósito a defesa de que a preposição *sem*, em contextos específicos (diante de infinitivo) tem se especializado como conjunção, o que não invalida a classificação paralela de preposição. Além disso, tanto quanto a locução conjuntiva, esse elemento tem seu sentido ampliado de acordo com os diferentes contextos de ocorrência. Por isso, atenho-me, na seção subsequente, à exposição do tratamento da preposição não apenas porque ela integra a locução conjuntiva *sem que*, mas também porque, sob o ponto de vista semântico, esta preposição ostenta multifuncionalidade, ainda que carregue vestígios do sentido original.

3.1 Categorização semântica das preposições: a visão de Ilari et al. (2008) e de Castilho (2009)

Os estudos contemplados neste subtópico são fruto de pesquisas que têm como base um *corpus* constituído de textos da modalidade falada no nível culto, dado o interesse dos autores em descrever a gramática dessa variedade linguística. Ao tratar do sistema preposicional da língua, Ataliba T. de Castilho e Rodolfo Ilari, junto a outros autores, fazem uma descrição pormenorizada de todas as preposições, embora se dê maior destaque às preposições mais gramaticalizadas. Para a discussão aqui proposta, trago recortes de ambos os

textos – 2008 e 2009 – e exemplos ali fornecidos em que os falantes fazem uso da preposição **sem**, por considerar que há semelhanças nos usos descritos pelos autores e aqueles evidenciados no *corpus* constituído de textos da modalidade escrita – objeto de estudo desta pesquisa.

Antes de adentrar na explanação dos autores acima referidos, chamo a atenção para uma característica normalmente atribuída às preposições – o esvaziamento semântico, noção que, segundo Borba (1971, apud POGGIO, 2002), decorre da saliência da sua significação gramatical em relação ao seu valor semântico.

Poggio (op. cit.), examinando a literatura sobre o assunto, deparou-se com posicionamentos contrários. A afirmação de que as preposições são palavras vazias, segundo ela, parte de Tesnière (1976), que, ao distinguir palavras plenas e vazias, inclui as preposições neste segundo bloco, tendo em vista ser função desses elementos a) a transformação das palavras plenas e b) a regência das relações entre tais palavras. A esses argumentos alia-se c) a dificuldade de delimitar os valores expressos por cada uma das preposições, em virtude das diferenças semânticas serem muito sutis.

Dentre os linguistas que rejeitam essa tese está B. Potier, que defende que as preposições são plenas de sentido. Respalhada em Borba (1971), Poggio sintetiza a discussão, explicando que a manutenção de um único sentido é favorecida pela baixa frequência, fato evidenciado pelas preposições **antes**, **após**, **desde** e completando o grupo, o **sem**. De outro modo, a alta frequência conduz à abstração de sentido, pondo em relevo o valor gramatical, sendo exemplares as preposições **a**, **de**, **em**, entre outras.

Retomando os autores citados na abertura desta seção temática, particularmente em relação ao volume II da coleção Gramática do português culto falado no Brasil, dedicado ao estudo das classes de palavras, Ilari, ao apresentar o livro, esclarece que ao longo da exposição dos temas há referência não só aos princípios da vertente funcionalista como também da teoria multissistêmica da linguagem, representada por Castilho, mas, feitas algumas ressalvas, ainda se pode entender o conjunto como uma abordagem funcionalista cuja preocupação é explicar as escolhas linguísticas realizadas e qual a contribuição das palavras para a interpretação das sentenças. Nas palavras do autor:

Essa perspectiva obriga a considerar as palavras não apenas como peças de uma montagem sintática (isto é, como unidades passíveis de ocupar uma certa posição na estrutura da sentença) mas também como unidades dotadas de propriedades semânticas e pragmáticas próprias. (ILARI, 2008, p. 10)

A base de toda a discussão levantada por Castilho (2009) sobre o sentido das preposições reside na concepção da preposição como operador de predicação. Significa dizer que as preposições viabilizam ligações semânticas entre o antecedente (também denominado figura) e o conseqüente (ou ponto de referência); este último, por intermédio da preposição, predica a figura, que pode ser representada por um nome ou por um verbo. No primeiro caso, tem-se a predicação de primeira ordem, ou predicação de referente; no segundo, predicação de segunda ordem, ou predicação de outro predicado, como revelam os exemplos: “goiabada com queijo”, “veio de casa”, respectivamente.

A predicação resultante da junção da preposição ao ponto de referência em relação à figura atua nos seguintes eixos: localização, aspectualização, temporalização, quantidade e tematização. Castilho (2009, p. 290-293) delimita cada uma dessas propriedades e indica as preposições representativas de cada classificação. Neste tópico, sinalizo brevemente as noções envolvidas nos três primeiros eixos, parafraseando o autor:

Localização: as preposições situam a figura em lugares precisos em estados de coisas *dinâmicos* (indicando os pontos inicial/medial/final do percurso), *estáticos* (em cima/em baixo; à frente/atrás) ou *imprecisos* (dentro/fora; perto/longe; ausência/copresença).

Aspectualização: as preposições sinalizam para a representação de lugares imaginados do evento, situando a figura num espaço com movimento ou sem movimento, daí a distinção entre preposição de caráter durativo e de caráter pontual.

Temporalização: nesse caso, a noção de tempo se vincula à de espaço, por associação metafórica, projetando-se sobre a figura as noções de passado, presente e futuro. Desse modo, ao passado liga-se a ideia de percurso acabado; ao presente, a ideia de percurso em andamento; e ao futuro, a direção do percurso a ser feito.

A compreensão de todo o funcionamento do sistema preposicional tão bem delineado por Ilari et al. (2008) e Castilho (2009) se ancora no cognitivismo. Nesse sentido, sendo a linguagem o produto da mente, três expedientes concorrem para essa construção linguística – as percepções físicas da espécie, a exemplo da audição; as experiências motoras, a exemplo do deslocamento; e as experiências culturais. Nesse sentido, Ilari et al. (op.cit., p. 649) delimitam três bases de conhecimento que propiciam o funcionamento das construções

linguísticas, a saber: “esquemas imagéticos, modelos cognitivos idealizados e a própria língua”.

Os esquemas imagéticos estão diretamente relacionados à percepção que têm os falantes de si próprios e do ambiente. A contribuição dessa propriedade é a de permitir ao falante determinar o que em um determinado evento deve ser considerado em primeiro ou segundo plano. Isto é, “o que está sendo colocado em proeminência e o que está sendo tomado como fundo para a compreensão de uma expressão determinada” (ILARI et al., op. cit., p. 649). Para esclarecer a relação entre espaço e cognição, de modo a justificar que a maioria dos esquemas imagéticos é de natureza espacial, os referidos autores explicam o conceito de hipotenusa, demonstrando que só a partir da consideração da imagem de um triângulo é possível entender a hipotenusa como a linha diagonal, ou seja, a que se opõe às duas linhas retas.

Conforme os autores, o espaço é uma experiência fundamental não só por favorecer aos humanos os movimentos corporais, mas a visão sobre as coisas que estão ao seu redor. E, na condição de objeto da experiência, é o espaço que nos permite definir “relações como as de continente/conteúdo, centro/periferia, proximidade/distância, co-presença e ligação” (ILARI et al., op. cit., p. 650). A aplicação dessas propriedades ao sistema preposicional do português resulta em quatro tipos de esquemas espaciais que representam os diferentes usos: o do trajeto, o de em cima/em baixo, o de caixa e o de ligação. Este último esquema é o que abriga as preposições *com* e *sem*, que traduzem a ideia de presença ou ausência de elementos que se relacionam no espaço.

A segunda base de conhecimento, os Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), consiste em um conjunto de conhecimentos que se constrói tendo por base as experiências físicas e sociais das pessoas, sendo, ao mesmo tempo, um mecanismo a partir do qual as pessoas vão enquadrando outras situações, categorizando-as, revelando a sua compreensão do mundo. Ilari et al. (2008, p. 652) ressaltam que a busca de categorização também era do interesse da Filosofia e da Psicologia, mas enquanto para essas correntes as categorias são estabelecidas “conceitualmente e em abstrato”, os cognitivistas concebem o léxico como um instrumento de categorização da realidade via MCI. Nesse caso, o significado de uma palavra não é determinado unicamente pela indicação de um somatório de traços semânticos que se aplicariam, a princípio, a um determinado objeto do mundo; é preciso observar a adequação dos traços a uma realidade específica. Um exemplo fornecido para esclarecer essa situação é o termo “solteirão” cujos traços ‘homem adulto’ e ‘não casado’ se aplicariam a indivíduos em

condição de se casar, excluindo, por exemplo, padres católicos e Papas, já que o celibato é um requisito aceito por ambos.

Em se tratando da preposição enquanto um meio de categorizar a realidade, a importância dos Modelos Cognitivos Idealizados, de acordo com os autores, revela-se no momento em que esses modelos guiam as escolhas dos usuários. Os autores comentam o emprego das preposições *a* e *de*, que, embora sejam selecionadas por verbos de movimento, têm suas especificidades – se o deslocamento do indivíduo é feito através de um veículo, a preposição selecionada é *de*, se isso não ocorre, é selecionada a preposição *a*. Ainda que se trate de estruturas fixas na língua, novas estruturas que vão surgindo podem se enquadrar nos modelos existentes.

Além desse fato, os MCIs se mostram úteis para esclarecer a polissemia das preposições, pois se uma preposição exibe mais de um valor e a extensão de sentido foi motivada pelo mesmo modelo cognitivo, isso se deve à possibilidade de um determinado uso ser compreendido por associação a outro, ou seja, pelo mecanismo da metáfora. Prova disso é uso da locução prepositiva *frente a*, cujo valor originário é de natureza espacial “fica à frente” e assume em outro contexto valor de comparação, dado que realidades que são postas frente a frente podem ser explicadas uma em relação à outra, por meio da comparação. Em outros termos:

Um aspecto que estava disponível na co-presença, a comparação, ganhou destaque graças a uma metáfora pela qual *ver é compreender*, uma das tantas que ilustram a ideia de que as operações mentais se guiam pela experiência de operações físicas (‘mente como corpo’). (ILARI et al., 2008, p. 655).

Por fim, a terceira base de conhecimento que auxilia a organização das estruturas linguísticas, refletindo como um evento ou uma ideia são percebidos pelos indivíduos, é a própria língua. Ilari et al. (2008) apresentam pelo menos três razões que evidenciam a relevância desse conhecimento.

A primeira razão diz respeito à disponibilidade, no próprio sistema linguístico, de recursos lexicais e morfossintáticos que estabelecem moldes para a transmissão do que se pretende comunicar. Logo, a escolha de uma preposição dá pistas sobre que ângulo de um determinado evento está sendo posto em destaque – considerando-se, por exemplo, um evento como uma *viagem*, o que vai determinar se a atenção é dirigida para a *ida* ou para a *volta* será a preposição selecionada, no caso, as preposições *a* ou *de*, respectivamente, como confirmam

as sentenças: “Cheguei à Bahia” e “Cheguei *da* Bahia”. Há ainda a possibilidade de a preposição interferir na semântica de um verbo, fato que se observa em relação a “falar” quando combinado com as preposições *com* e *para*, de maneira que, na estrutura “falar com”, o verbo assume o sentido de conversa coletiva, por estar presente a ideia de concomitância; e a estrutura “falar para” expressa o sentido de transmissão de informação, estando presente a ideia de trajeto, entendendo-se que a informação se desloca ao longo de um canal.

A segunda razão corresponde ao fato de ser a língua que vai confirmar ou não os modelos cognitivos idealizados. Assim, entidades à primeira vista muito diferentes podem ser associadas, em virtude de algum traço cognitivo comum. Um exemplo é o da preposição *ante*, cujo sentido é de “posição diante de” e que em outra circunstância, com o auxílio de um “S”, acomoda o sentido de “sequenciamento”, isto porque “o que está frente a frente pode ser percebido como sequenciado” (ILARI et al., 2008, p. 655). Portanto, há alguma semelhança que aproxima esses dois valores.

Quanto à terceira razão, refere-se à responsabilidade que tem a língua de determinar quando é possível a extensão metafórica para um certo sentido. No caso, por exemplo, da metáfora *tempo é movimento no espaço*, tal como outras línguas, o português concebe a ideia de tempo como deslocamento ao longo de um trajeto, acrescentando em relação à noção de movimento duas possibilidades de direcionamento – a dos eventos em direção ao enunciador e a do enunciador em direção aos eventos, como ilustram os exemplos: “João, o fim do ano está chegando” e “João, desse jeito você vai chegar esgotado ao fim do ano.” (ILARI et al., 2008, p. 656).

Quando da abordagem do sentido das preposições, Castilho (2009) argumenta que as preposições têm um sentido original, vinculado às noções de espaço/tempo, mas dos quais derivam outros sentidos resultantes de extensões metafóricas, processo que também é decorrente da criatividade humana. Os exemplos até então elencados neste subtópico ratificam esse postulado. Eis a explicação do autor: “Processos de alteração semântica distanciam as Preps de seus sentidos de base, via alteração de esquemas imagéticos, levando-as a desempenhar outros papéis” (CASTILHO, 2009, p. 293).

Uma outra observação feita em relação ao *sem* é de que essa preposição “pode formar expressões atributivas, quase como prefixos” (sujeito *sem graça*; ... então o caso é um caso *sem jeito*...) (ILARI et al., 2008, p. 702). Conforme os autores, ocorre aqui a reprodução de transposição de esquemas evidenciada com a preposição *com*, uma vez que a proximidade de espaço tanto pode ser gramaticalizada pelo prefixo quanto pela repetição do *com*, a

exemplo de estruturas como: “... *comentar com você*”, “... *correlação com a realidade*”, “... *acompanhar com*”, etc. (ILARI et al., 2008, p. 698).

Finalizando esta exposição, cabe observar que Ilari et al. (op. cit.) dedicam uma boa parte do capítulo sobre preposições à análise das que são mais frequentes, esclarecendo primeiramente os sentidos originários seguindo-se da explanação sobre as extensões de sentido e de como se dá a transposição de esquemas – do espaço para os variados sentidos. Nos dados analisados pelos autores, a ocorrência do **sem** é ínfima; esse fato aliado ao entendimento de que o único modelo cognitivo desta preposição “é uma forma de ligação (negada): a não-presença num mesmo espaço em que outro objeto está representado (representações da ausência são possíveis mas menos intuitivas)” termina obstaculando a feitura da sua diagramação. (ILARI et al., 2008, p.766). Mais adiante os autores acrescentam que o **sem** “pode desempenhar o papel de uma conjunção, intermediando entre sentenças.” (ILARI et al., op. cit., p.768). Essa afirmação reforça a proposição de que o **sem** diante de forma verbal infinitiva seguida de complemento ocupa lugar de conjunção. Na seção 3.2, analiso esse tipo de funcionamento, procurando demonstrar que, se, por um lado, ainda persiste o sentido de base, por outro lado, outros sentidos podem ser evocados a partir dessa partícula, nas cláusulas adverbiais objeto de estudo desta pesquisa.

3.2 Categorização semântica das conjunções: diferentes tendências de abordagem

Embora o estatuto das orações adverbiais já tenha sido objeto de reflexão no capítulo II, considero necessário retomar alguns pontos ali apresentados como forma de justificar o encaminhamento da análise que ora se oferece.

A função de adjunção, em contrapartida à de constituinte, é a propriedade que distingue as subordinadas adverbiais das substantivas, ou encaixadas. Em decorrência desse papel de predicação das primeiras, na medida em que adicionam informações de acordo com as necessidades do discurso, tais orações revestem-se de grande importância. Cabe destacar que Neves (2006, p. 233), reportando-se a Dik (1978, 1980, 1989, 1997), esclarece que as informações subsidiárias se anexam “em qualquer das camadas de organização do enunciado: na predicação, na proposição, no ato de fala”. Além disso, assinala a autora, por serem opcionais, essas orações satélites refletem as intenções comunicativas do falante “na sua busca natural do melhor cumprimento de funções do seu enunciado”.

As gramáticas tradicionais, a exemplo das já citadas neste trabalho, norteando-se principalmente pela distinção entre coordenadas e subordinadas, agrupam as conjunções em dois compartimentos – o dos *conectores* e o dos *transpositores*; depois, guiando-se pelo sentido expresso por esses elementos gramaticais, estabelecem uma tipologia semântica. Assim, as categorias *aditivas*, *alternativas*, *adversativas*, *explicativas* e *conclusivas* se aplicam às coordenadas⁹⁹, e as *causais*, *condicionais*, *concessivas*, *consecutivas*, *comparativas*, *conformativas*, *temporais*, *proporcionais* e *finais* se aplicam às subordinadas¹⁰⁰.

Por outro lado, algumas lacunas têm sido apontadas em relação à compartimentalização adotada pela tradição gramatical, porque, no uso efetivo da língua, é difícil estabelecer limites quanto aos matizes semânticos. Ou seja, vários sentidos são acionados a partir de uma só conjunção, de forma que uma interpretação não impede a existência de uma outra. Neves¹⁰¹ (1999/2006), Azeredo (2000), Mira Mateus et al. (2003), Ilari (2008) e Castilho (2010) são alguns dos autores que chamam a atenção para a dificuldade de determinar uma única classificação para as conjunções – prova disso é a proximidade dos conceitos de temporalidade, causa, condição e concessão.

Ilari (op. cit.) considera restrito o tratamento dado pelas gramáticas tradicionais à classe das conjunções sob uma perspectiva semântica em virtude de o critério de classificação dessas formas gramaticais ter por base a dicotomia *coordenação/subordinação*, daí afirmar que “Num estudo semântico das conjunções, uma das consequências pode ser a de recusar à oposição coordenativas/subordinativas o lugar privilegiado de que tem desfrutado” (ILARI, 2008, p. 828).

Na busca de atribuir a uma classificação das conjunções um caráter semântico, o autor descreve três modelos de abordagem que podem constituir um princípio de organização para essa classe. O primeiro modelo, originário na linguagem lógica, tem como característica

⁹⁹ Alguns autores, a exemplo de Perini (1996) e Bechara (1999), excluem do conjunto das conjunções coordenativas determinados elementos que, apesar da proximidade semântica com os conectivos propriamente ditos – *e*, *ou* e *mas* –, atuam no nível do texto, como ocorre com os itens: *contudo*, *entretanto*, *portanto*, *logo*, *assim*, *então*, *pois*, entre outros. Trata-se de elementos que, não obstante liguem sentenças, são percebidos como advérbios.

¹⁰⁰ Quanto às conjunções subordinativas, com exceção do *se* (condicional), compõem esse conjunto as locuções conjuntivas de que participa ora a preposição ora o advérbio junto ao transpositor *que*. Assim apenas o *se* constitui uma conjunção pura, como assinalam alguns autores, dentre os quais Carvalho (2001). Nesse caso, cabe aos primeiros itens a função de acréscimo semântico e ao último, a função de nominalização ou adverbialização.

¹⁰¹ Conforme Neves (1999), nas análises desenvolvidas sobre as construções *causais*, *condicionais* e *concessivas*, expostas no vol. II da coleção (GPF), defende-se que “essas relações inter-sentenciais refletem relações discursivas mais amplas, que configuram todo o texto” (NEVES, op. cit., p.84).

central a verifuncionalidade. Nesse sentido, com base na determinação de quatro conectivos lógicos, representados pelos símbolos: $\vee$, $\wedge$, $\rightarrow$, $\leftrightarrow$ procuram-se explicar as relações lógico-semânticas dos conectivos da língua natural. Do ponto de vista sintático, esses conectivos formam enunciados complexos a partir da junção de enunciados simples; e, do ponto de vista semântico, o valor de verdade da estrutura resultante depende dos valores de verdade das partes que a compõem. O meio utilizado para explicar o funcionamento de dezesseis possíveis conectivos é a elaboração de um cálculo sentencial¹⁰².

Dois obstáculos se evidenciam quando da tentativa de aplicação desse modelo aos enunciados da língua natural: a ambiguidade e a ocorrência de valores não-verifuncionais –, o que se deve ao fato de os enunciados da língua natural não serem tão relugares quanto os enunciados lógicos. Para comprovar o primeiro tipo de dificuldade, o autor exemplifica situações de uso dos conectivos “OU” e “SE” que não se enquadram no cálculo sentencial. Nos enunciados lógicos, só é possível o valor inclusivo do OU, enquanto na língua natural são possíveis os valores inclusivo e exclusivo; quanto ao SE, na linguagem lógica, a falsidade do antecedente implica a falsidade do consequente, o que não se verifica necessariamente em alguns usos da língua natural.

Em relação à segunda dificuldade, relativa à verificação de informação não-verifuncional, Ilari (2008) comenta que alguns conectivos promovem nexos psicologicamente densos, a exemplo das noções de causa e tempo, e demonstra isso através do uso do conector “E”, que não se restringe a apresentar dois fatos como sendo verdadeiros, daí ser possível a identificação de um “E” temporal, que relaciona informações que se sucedem; e um “E” atemporal, que promove uma relação de causalidade.

Diante disso, o autor conclui que a análise das conjunções da língua natural conduz ao estudo da significação em dois planos: um literal, voltado ao registro de aspectos verifuncionais, e outro voltado para a identificação de implícitos, considerando outras determinações semânticas, explicadas normalmente como implicaturas. Porém, o próprio autor faz objeções a essa estratégia de análise, dada a possibilidade de

¹⁰² Alguns critérios são considerados para atender a esse cálculo sentencial: admite-se apenas dois valores de verdade para o enunciado: todo enunciado é verdadeiro (V) ou falso (F); todos os conectivos são binários; os conectivos correspondem a um instrumento para mapear os valores de verdade dos enunciados constituintes no valor de verdade do enunciado resultante.

vir a pulverizar, por assim dizer, o estudo das conjunções como um todo, pois implica decidir, para cada um de seus usos, até onde vai o sentido literal, e onde começam os aportes propriamente contextuais (ILARI, 2008, p. 838).

O segundo modelo de abordagem, adotado pela gramática categorial, tem como princípio básico a interdependência entre sintaxe e semântica, postulado que se ancora na concepção de que a função semântica de uma palavra ou construção correspondente tem como correlato uma categoria sintática determinada a partir de duas categorias básicas: “a dos nomes (que se associam como denotação de objetos de um universo discursivo) e a dos enunciados ou sentenças (aos quais se associam, como denotação, valores de verdade)” (ILARI, 2008, p. 839). Assim, a aplicação desse procedimento às conjunções resulta em três tipos categoriais, representados pelos conectivos: *e*, *que* e *quando*.

Logo, cada um desses conectivos permite um diferente enquadramento categorial: a conjunção aditiva *e* representa a coordenação de elementos, conectando expressões sintáticas equivalentes, de modo que a estrutura composta resultante recebe o mesmo enquadramento das partes componentes; a conjunção integrante *que* funciona como complementizador, transformando uma sentença completa em um nome; e a conjunção temporal *quando*¹⁰³ introduz sentenças subordinadas adverbiais. É preciso esclarecer que conjunção adverbial promove um nexos específico entre a oração regente e a subordinada; nexos este que é representado por uma fórmula semântica¹⁰⁴ própria.

Feito esse esboço, Ilari (2008) adverte que as fórmulas semânticas requerem um estudo de palavras individuais, e isso é um complicador para uma análise semântica das conjunções em virtude da dificuldade de fazer abstrações a partir de descrições individuais.

Por fim, o terceiro modelo, que tem origem na Semântica Argumentativa defendida por Ducrot, tem como postulado central o conceito de argumentatividade, partindo da concepção de que, sendo a língua natural um instrumento de interação, tem em sua estrutura o

¹⁰³ Ilari et al. (2008, p. 841) destacam que é possível aplicar ao *quando* a mesma descrição categorial proposta para as aditivas, diferenciando-se pelo fato de a grande maioria das conjunções introdutoras de orações adverbiais constituírem um tipo especial de predicado, por tomarem como argumento sentenças completas. Os autores citam algumas conjunções responsáveis pelo estabelecimento de nexos sentenciais, a exemplo de *porque*, *como*, *na medida em que*, etc., mas não fornecem exemplos de sentenças; apenas ilustram um modelo de fórmula semântica.

¹⁰⁴ Ainda que considerada precária, esta é a fórmula semântica apresentada em Ilari (2008, p. 841) em relação ao *quando*: [quando S1, S2] é verdadeira se e somente se a realização do estado de coisas descrito em S1 é simultânea à realização do estado de coisas descrito em S2.

reflexo dessa função interacional. Com relação às conjunções, mais que a função sintático-semântica de conectar sentenças, esse elemento gramatical assume uma função argumentativa, que consiste em apontar uma direção interpretativa conforme o peso de que se revestem determinadas sentenças em favor das conclusões que são alvo de negociação verbal pelos interlocutores.

Muitas partículas, a exemplo de *até*, *ainda*, acrescenta Ilari (2008), chamaram a atenção dos pesquisadores vinculados a essa vertente, que indicaram em suas análises o papel de operadores dessas partículas, em contextos específicos, por marcarem uma avaliação do autor quanto aos argumentos apresentados. Além dessas partículas – algumas delas também chamadas pela tradição gramatical de palavras denotativas –, muitas conjunções são objeto de análise, mas a contribuição mais visível dessa abordagem diz respeito ao tratamento dado às conjunções *mas* e *embora*.

Nessa perspectiva, os estudos sinalizam para uma semelhança funcional entre as estruturas “A *mas* B” e “A *embora* B”, no sentido de que, em ambas as construções, A e B constituem argumentos em favor de conclusões opostas (um dos segmentos leva a uma conclusão C, e o outro a não-C), ou seja, trata-se de elementos que marcam uma relação de contraste. Mas, ao mesmo tempo, são estruturas que, do ponto de vista argumentativo se diferenciam, pois a força argumentativa do enunciado localiza-se em pontos distintos das estruturas. Ilari (op. cit.) demonstra esse aspecto através do esquema (A *mas* B é sinônimo de B *embora* A). Significa que na estrutura adversativa o argumento introduzido pela conjunção é mais forte em favor de uma conclusão não-C; enquanto na concessiva, o argumento mais forte é o que está enunciado na oração sem o conector, logo na oração nuclear ou principal.

As limitações observadas nessa vertente, segundo Ilari (2008, p. 844), dizem respeito ao fato de não se poder afirmar seguramente que: a) “as hipóteses argumentativas se apliquem com a mesma procedência a *todos* os tipos sentenciais, e a *todas* as ocorrências de conjunções” (grifos do autor), e b) que nas sentenças que expressam circunstância¹⁰⁵ se verifique qualquer valor de argumentatividade.

No início da exposição de Ilari foi afirmado que os três modelos de abordagem visam à construção de um princípio organizacional das conjunções. Trata-se de uma tarefa que, se não atingida completamente, tendo em vista as lacunas apontadas em cada uma delas, tem

¹⁰⁵ O autor se refere neste ponto às sentenças que apresentam conectores como *quando* e *depois que*.

utilidade, por conseguir explicar uma diversidade de usos. Por isso, uma análise do processo de articulação de orações requer a consideração dos componentes sintático, semântico e pragmático, em virtude de a atividade linguística refletir as intenções dos falantes, evidenciando a integração das funções ideacional, textual e interacional da linguagem (HALLIDAY, 1985).

Para que se tenha uma breve noção do quanto os valores semânticos das conjunções se sobrepõem, a ponto de não se poder atribuir uma classificação rígida, basta comparar a maneira como Azeredo (2000) e Castilho (2010) agrupam as orações adverbiais, com base nas afinidades de sentido. Um autor distribui tais orações em quatro grupos; e o outro, em três, conforme disposto a seguir:

Quadro (04): distribuição das orações adverbiais conforme afinidade de sentido

A Z E R E D O	Causalidade: causais, condicionais, finais e consecutivas Situação: temporais, locativas e proporcionais Comparação: comparativas e conformativas Contraste: contrastivas e concessivas
C A S T I L H O	Causalidade: causais, condicionais, concessivas, explicativas e conclusivas Temporalidade: temporais e proporcionais Finalidade: finais

Do confronto entre as propostas, fica patente que a confusão envolve a determinação dos valores que integram as relações de causalidade e contraste. Se, para Azeredo, as noções de finalidade e consequência pertencem à esfera da causalidade, enquanto a de concessão, à do contraste; Castilho, por outro lado, inclui a concessão, explicação e conclusão no campo da causalidade, deixando as finais num eixo à parte.

Observando a caracterização da **causalidade** sob o olhar de Brito (2003) e o de Neves (1999), verifica-se que a visão da primeira converge com a de Castilho; e a da última, com a de Azeredo. No primeiro caso, a semelhança se dá na medida em que Brito (op. cit.), além de se referir às noções de causa e condição, afirma que a relação de causa/efeito pode ser

expressa tanto por oração conclusiva como por oração explicativa¹⁰⁶. Alguns dos conectivos que representam esses valores são *portanto*, *por isso*, *por conseguinte*, na primeira situação; *pois* e *que* (explicativo), na segunda.

Em se tratando de Neves (1999, p. 475 - 476), a proximidade com Azeredo ocorre no sentido de que a autora qualifica as orações causais¹⁰⁷, *lato sensu*, como as que apresentam uma relação de causa a efeito, de modo que “**causa** abrange **causa real, razão, motivo, justificativa ou explicação**, e **efeito** abrange **consequência real, resultado, conclusão**” (grifos da autora). Ou seja, a oração consecutiva, excluída por Castilho das adverbiais, aqui é contemplada. De acordo com Azeredo (2000), na relação de causa/efeito, os conectivos que expressam causa e condição assinalam a causa e os que expressam finalidade e consequência, o efeito.

Convém salientar que a abordagem de Neves (2006) amplia o escopo da causalidade, abarcando a noção de concessão. Além disso, regendo-se pelo esquema elaborado por Halliday (1985), a autora explica o *continuum* denominado relação *lato sensu* condicional/*lato sensu* causal, em que se revela a proximidade entre causa, condição e concessão. De acordo com Neves (op. cit.), o ponto de aproximação dos valores mencionados é a estrutura da oração condicional. Assim, duas partes compõem esse tipo de construção: a *prótase*, proposição de cujo valor de verdade depende a outra, chamada *apódose*, a que “expressa a consequência do preenchimento – ou não – da condição da prótase” (NEVES, 2006, p. 259). Conforme a autora, em todas as construções *lato sensu* condicionais, a prótase sempre favorece uma disjunção, sendo diferente a forma como esta se resolve em cada uma delas. Nesse caso, assim se manifesta tal disjunção:

- a) Nas concessivas – *embora* faça E *embora* não faça;
- b) Nas condicionais – *se* fizer OU *se* não fizer;
- c) Nas causais – *porque* faz (escolha já feita)

¹⁰⁶ Brito (2003) esclarece que a impossibilidade de inversão das estruturas conclusivas e explicativas as identifica como coordenadas.

¹⁰⁷ Por relação causal (*stricto sensu*) entenda-se, conforme Neves (1999), a conexão causa-consequência ou causa-efeito entre dois eventos, havendo a implicação de sequência temporal. Vilella e Koch (2002, p.384) afirmam que “a causa em sentido estrito exprime-se pelas ‘palavras’ motivo ou razão.

Por que motivo não foste ao encontro de linguística?

Por que razão não saíste ontem de casa?

Significa, de acordo com Neves (op. cit.), que, nas condicionais, dos dois disjuntos, um deles tem de ser escolhido; nas concessivas, a escolha de um dos disjuntos é irrelevante, pois a afirmação feita na apódose não depende de uma das condições da prótase; e nas causais, um dos disjuntos é apresentado como escolhido (ou condição preenchida).

Para entender como esse amálgama de sentidos se revela nos dados desta pesquisa, eis um excerto:

(104) “O Pão de Açúcar precisava mesmo internacionalizar-se agora ou isso foi uma manobra de Abílio Diniz para romper um contrato assinado com o Cassino de Jean-Charles Naouri há quase cinco anos? Segundo os estudos (...) Em outras palavras, **sem ter** receita em moedas fortes como o euro e dólar, o grupo começaria a parecer isolado e frágil demais aos olhos dos concorrentes estrangeiros e seu destino seria estiolar e ser comprado. [...]” (VJ, E, 06/07/11)

(104’) “(...) Em outras palavras, **se** (o grupo Pão de Açúcar) **não tivesse** receita em moedas fortes como o euro e dólar (**e ele tem**¹⁰⁸), o grupo começaria a parecer isolado e frágil demais aos olhos ...”

A princípio, a classificação semântica da estrutura reduzida encabeçada pelo **sem**, cuja estrutura correlata sob a forma desenvolvida seria iniciada pelo conector **sem que** (= se não), é de condição. Nesse excerto, o entrevistador, ao ser questionado sobre a real necessidade de internacionalização do grupo Pão de Açúcar, aponta a existência de moedas fortes, a exemplo do euro e do dólar, como uma exigência, portanto, uma condição, para o grupo não parecer isolado e frágil sob o olhar dos concorrentes. Mas, nesse argumento, está imbricado também o valor causal, exatamente porque é a presença dessas moedas fortes que vai causar uma boa imagem da empresa.

De acordo com Sweetser (1990), nas estruturas condicionais em que a realização no mundo real (expressa na apódose) depende de uma condição suficiente (na prótase), verifica-se mais concretamente a noção de causa, por se conceber que “um estado de coisas capacita, e, assim, motiva a realização do outro”. No fragmento citado, a internacionalização é, então, o que vai motivar o fortalecimento da empresa, evitando que ela venha a ser vendida. Este é um

¹⁰⁸ Como forma de justificar a paráfrase realizada, reporto-me a Brito (2003, p.708), segundo a qual nas orações condicionais contrafactuais se estabelecem relações em mundos alternativos ao mundo real. Nesse caso, em uma oração como “Se tivesse chovido em Portugal em 1981, não tinha/teria havido seca”, o antecedente pode ser negado no mundo real (mas não choveu), razão por que “é sempre possível acrescentar à proposição antecedente a sua negação”. Associando esse princípio à sentença em análise, como o antecedente já está sob a forma de negação (se o grupo Pão de açúcar não tivesse receita em moedas fortes ...), a negação do antecedente resulta na afirmativa (e o grupo tem receita...).

tipo de estrutura cuja interpretação está vinculada ao domínio do *conteúdo*. Além deste, outros dois domínios devem ser tomados como parâmetro, segundo a autora, para análise interpretativa dos enunciados – o *epistêmico* e o dos *atos de fala*.

Acrescente-se que essa sobreposição de significações corresponde, de acordo com Ilari (2008, p. 826), a um sincretismo de *conteúdo*, mas há outro tipo de sincretismo, mais tênue “que resulta da confusão entre o *dictum* e o *modus*, ou, em outras palavras, resulta de confundir uma relação objetiva entre fatos que ‘existem no mundo’, com uma relação entre momentos de uma argumentação”. O fragmento abaixo transcrito oportuniza a verificação da confluência desses dois momentos, prevalecendo o uso argumentativo.

- (105) “**Época** – Quais são as normas de segurança de informação do Exército?
Santos – Existe uma série de instruções reguladoras. Os especialistas apontam o homem como o elo mais fraco. Não adianta ter um sistema altamente sofisticado de monitoramento, um firewall de última geração, uma segurança lógica excelente, **sem conscientizar** o homem. [...]” (ÉP, E, 18/07/11).

- (105’) “Não adianta ter um sistema altamente sofisticado de monitoramento, um firewall de última geração, uma segurança lógica excelente, **se não** conscientizar o homem. [...]”.

Quando questionado sobre as normas de segurança, o entrevistado menciona pelo menos quatro instruções reguladoras: sistema de monitoramento sofisticado, *firewall* de última geração, segurança lógica excelente e conscientização do homem. A forma como o entrevistado organiza sua resposta, cuja informação inicial é de que o homem é o elo mais fraco, seguindo-se a informação de que determinados procedimentos não adiantam por si sós, deixa implícita a ideia de que, na prática, a conscientização do homem estaria em último lugar quando, na sua opinião, deveria ser a primeira instrução reguladora. Logo, a ordem dos acontecimentos no mundo real é uma, mas no momento da argumentação é outra. Cabe aqui aproveitar uma conclusão a que chega Ilari (2008, p. 826) quando da análise do *porque*, por também se aplicar a esse uso condicional: “Os fatos e a argumentação têm, por assim dizer, orientações opostas”.

Nesta seção, fiz um breve esboço de vertentes teóricas que tratam da significação, como a Semântica Verifuncional e a Semântica Argumentativa, que se somam à Semântica Categorical, como forma de destacar que uma só abordagem teórica não detém todas as explicações para as extensões de sentido dessas orações. Como assinala Neves (2000/2006), ancorada em Sweetser (1990), o processo de articulação dos períodos vai além do nível sintático, razão por que a análise dessas orações deve considerar os planos da *sentença*, do

enunciado e dos atos de fala. Por isso, no decorrer da análise, ainda que resguardada sob a perspectiva funcionalista, recorro algumas vezes a essas vertentes.

3.3 Relações semânticas estabelecidas entre as cláusulas matriz e adverbial por meio das construções *sem que* + verbo finito ou *sem* + (SN/SAdv.) + verbo no infinitivo

Na seção (3) me ocupei em indicar os sentidos expressos pela preposição **sem** como também pela conjunção **sem que**, na perspectiva da gramática tradicional. A falta de homogeneidade quanto à classificação realizada nas gramáticas demonstra a dificuldade de catalogar todos os usos em atividade, pois a língua se revigora constantemente, à medida que novos sentidos vão sendo incorporados aos elementos linguísticos já existentes. Isto comprova a instabilidade linguística, dado que a língua “varia, muda, evolui, renova-se, reorganiza-se, funde-se e difunde-se a cada nova enunciação. A essa realidade não escapam entidades lexicais, tampouco itens gramaticais” (SILVA, 2005, p. 92), o que serve de alerta para a inconsistência de uma abordagem das orações adverbiais restrita à identificação dos valores semânticos inerentes ao conector.

Tendo em vista que nas locuções conjuntivas o primeiro elemento – advérbio ou preposição – é o responsável pela configuração do sentido do conector, é corrente a prática de categorizar as orações subordinadas adverbiais conforme o tipo de circunstância sinalizado por esse elemento. Esse procedimento, ainda que válido, não é suficiente para uma categorização dessas orações, pois, como discutido, na seção 3.2, uma só forma linguística pode acionar vários sentidos¹⁰⁹, viabilizando diferentes interpretações.

Decat (2001), por exemplo, argumenta em favor de que o processo interpretativo resultante da articulação entre as cláusulas **núcleo/satélite** requer ora a percepção de

¹⁰⁹ Diversos estudos de base funcionalista criticam a abordagem tradicional por vincular a classificação das orações adverbiais ao valor expresso pelo conector que inicia a oração. Decat (2001) ilustra várias situações em que um só conectivo permite mais de uma inferência, evidenciando ambiguidade de sentido. O conector QUANDO é um deles, a partir do qual pode ser inferida uma relação temporal ou uma relação condicional. Segundo Decat (op.cit, p. 123), esse fenômeno possivelmente é consequência do “esvaziamento de semântico de algumas expressões conjuntivas, que é comum na língua oral e já vem sendo exibido na língua escrita”. Sendo assim, “a decisão sobre qual das duas inferências é a predominante só será possível no nível do discurso.” Também Castilho (2010, p. 373), a partir do confronto entre as subordinadas adverbiais com as substantivas e adjetivas, afirma serem as adverbiais menos estruturadas sintaticamente, porém, mais sensíveis às necessidades do discurso. A relevância do discurso já foi mencionada no capítulo II quando me referi a Halliday (1985), para quem a articulação entre uma oração matriz e uma adverbial, também denominada de cláusula de **realce**, resulta de escolhas discursivas, além de Matthiessen e Thompson (1988), que concebem as relações entre uma oração matriz e uma subordinada adverbial, ou **satélite**, como similares às relações estabelecidas quando da organização do discurso.

informações explícitas no nível das orações ou no nível mais amplo – do texto, ora o reconhecimento de informações implícitas, denominadas “proposições relacionais”, caso em que os conhecimentos de mundo são ativados para que, através de inferências, seja atribuída uma leitura. O diferencial da proposta da autora está no fato de que, ao considerar as inferências em sua análise, ela chegou a depreender outros matizes, daí caracterizar como adverbiais “cláusulas que não eram objeto de classificação na gramática tradicional, como foi o caso das cláusulas com inferências de EXCLUSÃO, SUBSTITUIÇÃO E ADIÇÃO” (grifos da autora). As formas linguísticas que determinaram as duas primeiras subfunções indicadas pela autora são: *a não ser que/ a menos que; em vez de/ao invés* respectivamente; quanto à terceira subfunção, é identificada pelo elemento *além de*.

É preciso esclarecer que a cláusula satélite, conforme Decat (2001), desempenha uma função secundária em relação à oração nuclear, devendo-se entender “secundário” não como informação menos importante, mas a cláusula que atende a objetivos subsidiários do falante, sendo essa “uma função organizacional, a que se poderia atribuir o papel de FUNDO”. Esse aspecto é tema de discussão do capítulo IV.

Após uma análise exaustiva do processo de combinação de cláusulas, Decat (op. cit.) chega a algumas conclusões, dentre as quais aqui destaco: i) no estudo da hipotaxe adverbial, a depreensão do tipo de *proposição relacional* que emerge das cláusulas é mais importante que a marca lexical responsável pelo elo oracional, mesmo porque outros recursos¹¹⁰, como a pausa, os tempos verbais, o léxico, por exemplo, podem denunciar um tipo de relação; e, em sendo o tipo de relação o que importa, logo ii) menos relevante se torna a especificação do tipo de articulação – se coordenação ou subordinação. Ilari (2008) comunga desse raciocínio, como comprova a asserção:

são inúmeros os ambientes em que o falante pode escolher livremente entre coordenar e subordinar: as diferenças de sentido entre as duas escolhas parecem então imponderáveis: por exemplo, poderíamos perguntar-nos o que muda, semanticamente falando, se os exemplos encontrados no *corpus* fossem alterados num ou noutro sentido. [...] Se as observações acima puderem ser generalizadas a toda a classe das conjunções, dever-se-á concluir que a distinção entre coordenação e subordinação – principal

¹¹⁰ A presença do conectivo facilita a percepção dos matizes semânticos expressos pelas adverbiais, mas a sua ausência, como argumenta Decat (2001), não constitui um impedimento à recuperação das proposições relacionais, ou inferenciais, pois o tempo e o modo verbais bem como a posição das cláusulas são mecanismos gramaticais que ajudam na identificação dessas proposições.

critério de classificação dessas palavras em nossa tradição gramatical – não tem um correlato semântico óbvio. (ILARI, op. cit., p. 828).

Várias sentenças que compõem o *corpus* desta pesquisa corroboram esse fato. Para um melhor entendimento, comparem-se as duas informações destacadas em itálico no fragmento abaixo:

- (106) “Até certo tempo atrás, *os escândalos vinham, causavam espanto e depois iam embora*. Hoje, por mais prodigiosos que sejam, *(os escândalos) já vêm e vão sem causar espanto algum*. É de desapontar, realmente, pois nossas últimas realizações nessa área – no estado do Amapá, [...] – tinham tudo para provocar um momentinho, pelo menos, de interesse”. (VJ, A, 29/09/10)

A primeira estrutura do fragmento acima: “os escândalos vinham, causavam espanto e depois iam embora” caracteriza-se como coordenada, por apresentar três orações sintaticamente independentes (ou três membros de coordenação), estando o segundo membro relacionado semanticamente ao primeiro por um vínculo de consequência e o terceiro, por um vínculo de adição ou ordenação. Já a segunda estrutura: “(os escândalos) já vêm e vão **sem causar** espanto algum” revela dois mecanismos de articulação - coordenação aditiva e subordinação adverbial. Com relação à segunda estrutura, de caráter adverbial – objeto de estudo deste trabalho –, interessa destacar que ela expressa o valor de consequência (ou negação de consequência), da mesma forma que a estrutura coordenada apresentada no início do texto; porém, se modificada, resultando em: “(os escândalos) já vêm e vão, **mas** não causam espanto algum”, expressaria o mesmo sentido, embora a marca gramatical responsável pelo elo entre as orações seja identificadora de estrutura coordenada adversativa. Logo, o falante/escritor tem à sua disposição diferentes mecanismos de organização¹¹¹; no período supracitado, a opção foi pelo período misto, uma coordenada com conectivo e outra subordinada reduzida de infinitivo.

Ressalto que uma análise restrita ao nível sentencial provavelmente seria orientada unicamente pelo tipo de conector; por outro lado, uma análise no nível do texto-discurso irá além, explorando a ordem de disposição das palavras nas sentenças, a seleção lexical entre outros aspectos. Um suporte explicativo para o período em análise é oferecido por Silva

¹¹¹ Nos dados analisados por Decat (2001), por exemplo, a oração subordinada, ou satélite, ora foi representada por uma única cláusula, ora por várias, processo denominado de “lista”, fato que, conforme Decat (op. cit., p. 119), está condicionado aos objetivos comunicativos do falante/escritor.

(2005), que, ao estudar o modo como se manifesta a relação de oposição em editoriais, identificou desde os conectores propriamente ditos (*mas, embora*), permeando pelos itens que, embora não julgados como conectores¹¹², responsabilizam-se por denunciar esse sentido (e o *sem* fora um dos citados, ao lado de *em vez de, apesar de, etc.*) até chegar a outros meios (oposição sem conector), incluindo aí: “itens lexicais antonímicos”, “a negação”, “a semântica do verbo”, e, o que neste momento interessa destacar – “a sequencialidade temporal” (SILVA, 2005, p. 101).

Significa dizer, aplicando essa informação ao exemplo em estudo, que, independentemente da presença dos conectivos, o uso das expressões “Até certo tempo atrás” e “Hoje” torna perceptível a mudança quanto à forma de encarar os escândalos (ou seja, há uma comparação contrastiva entre dois momentos - antes/agora). Interessante observar que o modo como o autor dispõe as palavras – trata-se das mesmas palavras, sequenciadas em outra ordem -, desperta a percepção do contraste, ainda que o efeito que se pretende é mostrar que esse estado diferente está sendo encarado com indiferença, sem importância, o que termina sendo, como afirma o autor, desapontador. Percebe-se, então, o quão interessante é o modo como o autor lida com os recursos linguísticos para conduzir a interpretação. Vale salientar que as mesmas formas linguísticas que determinaram as subfunções “exclusão” e “substituição”, mencionadas por Decat (2001), são agrupadas, conforme a proposta de Silva (2005), numa só categoria – a OPOSIÇÃO.

No início deste capítulo, chamei a atenção para o fato de os gramáticos, com exceção de Bechara (1999) conferirem ao **sem que** ora o valor *condicional* ora o *concessivo* em detrimento de outros tipos relacionais. Considerando que os dados coletados para esta pesquisa exibem esses outros matizes, na sequência, passo ao registro dos valores manifestados quando da combinação entre a cláusula nuclear ou matriz e a cláusula adverbial introduzida seja pelo **sem que**, na estrutura desenvolvida ou pelo **sem**, na estrutura reduzida, levando em conta, para a inscrição dessas cláusulas em uma determinada categoria, a identificação das proposições relacionais. Para facilitar a leitura, agrupo as ocorrências em

¹¹² No capítulo II enfatizei que, além das conjunções/locuções conjuntivas, as preposições estabeleciam nexos sentenciais. Considero relevante destacar, neste momento, que esta é uma função também desempenhada por outras partículas e aqui me reporto a Neves (2000, p. 241), que faz alusão a esse aspecto quando trata da classe dos **advérbios**. Conforme a autora, esses são os advérbios juntivos, de valor anafórico, que podem se referir a uma porção de oração ou a um sintagma precedente. Tais advérbios podem indicar noção de contraste (*contudo, entretanto, no entanto = apesar disso, etc.*) e de conclusão (*logo, então, por conseguinte, etc.*). Além desses casos, a autora aponta essa propriedade em relação aos circunstantes adverbiais; nesse caso, menciona o DEPOIS atuando na esfera oracional: “O mestre demorou-se um pouco, depois voltou-se para o companheiro num tom de mando.” (NEVES, op. cit., p. 261).

três eixos conteudísticos – **contraste**¹¹³, **causalidade** e **modo**. Os dois primeiros campos semânticos atendem à divisão sugerida por Azeredo (2000); quanto ao último, embora não tenha sido abrigado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, reservo um espaço para estudo, uma vez que os dados conduzem ao reconhecimento desse valor semântico.

Convém esclarecer que para a especificação dos valores semânticos me regi pela alternância da estrutura reduzida de infinitivo e até da estrutura desenvolvida por outra(s) introduzida(s) por conectivos¹¹⁴ de sentidos similares, independentemente de a estrutura resultante ser classificada como coordenada ou subordinada. Significa que as paráfrases aqui propostas, enquanto um mecanismo para facilitar a explicitação do sentido, representam possibilidades de correspondência, pois a escolha por uma das interpretações é realizada pelo leitor, a quem cabe detectar sinais, na linearidade do texto, da orientação argumentativa pretendida pelo escritor, sendo os conectores uma dessas pistas. Ressalte-se que esta é uma atividade que se faz automaticamente, ocorrendo variações conforme seja o grau de familiaridade do leitor com o assunto abordado no texto ou com o próprio processo de escrita.

3.3.1 Relação de contrajunção

Nesse grupo reuni estruturas em que as duas informações expressas em cada sentença se opõem, noções que se traduzem através de diversos recursos linguísticos, mas, como o foco da pesquisa são os conectores, refiro-me às formas conjuncionais denominadas *adversativas* e *concessivas*. A princípio não seria possível associar as estruturas encabeçadas pelo **sem** à relação de adversidade, em virtude de esse tipo de relação constar no rol das orações coordenadas. Mas, se a uma cláusula introduzida pelo conector **sem** pode

¹¹³ Neste estudo, opto pelo termo “contrajunção”, indicativo do domínio mais abrangente, como sinônimo de contraste ou oposição. Porém, considerando que o termo “concessão” também envolve contraste, prefiro diferenciar as subfunções através das indicações “relação adversativa/adversidade” quando cabe a paráfrase com MAS e “relação concessiva/concessividade”, quando cabe o EMBORA.

¹¹⁴ Decat (2001) faz objeção à estratégia de substituir uma estrutura reduzida por uma desenvolvida no intento de identificar o valor da proposição, tanto por ser uma forma indireta de identificação, quanto pelo fato de nem sempre haver uma só possibilidade de alternância. Por outro lado, ainda que admita que a recuperação de inferências pode ser orientada por outros recursos gramaticais ou pelo conteúdo do texto, considero o emprego de conectivos é uma via facilitadora para o reconhecimento dos valores semânticos, entendendo que, no processo interpretativo, o leitor aciona os valores acumulados e fixados pelo conector, que podem coincidir ou não com aquele que o autor idealizou. Bechara (1999), comentando uma estrutura cujo vínculo semântico era de oposição, apesar da ausência de marca gramatical de adversidade, afirmou ser possível depreender interpretações adicionais guiando-se pelas unidades léxicas que compõem o texto e não apenas pelas marcas gramaticais. Mas, ao abordar as orações reduzidas, diz ser viável a estratégia da alternância da estrutura reduzida com outra em que esteja presente o conectivo.

corresponder uma introduzida pelo EMBORA, que compõe o rol das subordinadas adverbiais, do mesmo modo pode corresponder uma introduzida pelo MAS.

No estudo aqui proposto, o interesse recai na identificação dos matizes semânticos viabilizados quando da articulação das cláusulas, e não na classificação tipológica; logo, a remissão às noções de adversidade e concessão parte do pressuposto de que há, de fato, especificidades em cada subfunção, sendo a opção por uma leitura guiada pela inferência da intenção comunicativa. E isso tem sido motivo de reflexão de teóricos da linha da Semântica da enunciação, da Semântica argumentativa e dos Funcionalistas.

Considero, pois, relevante discutir cada tipo de relação. Assim, tomo como ponto de partida a visão tradicional, aqui representada por Bechara (1999), Rocha Lima (2002) e Azeredo (2000), para definir *adversidade* e *concessão*, respectivamente, e, em seguida apresento a posição de Silva (2005), que, ao abordar a função de oposição, diferencia adversidade de concessão, conciliando critérios semânticos e argumentativos na definição.

Bechara (1999, p. 478) define a relação adversativa como aquela que “contrapõe o conteúdo de uma oração ao de outra expressa anteriormente.” Especificamente sobre a noção de concessão, Rocha Lima (2002, p. 276) diz tratar-se da expressão de “um fato real, ou suposto – que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste.”

Azeredo (2000), ao tratar da função de contraste¹¹⁵, opõe *contraste simples* a *concessão*. Conforme o autor, as formas **sem que + v. no subjuntivo** e **sem + infinitivo** pertencem ao grupo das conjunções contrastivas e formas como EMBORA, MESMO QUE, AINDA QUE, ao das conjunções concessivas.

Um conectivo de contraste contribui sempre para que se afirme o contrário daquilo que seria mais plausível ou previsível para a relação entre dois segmentos de um enunciado. [...] Chamamos de concessão à relação de sentido em que um fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado, e de concessiva a oração que expressa o dado irrelevante. (AZEREDO, 2000, p. 236-237)

Silva (2005) também faz menção ao **sem** na relação de oposição e assim caracteriza os dois subtipos relacionais.

¹¹⁵ A alusão a esse autor se deve ao fato de ele incluir as conjunções objeto de análise deste trabalho na relação de contraste e não na de concessão, como é comum entre os gramáticos.

A adversidade, concebida como a contiguidade de informações de direcionamentos argumentativos opostos, faz prevalecer o argumento introduzido pelo conector. Na concessividade, cujo argumento rebatido aponta na mesma direção argumentativa da informação que lhe confronta, prevalece o argumento da oração ou segmento sem o conector. (SILVA, 2005, p. 98)

Como forma de sistematizar a análise, elenco, a seguir, outras estruturas que compõem o *corpus* desta pesquisa, apresentando inicialmente aquelas que favorecem a identificação de um dos matizes semânticos. Assim, as sentenças (107) e (108), sob a forma reduzida e a (109), desenvolvida, configuram a relação concessiva:

- (107) “Sparks – (...) O maior desafio de um escritor é transmitir um sentimento **sem manipular** o leitor; ser dramático **sem ser** melodramático. É um desafio enorme, mas muito recompensador”. (ÉP, E, 03/01/11);
- (108) “[...] Mas ressaltou que não está só, lembrando que seu colega Edison Lobão, afilhado de Sarney, assumiu o Ministério de Minas e Energia **sem entender** nada do assunto também. Bem lembrado, o que não pode haver é desigualdade”. (ÉP, A, 10/01/11);
- (109) “O vídeo em que Lula agradece ao povo brasileiro pela solidariedade empenhada (...) é, talvez, a mais perfeita peça de comunicação já feita na história do País. E é também uma peça política **sem que** tenha sido planejada com esse fim. [...] (IÉ, A, 09/11/2011)

Em (107), o entrevistado revela que a transmissão de um sentimento não depende de que se manipule o leitor, da mesma forma que não é necessário ser melodramático para ser dramático. Também em (108) a responsabilidade de compreender o funcionamento de um dado setor não é avaliada como um requisito necessário para que se assuma esse setor. E, em (109), o fato de o vídeo que trata de Lula não ter sido planejado com finalidade política não impede que ele seja percebido dessa forma. Desse modo, as informações presentes nas cláusulas satélites são julgadas como irrelevantes em relação ao conteúdo anteriormente exposto. Ou seja, a condição negada é exatamente o que faz o argumento da sentença nuclear prevalecer.

Já as sentenças (110) e (111) favorecem a relação adversativa:

- (92) “**Mary** – O governo criou um ministério das mulheres (a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres) que não disse a que veio. A primeira dama (Marisa

Letícia), hábil em fazer malas e sorrir para o marido e para as câmaras, se limita a guardar as portas do escritório do presidente, **sem estimular** nenhum exemplo. O papel de primeira-dama é mais importante do que parece. [...]” (IÉ, E, 10/03/10);

- (93) “[...] São todos heróis, quase semideuses. Mas Fidel, ao confessar seu erro, revelou um lado humano até então desconhecido. Amoleceu, **sem perder** a ternura. [...]” (IÉ, A, 15/09/10)

Em (110), a ausência de envolvimento por parte da primeira dama em projetos sociais contrasta com a função que é requisitada de uma pessoa que ocupa a sua posição, daí a afirmação de que ela não estimula exemplo; e em (111), o contraste situa-se na imagem que se faz do herói, no caso, Fidel, que é caracterizado como um ser terno, em oposição a um ser até então considerado desumano. Nessas duas situações, são postas em destaque as informações iniciadas pelo conector - a ausência de estímulo por parte de uma figura idealizada como importante e a manutenção da ternura por parte de um líder. Convém acrescentar que a inferência de um valor adversativo para essas sentenças é motivada por um processo interpretativo em que o leitor recupera um conhecimento pressuposto (partilhado) sobre os personagens envolvidos na situação descrita. Ou seja, a interpretação exige do leitor a ativação do seu conhecimento de mundo.

De outro modo, as estruturas abaixo relacionadas autorizam duas inferências semânticas, sendo esses os casos em que, na abordagem de Decat (2001), a leitura é orientada não necessariamente pelo conector, mas pelas proposições relacionais que emergem da combinação das cláusulas. Nessas circunstâncias, a interpretação adversativa ou concessiva estará condicionada à leitura do texto em seu conjunto, cujas pistas determinam a direção argumentativa de quem o escreveu:

- (112) “[...] Não é segredo para ninguém que hoje muita gente sai da universidade **sem conseguir** escrever direito”. (VJ, E, 04/08/10)

(112’) “[...] hoje muita gente sai da universidade, **mas** não consegue escrever direito”.

(112’’) “[...] hoje muita gente sai da universidade **embora** não consiga escrever direito”.

Da leitura dessas duas versões, é consensual a ideia de que há uma expectativa frustrada, pois “escrever direito” é algo esperado de um aluno que conclui um curso superior. A distinção entre uma e outra estaria, então, vinculada à informação que se quer pôr em destaque: a primeira paráfrase enfatiza a informação encabeçada pelo “mas”, relativa à falta

de habilidade na escrita; já a segunda ressalta o fato expresso na oração matriz – de muita gente sair da universidade independentemente de escrever bem ou não. Significa, então, que as diferentes nuances de sentido têm relação com a noção de relevo informativo.

É possível ainda inferir, da comparação entre as sentenças, que o uso do MAS, em (112'), dá mais destaque ao papel da universidade – a qualificação profissional, daí a gravidade do fato de o aluno não conseguir escrever direito, que é exatamente a contraexpectativa. Em relação a (112''), é certo que a contra-expectativa ficaria mais evidente caso a subordinada viesse anteposta, mas o fato é que “não escrever direito” não constitui um impedimento para as pessoas saírem da universidade, resultando na leitura concessiva. Logo, a opção por uma interpretação, quando da realização da paráfrase pelo leitor, está condicionada ao modo como este, a partir da leitura do texto como um todo, percebe a argumentação do escritor, de forma que o contexto mais amplo autoriza a interpretação de *modo* (se se pensar em *como* o aluno sai da universidade); e, mais particularmente, de *adversidade* ou de *concessão*.

Apresento a seguir um outro fragmento, desta vez para ilustrar uma situação em que a interpretação de concessividade sobressai.

(113) “Antes de criar o site Huffington Post, em 2005, a grega Arianna Huffington era conhecida como escritora – ao todo publicou 13 livros, entre eles as biografias do pintor Pablo Picasso e da cantora lírica Maria Callas – e como socialite, ex-mulher de um bilionário ligado ao Partido Republicano. Em cinco anos, tornou-se uma das principais vozes ligadas aos democratas e um nome reconhecido na internet pelo sucesso de seu site, *que reúne notícias e opiniões de blogueiros que escrevem **sem receber** nenhum pagamento – entre eles celebridades amigas de Arianna, como Alec Baldwin*. O Huffington Post só perde em audiência para o site do jornal mais tradicional dos Estados Unidos, o *New York Times*. Arianna, que chega ao Brasil no dia 18, explica seu sucesso”. (ÉP, E, 13/12/10);

(113') “.... blogueiros que escrevem, **mas** não recebem nenhum pagamento....”

(113'') “... blogueiros que escrevem **embora** não recebam nenhum pagamento....”

Nesse excerto há um interesse em destacar a relevância do site Huffington Post, cuja credibilidade se deve ao fato de ter entre os colunistas pessoas bem conceituadas e comprometidas com a informação. Nesse caso, importa menos o aspecto financeiro, e, por conseguinte, há um reforço em torno da atividade de noticiar, opinar, o que está expresso na

oração nuclear. Significa que a ausência de remuneração não impede a atuação dos blogueiros, prevalecendo, pois, o argumento da cláusula sem conector.

Já foi dito que o falante/escritor dá uma formatação ao seu texto/discurso que melhor se acomode à sua intenção comunicativa. Tomando como parâmetro o fragmento supracitado, é válido mencionar uma asserção de Castilho (2010) em relação às estruturas concessivas. Segundo o autor, essas estruturas se prestam ao jogo argumentativo, opinião que se fundamenta em uma citação de Bechara (1954: 9-10) de que “duas etapas existem no pensamento concessivo que o aproximam do pensamento condicional: elaboração de hipótese de objeção por parte do ouvinte, e refutação dessa objeção” (CASTILHO, op. cit., p. 378). No excerto em análise, por imaginar que o ouvinte atribuiria o sucesso do trabalho realizado (escritura dos artigos) à boa remuneração, o escritor trata de refutar essa hipótese, daí o enunciado (*sem receber nenhum pagamento*).

Passo agora a analisar uma estrutura em que há claramente um contraste de ideias, que inicialmente é marcado no léxico – moderno e modernidade representam coisas diferentes-, e posteriormente é enfatizado pelo emprego da sentença subordinada sob a forma de adendo, com conector. Ressalto, porém, que, nesse caso, ainda que persista o valor de oposição, há um novo matiz semântico, o de ressalva, como evidencia o fragmento abaixo.

(114) “**Isto É** – Há saída para a condição da mulher de hoje?

Mary – (...) Enfim, as mulheres têm uma agenda complexa. Mas, se não for cumprida, seguiremos apenas modernas. **Sem**, de fato, **entrar** na modernidade”. (IÊ, E, 10/03/10);

(114’) “**Mas**, de fato, *não entraremos na modernidade*”.

(114’’) “**Embora**, de fato, *não entremos na modernidade*”.

Entendo que, nesse contexto, a oposição vem explicitada não só pelos nomes moderno/modernidade – já que o fato de as mulheres serem modernas não significa necessariamente estar em consonância com a modernidade -, mas também pelas partículas “apenas” e “de fato” que enfatizam a oposição, de modo que fica proeminente o sentido de adversidade. Além disso, a disposição da sentença após o ponto chama a atenção, podendo ser indício de que se trata de um ato de fala complementar para reforçar uma opinião. Silva (2005) sinalizou para a possibilidade de sentidos desconhecidos em relação a um determinado domínio, e reporta-se a Cunha (1986), segundo o qual o MAS exprime também noção de

restrição, retificação, atenuação e adição. Assim, no caso ora em estudo, considero que além do valor de adversidade, é possível inferir a noção de ressalva.

Devo esclarecer que parece haver uma variação no comportamento das estruturas desenvolvidas, conforme a oração que funciona como satélite se apresente separada da nuclear por ponto ou travessão, ou venha separada por vírgula - podendo até não haver segmentação. Acredito que a informação introduzida como *adendo* favorece outras nuances de sentido. Além do que, suponho que a opção por essa construção se deva não só à necessidade de acrescentar uma informação, mas de reforçar a argumentação. Observem-se algumas sentenças:

- (115) “De repente, **sem que** ninguém soubesse como nem por quê, houve uma longa temporada de calma na escola. Nada de brigas, só festa”. (IÉ, A, 07/04/10);
- (116) “**Sem que** os políticos dessem um pio ou as ruas se manifestassem, rompeu-se ali seu condão de perpetuar o regime. Perdendo o poder de sagrar presidentes, o Exército deixou de mandar na República”. (IÉ, A, 29/09/10)
- (117) “Passam-se os tempos, a Rússia afunda. Mas surge uma nova assombração: a China. Faz um século, no país desmoralizado pelo ópio e pelo imperialismo, exércitos das grandes potências zanzavam em seu território, **sem que** houvessem sido convidados. Canhoneiras americanas patrulhavam o Rio Yangtzé. [...]” (VJ, A, 09/02/11)
- (118) “É preciso passar o tempo, acalmar-se a onda, equilibrarem-se as coisas e as emoções, para que a gente possa encarar o outro com mais respeito, e que isso seja o habitual. **Sem que** se tenha de expor intimidades, fazer barulho, causar impacto, [...]”. (VJ, A, 06/07/11)
- (119) “[...] Vera Lúcia, que apresenta traços inequívocos de personalidade psicótica, conseguiu a guarda provisória da menina mesmo tendo quinze passagens anteriores pela polícia – **sem que** nenhuma delas tenha evoluído para a fase judicial. Crianças e recém-nascidos brasileiros abandonados têm na adoção a única chance afetiva de felicidade. [...]” (VJ, CL, 26/05/10)

Nos três primeiros fragmentos prevalecem os argumentos das sentenças nucleares, quais sejam: a preservação do estado de calma na escola, em (115); a ruptura do poder do Exército, em (116) e a permanência de exércitos no território chinês, em (117). Portanto, os argumentos expostos nas subordinadas, relativos às causas ou condições desencadeadoras dos eventos descritos nas sentenças nucleares parecem irrelevantes. Logo, o sentido que emerge das cláusulas é de **concessão**. Já os dois últimos excertos licenciam dois matizes semânticos: em (118), ao mesmo tempo em que se contrastam dois estados de espírito – equilíbrio e escândalo –, identificando-se o valor de adversidade, é possível deduzir, a partir do conteúdo

da informação anexa, que o escritor avalia as ações “expor intimidades”, “fazer barulho”, “causar impacto”, etc. como desrespeitosas. Logo, trata-se de um adendo que funciona como uma paráfrase explicativa (entende-se o que é “encarar o outro com respeito” a partir do que, segundo a autora, seria desrespeitoso). Assim, poder-se-ia atribuir ainda uma subfunção, a de *ressalva*. Por fim, em (119), há um contraste, mas não entre dois conteúdos postos. Significa que o conteúdo expresso na primeira parte do enunciado, correspondente à quantidade de passagens pela polícia (15 vezes), conduziria a uma conclusão – de que pelo menos uma das atrocidades cometidas chegaria à instância judicial –, expectativa que é negada na informação adicional “- *sem que* nenhuma delas tenha evoluído para a fase judicial”.

O tipo de relação evidenciado nesse exemplo também poderia ser caracterizado como **negação de consequência**¹¹⁶, já que a segunda informação nega um efeito esperado a partir da leitura da primeira informação apresentada. Identifica-se aí uma proximidade de sentido entre as adverbiais consecutivas introduzidas pelo **sem que** e as concessivas ou ainda as coordenadas adversativas, já que, nesse modelo oracional, muitas vezes se nega não o conteúdo posto na primeira parte da proposição, mas o pressuposto. Acrescente-se que, tal como em (118), a informação anexa¹¹⁷ em (119) faculta a inferência de uma subfunção, que pode ser a de *advertência*; essa informação configura-se como uma avaliação negativa do autor sobre determinadas medidas no processo de adoção. Além disso, o fato descrito funciona como uma prova, daí o caráter argumentativo do texto.

3.3.2 Relação de causalidade

Esse tipo de relação já foi definido na seção precedente, de modo que aqui contemplo os enunciados que manifestam os valores de condição, de causa (*stricto sensu*) e de consequência. Conceituo cada um desses valores, fazendo a associação com os dados da pesquisa.

¹¹⁶ Bechara (1999, p. 506), no tópico referente à análise do SEM QUE, menciona esse matiz semântico e fornece como ilustração o exemplo: Estudou **sem que** conseguisse aprovação.

¹¹⁷ Devo esclarecer que, embora os fatores semânticos e pragmáticos caminhem juntos, as subfunções: ressalva, advertência, dentre outras que possam surgir, por serem motivadas pelo discurso, serão abordadas quando da referência à distribuição das informações no capítulo IV, particularmente ao abordar as orações parentéticas.

3.3.2.1 Relação de condição

Segundo Neves (2000), este é um tipo de relação em que uma das orações, chamada prótase, expressa a condição para a realização de um fato e a outra, chamada apódose – ou principal, seguindo a tradição –, expressa a consequência da condição enunciada. Nesse grupo, podem-se distinguir ainda três tipos de relação – *factual*, *contrafactual* e *eventual* –, conforme a condição enunciada se realize ou deixe de se realizar. O último tipo corresponde às condicionais *hipotéticas* (ou potenciais), nos termos de Brito (2003). Os três subtipos relacionais assim se materializam: “a) realização/fato; b) não-realização/não-fato; ou c) realização eventual/fato eventual.” (NEVES, op. cit. p. 832). Vale salientar que há dois modos de representação da relação condicional, conforme a oração condicional venha anteposta ou posposta: *Se A*, (então) *B*; ou *B*, *se A*. Entenda-se *A* como a cláusula condicional e *B*, a principal ou nuclear.

Conforme Brito (op. cit., p.706), a factualidade se justifica em virtude de o conteúdo das proposições ser tomado como pertencente ao mundo real¹¹⁸; nesse tipo de construção “a oração A constitui uma condição suficiente de B e B é a consequência necessária de A¹¹⁹”. Algumas sentenças que compõem o *corpus* desta pesquisa representam esse tipo estrutural.

(120) “A terceira realidade claramente descortinada por esses dados é a utilização política do setor de educação. Não é possível chegar a esse nível **sem que** haja um esforço deliberado de contratações desnecessárias. Contratações que só ocorrem porque os profissionais da educação são frequentemente utilizados como instrumento político de seus padrinhos”. (VJ, A, 12/10/11)

(121) “[...] Está fazendo história. Reza a lenda que ninguém comanda um país **sem atender** a interesses de determinados grupos e pessoas. Dilma está tentando isso e prega que, em primeiro lugar, vem o interesse geral da nação e não o privado daqueles que se

¹¹⁸ Neves (2000) prefere o termo “factual” à “real”, partindo do princípio de que a realidade e a linguagem são coisas distintas, logo não se deve confundir o que é enunciado com a realidade. Nesse sentido, o que se afirma na oração condicional não é um estado de coisas, mas “a **factualidade** do que **é dito**, isto é da **proposição**.” (NEVES, op. cit., p. 836) (grifos da autora)

¹¹⁹ Brito (2003, p. 706) esclarece que são vários os tipos estruturais de orações condicionais, sendo prototípica a construção em que a condição é enunciada pela oração introduzida pelo SE. Entre os conectores que também assumem essa função estão: “*caso, se porventura, salvo se, sem que, a não ser que, desde que, conquanto que, com a condição de que*”. É preciso esclarecer ainda que a autora não faz referência às orações reduzidas, de modo que estou adequando a análise por ela proposta aos dados coletados, fazendo a equivalência da estrutura condicional em que ocorre SEM QUE/SE NÃO à estrutura SEM + INFINITIVO, atentando também para a correlação dos tempos verbais.

apegaram ao poder e querem viver de suas benesses em prejuízo da maioria. [...]” (IÉ, ED, 24/08/2011)

- (122) “**Sem entender** todas as facetas do período militar, fica impossível avaliar seu impacto no Brasil atual.” (ÉP, DR, 16/08/10)

(120) e (121) correspondem à estrutura - **B se A**; e (122), a estrutura - *Se A*, (então) **B**. O conteúdo expresso em (120) remete aos problemas na área educacional, face às intervenções de políticos que se promovem através da prática do apadrinhamento, realizando contratações desnecessárias. Nesse sentido, em **A**, o escritor expõe a condição, no caso, o empenho na realização de contratos desnecessários de pessoal, que terminam por acarretar altos custos ao setor, daí a conclusão/avaliação negativa exposta em **B**, que sinaliza para o baixo nível no ensino. Cabe acrescentar que, nesse excerto, implicitamente há uma relação de causa/consequência, pois, embora na superfície do texto o autor afirme uma generalização (*não é possível chegar a esse nível se não houver um esforço...*), na verdade está-se tratando de algo que já ocorreu, ou seja, os problemas educacionais se devem, entre outras razões, aos gastos com contratações desnecessárias de pessoal. Significa que o escritor optou por uma forma indireta de denunciar os responsáveis pelos problemas educacionais.

Também em (121), o escritor enuncia, em **A**, o requisito para governar um país, o de atender aos interesses de determinados grupos e pessoas. Esse grupo a que faz alusão é a nação e não apenas as pessoas de prestígio social e econômico, ou seja, pessoas detentoras de poder. Assim como em (120), é possível inferir uma relação de causa/consequência no fragmento ora em análise, pois quando o autor afirma (*reza a lenda que ninguém comanda um país se não atender a interesses de determinados grupos e pessoas.*), está justificando que a presidente está no comando por estar atendendo ao que diz a lenda.

Já no último fragmento, o escritor enuncia, em **B**, a dificuldade de avaliar o impacto do período militar no Brasil atual como consequência de uma condição não atendida – a compreensão do período militar. Logo, **B** é, na verdade, uma conclusão do que é enunciado em **A**.

No caso das condicionais eventuais ou hipotéticas, afirma Brito (2003, p.707) que o nexos semântico entre antecedente e consequente é o mesmo; a distinção entre as estruturas decorre do fato de as proposições, nas condicionais hipotéticas, remeterem para um mundo possível, “criado linguisticamente pelo enunciado”. Além disso, **B** não é consequência necessária de **A**, embora muito provável; ou seja, há uma diferença relacionada ao grau de possibilidade de ocorrência. Uma outra característica das condicionais hipotéticas é o fato de

os estados de coisas descritos em **A** e **B** obedecerem a uma sequência temporal – **B** só é consequência de **A** se o estado de coisas de **B** ocorrer num tempo posterior ao de **A**. É o que ocorre nas sentenças abaixo transcritas:

(123) “[...] **Sem mexer** nessas duas questões..., não haverá como reduzir significativamente os juros bancários neste momento.” (VJ, E, 03/03/10)

(124) “[...] O que as pessoas e a mídia pensam sobre você que se trata de um tremendo engano? (Luana Sampaio Chagas, Rio de Janeiro, RJ)

Sandy- Prefiro não usar um exemplo específico. Mas, de forma geral, considero um tremendo engano algumas pessoas julgarem minha personalidade e minhas atitudes **sem me conhecer**”. (ÉP, E, 14/06/10)

Nesse modelo estrutural, a informação expressa na oração principal só é tomada como certa uma vez atendida a condição enunciada na oração subordinada. Assim, em (123), a condição para que haja redução de juros é que se mexa em determinadas questões e, em (124), o julgamento da personalidade e das atitudes de uma pessoa depende, do ponto de vista da entrevistada, de que a pessoa que está fazendo a avaliação conheça bem quem está sendo julgado.

Referindo-se especificamente às condicionais iniciadas pelo **sem que**, Neves (2000) esclarece que a oração principal é negativa. Embora a observação se restrinja à locução conjuntiva, e o fragmento (125) confirma isso; essa regra pode ser evidenciada nas estruturas reduzidas, como revela (126).

(125) “**Por que eles não queriam ensaiar?** Tudo gira em torno da ideia do total descompromisso. (...) Não dá para pensar em avanços relevantes **sem que** os músicos coloquem de uma vez por todas a OSB no topo de sua lista de prioridades”. (VJ, E, 04/05/11);

(126) “[...] quanto podemos lidar com essas novidades, **sem saber** direito quais são as positivas, quanto servem para promover progresso ou...” (VJ, E, 17/02/10)

Em (126), há uma pergunta indireta, mas, admitindo-se que há uma negação implícita na oração matriz - a sociedade não sabe lidar com as novidades -, e isso se deve ao fato de não saber quais das novidades são positivas, a condição para que a sociedade convivesse tranquilamente com as novidades era ter consciência do que é positivo; é possível depreender uma estrutura condicional hipotética, pois quando (e se) a sociedade vier a saber

quais são as novidades positivas, saberá, por conseguinte, lidar com todas as novidades surgidas.

Em se tratando das condicionais contrafactuais, a distinção em relação às demais também reside na probabilidade de ocorrência do conteúdo expresso na condicional, que, neste caso, é baixa. Segue a sentença:

(127) “**Sem elevar** a poupança doméstica ou recorrer ao déficit externo, o investimento projetado pelo governo implicaria sérios desequilíbrios macroeconômicos: inflação, mais déficit externo (mesmo que o governo não queira) e valorização da moeda, prejudicando a indústria”. (VJ, A, 13/07/11)

(127’) “**Se não elevasse** a poupança doméstica ou recorresse ao déficit externo (**e ela foi elevada**), o investimento projetado pelo governo implicaria sérios desequilíbrios macroeconômicos: inflação, mais déficit”. [...]

A situação aqui representada reforça a afirmação feita de que a proposição denominada prótase dá margem a dois disjuntos, no caso (*se elevar a poupança doméstica OU se não elevar... e se recorrer ao déficit externo OU se não recorrer*). No momento em que o escritor afirma que a não elevação da poupança ou a não recorrência ao déficit externo (...) implicaria sérios desequilíbrios macroeconômicos, fica claro que a escolha de um dos disjuntos foi feita, ou seja, a poupança foi elevada e recorreu-se ao déficit externo, por serem esses os procedimentos necessários para evitar desequilíbrios macroeconômicos. Fazendo a relação com o esquema das contrafactuais “não-realização/não-fato”, significa, pois, que se tais estratégias não fossem adotadas, também não haveria como conter os desequilíbrios.

3.3.2.2 *Relação de causa (strictu sensu)*

Essa relação evidencia-se quando uma oração anuncia “a razão, o motivo do pensamento expresso na oração principal” (BECHARA, 1999, p. 493). Por outro lado, nas estruturas iniciadas com o conector **sem que**, ocorre, segundo o autor, a *negação da causa*. É oportuno esclarecer que, ao tratar da noção de causalidade, foi afirmado que, do ponto de vista lógico-semântico, esse tipo de relação implica ordenação temporal, de modo que, uma vez preenchida uma determinada condição, obtém-se o resultado esperado. Porém, esse é apenas um dos modos de manifestação da causalidade, que se aplicado à situação ilustrada a seguir, não se sustenta. Observe-se a sentença:

- (128) “Tomados de corporativismo e **sem considerar** os ganhos para o país, muitos políticos tentam, e frequentemente conseguem, impedir avanços que contrariam seus interesses”. (VJ, E, 21/07/10)

Nesse caso, por meio das orações subordinadas – uma reduzida de particípio e outra de infinitivo, o escritor oferece uma justificativa para as ações negativas, absurdas, de muitos políticos, no caso, o desinteresse pelos ganhos para o país (*por serem tomados de corporativismo e (por) não considerarem os ganhos... muitos políticos tentam ...*), em prol dos seus próprios interesses.

Na verdade, a explicação para essa ocorrência sinaliza para o domínio epistêmico, pois o motivo apresentado para as atitudes dos políticos em impedir os avanços necessários ao país reflete uma avaliação do escritor, uma crença baseada no conhecimento desse tipo de comportamento na esfera pública. Prova disso é que o autor aponta esses dois motivos – corporativismo e lucros em benefício próprio – como obstáculo aos avanços, razões que, certamente, não seriam apontadas pelos políticos, demonstrando que não se está diante de uma justificativa necessária, real; mas diante de motivos que o autor acredita servir de justificativa.

Ilari (2008), analisando o uso do *porque* em alguns enunciados, destaca a duplicidade de sentido desse termo, que tanto pode indicar causa como conclusão. O primeiro de valor denotativo, o segundo de valor argumentativo. Essa particularidade pode ser inferida no enunciado em análise, por meio da paráfrase: “Se os políticos tentam, e frequentemente conseguem, impedir avanços que contrariam seus interesses, *é porque* são tomados de corporativismo e *porque* não consideram os ganhos para o país”. No caso ilustrado, depreende-se uma finalidade argumentativa, pois o fato descrito na primeira oração permite que se chegue à conclusão exposta na oração satélite.

3.3.2.3 Relação de consequência

As orações consecutivas expressam a consequência, o efeito ou resultado do fato mencionado na oração precedente. Como já foi afirmado, alguns autores – e Castilho (2010) é um deles – preferem enquadrar este tipo de relação no grupo das orações correlatas. Luft (1989, p. 61) preferiu tratar como subordinadas as orações consecutivas, fazendo a observação de que essas orações, quando na estrutura *desenvolvida*, apresentam-se sob a forma de

correlatas, sendo “introduzidas por um *que* correlacionado com um adjetivo ou advérbio intensivo da oração regente na outra – *tanto, tão, tamanho, tal.*”; e ainda sob a forma simples, sendo “introduzidas por *que, assim que, de modo (maneira) que, sem que*”, que são reduções das anteriores, a exemplo de (Não podia fitá-lo *sem que* risse). Quanto à estrutura *reduzida*, o autor apenas cita o exemplo (Não podia fitá-lo *sem rir*).

Também Bechara (1999) as inclui no quadro das subordinadas, acrescentando que tais orações, além de expressarem a consequência resultante da ação ou estado indicado na principal, podem “denotar que se deve a consequência ao modo pelo qual é praticada a ação da principal” (p. 499), caso em que se faz uso de unidades complexas, como *de tal maneira, de tal sorte, de tal forma*, etc., podendo haver também a supressão do item *tal* (*Falaste de modo [tal] que desistiram do pedido*). Além disso, no tópico referente às orações reduzidas, o autor assinala que o **sem**, quando nega causa e consequência, chega a exprimir concessão. (BECHARA, op. cit., p. 519).

Nas construções a seguir, integradas pelo **sem**, tem-se duas possibilidades de interpretação. Uma delas diz respeito à *negação de uma consequência*, atendendo à terminologia proposta por Bechara (1999), como demonstram os casos representados em (129) e (130) a seguir:

- (129) “Sobram para Dilma, por isso, pesados desafios. Como permitir a interferência do antecessor **sem dar** a impressão de ser conduzida por ele? Como repeli-la, **sem magoá-lo**? Como conciliar a afirmação no mais alto cargo com a existência de um patrono que é também potencial candidato à sua sucessão? [...]”. (VJ, A, 06/10/10)
- (130) “[...] O objetivo do Brasil, disse Orlando Silva no café da manhã, “é aumentar o patamar de conforto de nossos estádios, **sem excluir** a classe trabalhadora”. (VJ, A, 27/07/11)

Em (129), o escritor alerta para os desafios que a presidente Dilma deverá enfrentar ao assumir seu cargo. Tais desafios são expressos indiretamente, por meio das perguntas dirigidas ao leitor, uma estratégia argumentativa, em que, negando uma consequência na própria organização da pergunta, o autor termina por especificar o desafio a ser enfrentado: ser autônoma e não magoar o antecessor. Portanto, duas são as consequências negativas que a presidente tem pela frente do ponto de vista de quem escreveu o texto: dar a impressão de ser conduzida pelo antecessor, se aceitar a sua interferência; ou magoá-lo, caso rejeite tal interferência. E em (130), a exclusão da classe trabalhadora dos estádios é uma possível consequência das reformas feitas nesses estádios, pois os custos do conforto serão repassados

para o valor dos ingressos. No artigo, o autor afirma que Orlando Silva teria negado essa consequência.

A outra possibilidade de interpretação refere-se à expressão de uma *consequência esperada* (depois de negativa), uso ilustrado em (131), (132) e (133):

(131) “Com o vazamento da notícia, a imprensa não saía da ilha. Ulysses não podia mais fazer a sua caminhada matinal com a índia para caçar porco selvagem, **sem que** logo aparecessem paparazzi.” (IÉ, A, 06/04/11)

(132) “[...] Não se deslocam mais à esquina para comprar pão **sem que** façam uso do GPS, Google Maps e o escambau”. (IÉ, A, 27/04/11)

(133) “[...] A paixão lhe propicia a ilusão da juventude, e esse senhor talvez não tenha como renunciar a ela **sem sofrer** consequências sérias”. (VJ, A, 02/03/11)

É possível deduzir de (131) que sempre que Ulysses saía para a caminhada matinal havia um *paparazzi* a lhe observar; de (132), que sempre que alguém se desloca para um lugar qualquer, faz uso do GPS. Logo, a presença de *paparazzi* e o uso do GPS são consequências esperadas dos fatos descritos na primeira parte das proposições. E de (133), que a renúncia acarreta sérias consequências. Segue, agora, uma outra situação:

(134) “VEJA: Não haveria um modo de escrever sobre o tema **sem que** o livro se tornasse, como o senhor diz, um peso? Não sei. Não consigo pensar em um modo leve de escrever sobre isso.” (VJ, E, 17/02/10)

Nessa sentença o conector **sem que** denota inconfundivelmente uma relação de consequência; uma característica, porém, a distingue dos casos anteriormente citados – a proximidade com o valor de modo, confirmando o que assinalou Bechara (1999) em relação ao fato de a consequência se dever ao modo pelo qual é praticada a ação da principal. É o que ocorre quando se faz a paráfrase de (134):

(134’) “Não haveria um modo de escrever sobre o tema de **um modo tal que** o livro **não** se tornasse, como o senhor diz, um peso? [...]”

Portanto, há implicitamente uma expressão de *modo* nesta proposição. Devo destacar que o acréscimo do “não”, quando da paráfrase, deveu-se à necessidade de preservar a noção de negação expressa pelo conector **sem que** da sentença base.

3.3.3 Relação de modo

No tópico (3), referi-me ao retraimento das gramáticas em relação ao tratamento das orações modais, e mencionei alguns pontos que considero relevante retomar aqui, abreviadamente, antes de apresentar o posicionamento de alguns autores que problematizam, de modo contundente, essa posição: i) a estranheza do não acolhimento dessas orações, apesar de a circunstância de modo ser contemplada quando da indicação tipológica dos adjuntos adverbiais; ii) o reconhecimento do **modo** como um dos matizes semânticos expressos pelas orações adverbiais reduzidas de gerúndio; iii) a inclusão das orações modais na relação de conformidade, comparação ou concessão.

Por outro lado, os autores que se referem às orações modais apontam como sinalizadores dessa noção os conectivos COMO, COMO SE, SEM QUE, entre outros. E há também aqueles que apresentam mecanismos que permitem o reconhecimento da relação modal: 1. perguntas, por meio do advérbio interrogativo “como” ou da locução “de que modo/forma”, cuja resposta pode igualmente ser preenchida por advérbio de modo terminado em *mente* ou estruturas similares, formadas de “preposição + substantivo ou adjetivo”; 2. a substituição do conector em uso por outro de valor equivalente; e 3. a paráfrase com estruturas de gerúndio. (VILELA e KOCH, 2001, p. 246; 287).

Vilela e Koch (2001, p. 381) tratam desse tipo de relação em dois segmentos da Gramática da Língua Portuguesa – a gramática da *frase* e a do *texto*. No primeiro segmento, referem-se aos adverbiais modais, equivalentes a advérbios, definindo-os como elementos que *caracterizam, explicam e especificam* o estado de coisas representado no enunciado, “do ponto de vista do escrevente”. Nesse contexto, há especificações quanto: a) à caracterização da qualidade de um acontecer, que é marcada pelos advérbios em *mente* ou equivalentes, a exemplo de “Ele aprende *facilmente/com facilidade*. (grifo dos autores, p. 382); b) à quantidade e intensidade; indicação de matéria, do meio/instrumento, entre outras noções.

Em se tratando do plano das orações, os autores se referem à indicação “de outras circunstâncias mais ou menos delimitáveis” que podem ser expressas seja por *frase subordinada* seja por *grupo infinitivo*, como ilustram as duas sentenças apresentadas pelos

autores: “Ele foi-se embora *sem que apresentasse* cumprimentos de despedida a ninguém”; e “Ele foi-se embora *sem se despedir* de ninguém”. (VILELA E KOCH, 2001, p. 383). No segundo segmento da gramática – a do texto, quando tratam das relações lógico-semânticas, os autores definem a relação **de modo** como aquela em que uma das orações indica o modo como se realiza a ação ou evento expresso na outra. E exemplificam: “*Sem levantar a cabeça*, a criança ouvia as reprimendas da mãe.” (VILELA E KOCH, op. cit., p. 503).

Observemos o posicionamento de Luft (1989), Kury (1991) e Bechara (1999). O primeiro problematiza a não incorporação das adverbiais modais nas gramáticas, porque, segundo ele, uma oração adverbial modal nada mais é que um adjunto adverbial com predicado. Ademais, especificamente em relação ao *como*, discorda de sua classificação enquanto *conformativa*, já que não significa o mesmo que “conforme”. Para o autor, “derivam de orações adjetivas a que se suprime o antecedente [Trabalha da maneira [*como lhe apraz*]] – [Trabalha *como lhe apraz*] (LUFT, op. cit., p.63). O segundo também reclama um lugar para as orações modais, pois, se, por um lado, alguns casos podem ser incluídos nas concessivas, há casos, por outro lado, que, sob seu ponto de vista, não admitem outra leitura a não ser a de *modo*, como ele afirma:

Nalguns exemplos, entretanto, não é possível, com toda boa vontade, deixar de reconhecer o valor modal a orações desenvolvidas com a locução ‘sem que’, ou as suas equivalentes reduzidas com a preposição ‘sem’:

[...]

Em casa estudo à vontade, [*sem que* ninguém me perturbe].

Retirou-se à francesa, isto é, [*sem se despedir* de ninguém]. (KURY, 1991, 101)

Bechara (1999) esclarece que o **modo** “denota simplesmente que tal ou qual circunstância não se deu [...]”, como revela o exemplo “Saiu **sem ser** percebido”.

Observando-se os exemplos apresentados pelos autores, percebemos uma proximidade entre eles; ressalte-se que a presença do operador discursivo **isto é**, no exemplo citado por Kury (op.cit.), reforça a interpretação de que se está oferecendo uma explicação em referência a um acontecimento, confirmando a afirmação de Bechara (op. cit.) sobre a não ocorrência de uma circunstância.

Diante disso, resta a dúvida quanto ao motivo do não reconhecimento desse tipo de circunstância quando materializado sob a forma desenvolvida ou reduzida de infinitivo, já que

se admite a forma reduzida de gerúndio¹²⁰. Uma possível justificativa em relação à resistência em admitir esse matiz semântico pode ser o fato de um só conector denotar múltiplos valores – isso já foi demonstrado quanto se abordou o sincretismo de conteúdo nas relações de *oposição* e de *causalidade*, de forma que não seria diferente para a expressão de *modo*. Assim, o conector COMO, além de expressar causa, apresenta valores que muito se aproximam, a exemplo de *comparação*, *conformidade* e também *modo*. O mesmo ocorre com o **sem que**, que, ao lado dos valores de *condição* e *concessão*, que são os mais citados, pode expressar *causa/explicação*, *consequência/conclusão* e *modo*. Por tudo isso, surge uma questão: Se já foi proposto um *continuum* de relação assim referido: *lato sensu* condicional/ *lato sensu* causal (Halliday, 1985), por que não acrescentar ao percurso condição-causa / causa-condição, um terceiro componente - *modo*, resultando em *modo/causa/condição*, pressupondo-se a noção de *modo* como pertencente a um domínio mais amplo, com o qual as noções de concessão e condição manteriam um vínculo?

Uma evidência desse amálgama de sentidos pode ser confirmada contrapondo-se as ocorrências abaixo ilustradas, expostas em Bechara (1999):

- a) Retirou-se **sem que** chamasse seus colegas.
- b) Saiu **sem ser** percebido.
- c) Não sairá **sem apresentar** os exercícios.

O autor confere a (a) e (b) o valor modal, e a (c), o condicional. O que chama a atenção do confronto entre os exemplos (b) e (c) é que ambos apresentam o mesmo verbo (sair), diferenciando-se apenas na marcação do tempo verbal; logo, o que parece favorecer a leitura condicional de (c) é o fato de o verbo estar flexionado no futuro, além da forma negativa da oração principal, daí a interpretação “Não sairá **se não** apresentar os exercícios”.

Proponho, para essa discussão, uma outra construção:

- d) Saiu **sem apresentar** (ou **sem ter** apresentado) o trabalho.

¹²⁰ Kury (1991, p. 102) reporta-se a Said Ali, que, na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1927) já asseverava: “Com o gerúndio absoluto constituem-se orações implícitas [= reduzidas] de várias espécies... Muitas vezes o gerúndio denota o Modo, meio ou instrumento.”

em que a troca do verbo na forma não-finita pelo sintagma verbal apresentado sob a forma composta serve de pista para a apreensão do valor de concessão, na medida em que conduz à interpretação de que a apresentação do trabalho era uma condição para a saída de alguém. Ou seja, ocorreu a negação de uma condição, daí a equivalência com a sentença “Saiu **embora** não tivesse apresentado o trabalho”. Entendo que o raciocínio aplicado à sentença (d) poderia ser aplicado também a (a), no caso de se considerar a ação de “chamar os colegas” como condição para a ação de “alguém se retirar” - uma vez não atendida tal condição, infere-se o valor de concessão. Isso confirma que a especificação do sentido não está exclusivamente sob a tutela do conectivo, pois, aliado a este, o tempo verbal auxilia na compreensão do propósito comunicativo.

Silva (2007)¹²¹, após uma extensa exposição em que demonstra a aproximação entre as orações modais e outros tipos de orações, propõe três critérios que seriam definidores das adverbiais modais, quais sejam: 1) comparação de orações modais com orações fronteiriças, a exemplo das conformativas, comparativas, condicionais, concessivas e consecutivas, de forma a apreender traços distintivos; 2) contraposição de orações supostamente modais (sob a estrutura reduzida de gerúndio) com outros tipos de construção, como a estrutura coordenada; e 3) observação do tipo semântico do verbo presente nas orações¹²² principal e subordinada.

De acordo com o primeiro critério, diante de uma sentença em que ocorre o **sem que**, o autor analisa a possibilidade de alternância dessa locução por (Se não) ou por (Embora não). As orações marcadas positivamente quanto a esses traços são classificadas como tendo valor condicional e concessivo, respectivamente, de modo que a partir desse confronto, chega-se a indicação dos traços [- Se não] e [- restrição abandonada]¹²³, para caracterizar a oração modal.

Por meio dessa estratégia, a identificação da oração modal se faz por eliminação, de forma que, se uma sentença não é condicional nem concessiva, é modal. Logo, é um critério

¹²¹ Silva (2007), em sua dissertação **Orações modais: uma proposta de análise**, investiga as diferentes formas de manifestação da expressão de modo, observando a relação entre estrutura oracional e o tipo de conector selecionado (*como, sem que, conforme*, entre outros), de modo a identificar o recurso mais recorrente em textos de gêneros diversos. Esse autor recorre a duas teorias linguísticas para fundamentar a sua análise - quando quer precisar/ quantificar as ocorrências e testar as variáveis selecionadas, ancora-se nos pressupostos da sociolinguística, mas, quando passa à explicação de aspectos vinculados à organização textual e à intenção comunicativa, a exemplo de funções (figura/fundo; função guiadora/comentário), típicas de algumas estruturas adverbiais, apoia-se nos princípios funcionalistas.

¹²² Embora o autor mencione o interesse em investigar qual a relação existente entre os verbos das orações principal e subordinada, ele só apresenta a tipologia semântica dos verbos presentes na oração modal.

¹²³ Neste momento não se faz necessário demonstrar esse teste porque, quando da categorização das sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa, a identificação/confirmação dos valores de condição e concessão se baseou exatamente através da permuta com as formas – *se não* ou *embora não*.

útil para a identificação desses dois valores – uma marca correspondendo a cada um deles. Por outro lado, duas questões podem ser levantadas: i) se há uma marca para cada função, qual seria aquela que identificaria a noção de modo?; e ii) como explicar os casos em que concorrem diferentes matizes, já que esse critério justificaria apenas uma das possíveis interpretações? Uma possível resposta seria a substituição da oração supostamente modal pelo item anafórico “assim”, ou pela locução “dessa forma”, e ainda por um advérbio; porém, a pró-forma “assim” parece encapsular diferentes sentidos. Para confirmar esse comportamento, considere-se a sentença a seguir:

- (135) “[...] Mas a questão, no fundo, não é que a Fiesp tenha conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos **sem colocar** *entre eles nenhuma mulher*. É que as mulheres não reclamaram; provavelmente nem perceberam. [...]”. (VJ, A, 25/05/11)

cujas paráfrases poderiam resultar em uma interpretação *modal*:

- (135’) “[...] a questão não é ter conseguido montar uma diretoria **assim/dessa forma**, isto é, *excluindo* as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.

ou ainda em uma interpretação *concessiva*, evidenciando que a composição da diretoria foi possível apesar da ausência das mulheres, o que significa que a presença delas não é condição necessária para a montagem de uma diretoria; sendo esse um problema menor se comparado ao silêncio delas.

- (135’’) “[...] a questão não é ter montado uma diretoria **assim/dessa forma**, isto é, *apesar de* não colocar/*embora* não colocasse as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.

Talvez seja esse o motivo de casos dessa natureza serem categorizados como pertencentes à relação de concessão, por restringir a interpretação. Vale salientar que esse exemplo também passa no teste da permuta com a estrutura coordenada (critério detalhado a seguir), de que se depreende o traço [+ simultâneo], indício da oração modal – ou seja, durante o processo de composição da diretoria, não houve convocação das mulheres para se integrarem ao grupo.

Quanto ao segundo critério, contrapõe-se uma sentença supostamente modal, sob a forma reduzida de gerúndio¹²⁴, a uma estrutura coordenada, com o auxílio do conector **e**. A escolha da estrutura gerundial ocorre porque, conforme assinala Silva (2007, p. xxiv), “O principal aspecto responsável pela semelhança entre as modais e as coordenadas é o tempo verbal, mais precisamente, o gerúndio”. Assim, objetivando elucidar a distinção entre uma modal e uma coordenada, o autor faz o teste da alternância dos dois modelos oracionais, para depreender uma propriedade da oração adverbial modal.

De acordo com a proposta, se a situação retratada na oração reduzida de gerúndio ocorrer simultaneamente ao fato descrito na principal, a oração se caracteriza como *modal*, “já que a modal indica o modo como um acontecimento se deu e, por isso, representa uma situação simultânea à apresentada na oração principal.” (SILVA, 2007, p. xxvii). Por outro lado, se a simultaneidade não se revela, ou seja, se há sequenciação de acontecimento, de modo que um fato ocorre após o outro, está-se diante de oração coordenada. Essas duas situações podem ser observadas nas estruturas (e) e (f)¹²⁵ citadas pelo autor:

e) Recebeu a joia, entregando-a depois à esposa.

e’) Recebeu a joia [**e** entregou depois à esposa].

f) A mocidade ama a vigília, aborrecendo o sono.

f’) A mocidade ama a vigília, [**e** aborrece o sono].

em que os desmembramentos (e’) e (f’) representam, respectivamente, uma estrutura coordenada, e outra subordinada modal, que respondem aos traços [+ simultâneo] e [- simultâneo] respectivamente.

Embora a testagem realizada pelo autor envolvesse a estrutura gerundial, acredito ser possível aplicar este critério¹²⁶ às sentenças sob a forma reduzida, uma vez que o que está sob

¹²⁴ Convém esclarecer que essa estratégia é apresentada em Kury (1991, p. 66), quando do tratamento das orações coordenadas (aditivas), momento em que o autor reporta-se a Said Ali para explicar que uma oração coordenada pode se apresentar sob diferentes formas: sindéticas, assindéticas, com correlação, reduzida de gerúndio e de infinitivo.

¹²⁵ O exemplo sob a forma reduzida de gerúndio citado por Said Ali (apud KURY, 1991, p. 67), na seção destinada ao estudo da coordenação, momento em que o autor comenta que “[...] o gerúndio, denotando fato imediato, equivalerá a uma coordenada iniciada pela conjunção **e**.”

¹²⁶ Em algumas ocasiões acredito não ser um problema fazer uma adaptação que consiste em utilizar o MAS em vez do E, em virtude de as estruturas em estudo envolverem a negação.

avaliação é a propriedade ser ou não *simultâneo*. Na sequência, apresento algumas sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa cuja testagem dos traços [+ simultâneo] e [- simultâneo] resultou na classificação de adverbial modal:

(136) “[...] Por que, durante tanto tempo, o amor paterno por seu filho, o cantor Enrique Iglesias, não foi tão expressado? Pelo contrário, você passou muito tempo **sem ter contato** com ele”. – **Fabio Adriano Ribeiro** (ÉP, E, 17/10/11)

(136’) “[...] você passou muito tempo [e não tinha contato com ele]”.

(137) “[...] Rosany caiu **sem respirar** direito [...]” (ÉP, A, 17/10/11);

(137’) “[...] Rosany caiu [e não respirava direito [...]]”

(138) “Eu não consigo me imaginar transmitindo um jogo da seleção brasileira **sem ter o Arnaldo ao meu lado** [...]”. (VJ, E, 18/08/10);

(138’) “[...] transmitindo um jogo da seleção brasileira [e o Arnaldo não estar (estando) ao meu lado [...]]”

(139) “[...] Dilma terá de montar uma estrutura dupla de coordenação de governo, uma gerencial e outra para lidar com a base governista. O melhor caminho seria ter um ministro para cada uma das tarefas e conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas, **sem disputar quem manda mais**. [...]” (ÉP, A, 15/11/2010)

(139’) “[...] conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas [e não disputem quem manda [...]]”.

(140) “Elisabete Miranda, uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos **sem falar** uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance. [...]” (IÉ, A, 30/11/2011);

(140’) “[...] uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos [e/mas não falava uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance [...]]. (IÉ, A, 30/11/2011)

Nesses exemplos reconheço uma relação modal, pois o teste revela que não há um encadeamento de fatos, de modo que um fato seja descrito na coordenada assindética e outro na sindética. Logo, é possível identificar o traço [+ simultâneo]. Além disso, há, na verdade, a descrição/qualificação de um fato/situação mencionado na oração principal ou a indicação de uma circunstância: *não ter contato* com o filho, em (136), indica uma circunstância que transcorreu, segundo o entrevistador, por um longo intervalo de tempo, ideia sinalizada no

verbo “passar”, podendo ser parafraseada por “durante um longo tempo,...”, corroborando a noção de simultaneidade; *não respirar*, em (137), indica uma circunstância momentânea, decorrente de um fato pontual, revelado pelo verbo “cair”; em (138) e (139) mencionam-se características/circunstâncias que se julgam não poderem estar ausentes quando da ocorrência do processo (transmitir) e da ação (jogar), mencionados nas orações principais. E, em (140), *não falar* indica uma propriedade/qualificação ausente, no momento em que uma cidadã brasileira se depara em um país que não é o de origem, como denuncia a flexão modo/temporal em *chegou e falava*.

Relativamente ao terceiro critério, consiste na verificação do sentido expresso pelo verbo (excetuando-se os verbos relacionais¹²⁷). No estudo realizado por Silva (2007), a atenção se volta para o verbo presente na oração adverbial, sendo adotada a classificação semântica proposta por Halliday (1994, apud SCHEIBMAN, 2001, p. 66), que contempla sete categorias às quais se somam outras duas, indicadas por Dixon (1991, apud SCHEIBMAN, op. cit., p. 67). O quadro abaixo, adaptado de Silva (2007, p. exx), apresenta as categorias e sua descrição.

Quadro (05): Tipologia dos verbos quanto aos valores semânticos

VALOR SEMÂNTICO	CARACTERIZAÇÃO	VERBOS REPRESENTANTES
Material	Verbos de ação	<i>Fazer, ir, proceder</i>
Existencial	Referem-se ao fato de algo existir, estar presente, acontecer	<i>Acontecer, estar, haver</i>
Cognitivo	Referem-se ao ato de pensar, raciocinar	<i>Presumir, saber, entender, pensar</i>
Corpóreo	Referem-se a ações que ocorrem relacionadas ao corpo	<i>Repousar, fumar</i>

¹²⁷ Devo esclarecer que, embora a proposta de Halliday inclua os verbos relacionais (os de ligação da GT), para evitar confusão entre os critérios sintático e semântico, preferi desconsiderar, na classificação das adverbiais, a estrutura **sem + v. relacional + predicativo**, de que faziam parte ora o verbo **ficar** ora o verbo **ser**; mas as dezessete ocorrências rotuladas de *função predicativa* expressavam, sim, a noção de *modo*. Por outro lado, tais estruturas poderiam fazer parte de uma mesma categoria. Para assegurar a inclusão dos sintagmas em estudo na categoria dos advérbios, reporto-me a Macambira (1993, p. 204-206), que elenca o nome de diversos estudiosos (NESFIELD, 1939; HERMAN PAUL, 1960; ALBERT SECHEHAYE, 1926, entre outros) favoráveis à ideia de o advérbio poder exercer função predicativa – primeiramente por se tratar de classes afins, a ponto de uma classe chegar a ocupar o lugar da outra, como se vê em *Fale claro* – em vez de claramente; ou homens *assim* – em vez de homens semelhantes; depois, admitindo-se que há predicativos representados por advérbio de *tempo* e de *lugar*, para os quais há adjetivos correspondentes (A sociedade *hodierna* = de hoje; A sociedade *local* = daqui), o que justificaria a exclusão de outros tipos de advérbios? A não ser que se divida a classe entre os que podem e os que não podem desempenhar a função predicativa.

Sensitivo	Referem-se a sentimentos e sensações	<i>Prezar, sofrer, querer, sentir</i>
Perceptivo	Referem-se à percepção, observação	<i>Verificar, ver</i>
Relacional	Verbos de ligação da G.T.	<i>Ser, tornar-se</i>
Possessivo relacional	Referem-se à ideia de posse, da capacidade de obter algo	<i>Ter, conter, conseguir</i>
Verbal	Referem-se ao ato de dizer, falar	<i>Dizer, sublinhar</i>

A tipologia semântica do verbo não foi um critério utilizado para a determinação das diferentes relações adverbiais, por não haver a pretensão de investigar uma possível correlação entre a natureza do verbo e os valores semânticos das orações; mas tomei-o como parâmetro para confirmar a classificação dos dados quanto à determinação **modal** pelas seguintes razões:

i) para categorizar as relações lógico-semânticas resultantes da combinação das orações adverbiais introduzidas pelo **sem (que)**, guiei-me tanto pelo tipo de conector a partir do qual se pudessem fazer alternâncias quanto pelas pistas do entorno textual. Mas, ao mesmo tempo, face à presença de ocorrências ambíguas, havia a necessidade de pistas linguísticas que corroborassem a classificação. Se a identificação das condicionais e concessivas é facilitada pela substituição do conector pelas marcas *se não/embora não*, o mesmo não ocorre em relação aos outros valores; e, no caso específico da relação modal, a resistência à sua incorporação ao grupo das adverbiais motivou a busca de propriedades que validasse a sua identidade.

ii) ao perceber a repetição dos verbos **entrar** e **chegar**, verbos que, embora classificados na tradição como intransitivos, partilham o traço “exigência de complemento”, ainda que de natureza não-argumental, optei por analisar a natureza semântica do verbo, partindo do princípio que isso poderia influenciar a noção expressa pelo adjunto. Mas, ao contrário de Silva (2007), voltei a atenção para o verbo presente na oração principal, na tentativa de descobrir um vínculo entre a definição oferecida em relação ao valor *modal* e os usos, já que se entende por **modo** a indicação da maneira como se **realiza a ação** ou **evento** descrito na oração principal. Na tabela abaixo discrimino os verbos presentes nas orações tidas como modais.

Tabela (03): Tipologia semântica dos verbos

Classificação	Verbos identificados no <i>corpus</i>	Total de ocorrências
EXISTENCIAL	Ter (1); viver (1); viver – localização (1)	3
	Aparecimento/desaparecimento em cena: morrer (1); chegar (3); sair (3); entrar (3); deixar (1); cair (1); crescer (4); completar (1); viver (1); melhorar (1)	19
MATERIAL	Multar (1); legislar (2) fazer (2); jogar (1); disparar (1); cumprimentar (1); votar (2); governar: (1); trabalhar (2); revelar (1); avaliar (1)	15
	Verbo de movimento: caminhar (1); transitar (1); ir (1); seguir (2)	5
RELACIONAL ¹²⁸	Passar	11
VERBAL (de comunicação)	Transmitir (1); responder (1); revelar (1); compartilhar (1); falar (1); dizer (1)	6
COGNITIVO	Percorrer = compreender (1); equivocar (1); pensar (1); questionar (1)	4
CORPÓREO	Tocar (1); andar (1); brigar (1); chorar (1)	4

Considerando a circunstância de *modo*, nos termos de Kury (1991, p. 100), como a que “exprime a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal”; ou ainda, retomando Vilela e Koch (2001), como a caracterização/especificação da qualidade de um acontecer, ou o modo como se realiza uma ação ou evento descrito, é possível deduzir que há uma sintonia entre esse conceito e os verbos presentes nas orações classificadas como *modais*. Devo destacar que os verbos agrupados na categoria **existencial** são classificados nas gramáticas como intransitivos (inacusativos/ergativos), alguns deles também rotulados de transitivos adverbiais, comprovando que a informação expressa no adjunto adverbial modal¹²⁹ funciona como complementação do sentido.

No decorrer da exposição, algumas lacunas/restrições foram sendo identificadas em relação aos critérios. Por essa razão, acredito que a confirmação da relação modal precisa ter

¹²⁸ Classifiquei o verbo **passar** como **relacional** por associação com o verbo **ficar**, já que, nos contextos de uso, sugere a interpretação de estado de permanência.

¹²⁹ Isso justifica a caracterização dos advérbios de modo como **quase argumentais**, na terminologia de Castilho (2010). O autor se refere a advérbios terminados em “mente” que têm um adjetivo como relato, podendo-se aplicar o teste da permuta do advérbio por um sintagma preposicional (inteiramente/de modo inteiro; calmamente/de modo calmo; etc.). Acrescente-se que no “interior do sistema semântico, eles qualificam semanticamente seu escopo” (CASTILHO, op. cit. p. 546)

como base o conjunto dos critérios; e, dada a insuficiência de um deles, o leitor deve atentar também para o contexto discursivo, que certamente irá orientar a definição dos casos em que se verifica maior congestionamento de sentidos.

3.3.4 *Relação de adição*

Na seção (3.3), destaquei a importância de um estudo das relações adverbiais que considere o contexto mais amplo para depreender informações implícitas que emergem da combinação das cláusulas. Retomei esse aspecto por entender que vem a validar uma categorização que conferi a um tipo de estrutura que me despertou a atenção quando da observação das cláusulas reduzidas - trata-se de estruturas introduzidas pela expressão **sem falar**¹³⁰, a que atribuo a função **aditiva**. A última sentença do excerto abaixo ilustra esse tipo de uso:

- (141) “**Época** - O governo brasileiro diz que a vacinação atingiu 70% do público-alvo: 73 milhões de pessoas, 37% dos brasileiros.

Oxford - Vacinar 70% do público-alvo num país enorme como o Brasil é um percentual altíssimo. Vocês estão melhor que muitos países da Europa e os Estados Unidos, onde, em média, só metade do público aderiu à campanha. **Sem falar em dezenas de países da África, Ásia e América Latina onde quase ninguém foi imunizado**”. (ÉP, E, 14/06/2010);

Nela há um dado a mais relativamente à campanha de vacinação, uma informação que, apresentada sob a forma de adendo, em uma escala de argumentatividade, exerce grande força, levando o leitor a dar crédito à tese enunciada – *o altíssimo grau de adesão*. Significa que a menção aos países nos quais quase ninguém foi imunizado constitui uma ressalva, vindo a fortalecer a ideia de que o Brasil está em vantagem em relação aos demais países quando o assunto é vacinação. Antes de expor outros casos evidenciados no *corpus* da pesquisa, cabe uma breve contextualização sobre a relação de adição.

¹³⁰ Um exemplo dessa natureza é apresentado em Bechara (1999, p. 506) quando da listagem de alguns valores contextuais da locução **sem que**, momento em que ele faz a ressalva de que em lugar da locução também se pode usar **sem+infinitivo** e de que a noção expressa é de MODO. Eis o exemplo: “Estes foram os melhores teatrólogos, *sem falar* em Machado de Assis e Franklin Távora, mais ilustres no romance e no conto”. Atribuo a esse uso a interpretação de *acréscimo*, e não de *modo* como sugerido pelo autor, pois, quando da referência aos melhores escritores, há a indicação de alguns teatrólogos, fazendo-se a inclusão de dois outros expoentes, sendo estes mais reconhecidos em outro campo – no romance e no conto.

Normalmente vinculada ao processo de coordenação, a relação aditiva se define como um mecanismo de encadeamento de orações que tanto pode se realizar pela simples aposição de sintagmas (nominais ou oracionais) como por meio da conjunção “e”, cuja função é de entrelaçamento, sem expressar “nenhuma idéia subsidiária” (BECHARA, 1999, p. 477). Essa característica é também mencionada por Dias de Moraes (1987, p.15, apud CASTILHO, 2010, p. 345), segundo a qual a função desse item é indicar que cada segmento do conjunto é externo ao outro, mantendo-se o segundo segmento “neutro quanto à direção relativa das informações ou argumentos enunciados”.

Sob o aspecto sintático, a equivalência estrutural dos membros da coordenação permite a reversibilidade das estruturas, que é outra característica da coordenação – nesses casos diz-se que há adição **simétrica** (PEZZATI e LONGHIN-THOMAZI, 2008, p. 889). Por outro lado, essa propriedade não é válida para a adição assimétrica, devendo ficar claro que não são razões sintáticas que determinam a não-reversibilidade, de modo que a inteligibilidade da combinação das orações será garantida desde que o leitor resgate informações prévias (conhecimento de mundo ou conhecimento partilhado no processo enunciativo).

Se a função de expandir posições estruturais no interior de sintagmas de diversos tipos é o que define o “e” como protótipo da coordenação aditiva¹³¹, há certos usos, ilustrados pelas autoras, em que esse conector promove diferentes tipos de relações, servindo para *expressar foco, marcar mudança de tópico, introduzir comentário ou modalização epistêmica*, entre outros, o que dificulta o reconhecimento desse item como elemento de coordenação. Do mesmo modo, em determinados contextos, esse conectivo se reveste de matices semânticos como os de adversidade, consequência, condição, etc. que afastam a função de estritamente aditivo¹³².

¹³¹ Oliveira (2012) alerta que o rótulo de *adição* identifica, no português, estruturas coordenadas e correlativas, não havendo menção à possibilidade de uma oração aditiva ser codificada morfossintaticamente pela subordinação; entretanto, embora, de modo geral, não haja o reconhecimento de orações subordinadas aditivas, em estudos sobre subordinação em inglês, estruturas formadas com “além de” são incluídas nesse grupo, sendo a presença do verbo na forma não-finita um indício de subordinação. Ao estudar orações introduzidas pela expressão **além de**, Oliveira (op. cit.) verifica uma forte dependência das orações iniciadas por esse conector, fato identificado a partir de traços como a correferencialidade de sujeito, ausência de marca temporal do verbo, que são evidência de baixo grau de sentencialidade. Mas, para ela, esse modelo de oração não modifica a precedente, afastando-se dos critérios que a definem como adverbial.

¹³² A propósito da relação de adição, Oliveira (2012) afirma que, de modo geral, os autores opõem dois tipos de adição – um, mais prototípico, que apresenta a noção de soma; e outros secundários que expressam outras noções semânticas, o que conduz a distinção entre adição *pura* e *impura*, nos termos de Lenker (2010); a autora acrescenta, citando Geis; Zwicky, 1971, que este segundo tipo pode implicar a noção de ênfase argumentativa, caso em que não expressa valores relacionados às noções de temporalidade, tal como se dá com a adição pura,

Fiz esse preâmbulo relativamente ao conector aditivo por entender que o emprego das orações encabeçadas pela unidade **sem falar** pode ter a mesma motivação que o de certas estruturas introduzidas pelo **e**, de modo que haveria dois traços convergentes: a) não obstante a unidade em estudo aponte para um elemento subordinativo, dada a presença da preposição, do verbo na forma não finita além do uso opcional do anafórico “isso”, essa unidade *expande* uma informação precedente, podendo corresponder a um ato de fala independente, tanto que, muitas vezes, vem isolado por travessão ou separado por ponto; b) do ponto de vista da função comunicativa, a informação adicionada atende não a uma necessidade estrutural, mas textual-discursiva, função também assumida pelo “e”. Não bastasse esse fato, dentre as vinte ocorrências detectadas nos dados desta pesquisa, três delas apresentam a unidade **sem falar** precedida da conjunção aditiva, das quais destaco duas:

- (142) “[...] Ainda assim, continuará existindo uma agenda moderna de direitos humanos no Brasil. Quem são as vítimas? Aqueles a quem o Estado nega educação, saúde e segurança, por exemplo. Ou aqueles que morrem nas estradas esburacadas e nas filas dos hospitais. *E isso **sem falar** nos que ainda são torturados nas delegacias ou amontoados nos presídios federais como lixo humano.* [...] Esses, que também têm seus direitos suprimidos, não fazem parte da agenda oficial” (IÊ, A, 20/01/2010);
- (143) “A algumas quadras do Coliseu, na Via Petroselli, em Roma, há um pequeno monumento à corrupção brasileira. Chama-se FortySeven. Sim, este é o nome de um hotel em Roma, que pertence a ninguém menos que Salvatore Cacciola. [...] Mas, no fim, para ele, o crime talvez tenha compensado. Aos 67 anos, Cacciola tem saúde, uma vida de cinema e parte do patrimônio que lhe foi dado pelo BC – e **sem falar**, *é claro, nos 47 quartos do FortySeven*”. (IÊ, A, 31/08/2011)

É notório que em cada um desses fragmentos o último período corresponde a um adendo, com informação adicional relativa ao tema em foco: em (142), o escritor inclui no grupo das possíveis vítimas, uma terceira categoria de indivíduos que provavelmente não seriam assim considerados – a dos presidiários que sofrem tortura nos presídios, caracterizados como lixo humano. E em (143), para provar que o crime compensa, o escritor apresenta o hotel FortySeven como mais uma fonte de renda de Cacciola. Apresento abaixo duas paráfrases para cada situação – uma com **e também/ainda**, que remete para noção de inclusão, um valor do “e”; e outra com **além de**:

mas que diferentemente desta, “implica numa relação de assimetria, em que uma proposição ganha maior relevo argumentativo”. (OLIVEIRA, op. cit., p.30)

(142') “[...] Ou aqueles que morrem nas estradas esburacadas e nas filas dos hospitais. **E também** aqueles que ainda são torturados nas delegacias ou amontoados nos presídios federais como lixo humano. [...]” (IÉ, A, 20/01/2010);

(142'') “[...] Ou aqueles que morrem nas estradas esburacadas e nas filas dos hospitais. **Além** daqueles que ainda são torturados nas delegacias ou amontoados nos presídios federais como lixo humano. [...]” (IÉ, A, 20/01/2010);

(143') “[...] Aos 67 anos, Cacciola tem saúde, uma vida de cinema e parte do patrimônio que lhe foi dado pelo BC – **e também**, é claro, os 47 quartos do FortySeven”. (IÉ, A, 31/08/2011)

(143'') “[...] Aos 67 anos, Cacciola tem saúde, uma vida de cinema e parte do patrimônio que lhe foi dado pelo BC – **além**, é claro, dos 47 quartos do FortySeven”. (IÉ, A, 31/08/2011)

Seguem outros excertos nos quais a conjunção “e” já não aparece, passando a função de acréscimo a ser assumida pela unidade **sem + infinitivo**. O verbo **falar** é mais recorrente, porém, outros verbos também podem ocupar essa posição:

(144) “**O governo paga 12,5% de juros ao ano para financiar sua dívida, mas o BNDES cobra 6% por seus empréstimos. Isso não é subsídio?** Não gosto de usar o termo subsídio. Claro que isso acarreta, sim, um custo para o Tesouro. Mas nossos estudos mostram que o retorno em forma de receitas para as empresas e mais arrecadação de impostos e empregos – **sem falar no lucro que o BNDES repassa ao governo** – compensam tal custo. Não estamos emprestando dinheiro de graça a ninguém. [...]” (VJ, E, 27/07/11)

(145) “[...] Também diziam que a Varig devia os tubos aos credores, **sem apontar que ela também era (e ainda é) credora do governo**. E que era oligopolista agindo como se fosse uma estatal. Etc. Etc.” (ÉP, A, 16/08/2010)

(146) “Esses três casos são apenas uma pequena amostra do muito que o Japão já fez pelo Brasil, **sem considerar a inestimável contribuição da colônia nipônica nos últimos 100 anos**. [...]” (IÉ, A, 23/03/2011)

Em (144), a informação de que o BNDES repassa lucros ao governo aparece intercalada, tendo a função de ênfase, com o propósito de ratificar o argumento de que as vantagens citadas – retorno em forma de receitas e arrecadação de impostos compensam os custos do Tesouro. Essa estratégia argumentativa se repete nos dois últimos casos, embora sejam utilizados os verbos – **apontar** e **considerar**, e as orações não estejam separadas por ponto ou travessão, que sinalizam uma pausa maior, como em (141) e (142). Vale salientar

que é possível substituir a unidade formada por **sem + verbo** por outro conector de valor aditivo, a exemplo de **ademais**, como evidenciam as paráfrases:

(141') “[...] Vocês estão melhor que muitos países da Europa e os Estados Unidos, onde, em média, só metade do público aderiu à campanha. **Ademais** em dezenas de países da África, Ásia e América Latina quase ninguém foi imunizado”. (ÉP, E, 14/06/2010);

(141') “[...] nossos estudos mostram que o retorno em forma de receitas para as empresas e mais arrecadação de impostos e empregos – **além do lucro que o BNDES repassa ao governo** – compensam tal custo.

(142) “[...] Também diziam que a Varig devia os tubos aos credores, **além do que/disso, ela também era (e ainda é) credora do governo**. E que era oligopolista agindo como se fosse uma estatal. Etc. Etc.” (ÉP, A, 16/08/2010)

(142') “Esses três casos são apenas uma pequena amostra do muito que o Japão já fez pelo Brasil, **além da inestimável contribuição da colônia nipônica nos últimos 100 anos**. [...]” (IE, A, 23/03/2011)

Devo lembrar que a proximidade apontada em relação ao processo de coordenação reside no fato de a informação introduzida pela unidade **sem falar** corresponder a uma *extensão* e não *modificação* da oração precedente; e ser uma informação requerida da situação comunicativa, daí assumir diversas funções discursivas (aspecto a ser retomado quando da abordagem das orações parentéticas, no capítulo IV).

A partir de um estudo em torno de orações introduzidas pela expressão **além de**, Oliveira (2012) chega à conclusão de que esse modelo oracional se afasta das estruturas adverbiais ou “de realce”, por não modificar a oração precedente, aproximando-se, pois, das estruturas classificadas por Halliday (1985) como *hipotaxe de extensão*, um tipo de relação em que uma oração amplia o significado da outra, ou seja, acrescenta algo novo à oração precedente. Considerando a proximidade de comportamento das estruturas introduzidas pela expressão **sem falar** e **além de** (em posição posposta¹³³), acredito que o rótulo **hipotaxe de adição**, utilizado por Oliveira (op. cit.) para se referir ao segundo conector, também se adéqua ao primeiro.

¹³³ Nos dados analisados por Oliveira (2012), as estruturas introduzidas por *alem de* vêm predominantemente em posição anteposta, e no âmbito do estatuto informacional, expressam informação velha; mas é preciso esclarecer que em posição posposta o comportamento é diferente, caso em que a oração introduzida por esse conector funciona como adendo. Por isso, conforme Thompson (1985, apud OLIVEIRA, op. cit., p. 41), “os dois tipos de oração sequer devem ser tratados como construções idênticas ocupando posições diferentes, ao contrário, devem ser vistas como construções totalmente diferentes”.

3.4 Relações adverbiais: uma síntese

A descrição semântica ora realizada pôs em evidência a coexistência de matizes semânticos expressos nas orações adverbiais em foco. E essa peculiaridade no processo de combinação de orações leva o leitor a afirmar que um conector tem sentido ambíguo, daí as discordâncias entre os leitores quanto à determinação do sentido dominante. Trata-se, na verdade, de extensões de sentido que confirmam a noção de *contínuo* significativo. Nos dados em estudo foi possível depreender padrões regulares de concorrência¹³⁴, a exemplo de: *concessão/modo; concessão/negação de consequência; concessão/condição; condição/negação de consequência; adversidade/negação de consequência*, etc. Por essa razão, quando da verificação do comportamento dos conectores em estudo, agrupei os dados em duas categorias, a saber: **categorias puras** e **categorias amalgamadas** - ver tabelas (04), (05) e (06) no final do capítulo.

Ressalto que, ao mencionar *categorias puras*, refiro-me às situações em que um valor exclui outro, ou às situações em que, mesmo sendo possível depreender dois matizes semânticos próximos (a exemplo das noções de *concessão* e *adversidade*¹³⁵: *negação de consequência e adversidade*), elegi o matiz considerado **predominante** – e que atende à classificação dos **conectores subordinativos** -, embora admita a possibilidade de outra leitura. Como afirmei anteriormente, é bem estreita a linha que separa as noções de *concessão/adversidade*, pois se trata de valores que constituem *ramificações* unidas a um mesmo *nó*, o de oposição/contraste; por outro lado, de acordo com o propósito comunicativo, o falante/escritor opta pela estrutura oracional (subordinada/coordenação) que melhor espelha a sua intencionalidade. Quanto aos usos *ambíguos*, compreendem as ocorrências em que o legue de interpretações é mais amplo, ou seja, há maior sincretismo, no sentido de que se entrelaçam sentidos de eixos/domínios distintos, por exemplo, *adversidade/consequência*, em que se mesclam as esferas de oposição e causalidade.

¹³⁴ Saliento que os padrões de sobreposição semântica ora indicados correspondem àqueles valores que considere mais difícil delimitar uma classificação, o que não significa que a esses pares mencionados não possam se somar outros matizes semânticos.

¹³⁵ Devo ainda lembrar que a opção, neste estudo, por acomodar em um só bloco *concessão* e *adversidade* se justifica pela estratégia da permuta dos conectores *embora/mas*; sem desconhecer o fato de que as ideias de *concessão* e *condição* também se aproximam, a ponto de estas noções poderem ser contempladas na relação de causalidade ou de condicionalidade.

A seguir elenco algumas ocorrências das duas formas gramaticais em foco ilustrativas dessas duas categorizações gerais, de modo que se esclareça o critério de organização dos dados. Os excertos de (147) a (150) se enquadram em categorias puras:

- (147) “[...] A China é apenas a segunda economia do mundo, nada mais do que isso. [...] Pelo menos, a China já alcançou a compreensão de que não vai adiante **sem trazer seu povo**, e investe pesado nele. No último Pisa, a avaliação do estado da educação mundo afora, os estudantes chineses obtiveram o primeiro lugar em todas as três áreas consideradas – leitura, matemática e ciência. [...]” (VJ, A, 26/01/11)
- (148) “É claro que a floresta não sofre desmatamento isoladamente, **sem que** haja queimadas ou mudanças climáticas. Na realidade, tudo isso ocorre de forma simultânea” (VJ, A, 22/12/10);
- (149) “Um levantamento feito pelo deputado federal José Antônio Reguffe, com dados antes mantidos em sigilo, mostra que só na esfera federal existem 23 579 cargos que podem ser preenchidos livremente pelo Executivo, **sem que** se exija nenhuma formação técnica dos titulares. Destes, 21 422 cargos estão ocupados majoritariamente por indicados do PT e do PMDB. [...]” (VJ, CL, 23/11/11)
- (150) “Digo sempre que minha luta é pelo básico do básico: garantir que todo e qualquer candidato suba o morro **sem que** seja barrado pelo tráfico e impedido de fazer ali sua campanha.” (VJ, E, 21/01/10)

Observando esses dados, depreendo as noções de condição em (147), consequência em (148), concessão em (149) e modo em (150). No primeiro caso, o escritor aponta o investimento em educação para o povo como um requisito para o desenvolvimento do país; no segundo, argumenta-se que as queimadas e mudanças climáticas são também aliadas do desmatamento – as duas últimas sendo reflexo da primeira; e no terceiro alega-se que a ausência de formação técnica não constitui um impedimento ao preenchimento de cargos no Executivo, algo lamentável. Em (149), ao mesmo tempo em que uma condição não é satisfeita, evidencia-se uma contra-expectativa, já que os cargos são preenchidos ainda assim, daí a ligação entre adversidade, concessão e condição. Mas a leitura que sobressai é a de concessão, e está sinalizada através do conector, que admitiria substituição por *embora*, *ainda que*, entre outros do mesmo campo semântico; as outras leituras são subentendidas. Finalizando, em (150) há um apelo de que o candidato tenha trânsito livre no morro; nesse caso, explica-se o modo como isso deve ocorrer - que o candidato circule e faça sua campanha sem qualquer impedimento.

Passando às categorias sincréticas, considerem-se as seguintes situações:

(151) “[...] O segundo tópico é discutir melhor o conceito de imunidade parlamentar. É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, mas **sem que** isso se transforme *em garantia de impunidade* para quem cometeu crimes. Eis um tópico mais relevante e democrático do que propor a pena de morte aos políticos como estava escrito num cartaz exposto no comício do Rio de Janeiro dias atrás. Só faltou pedir a volta da ditadura”. (ÉP, A, 26/09/11);

(152) “**Época** - A senhora vê incoerência no discurso de Dilma sobre o aborto?

Marina - Pude perceber mudanças nos discursos de meus concorrentes. (...) Então fui vendo que as pessoas iam modulando um discurso em função da conjuntura eleitoral. Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, mas **sem me tornar** refém dela, porque senão você deixa de ser você mesma”. (ÉP, E, 11/10/2010)

O emprego do **sem que**, em (151), propicia interpretações de *adversidade*, *negação de consequência* e *condição*. A ideia de contraste se mantém independentemente da presença do *mas*; significa dizer que o autor, ao tratar de imunidade parlamentar, em um nível mais amplo, deixa clara a diferença entre garantia de liberdade de mandato para os candidatos eleitos e garantia de impunidade aos candidatos criminosos, cabendo ao *mas* acentuar essa distinção. Cabe acrescentar que a leitura de negação de consequência se revela quando o escritor apresenta a garantia de impunidade como um possível resultado da reformulação jurídica, em virtude de uma má interpretação da lei, ou seja, a reformulação com vistas a garantir liberdade de mandato aos eleitos poderia implicar garantia de impunidade. Por fim, uma interpretação de condição é possível, na medida em que, para o escritor, a garantia de impunidade não deva ser um requisito determinante para a reformulação da lei. Seguem algumas paráfrases com conectores de diferentes esferas semânticas:

(151’) “[...] É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, mas, **de (tal) modo que** isso não se transforme *em garantia de impunidade* para quem cometeu crimes. [...]”;

(152’’) “[...] É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, mas **não a ponto de** isso se transformar *em garantia de impunidade* para quem cometeu crimes. [...]”;

(152’’’) “[...] É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, **desde que** isso não se transforme *em garantia de impunidade* para quem cometeu crimes. [...]”;

Do mesmo modo, em (152), o emprego de **sem + [SN/SAdv.] + infinitivo** pode autorizar as interpretações de *adversidade*, *negação de consequência*, *condição*, conforme o

leitor faça associações com informações precedentes que validem a leitura realizada. De imediato, é visível que “dialogar com” e “moldar-se à conjuntura eleitoral” são pólos distintos, razão de a entrevistada, por entender que poderia vir a se tornar refém desta, fazer a ressalva de que se esforçou para dialogar evitando tal consequência. Seria possível ainda entender que se uma condição para o diálogo é adequar-se às determinações da conjuntura eleitoral, a entrevistada afirma se empenhar no diálogo, com a restrição (enfática) de não se tornar refém da conjuntura, sob o argumento de que deixaria de ser ela mesma. Sugiro algumas paráfrases:

(152') **Marina** - [...] Então fui vendo que as pessoas iam modulando um discurso em função da conjuntura eleitoral. Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, **mas não** me tornar refém dela, porque senão você deixa de ser você mesma.

(152'') **Marina** - [...] Então fui vendo que as pessoas iam modulando um discurso em função da conjuntura eleitoral. Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, **de maneira que não** me tornasse refém dela, porque senão você deixa de ser você mesma.

(152''') **Marina** - [...] Então fui vendo que as pessoas iam modulando um discurso em função da conjuntura eleitoral. Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, **mas desde que não** me tornasse refém dela, porque senão você deixa de ser você mesma.

Diante desse quadro, é possível afirmar que em determinadas situações o conector ajuda a delimitar uma interpretação, como demonstraram as ocorrências 147 a 150, em que a permuta de conectores só veio a confirmar um valor previamente inferido, pois a presença de um excluía um outro. De outro modo, os casos ilustrados em (151) e (152) possibilitaram a permuta de conectores por outros pertencentes a esferas distintas, conforme as inferências realizadas, o que pode ser um indício de extensão de sentido. Significa que pressões do contexto fazem com que um conector vá incorporando novos valores.

Específico, nas tabelas abaixo, a quantificação das ocorrências conforme o sentido expresso – inicialmente listo as categorias denominadas “puras” – todas elas contempladas nas gramáticas quando do estudo das relações adverbiais, exceto a de *adição*. Logo após, apresento as categorias sincréticas¹³⁶, aqui denominadas “amalgamadas”.

¹³⁶ Devo salientar que, embora boa parte das estruturas em análise admita mais duas interpretações, na tabela em que indico as sobreposições semânticas, refiro-me apenas a dois matizes, isto porque eles representam os padrões mais regulares.

Tabela (04): Quantificação das orações introduzidas por **sem que + verbo finito**: categorias semânticas “puras”

SEM QUE	Concessão	Condição	Negação de Consequência	Consequência esperada (após declar. Negativa)	Modo
Veja	5	2	7	3	1
Época	10	-	3	-	1
Isto É	7	-	2	3	1
TOTAL – 45	22	2	12	6	3

Tabela (05): Quantificação das orações introduzidas por **sem + [SN/SAdv.] + infinitivo**: categorias semânticas “puras”

SEM + INFINT.	Concessão	Condição	(Negação) de Consequ.	Modo	Adição	Tempo	Causa	Modali zador
Veja	34	10	28	23	5	1	3	1
Época	45	10	26	23	7	-	-	1
Isto É	29	7	12	20	9	-	-	1
TOTAL - 295	108	27	66	66	21	1	3	3

Tabela (06): Quantificação das orações introduzidas por **sem que** e por **sem + [SN/SAdv.] + infinitivo**: categorias semânticas “amalgamadas”

Valores semânticos	SEM QUE			Total	SEM + [SN/SAdv.] +INFINT.			Total
	VJ	ÉP	IÉ		VJ	ÉP	IÉ	
Concessão/ Neg. de consequência	1	1	1	3	1	-	1	2
Condição/ Neg. de Consequência	-	2	-	2	1	1	-	2
Concessão/Modo					11	-	4	15
Condição/Modo					1	-	-	1
Concessão/ condição					-	1	1	2
				5				22

Face à análise dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, é notório que, da perspectiva semântica, tanto as orações principiadas pelo conector **sem que** quanto as principiadas por **sem** junto a verbo na forma não-finita exibem uma multiplicidade de matizes semânticos. Vale salientar que, ao mesmo tempo em que se verifica uma sobreposição de

sentidos, o valor de negação coexiste em paralelo aos demais, fato que pode ter relação com o sentido inerente do termo (valor lexical).

As extensões de sentido, resultantes de transferências de sentido por contiguidade, têm relação com pressões do contexto discursivo, aspecto enfaticamente registrado, quando da menção aos trabalhos de Decat (2001), Silva (2005) e Silva (2007), que ressaltaram os processos inferenciais na identificação das relações oracionais. Isso demonstra que é limitado um estudo das orações adverbiais pautado em uma classificação rígida, determinada, sobretudo, pelo tipo de conjunção, o que culmina na mera rotulação de orações coordenadas ou subordinadas.

Se, neste capítulo, direcionei o olhar para a variabilidade de matizes semânticos do conector **sem (que)**, volto-me, no capítulo seguinte, para a análise da mobilidade posicional das estruturas hipotáticas adverbiais encabeçadas pelo referido conector.

CAPÍTULO IV

Hipotaxe adverbial: fatores condicionantes da mobilidade posicional das cláusulas introduzidas pelo transpositor *sem (que)*

No primeiro capítulo desta tese, mencionei a interface *discurso/gramática* como um dentre os tópicos de interesse das pesquisas funcionalistas, aspecto estreitamente ligado ao conceito de gramática como um sistema dinâmico. Significa que a análise dos fenômenos linguísticos, sob a ótica funcional, toma a estrutura sintática, ou o produto da atividade linguística, como âncora, para descobrir as motivações semânticas e discursivas determinantes de uma dada configuração estrutural. Disso, advém a defesa de que a gramática é governada pelas situações de uso.

Uma afirmação de Pezatti (2005, p. 173) sobre as regras de uma gramática funcional é apropriada a esse contexto – a de que tais regras se estabelecem de acordo com propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença; estas envolvem propriedades intrínsecas dos constituintes, enquanto aquelas implicam uma relação de um constituinte com outro, de modo que regras funcionais “especificam propriedades relacionais referentes à construção em que eles ocorrem”, estando distribuídas em três níveis que representam funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. Estas últimas, foco de atenção deste capítulo, informam sobre “o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem” (PEZATTI, op.cit., p. 174).

Como a configuração estrutural é determinada por esses três níveis, estando na base a interação comunicativa (ou o discurso), a explicação dos fatores linguísticos, sob esse paradigma, deve levar em conta, necessariamente, fatores não-linguísticos. Nessa perspectiva, a ordem de distribuição das informações no texto pode ser explicada em função das exigências do processo comunicativo. É exatamente em torno da ordenação de constituintes que gira a discussão relativamente às estruturas oracionais introduzidas pelos transpositores **sem** e **sem que**. Assim, a organização desse capítulo é guiada pelas seguintes questões:

- 1) Embora a mobilidade posicional seja uma característica das orações adverbiais, por ser um traço herdado do advérbio, nem sempre essa liberdade distribucional é possível. Logo, a que se devem as restrições?

- 2) Em relação às estruturas que admitem livremente a disposição das orações adverbiais seja na margem direita seja na esquerda, o que condiciona a opção pelo deslocamento (ordem marcada)?
- 3) Considerando que, na materialização do discurso, o falante articula as ideias procurando estabelecer a coerência textual e, ao mesmo tempo, expor sua intenção comunicativa, quais seriam as funções textuais-discursivas evidenciadas nas cláusulas hipotáticas que compõem o *corpus* desta pesquisa? Esse fator atinge indiferentemente as orações reduzidas e as desenvolvidas? Se não, o que motivaria a diversidade de comportamentos?
- 4) O estatuto informacional interfere na gramaticalização das orações introduzidas por **sem** e **sem que**?

De antemão é possível afirmar que a construção dos enunciados é condicionada por três fatores – *a organização textual*, *o tipo de relação semântica* entre os enunciados e *o propósito comunicativo*. Esse ponto de vista quanto à relação *forma/função*, em que se concebem as relações funcionais como codeterminantes da estrutura, identifica o terceiro modelo de análise funcionalista¹³⁷, denominado por Paiva (1991) de *moderado*; sendo por ela adotado em seus estudos.

Ao abordar o comportamento da conjunção e da preposição no plano sintático (no capítulo II), aponte a *referência anafórica* como um fator que limita a mobilidade das orações. Ficou claro que, de fato, aspectos de natureza textual (ou coesiva) interferem nas decisões quanto à ordenação dos constituintes oracionais na estrutura gramatical. Como esse ponto já foi desenvolvido, inclusive com a aplicação de testes comprobatórios, não será discutido neste capítulo. Em se tratando das relações lógico-semânticas, certas construções só admitem uma ordem ou priorizam uma posição. Um exemplo da primeira situação é o das orações consecutivas; e do segundo, o da relação concessiva, que, muitas vezes, antecede a oração principal. Quanto ao último fator, a opção pela ordem canônica (não-marcada) ou pelo deslocamento da oração adverbial (ordem marcada) tem relação com o estatuto informacional

¹³⁷ Os outros dois modelos de análise funcionalista referidos por Paiva (1991) são: o *conservador* e o *extremista*. O primeiro assim se caracteriza por não conceber a função comunicativa como um componente da estrutura, embora não rejeite a natureza comunicativa da linguagem e admita que determinados processos não têm explicação em termos puramente referenciais; o segundo, contrariamente, vincula a explicação de toda estrutura linguística às condições de uso, e não aceita a existência de regras puramente sintáticas.

da sentença – há uma tendência de se apresentar, na primeira posição, como ponto de partida, informação partilhada pelos interlocutores; e na segunda, informação nova.

A esse propósito, afirma Decat (2001) que dois fatores podem determinar a ordenação dos elementos em relação núcleo-satélite: i) o tipo de relação que emerge da combinação das cláusulas; e ii) a função discursiva da cláusula adverbial. Desse modo, objetivo identificar as motivações que podem ter determinado a colocação das orações adverbiais em estudo nas posições antepostas, intercaladas e pospostas bem como as funções discursivas dessas cláusulas.

Uma análise que vise atender ao propósito de verificar se uma cláusula adverbial encerra informação partilhada ou não pelos interlocutores, se tal informação serve de realce, de moldura para uma informação presente em outra cláusula, ou se ela se presta a funções de conexão discursiva, portanto, de organização do discurso, requer a consideração do nível supra-sentencial. Significa observar a macroestrutura textual – um ou mais parágrafos do texto. Como esse não é o ponto central desta tese, delimitei para análise, neste capítulo, uma pequena amostra de 20% das ocorrências¹³⁸ das estruturas oracionais, de modo que se tenha uma noção do comportamento das estruturas em estudo, no âmbito da interação comunicativa.

Convém salientar que incluí no grupo das orações pospostas aquelas que ocorrem após pontuação de final de parágrafo, também denominadas parentéticas ou desgarradas; recorte que se deveu à pressuposição de que, funcionando como adendo, representariam casos considerados mais subjetivos ou emotivos, daí merecerem ser investigados no texto argumentativo. Especificamente em relação à indicação das funções discursivas, adianto que não há o propósito de quantificar as ocorrências representativas de cada função, mas apenas ilustrar os diferentes usos.

Também neste capítulo concilio aspectos teóricos e práticos, iniciando pela reflexão sobre fluxo informacional e sua relação com a ordem dos constituintes na sentença, na seção (4); em seguida, na subseção (4.1), abordo a noção de estatuto informacional, aliando à exposição teórica a análise dos dados desta pesquisa. Em seguida, na seção (4.2), trato das noções de *figura* e *fundo*, destacando o papel das orações adverbiais na organização discursiva, como forma de discutir, no tópico (4.2.1), as funções textuais-discursivas dessas orações satélites, e ainda o funcionamento das orações parentéticas, consideradas orações formalmente independentes, tomando-se como parâmetro a noção de unidade informacional.

¹³⁸ Analisar a relação entre a oração adverbial e todo o contexto precedente nos 367 (trezentos e sessenta e sete) excertos que formam o *corpus* da pesquisa demandaria muito tempo e espaço. Já que o interesse dessa análise é mais qualitativo do que quantitativo, considero o recorte de 20% dos dados uma amostragem significativa.

4. Breves considerações sobre fluxo informacional e ordenação de constituintes

Se no tópico precedente foi enfatizada a dependência da estrutura das sentenças ao componente discursivo, neste tópico cabe destacar que estudar a sentença sob a perspectiva discursiva é estudá-la inserida no texto. Essa premissa deu sustentação a estudos em duas diferentes direções, como indica Castilho (2010): uma voltada para a verificação do processamento de informação na sentença; e outra, para o estudo da tipologia das sentenças, uma vez que elas representam atos de fala. Especificamente em relação à primeira vertente, o conceito de *processamento de informação* é tomado como parâmetro para a explicação de fenômenos linguísticos como pronominalização, deslocamento de constituintes, sujeitos sentenciais. A base desse conceito, afirma Paiva (1997), está na crença de que existe um isomorfismo entre organização do conteúdo de orações e os objetivos da transmissão de informações, tese que se originou no círculo dos linguistas da Escola de Praga. Alguns rótulos são atribuídos a esse modelo de abordagem, conforme as especificidades dos estudos realizados. Uma designação mais ampla é Perspectiva Funcional da Sentença (PFS); a que se somam “organização contextual da sentença”, “tema-rema” e “estrutura tópico-comentário”.

De acordo com Pezzati (2005, p. 177), as pesquisas vinculadas à Perspectiva Funcional da Sentença foram impulsionadas, na antiga Tchecoslováquia, por Vilém Mathesius (1882 - 1945); mas é de Henri Weil a autoria do trabalho pioneiro nessa área, intitulado *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*. A sentença é caracterizada como tendo duas partes – uma que apresenta a noção inicial, o ponto comum ao falante e ao ouvinte, e a outra que representa o objetivo do discurso, ou a informação que o falante intenta compartilhar com o interlocutor. Advém dessa noção preliminar a segmentação da sentença em tema e rema proposta por Mathesius. Para esse autor, os meios lexicais e gramaticais se acomodam na sentença conforme o contexto de enunciação os exija, de modo que, sob o aspecto gramatical, a sentença se desmembra em sujeito e predicado, estando a divisão entre tema e rema vinculada ao plano comunicativo. Essa visão converge com a de Danes (1957 apud FIRBAS, 1974), para quem a análise sintática se realiza em três níveis – o semântico, o gramatical e o da organização da sentença. O primeiro delimita, na sentença, qual a AÇÃO e os participantes na posição de AGENTE e OBJETO; o segundo especifica SUJEITO, VERBO e OBJETO; e o terceiro identifica TEMA-TRANSIÇÃO-REMA. Firbas (1974) amplia esse modelo, incluindo, no plano comunicativo, o princípio do dinamismo comunicativo (DC), definido como “a extensão com que determinado elemento lingüístico contribui para o desenvolvimento da comunicação.” (PEZZATI, 2005, p. 178).

Para Firbas (1974), o processo comunicativo obedece ao mesmo princípio básico que rege a organização da sentença – a *linearidade*, mecanismo que determina que a ordem gramatical tende a refletir a ordem natural dos fatos da realidade extralinguística, o que não significa que a ordem não possa sofrer alteração. Assim, o dinamismo comunicativo se revela no sentido de que a informação em posição inicial apresenta menor grau de informatividade, seguindo-se de informação como maior grau de informatividade. Mas, na sua visão, não há, necessariamente, uma correlação entre tema e informação velha, o que vai de encontro à posição de Danes, para quem é viável tal correspondência, já que o tema quase sempre expressa informação velha. Uma outra divergência entre a posição de Danes em relação a Mathesius e Firbas, segundo Paiva (1997), diz respeito ao fato de os dois últimos tomarem como objeto de estudo a frase, enquanto o primeiro considera que a distribuição da informação determina a organização dos enunciados no texto, ou seja, ultrapassa o nível da frase.

Embora tendo sido originada na Escola de Praga, a Perspectiva Funcional da Sentença, como afirmado, também encontra espaço na Escola de Londres, tendo Halliday (1974) como um dos adeptos que lhe concede um lugar na descrição linguística. Para esse autor, o sistema linguístico compreende um conjunto de componentes funcionais que têm correspondência com três macrofunções: a ideacional, a textual e a interpessoal. A função textual, particularmente, diz respeito àquela que permite a criação de um texto, sendo a sentença concebida como uma mensagem. Halliday menciona ainda um outro sistema formado por componentes que integram uma gramática de mensagens, quais sejam: o *status* da oração e suas unidades de comunicação; razão de a sentença envolver unidades sintáticas e unidades comunicativas. As unidades sintáticas materializam-se na sentença, oração e sintagma; e as comunicativas, na estrutura informacional, estabelecendo a distinção entre dado e novo, noções que só podem ser delimitadas considerando-se a situação ou texto precedente.

Considero oportuno esclarecer que implicitamente à escolha do objeto de estudo ora focalizado – cláusulas adverbiais – está uma tese defendida por Paiva (1997, p. 127) de que “a ordenação de palavras, na estrutura das cláusulas, e de cláusulas, na estruturação dos períodos, é regida pelos mesmos princípios”, o que significa, nos termos da autora, que o *princípio de distribuição de informação* influencia, de forma semelhante, a organização linear de períodos simples e complexos.

A noção de estatuto informacional é tema da seção subsequente, dado o interesse em estabelecer uma relação entre a distribuição das informações e a posição das orações

adverbiais no *período*. Antes, porém, situo as orações que constituem o *corpus* desta pesquisa quanto à ordem de ocorrência, na busca de responder ao primeiro questionamento feito.

No *corpus* sob análise, independentemente da forma de apresentação das orações adverbiais – se reduzidas ou desenvolvidas –, a posição *posposta* é preponderante. Já que nessa amostragem (317 ocorrências de infinitivas e 50 de desenvolvidas) o modelo estrutural não é um parâmetro condicionante da ordenação, os dois tipos oracionais são avaliados paralelamente. As tabelas (07) e (08) abaixo trazem a especificação numérica das ocorrências nas estruturas reduzidas e desenvolvidas, conforme as três possibilidades de ordenação.

Tabela (07): Distribuição das orações **reduzidas** conforme a ordem de ocorrência

Revistas	(SEM + [...] + INFINITIVO)			TOTAL
	POSPOSTA	ANTEPOSTA	INTERCALADA	
VEJA	105	10	2	117
ÉPOCA	97	10	8	116
ISTO É	73	6	6	85
	275	26	16	317

Tabela (08): Distribuição das orações **desenvolvidas** conforme a ordem de ocorrência

Revistas	(LOCUÇÃO SEM QUE)			TOTAL
	POSPOSTA	ANTEPOSTA	INTERCALADA	
VEJA	18	1		19
ÉPOCA	17			17
ISTO É	11	2	1	14
	46	3	1	50

Os números revelados nas tabelas indicam a **posposição** como a ordem sobressalente nos dois modelos estruturais. É oportuno destacar que os valores semânticos expressos pelas orações influenciam esse aspecto, considerando-se que, nos dados, os valores de *modo*, *consequência* e *adição*¹³⁹, que favoreceram a posposição, juntos somam 169 (cento e sessenta e nove) ocorrências entre reduzidas e desenvolvidas, superando a quantidade de orações adverbiais concessivas e condicionais pospostas – 121 (cento e vinte e uma) ocorrências entre reduzidas e desenvolvidas; ressalte-se que, embora esses dois últimos matizes semânticos constituam esferas que permitem a mobilidade, no *corpus* coletado, houve menos registro. A

¹³⁹ Esse aspecto será discutido mais adiante quando da abordagem das orações parentéticas.

anteposição corresponde à segunda alternativa de uso, seguindo-se as estruturas intercaladas, que, normalmente, trazem comentários – esclarecimentos ou avaliação do escritor.

Na sequência, apresento dois excertos ilustrativos da posposição – o primeiro deles representando a relação consecutiva (noção expressa tanto sob a forma reduzida quanto desenvolvida) e o segundo, a relação modal, casos em que fica nítida a impossibilidade de inversão.

(153) “A gente está na luta. Mulheres e homens e crianças e jovens, porque um não muda **sem mudar** alguma coisa no outro, um não sofre nem se alegra **sem que** algo disso se reflita nos demais. Então, quem sabe a gente não unifica tudo isso, e inventa um Dia da Páscoa?” (VJ, A, 16/03/11)

(154) “[...] No reino dos Kirchners, o PCdoB poderia exercer à vontade seu comunismo mercantil, **sem que** jornalistas abelhudos e invejosos se metessem em seus negócios privados com o dinheiro público”. (IÉ, A, 31/10/11)

No primeiro caso, de acordo com a opinião do escritor, a mudança, o sofrimento e a alegria ocorridos em um indivíduo contagiam automaticamente os demais. Logo, há uma relação de dependência, de modo que a ordem dos fatos não pode ser alterada. Quanto ao segundo caso, embora não envolva sequenciação, mas, ao contrário, simultaneidade de fatos, a ordem também não pode ser alterada, tendo em vista o segundo enunciado ter a função de explicar o que se entende por “exercer à vontade seu comunismo mercantil”; logo, trata-se de uma informação complementar àquela expressa anteriormente. A justificativa, portanto, para a posposição das orações consecutivas e modais é atribuída à motivação icônica, relativa à ordem dos eventos, no sentido de que a enunciação de uma consequência se segue à de uma causa; assim como a descrição do modo como ocorreu um evento ou o esclarecimento sobre um estado de coisas se segue à enunciação desse evento ou estado de coisas.

Ressalvo, em relação às orações modais reduzidas, que apenas três, dentre as 85 (oitenta e cinco) ocorrências, são ilustrativas de deslocamento – uma oração anteposta e duas intercaladas. Os excertos abaixo ilustram cada uma das posições:

(155) “**Foi a única vez que o senhor esteve com o ministro?** Não. Houve mais dois encontros. [...] Dedo em riste, **sem deixar que eu me explicasse**, ele disse que estava mandando cancelar todas as minhas portarias”. (IÉ, E, 03/08/11)

(156) “[...] Estamos perdendo a “guerra mundial por empregos” em incrível episódio de “fogo amigo”, quando disparamos **sem cessar** contra nossa própria base produtiva. Empresários e trabalhadores são atingidos por excessivos encargos

sociais e trabalhistas, impostos elevados, dólar barato, juros altos e muita burocracia.” (IÊ, A, 15/11/10)

A oração reduzida em (155) ilustra a primeira situação. Embora pareça estar isolada, não é o que ocorre – por representar a segunda circunstância em relação à principal, a primeira vírgula a separa do sintagma adverbial inicial, e a segunda, da oração principal. Já em (156), apesar da ausência de vírgulas para isolar a oração intercalada, a oração reduzida corta o predicado: disparamos [...] contra.

Passando às orações concessivas, os dados sob observação nesta tese corroboram uma conclusão a que chegaram Neves et al. (2008, p. 982) quando da análise de elocuções formais da modalidade oral – a de que as concessivas na posição à direita se caracterizam por acrescentar “outros conteúdos ou argumentos a um segmento linguístico aparentemente concluído”. Vale salientar que essa é a ordem não-marcada. Neves (1999) esclarece que, dado o esquema concessivo – refutação a uma objeção/asseveração, a ordem mais adequada das orações concessivas pareceria corresponder a da anteposição da concessiva. Por outro lado, ressalva que “é bastante plausível que seja mais natural primeiro asseverar-se algo, para depois se prover ‘defesa’ do ponto de vista expresso”. Nesses casos, a concessiva funciona como *adendo*, de modo que o falante enuncia, *a posteriori*, as possíveis objeções a uma proposição que fora enunciada.

Em virtude da presença do componente argumentativo nas estruturas concessivas, justificada, segundo Neves et al. (2008, p. 979), pela existência de duas etapas no pensamento concessivo: “a elaboração de uma hipótese de objeção por parte do ouvinte e a refutação dessa objeção”, as adverbiais concessivas denunciam outro tipo de iconicidade – a iconicidade relativa às funções discursivas. Referindo-se à ordem de ocorrência dessas orações, Neves (1999, p. 589) afirma que, quando antepostas, elas atendem à função de *tópico* das construções em que ocorrem; eis os fragmentos retirados do *corpus* desta pesquisa:

(157) “Não se está advogando aqui que Serra dê um carrinho, que Marina faça jogo perigoso ou que Dilma tente um golpe de mão. Campanhas sem golpes baixos são uma homenagem ao jogo democrático, embora o presidente Lula já tenha sido multado tantas vezes por violar o regulamento eleitoral que, se houvesse cartão vermelho por reincidência, ou se nossos juízes tivessem peito, ele já teria sido expulso da margem do campo. **Sem ser** candidato, é o único com carisma – e, por isso, ventríloquo de Dilma.

Se os debates eleitorais continuarem assim, previsíveis e cheios de PAC, UPA e UPP, só temos uma saída: Mano para presidente”. (ÉP, A, 16/08/2010)

- (158) “[...] Ao vencer os prussianos, liberou e tratou com grande consideração um grupo de prisioneiros suecos. **Sem que** Ø pudesse saber, isso mudou o seu destino.” (VJ, A, 27/10/10)

quando pospostas, assumem a função de *adendo*:

- (159) “[...] Foi-se o tempo em que para roubar muito o indivíduo tinha de mandar muito; hoje em dia qualquer vereador do interiorzão pode ficar milionário em dois tempos, e **sem sair** do perímetro municipal”. (VJ, A, 29/09/10)
- (160) “[...] A emergência do Brasil no cenário internacional ocorre em um momento de declínio da influência dos Estados Unidos e do fim de uma ordem internacional unipolar dominada pelos americanos, mas **sem que** *um modelo alternativo* esteja pronto *para tomar o lugar*. [...]” (ÉP, A, 20/12/10)

e se intercaladas, “contribuem para a topicalização de elementos da oração nuclear”:

- (161) “[...] Nesse caso, o eleitor pode vir a comprar gato por lebre. O ideal seria que os brasileiros que vão receber os candidatos em sua casa, mesmo **sem tê-los convidado**, fossem brindados com programas propagandísticos, mas não enganosos”. (VJ, CL, 18/01/10)
- (162) “[...] O Brasil termina 2011 protagonizando um papel internacional jamais vivido em sua história e até bem pouco tempo atrás impossível de ser imaginado por seus mais otimistas pensadores. Superamos, **sem que** houvesse qualquer ruptura institucional, a era em que recebíamos de organismos como o FMI e das autoridades financeiras do Velho continente um receituário impondo regras de bom funcionamento. [...]” (IÊ, Edit., 07/12/11)

Nos dados coletados, a ordem das orações **concessivas** é variável, mas predomina a posposição; assim, no conjunto das 108 (cento e oito) ocorrências sob a estrutura reduzida, 80 (oitenta) se apresentam pospostas à matriz; dezesseis, antepostas e doze, intercaladas; e sob a forma desenvolvida, dentre as vinte e três ocorrências, dezenove vêm pospostas; três, antepostas e uma, intercalada. Logo, a anteposição e a intercalação correspondem às ordens marcadas.

Em se tratando das orações **condicionais**, que à semelhança das concessivas, são passíveis de movimentação, a ordem neutra corresponde, segundo Neves (1999) e Neves et al. (2008, p. 968), à anteposição da prótase condicional em relação à apódose, explicação também baseada na noção de iconicidade lógico-semântica. Está aí o princípio de que

primeiramente se enuncia um estado de coisas como condição a ser atendida para depois se enunciar o efeito ou a consequência resultante do que fora enunciado. Os autores acrescentam que a não factualidade da apódose também tem relação com o princípio da iconicidade, envolvendo uma relação causa-efeito; assim, a causa, que é decorrente de uma condição, é enunciada antes do efeito. Esse raciocínio pode ser aplicado ao excerto abaixo:

(163) “**Isto É** – É possível eliminar o tráfico?

Barreto: Sem acabar com o consumo, a oferta vai sempre tentar suprir a demanda. É claro que, se houver dificuldade, o preço sobe. E aí a tendência é cair o consumo de droga no País. [...]” (IÉ, E, 05/05/10)

em que a diminuição/eliminação ou não do consumo é determinante da baixa ou alta de preço das drogas e, conseqüentemente, da sua oferta ou não no País. Cabe destacar que o fato de as orações condicionais “constituírem a moldura de referência em relação a qual a principal é verdadeira (se for uma proposição) ou apropriada (se não for)” leva ao entendimento de que funcionam como tópico (CHAFE, 1976, apud NEVES, 1999). Na sequência, apresento um excerto em que a oração condicional (protáse) se apresenta após a principal (apódose), que é a posição mais evidenciada no *corpus* em estudo.

(164) “A senhora diz ser contrária às privatizações. Mas [...] Não é incoerente se dizer contra as privatizações **sem analisar** os resultados das empresas antes e depois de privatizadas?” **José Caetano Justino – Cipotânea, MG** (ÉP, E, 01/11/10)

Nos dados sob análise, em meio às vinte e sete ocorrências de orações condicionais reduzidas, apenas sete aparecem antepostas. No caso das estruturas desenvolvidas, as duas ocorrências registradas são pospostas, de modo que a anteposição corresponde à ordem marcada.

Nas tabelas (09), (10) e (11) abaixo, discrimino a quantidade de ocorrências conforme a classificação semântica. Devo esclarecer que enquanto na tabela (07) contemplei todos os dados coletados, nas três tabelas indicadas, em que distribuo os dados estabelecendo a relação entre a ordem e os matizes semânticos, refiro-me primeiramente às categorias puras, depois as categorias amalgamadas, seguindo a divisão proposta no capítulo III.

Tabela (09): Ordem de ocorrência das orações **reduzidas** por categorias semânticas

ORDEM	Concess.	Neg. de Conseq.	Condição	Modo	Adição	Tempo	Modalizador	Causa
Posposta								
VJ	27	28	7	22	5	1	-	1
ÉP	32	26	9	23	7	-	-	-
IÉ	21	12	4	17	9	-	1	1
Total: 253	80	66	20	62	21	1	1	2
Anteposta								
VJ	5	-	3	-		-	1	1
ÉP	9	-	1	-		-	-	-
IÉ	2	-	3	1		-	-	-
Total: 26	16	-	7	1		-	1	1
Intercalada								
VJ	2	-	-	1		-	-	-
ÉP	4	-	-	1		-	1	1
IÉ	6						-	-
Total: 15	12	-	-	2		-	1	1
295	108	66	27	65	21	1	3	4

Tabela (10): Ordem de ocorrência das orações **desenvolvidas** por categorias semânticas

ORDEM	Concessão	Condição	Consequência	Negação de Consequência	Modo
Posposta					
VJ	5	2	3	6	1
ÉP	10	-	-	3	1
IÉ	4	-	3	2	1
Total: 41	19	2	6	11	3
Anteposta					
VJ	1	-		-	-
ÉP	-	-		-	-
IÉ	2	-		-	-
Total: 3	3	-		-	-
Intercalada					
VJ	-	-	-	-	-
ÉP		-	-	-	-
IÉ	1	-	-	-	-
Total: 1	1	-	-	-	-

Tabela (11): Ordem de ocorrência das orações **reduzidas** e **desenvolvidas** por matizes semânticos (sentido **ambíguo**)

REDUZIDAS	Conces são/Modo	Conces./ Condiç.	Conces./ Neg. de Conseq..	Condiçã o/ Modo	Condiçã o/ Neg. de Conseq.	DESENVOLVIDAS	Condiç./ Neg. de Consequ	Conces./Neg. de Consequ..
Posposta						Posposta		

VJ	9	-	1	1	1	VJ	-	1
ÉP	-	1	-	-	1	ÉP	2	1
IÉ	4	1	1	-	-	IÉ	-	1
Total: 20	13	2	2	1	2	Total: 5	2	3
Antepos ta						Antepost a		
	1	-	-	-	-	VJ	-	-
VJ	-	-	-	-	-	ÉP	-	-
ÉP	-	-	-	-	-	IÉ	-	-
IÉ								
Total: 1	1	0	0	0	0	Total:	0	0

Do exposto nas tabelas, é possível afirmar que existe, sim, uma relação entre o sentido expresso pelas orações adverbiais e a ordem de ocorrência na estrutura do período, como ficou evidente nas orações consecutivas e modais, que motivaram a posposição. Por outro lado, considerando-se que a posposição foi a ordem preferida, mesmo nos casos em que a mobilidade era viável, contrariando, inclusive, a tese de que orações condicionais e concessivas são mais recorrentes na primeira posição, fica evidente que a ordenação das estruturas é influenciada tanto pelo fator semântico, que dá conta das diferentes relações de sentido depreendidas da combinação das orações, quanto pelo fator pragmático, que dá conta da distribuição das unidades informacionais e das funções discursivas, não apenas na micro, mas na macroestrutura textual. Por isso, nos tópicos seguintes, dedico-me à observação do comportamento das orações em estudo sob o prisma da interação comunicativa¹⁴⁰.

4.1 As noções de dado e novo

¹⁴⁰ Decat (2001), a partir da análise de períodos em que se estabelecem diferentes relações de sentido, estando a oração satélite ora em posição final ora inicial, observa, em se tratando da oração satélite que expressa *causa*, o predomínio da posposição, o que é justificado como um caso de restrição cognitiva, pressupondo-se que uma causa de um evento é mencionada normalmente após a referência ao evento. De outro modo, se a causa não é externa, mas há um motivo, razão, ou uma causa interna do falante, tem preferência a anteposição, que contribui para a organização do discurso, “no sentido de antecipar ao ouvinte/leitor algo sobre a mensagem contida no núcleo”. (DECAT, op. cit., p. 142). Quanto às relações de *concessão* e de *exclusão*, nos dados por ela observados, a posição à esquerda teve predominância. Sobre esse último tipo, segundo Decat (op. cit., p. 148), “quando *anteposta* [...] pode-se dizer que elas *limitam* o que o ouvinte/leitor deverá entender do que se segue”.

O estatuto de informação velha e nova é um aspecto do funcionamento da língua que tem relação com a forma como o falante organiza sua fala, pressupondo o que o ouvinte tem em mente a respeito do assunto. Chafe (1976), Prince (1981), Halliday e Hasan (1976), entre outros linguistas, tratam dessa temática, que tem sido referida como fenômeno de empacotamento (*packaging*) da mensagem.

Chafe (op. cit.) defende que a eficácia da comunicação depende de que o falante molde a sua fala, ou seja, dê uma configuração sintática, tendo como parâmetro o que julga ser do conhecimento do ouvinte no momento da comunicação. Assim, o dado, ou informação velha representa o que o falante acredita estar na consciência do ouvinte; enquanto o novo, ou informação nova corresponde ao que o falante acredita estar acrescentando à consciência do ouvinte no momento da enunciação.

Pezzati (2005) faz menção a outras denominações também utilizadas em referência às noções de dado e novo, a exemplo de velho/novo; conhecido/novo; pressuposto/foco. Em seguida, comenta a visão de alguns estudiosos que se dedicam à caracterização dessas noções. Da sua exposição fica claro que esses conceitos não são facilmente delimitados, e essa dificuldade decorre do fato de eles não deverem ser tratados como estanques. Significa dizer que uma informação, embora não tendo sido citada textualmente no contexto precedente, pode não ser considerada totalmente nova, face à possibilidade de ser inferida seja a partir do próprio texto seja a partir de esquemas/frames, razão de se falar em informações compartilhadas pelos interlocutores.

É nesse sentido que, como esclarece Pezzati (2005), Halliday e Hasan (1976) associam a noção de ‘dadidade’ à predizibilidade/recuperabilidade, de modo que, se uma informação for recuperada com base no contexto precedente, é considerada velha, se não, é nova. Prince (1981), por sua vez, apoiando-se na ideia de ‘familiaridade presumida’ e adotando uma abordagem de base textual, apresenta uma proposta mais detalhada, tomando como referência três eixos, cada qual com bifurcações. Nesse caso, a informação é classificada como NOVA, EVOCADA, INFERÍVEL; o primeiro eixo se subdivide novíssima/não usada; o segundo em inferível/inferível contida; e o terceiro em evocada textualmente/evocada situacionalmente. Embora a proposta da autora receba algumas críticas em virtude de algumas categorias não serem claramente definidas, é uma proposta relativamente bem aceita pelos funcionalistas, por considerar o caráter escalar da categorização, ou seja, dado e novo não constituem pólos estanques – admitem-se graus em cada parâmetro; além de ser um modelo de análise respaldado não apenas em categorias cognitivas, mas textuais.

Vale salientar que também Chafe (1987, 1992, 1994) reconhece o caráter escalar de informatividade e apresenta a categoria ACESSÍVEL. Do seu ponto de vista, a definição das noções de dado e novo não se sustenta simplesmente nas unidades linguísticas; em consonância com o modelo teórico adotado, de base cognitiva, ele considera a informação como uma propriedade associada às representações mentais dos falantes em relação aos objetos, estados, eventos etc., de forma que os conceitos se localizam em diferentes pontos da consciência. Por isso, de acordo com a disponibilidade, as informações se classificam conforme os estados de consciência: ativo (informação velha); semi-ativo (informação acessível) e não-ativo (informação nova).

Da comparação entre as abordagens, observa-se uma convergência na medida em que os autores reconhecem o papel do contexto situacional como um meio de trazer à memória do ouvinte determinadas informações que irão contribuir para a organização do discurso, tanto que, seja na proposta de Chafe (1987, 1992, 1994) seja na de Prince (1981), há referência à categoria de informação ACESSÍVEL/INFERÍVEL. A divergência situa-se na ênfase dada a um dos fatores determinantes da estruturação do discurso – enquanto o primeiro autor acentua que a capacidade inferencial é fundamental para essa estruturação; a segunda toma como ponto de partida o texto, o que implica observar como as sequências linguísticas se dispõem para fazer o texto progredir. Para Prince (1981), informação nova é aquela que, no momento da enunciação, é mencionada pela primeira vez; e informação velha é a que representa a segunda menção no texto.

É oportuno destacar que a relação entre ordem e fluxo informacional é tematizada por Paiva (1991) em sua tese, especificamente sobre ordenação de cláusulas causais. Na sua análise, a autora categoriza as informações expressas na cláusula adverbial em quatro tipos: NOVA, INFERÍVEL, DISPONÍVEL e VELHA. O primeiro corresponde à informação introduzida no momento da enunciação; o segundo, em informação deduzida de outra anteriormente mencionada; o terceiro tipo compreende informações que fazem parte de um esquema construído tendo por base conceitos, crenças, compartilhados a partir da realidade física ou cultural – esse tipo tem correspondência com a categoria ACESSÍVEL proposta por Chafe (1987, 1992, 1994); já o último tipo de informação corresponde à informação já mencionada.

Passo agora à análise dos dados desta pesquisa, lembrando que o recorte de 20% da totalidade de ocorrências corresponde a uma amostra constituída de 77 (setenta e sete) orações, das quais 64 (sessenta e quatro) se apresentam sob a forma reduzida e 13 (treze), sob a forma desenvolvida. Para a categorização das orações quanto à informatividade, adoto a

nomenclatura: informação NOVA, VELHA E ACESSÍVEL, este último termo sendo utilizado tanto em referência a informações recuperadas com base em pistas textuais (ou o cotexto), quanto em referência a informações acionadas durante a construção e interpretação textuais pelos interlocutores, a partir da situação mais ampla – conhecimentos sócio-histórico-culturais.

Ao tomar as cláusulas adverbiais como alvo para verificação do estatuto informacional, busco descobrir: i) se se confirma a premissa de que, no processo comunicativo, a ordem de ocorrência das informações, no período, segue a direção do menor para o maior grau de informatividade, em outras palavras, na oração matriz estaria situada a informação velha, e na adverbial que viria a ela posposta estaria situada a informação nova; e ii) nos casos em que há alteração nessa rota, o que determinaria a ruptura.

Os dados sob observação confirmam a tendência acima referida. Nas tabelas abaixo, quantifico as ocorrências de orações nessas três posições, fazendo a correlação com o estatuto informacional. No final da seção apresento a distribuição das ocorrências conforme os diferentes matizes semânticos.

Tabela (12): Relação entre ordem e estatuto informacional – orações **reduzidas**

Ordem/estatuto informacional	NOVA	VELHA	INFERÍVEL
Anteposta	2	5	1
Intercalada	5		-
Posposta	31	3	17
Total = 64	38	8	18

Tabela (13): Relação entre ordem e estatuto informacional – orações **desenvolvidas**

Ordem/estatuto informacional	NOVA	VELHA	INFERÍVEL
Anteposta			1
Intercalada			
Posposta	8	1	3
Total = 13	8	1	4

Como demonstram as tabelas, no recorte de 77 (setenta e sete) ocorrências oracionais, não só predominam orações que se posicionam à direita da matriz, como elas trazem, sobretudo, informação NOVA - 39 (trinta e nove), somando-se as 31 (trinta e uma) reduzidas

e as 8 (oito) desenvolvidas, embora esse tipo de informação também ocorra nas posições *intercalada e anteposta*, resultando em 46 (quarenta e seis) ocorrências. Passo à análise dos excertos representativos de cada situação, iniciando pela posição anteposta, depois a intercalada e a posposta:

(165) “[...] Henrique Meirelles planeja escrever um livro sobre os seus anos como presidente do BC. Ah, o livro do doutor Meirelles! Será que se vai revelar quem foi o grande empresário que irrompeu em sua sala nos primeiros dias de governo Lula, em 2003, e, **sem cumprimentar** o ocupante, foi logo dizendo: “Eu quero a minha inflação, eu quero a inflação que Lula me prometeu? [...]”. (VJ, E, 29/12/10)

(166) “[...] Já existem em países adiantados intelectuais, pensadores, pesquisadores, cientistas pagos simplesmente para pensar, criar, inventar, descobrir. Um deles, meu conhecido, cujo hobby é tocar piano, conseguiu, **sem ter de pedir**, uma sala enorme à prova de som, para tocar altas horas ou de dia, sem incomodar vizinhos”. (VJ, A, 16/02/11)

(167) “**Época** – O que os músicos ganham com isso?

Minckzuk – Não estamos fazendo avaliações **sem dar nada** em troca. O piso salarial vai aumentar de R\$ 6.200 para valores entre R\$ 9 mil e R\$ 11mil. Atualmente tenho 13 posições abertas na orquestra. [...]” (ÉP, E, 21/03/11)

Em (165), a informação nova, relativa à atitude de um indivíduo quando da entrada em um recinto, é antecipada provavelmente pelo fato de o escritor querer por em destaque algo que contraria sua expectativa. Trata-se de uma informação subsidiária que orienta o leitor quanto à percepção do ponto de vista do escritor, possivelmente de reprovação. Em (166), por meio da oração intercalada, o escritor inclui uma informação que também revela contraste de expectativas – a inexistência de um pedido para obtenção de uma sala, informação que tem caráter de comentário. Do mesmo modo, em (167), a informação complementar registrada na oração subordinada sinaliza para os benefícios concedidos aos músicos que se submetem a avaliações, em resposta a um questionamento feito, ou seja, há uma qualificação do processo avaliativo, ideia que é detalhada logo em seguida.

Apresento, a seguir, excertos ilustrativos da categoria “informação INFERÍVEL” nas posições anteposta e posposta, respectivamente. Os trechos sublinhados compreendem as informações que servem de pista para a compreensão do conteúdo da oração subordinada:

(168) “Essa imprensa sem algemas é essencial para o crescimento de uma nação, coluna principal de qualquer democracia, sinal de um povo maduro e autônomo. Mas estão se levantando sobre nós nuvens, sombras, ameaças de um controle da imprensa que nos deixaria infantilizados, quando precisamos de informação isenta para manifestar nossa vontade nas urnas. Não dá mais para acreditar na cegonha: **sem saber** exatamente o que acontece, não vamos poder agir. E a gente precisa cuidar do nosso próprio destino, com liberdade e honra – como merecemos”. (VJ, A, 29/09/10)

(169) “Mais uma vez, é preciso que a consciência da população leve os políticos a rever seus conceitos, a frear o ímpeto de desconstruir os avanços da legislação ambiental, fruto do esforço de diversos segmentos da sociedade brasileira ao longo dos tempos. O país tem milhões de hectares de área agricultável, em condições de aumentar em muito sua produção agrícola sem destruir o que nos resta de cobertura vegetal nativa, seja no cerrado, na caatinga, na Mata Atlântica ou na Amazônia.

[...] O Brasil precisa investir fortemente na economia de baixo carbono. Tendo a visão e os processos, podemos criar as novas estruturas, **sem desprezar** o que já se construiu do ponto de vista da legislação e das instituições. O Brasil dispõe de enorme vantagem, em termos globais, no que diz respeito à riqueza ambiental” (VJ, Ed. Esp., A,12/12/10)

Em (168), o conteúdo do parágrafo destaca a contribuição dos meios de comunicação para a formação de opinião, daí a necessidade de informações isentas que dêem suporte para que as pessoas votem com consciência. Nessa perspectiva, ao enunciar uma condição que não satisfeita impede que se tome uma atitude consciente, através da oração “sem saber exatamente o que acontece”, o escritor, embora não repita a informação anterior, reforça o que fora mencionado. Em (169), há menção às condições ambientais do Brasil, às conquistas legais alcançados nesse terreno, além das possibilidades de mudanças estruturais, com destaque, na oração adverbial posposta, para que se respeitem as decisões já acatadas. Essa última informação não havia aparecido explicitamente no contexto anterior, mas é decorrente das ideias que vinham sendo desenvolvidas nos parágrafos precedentes.

Quanto à informação classificada como VELHA, normalmente presente nas orações antepostas, conforme ilustram os trechos em (170) e (171), também pode ocorrer na posição posposta, como revelam os fragmentos expostos em (172) e (173) abaixo:

(170) “**Época** – O plástico oxibiodegradável não é biodegradável. Só vira pó. Por que alguns fabricantes dizem que ele seria melhor para o ambiente?

Bahiense – **Sem entrar** no mérito do que é mais ou menos prejudicial ao meio ambiente, a propaganda enganosa, sem dúvida, depõe contra o setor”. (ÉP, E, 02/05/11)

- (171) “Na década de 80, num Brasil imprevisível, qualquer previsão econômica parecia impossível. **Sem prever**, para que planejar? Já que não conseguíamos vislumbrar o que viria, acostumamos a viver como se não houvesse amanhã. [...]” (IÉ, A, 23/11/2011)
- (172) “**Época** - Embora a morte faça parte da rotina dos médicos, eles evitam refletir sobre ela?
Santos - Os médicos, assim como toda a sociedade, têm fobia da morte. É esse medo de falar de morte que emperra também a expansão dos cuidados paliativos no Brasil. Não dá para falar em cuidados paliativos **sem falar** em morte. O ocidente lida muito mal com a morte. [...]”. (ÉP, E, 19/04/2010)
- (173) “A autonomia dos estados nos ICMS e a bagunça federal não podem continuar a agravar o caos tributário e a inibir o crescimento. O IVA (imposto sobre o valor agregado) resolveria praticamente todos os problemas, incluindo o da competitividade das exportações.
 Não há reforma tributária digna desse nome **sem enfrentar** essa situação. A saída é o IVA com gestão e normatização partilhadas entre todos os membros da federação”. (VJ, A, 23/03/11).

Em (170) e (171), ao mesmo tempo em que as orações adverbiais introduzem um assunto, mantêm uma ligação direta com a informação precedente – no primeiro caso, o entrevistado retoma a parte final da pergunta como suporte para avaliar o papel da propaganda, já no segundo, o escritor introduz uma pergunta a partir da situação descrita na oração anterior. Nos dois últimos casos, as informações subsidiárias sintetizam um raciocínio – em (172), toda a discussão gira em torno do prejuízo que causa o medo da morte, porém o autor destaca, na oração adverbial, a impossibilidade de fugir desse tema; e em (173), ao se referir à necessidade de enfrentamento de um problema, o escritor usa o termo “situação”, que recupera toda informação expressa no parágrafo antecedente.

Devo lembrar que as orações adverbiais que se apresentam sob a forma desenvolvida evidenciam o mesmo comportamento descrito em relação às estruturas reduzidas. A seguir, apresento duas tabelas – uma relativa às orações reduzidas e outra às desenvolvidas – nas quais aponto o estatuto informacional das orações conforme a ordem de ocorrência (anteposta, posposta e intercalada, doravante A, P, I) e o valor semântico.

Tabela (14): matizes semânticos das orações **reduzidas** e sua relação com a ordem e estatuto informacional

Estatuto informacional	Concessão			Modo			Neg. de consequência			Condição			Adição		
	A	P	I	A	P	I	A	P	I	A	P	I	A	P	I
NOVA = 38	1	12	3	1	11	2		3			1			4	
VELHA = 8	4							2		1	1				
INFERÍVEL =	2	2			3			8		1	2				

18														
Total 20% = 64	7	14	3	1	14	2		13		2	4			4

Tabela (15): matizes semânticos das orações **desenvolvidas** e sua relação com a ordem e estatuto informacional

Estatuto informacional	Concessão			Modo			Neg. de consequência			Condição		
	A	P	I	A	P	I	A	P	I	A	P	I
NOVA = 8		5						2			1	
VELHA = 1					1							
INFERÍVEL=4	1				1			2				
Total 20% = 13												

Diante dos dados, é possível afirmar que a posição *posposta* favorece a presença de informação NOVA, seguindo-se informação INFERÍVEL; já a posição *anteposta* informações VELHAS/INFERÍVEIS, o que confirma o percurso descrito em outras pesquisas sobre ordenação de cláusula: **informação velha > informação nova**. Uma justificativa para isso pode ser, como diz Azevedo (2002, p. 17), o fato de existir, no aspecto cognitivo “uma pressão para que as informações velhas ou conhecidas antecedam as novas, de modo a facilitar um acompanhamento do fluxo do discurso.” Esse autor esclarece que, em virtude de as orações novas não poderem estabelecer relações anafóricas¹⁴¹, provocam uma ruptura no pensamento, razão de não poderem aparecer antepostas; quanto às pospostas, requerem um *status* que assegure a manutenção do tópico discursivo. E em se tratando das orações intercaladas, conclui o autor que a atribuição do *status* informacional a esse tipo de oração tem relação com o seu deslocamento, pois “ela pode retardar o conhecimento dos elementos textuais ou de contexto que poderiam servir para tornar a oração velha ou inferível e ela recebe o *status* de nova.” (AZEVEDO, 2002, p. 29)

Na sequência, trato de dois outros conceitos também interrelacionados ao de estatuto informacional, já que dizem respeito ao modo de empacotamento da mensagem – o de *fluxo de atenção* – que tem relação com o conceito de dinamismo comunicativo proposto por Firbas (1974) e o de *relevo discursivo*, que implica as noções de figura e fundo. É importante frisar que o segundo é condicionado pelo primeiro, uma vez que o modo como o falante ordena os constituintes é um dos mecanismos utilizados para salientar uma informação.

¹⁴¹ A partir de um estudo em torno da mobilidade de orações adverbiais finais em que analisa a relação entre a ordem e o estatuto informacional, Azevedo (2002) observa que, dada a função anafórica e catafórica dessas orações, quando antepostas, há um enfraquecimento do sentido de finalidade, considerando o fato de o contexto possibilitar a inferência de outras relações retóricas.

4.2 Fluxo de atenção e sua relação com as noções de figura e fundo

Ao tratar da hipotaxe adverbial, no capítulo II, citei uma afirmação de Neves (2006) relativa à aferição de importância de uma informação – se nuclear ou subsidiária. A autora destacava que essa era uma decisão determinada na interação, sendo também apoiada em expectativas do falante quanto à interpretação, pelo ouvinte, das estruturas linguísticas. Logo, no processo de elaboração textual, o falante atende a regras pragmáticas que irão incidir na escolha dos meios linguísticos que viabilizarão/mediarão a atividade comunicativa.

Pezatti (1994), abordando a ordem dos constituintes, esclarece que, dependendo do tipo de verbo presente na sentença – se transitivo, intransitivo existencial ou intransitivo não-existencial, há duas ordens naturais e não marcadas: SV (O) e VS. Mas não só aspectos categoriais definem o modo de organização dos constituintes, também fatores pragmático-discursivos estão envolvidos nesse processo. A autora, reportando-se a DeLancey (1981), afirma que uma sentença descreve um evento real ou imaginário, e quando isso ocorre, os papéis dos participantes no universo do discurso são definidos, formando um padrão ou cenas prototípicas. Por outro lado, no âmbito comunicacional, os elementos que constituem o evento não têm a mesma importância, o que se deve à intervenção de dois fatores – o *fluxo de atenção* e o *ponto de vista*, parâmetros que “contribuem para determinar o interesse relativo de várias entidades envolvidas no evento real” (PEZATTI, 1994, p. 43). Essas duas noções são de natureza psicológica e refletem estratégias perceptuais, mas também podem se aplicar a mecanismos linguísticos; por isso podem existir duas ordens: uma natural e uma linguística.

A ordem natural, segundo Pezatti (1994), tem relação com a ordenação temporal de fases do evento, devendo os SNs na sentença estarem organizados de modo a repeti-la. Se o fluxo de atenção linguístico não reproduz o fluxo de atenção natural é porque houve interferência de motivações especiais, tornando o fluxo de atenção linguístico fortemente marcado. A trajetória do fluxo de atenção linguístico é da esquerda para direita, de modo que o elemento considerado o *ponto de partida* corresponde ao *tópico* (ou a *origem*, na perspectiva da ordem natural) e o elemento seguinte, o *objetivo*, corresponde ao *comentário* (ou à *meta* na ordem natural). Mesmo quando o verbo é intransitivo, em que não existe um ponto de origem, mas apenas a meta, preserva-se a ordem natural, sendo a meta o ponto final. Nesse caso, a sentença apresenta o comentário ou o objetivo do discurso.

As duas ordens mencionadas correspondem a um dos mecanismos gramaticais capazes de indicar o relevo discursivo, ou seja, identificar uma sentença como figura e outra como fundo. A esse mecanismo somam-se outros: uso de partículas discursivas em pontos

estratégicos que sinalizem para o ouvinte que a oração corrente ou subsequente é fundo ou figura; configuração de paradigmas verbais (tempo e aspecto)¹⁴² e ainda o grau de transitividade da sentença. Esse último recurso é apontado por Hopper e Thompson (1980), que concebem haver estreita relação entre o relevo e o grau de transitividade da sentença. Para os autores, quanto mais alto o grau de transitividade da sentença mais ela é considerada figura.

Antes de caracterizar cada uma dessas noções, Pezzatti (1994) reporta-se a Guillaume (1966), que apresenta os fundamentos desses conceitos. Nos termos do autor, não há pensamento ou ação possíveis se as estruturas possíveis são apresentadas no mesmo plano, sem relevo psíquico; a percepção do objeto depende da existência de diferenças da intensidade entre as partes que compõem um campo. Significa dizer que “Todo objeto sensível não existe senão em relação a um fundo”¹⁴³ (PEZZATI, 1994, p. 45).

Em relação à língua, a organização das sentenças também obedece, segundo Pezzatti (op. cit.), a uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade, atendendo às necessidades dos interlocutores – o locutor tem seus objetivos comunicativos, mas, ao organizar as informações, tem expectativas quanto às necessidades do ouvinte. Nesse sentido, determinadas partes do discurso consideradas mais importantes se destacam de outras que lhe dão suporte. As informações que representam pontos centrais são chamadas de figura (*foreground*) e aquelas que ampliam, esclarecem os objetivos da comunicação, são chamadas de fundo (*background*). Analisar a organização discursiva consiste em observar os *planos discursivos*, o que implica definir o que está em primeiro e em segundo planos do ponto de vista das intenções comunicativas. Conforme Hopper (1979), a figura corresponde ao esqueleto do texto, à informação principal; e o fundo constitui a moldura, contemplando as informações subsidiárias.

¹⁴² A respeito da correlação entre as noções aspectuais e os planos discursivos, Araújo e Freitag (2012) esclarecem que, no texto **narrativo**, quando o falante quer focar a atenção para a situação como um todo, dispõe da forma verbal *pretérito perfeito*, que é prototipicamente, a marca do aspecto perfectivo (figura); já quando o relevo recai nos detalhes, ele dispõe da forma verbal *pretérito imperfeito*, que representa o aspecto imperfectivo (fundo). Mas no caso do texto opinativo, não há uma configuração temporal distinta – a forma verbal predominante é o presente, de modo que não há mecanismos regulares quanto à alternância de tempo verbal, para expressar a noção de aspecto, que definam claramente a oposição figura/fundo.

¹⁴³ De acordo com Guillaume (1966), essa premissa é válida não apenas para objetos visíveis, mas para todo objeto ou fato sensível. Três situações são apresentadas para ilustrar a oposição figura/fundo: o caso da cor, do som e de objetos. Assim, duas cores quando postas uma sobre a outra, mesmo que apresentem tom uniforme, são facilmente perceptíveis desde que haja uma diferença de claridade, ainda que leve, pois essa leve diferença é responsável por estabilizar a percepção. Da mesma forma, um som se destaca de um fundo que apresente outros ruídos ou de um fundo de silêncio, como também pode um objeto se destacar de um fundo luminoso ou escuro.

Considero oportuno referir-me aqui à noção de **relevo**, que, segundo Travaglia (2002, p.76), consiste em um recurso de organização textual que atende a duas funções: i) colocar elementos do texto em proeminência (relevo positivo); ou ocultar elementos em relação a outros (relevo negativo), de modo que os elementos do texto teriam, quanto ao relevo, “um ‘status’ proeminente, normal ou rebaixado”. Nessa perspectiva, o contraste figura/fundo é caracterizado como um dos meios de evidenciar a relevância temática, constituindo um dos quatro tipos¹⁴⁴ de relevo positivo.

Parafraseando Pezatti (1994, p. 46), as orações que configuram a porção **figura** assim se caracterizam: i) representam a linha principal de progressão do discurso, em ordem lógica, mas não necessariamente cronológica; ii) conservam o mesmo sujeito, mas introduzem material novo no predicado; iii) permitem a continuidade tópica e iv) implicam dinamicidade. Quanto à porção **fundo**, i) podem situar-se em qualquer ponto do discurso, desobedecendo a ordem lógica; ii) favorecem a constituição do cenário, na medida em que dão base às informações que formam o eixo principal; iii) permitem troca de sujeitos, já que favorecem mudança de tópico, introduzindo, por conseguinte, informação nova; iv) implicam estaticidade, refletindo situações descritivas e aspecto imperfectivo; v) possibilitam a compreensão dos motivos e atitudes do falante, por meio das situações ou estados descritos.

Convém ressaltar dois pontos em relação a essas porções textuais: i) tanto quanto as noções de dado e novo, as noções figura e fundo envolvem gradiência; essa é uma característica apontada por Silveira (1990), para quem informações tomadas como fundo se apresentam sob formas divergentes, podendo algumas delas se aproximarem da figura, enquanto outras se distanciam desta; e ii) embora grande parte das análises em torno dos planos discursivos se voltem para textos narrativos, alguns autores, dentre os quais Martelotta (1998), Nascimento (2009), Haido (1996) argumentam que esse tipo de análise também se aplica ao texto opinativo.

Enquanto Silveira (1990) classifica cinco graus de fundidade¹⁴⁵, ilustrando sua aplicabilidade ao texto narrativo, Haido (1996), de outro modo, não se prende a essa

¹⁴⁴ Os outros tipos de relevo a que o autor se refere são: “organização das informações em termos de informações essenciais e secundárias”; “indicação de relevo pragmático de uma situação, de algo do texto ou para um ponto de referência”; e “os fatos de focalização, por meio dos quais se dá destaque a um tipo de elemento do texto”. (TRAVAGLIA, 2002, p. 78-79)

¹⁴⁵ Os cinco níveis de fundidade reveladores da natureza da cláusula suporte são: nível (1) - refere-se às orações que mais se aproximam das orações que atuam como figura, apresentando informações concretas do evento; nível (2) – refere-se às orações que especificam o contexto em que ocorrem os fatos, por meio das circunstâncias de tempo, modo e finalidade; o nível (3) – contempla as orações que especificam/ampliam um referente ou processo por meio de orações adjetivas; o nível (4) – orações que expressam inferências de causa, consequência,

propriedade, e sim à análise das funções discursivas. Assim, as porções definidas como *fundo* se classificam em: fundo de *justificativa*, de *exemplificação*, de *testemunho*, de *contextualização* e de *digressão*. Subjacente a essa proposta de Haido (op. cit.) está a ideia de que, no texto opinativo, as opiniões, ou a linha mestra do discurso, correspondem à figura e os argumentos que dão sustentação às opiniões correspondem ao fundo. Logo, a porção que atua como figura compreende as ideias defendidas pelo autor, e aquela que atua como fundo compreende as informações que servem de apoio à argumentação.

Um trabalho que tenha como meta a investigação dos graus de fundidade das orações requer a observação acurada seja do tempo e do aspecto verbais¹⁴⁶ seja da transitividade da sentença, seguindo a proposta de Hopper e Thompson (1980); por outro lado, os resultados da pesquisa realizada por Araújo e Freitag (2012) apontaram que a categoria tempo/aspecto não teve influência na delimitação figura/fundo, nos textos de opinião, devido à inexistência de padrões sistemáticos que determinassem sua codificação, pois, como afirmado, o predomínio da forma verbal no presente termina por inviabilizar a delimitação dos planos discursivos. Ou seja, esse parâmetro não serve como critério para marcar os planos em textos dessa natureza, motivo pelo qual não me atenho a esse aspecto no trabalho ora empreendido.

Diante da amostra de dados apresentada por Haido (1996), observei que as estruturas que ilustram a porção *fundo*, embora não abarquem exclusivamente as cláusulas adverbiais, incluem tal modelo. Por essa razão, no tópico a seguir, antes de analisar os dados sob essa perspectiva, teço considerações sobre essa propriedade das orações adverbiais.

4.2.1 Orações adverbiais e o planejamento discursivo: funções textuais-discursivas do plano discursivo fundo

Neste tópico realço uma característica das orações adverbiais que permite ativar a discussão em torno da mobilidade posicional que lhes é peculiar – constituir-se como *opção organizacional do discurso*. Essa propriedade, como já mencionado no capítulo III, é responsável pela distinção desse modelo oracional, também referido por hipotaxe, das orações

acréscimo de informações suplementares e ainda relação de adversidade, caso em que se apresenta um fato que contraria o anterior; por fim, no nível (5), situam-se as orações que revelam as opiniões do falante em relação ao fato relatado, incluindo resumos, conclusões e dúvidas.

¹⁴⁶ Os trabalhos que tratam de figura/fundo, segundo Travaglia (2002, p. 79), condicionam essa relação ao aspecto, ao tempo ou ao modo verbal. Assim, esse contraste “seria sempre função das formas e categorias verbais”. Por outro lado, na análise de textos do português falado, esse autor procura avaliar o relevo, atentando para o desenvolvimento do tópico discursivo, já que o contraste figura/fundo estaria ligado à relevância temática.

completivas e adjetivas restritivas (subordinadas propriamente ditas), já que não configuram um argumento com função selecionada por um item lexical. Ou seja, ao contrário das subordinadas, não estão em relação de constituição.

Reitero, em conformidade com Decat (2011), que a abordagem das funções discursivas das orações adverbiais representa uma busca de incorporar à análise linguística o componente pragmático, ladeando os componentes sintático e semântico. Nessa perspectiva, se no tópico precedente foi aventada uma possível correlação entre a ordem das orações e os valores semânticos por elas expressos, cabe aqui demonstrar que, no processo de organização das ideias, o usuário da língua, face à intenção de ser coerente, atenta não apenas para a microestrutura textual mas também para a macroestrutura, ou o *nível discursivo*¹⁴⁷, de modo a viabilizar a compreensão do texto. Comungam com essa visão Haiman e Thompson (1984, apud DECAT, 2001, p.148), segundo os quais a mobilidade das cláusulas adverbiais se explica em função “da *iconicidade* em termos da ordem dos eventos e em termos das funções discursivas” (grifo dos autores), estando as opções organizacionais condicionadas à intenção do falante ao transmitir a mensagem.

No que concerne particularmente à função de organização textual, Azevedo (2002), apoiando-se nas descobertas de Thompson (1985) e Chafe (1984), afirma ser essa uma atribuição das orações antepostas. E acrescenta, reportando-se a Givón (1993), que as orações antepostas ao mesmo tempo em que servem para introduzir um período, mantêm um vínculo com a porção textual antecedente – caráter de projeção e retomada que, nos termos de Azevedo (2002), diz respeito a uma função *coesiva*, referida por Givón (1993) pela denominação “ponte de coerência”, dada a ligação entre duas porções textuais.

Do cotejo das proposições relacionais¹⁴⁸ e as possibilidades de colocação das orações satélites, Decat (2011) identificou uma certa regularidade de ordenação, concluindo que enquanto certas proposições relacionais são propensas a localizar um evento no tempo e no espaço, outras têm a função de orientar discursivamente o interlocutor seja para a porção

¹⁴⁷ Já destaquei, no capítulo II, que a caracterização da hipotaxe adverbial ultrapassa a observação da configuração sintática das orações. Nesse sentido, a abordagem das funções discursiva é uma área de investigação de funcionalistas voltados para a teoria da Estrutura Retórica dos Textos (*Rhetorical Structure Theory – RST*). Dentre os estudos realizados, cito os de Haiman e Thompson (1984), Mann e Thompson (1983, 1988); Matthiessen e Thompson (1988).

¹⁴⁸ Embora no capítulo II já tenha sido fornecido o conceito de *proposições relacionais*, que correspondem ao significado inferido da combinação entre partes do texto, vale salientar aqui, ancorada em Decat (2011), que as porções do enunciado que mantêm qualquer dos tipos de relação – tempo, condição, concessão, etc. – não se apresentam necessariamente sob a forma oracional. Assim, no enunciado: “Leite com manga, morre”, independentemente da presença de um verbo e de um conectivo na primeira porção do texto, é possível inferir da combinação entre as partes do texto uma proposição relacional de condição.

anterior seja para a porção subsequente no texto. Mas alerta que há situações em que o reconhecimento das proposições não é suficiente para explicar a posição das orações. Significa que não necessariamente há uma correspondência entre o tipo de relação semântica envolvida na articulação e a ordem, razão por que se faz necessário investigar a que funções discursivas a oração adverbial está servindo¹⁴⁹.

Devo esclarecer que não é interesse desta pesquisa delimitar os graus de fundidade das orações sob análise; como parto do pressuposto de que essas cláusulas, por funcionarem como satélite, constituem prioritariamente fundo – ainda que a essa característica se agreguem as funções de tópico, de adendo, enfim, funções que sinalizam também papel coesivo –, interesse-me por identificar as funções textuais-discursivas assumidas por elas.

Conforme Decat (2011), as orações satélites exercem papel preponderante no planejamento textual, pois, dependendo do propósito comunicativo, elas podem atender a uma função mais geral, atuando como *moldura*, ou seja, como informação necessária à compreensão da informação expressa na oração-núcleo, a qual se nomeia *fundo*. Orações que se prestam a essa função de base ocorrem com frequência na posição posposta, podendo ainda virem intercaladas, agregando a função de *avaliação*, muito comum nas orações concessivas. Vale ressaltar que outras funções, tais como as de *guia*, de *ponte de transição*¹⁵⁰ e ainda a de *tópico*, que ocorrem na posição anteposta, não deixam de se caracterizar como fundo.

Como essas categorias funcionais têm forte representatividade nos dados coletados para análise, passo à exposição dos fragmentos textuais ilustrativos de cada uma delas, iniciando pela função de *guia*, representada, sobretudo, pelas orações antepostas, a exemplo de (174), (175) e (176):

- (174) “[...] Dilma promete esclarecer fatos incômodos da história recente. Não é revanchismo. É uma tentativa honesta de resgatar nossa caixa-preta no oceano. **Sem colocar** em questão a Lei da Anistia, Nalu acha, porém, que o Brasil precisa de um julgamento simbólico, “com os nomes de todos os torturadores”. (ÉP, A, 25/04/11)

¹⁴⁹ No estudo realizado por Azevedo (2002) relativamente às orações adverbiais finais, as funções discursivas identificadas pelo autor foram as de *resumo*, *conclusão*, *comentário/ressalva* e *comprovação*. Em se tratando das orações intercaladas, afirma o autor que, tanto quanto as antepostas, elas podem agregar mais de um sentido; duas funções foram apontadas: *ressalva* e *justificativa*.

¹⁵⁰ “Ponte de transição” e “Ponte de coerência” são nomenclaturas que reportam à função de organização textual, característica das orações antepostas. Como afirmado, Azevedo (2002) avalia essa função como sendo coesiva; Decat (2011) utiliza a expressão “coesão discursiva”, justificando que é o discurso maior e não a sentença que irá permitir o reconhecimento da função da oração adverbial. Esse sentido se aproxima do valor atribuído por Givón (1993).

(175) “[...] Numa luta sem tréguas contra a marginalidade, implantando de maneira planejada e sistemática, as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o Rio de Janeiro está fazendo história pelos morros e vielas antes dominados por organizações criminosas. Com a operação do último domingo, **sem disparar** um tiro sequer ou **derramar** sangue, o poder público fluminense resgatou um dos maiores pólos de desigualdade social do país, abandonado há décadas por sucessivos governos. [...]” (IÊ, Editorial, 23/11/11)

(176) “[...] Olhando para trás, de preferência nos livros de Elio Gaspari sobre a história da ditadura, fica evidente que ela trincou definitivamente em 1977, quando o presidente Ernesto Geisel, no feriado de 12 de outubro, demitiu o general Sylvio Frota da dupla função de ministro do Exército e candidato dos quartéis a sargento-mor do regime.

Sem que os políticos dessem um pio ou as ruas se manifestassem, rompeu-se ali seu condão de perpetuar o regime. Perdendo o poder de sagrar presidentes, o Exército deixou de mandar na República”. (IÊ, A, 29/09/2010)

Sob o critério semântico, as três situações ilustradas evidenciam relações *concessivas*; mas, sob o parâmetro pragmático, são orações utilizadas com o propósito de preparar o leitor em relação à informação subsequente, ou seja, de guiar a leitura. Em (174), cujo tema é a elucidação dos crimes da época da ditadura, a oração anteposta tem caráter de ressalva, no sentido de chamar a atenção para o fato de que não é a questão da anistia que está em foco, embora seja uma informação não menos importante, pois o que interessa é que ocorra o julgamento dos torturadores, mesmo que simbólico, sendo essa a informação essencial. Nos dois últimos fragmentos, as orações antepostas têm uma propriedade comum – situam os acontecimentos, atuando como cenário. Em face do propósito de mostrar que a solução dos fatos descritos na oração nuclear ocorreu de maneira pacífica – seja a operação das Unidades de Polícia Pacificadoras, quando do confronto com traficantes nos morros da Rocinha, no Rio de Janeiro, em (175), seja a perda de poder do Exército em (176), as orações adverbiais são antecipadas como forma de comprovar o que se afirma na oração nuclear.

Ainda na posição anteposta, também é visível nos dados a função de *ponte de transição*. Eis algumas evidências:

(177) “O ano de 2012 promete, no mínimo, ser agitado. [...]”

Cientistas sociais (incluindo os economistas) e analistas políticos em geral não são bons em profecia. O máximo que conseguimos, como certa vez dissera o historiador Fernand Braudel, é ser “profetas do passado”. Mas se pode usar o aprendizado adquirido ao longo dos anos para enfrentar melhor o futuro. [...]

Uma primeira lição do passado é de que não há grande crise econômica que não seja, na essência, uma questão política. Assim, foi na década de 1930 e assim é

agora. (...) Também cabe perguntar se os europeus consideram que podem ter um padrão de vida invejado por todos – e o que fazer para tornar isso crível.

Sem levar em conta essas questões mais gerais, a Zona do Euro – e mesmo os outros países que compõem a União Européia – balançará segundo os humores do mercado em 2012, não tendo a capacidade de definir sua própria história”. (ÉP, A, 19/12/11)

- (178) “[...] Essas perguntas conduzem-nos, inevitavelmente, a duas conclusões fundamentais. Primeiro, e principalmente, fica claro que já passou da hora de mudar o sistema cujo funcionamento propicia todas essas distorções. Pois não é admissível que um país do tamanho, complexidade e nível de desenvolvimento do Brasil continue sendo administrado por caciques políticos sem preparo, competência ou conhecimento específico, muito mais empenhados em fortalecer suas máquinas partidárias para a próxima eleição do que em preparar o país para a próxima geração. [...]

Sem querer aliviar em um grama sequer o peso da primeira conclusão, é preciso admitir que não é nem justo nem inteligente atribuir todos os problemas nacionais a um punhado de políticos em Brasília. É ingênuo acreditar que bastaria aprovar algumas leis adicionais para resolver todos esses avanços”. (VJ, CL, 28/12/11).

Nos dois casos citados, ao mesmo tempo em que as orações antepostas introduzem um novo tópico, viabilizando a progressão temática, ou seja, assumindo uma função catafórica, elas mantêm um vínculo semântico com a porção textual antecedente – que, muitas vezes, não é uma sentença, mas um ou mais parágrafos. No primeiro texto, até chegar à conclusão de que a Zona do Euro, em 2012, balançará segundo os humores do mercado, o escritor lista uma série de questões relacionadas à economia e à política que influenciam o sucesso ou a crise financeira dos países, questões que, por serem gerais, não comprometem a conclusão do escritor.

Do mesmo modo, no segundo texto, a ideia que transcorre todos os parágrafos diz respeito à necessidade de mudança no sistema de ocupação de cargos na administração pública, sob o argumento de que o país está sendo comandado por políticos incompetentes cuja razão de se manter no posto seria a de fortalecer as máquinas partidárias na eleição. Provavelmente no intuito de preservar sua face, o escritor introduz um novo tópico que direciona para a reflexão em torno do problema apontado, numa esfera mais ampla, e não apenas no âmbito político; antes, porém, de apresentar a oração nuclear “é preciso admitir...”, o escritor faz uma ressalva, por meio da oração adverbial anteposta, que, embora sinalize para a atenuação da acusação feita, revela sua insatisfação.

Logo, nos dois textos mencionados, a oração anteposta atua em duas direções – retrospectiva e prospectivamente. Esse atributo da oração anteposta de promover mudança no fluxo informacional, seja para introduzir uma informação totalmente nova ou um desdobramento da anterior, é responsável pela caracterização dessa oração como *tópico*.

Paralelamente a essa função de *tópico*, Decat (2011) apresenta a função de *foco*, que consiste em pôr em destaque um determinado segmento da estrutura oracional. Conforme a autora, a informação saliente concretiza-se como “realce, avaliação, ênfase, argumentação, etc.” (DECAT, 2011, p. 144). Na sequência, apresento outros excertos, dessa vez com orações intercaladas e pospostas que constituem um acréscimo informacional – quer um reparo, um esclarecimento, incidindo sobre um alvo.

(179) “Como melhorar a educação num país onde, na fase mais importante da educação para as crianças, os professores – **sem desmerecer** nenhuma profissão – ganham menos que uma diarista?” **Rubiano de Lara - Turvo, PR** (ÉP, E, Ed. esp. - 01/11/2010)

(180) “[...] A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que a depressão será a doença mais comum do mundo em 2030 – atualmente, 121 milhões de pessoas sofrem do problema. Para o psiquiatra mineiro Miguel Chalub, 70 anos, há um certo exagero nessas costas. Ele defende que tanto os pacientes quanto os médicos estão confundindo tristeza com depressão. “Não se pode mais ficar triste, entediado, porque isso é imediatamente transformado em depressão, disse em entrevista a ISTO É. [...] Mas o despreparo dos demais especialistas não seria o único motivo do que o médico chama de “medicalização da tristeza”. Muitos profissionais se deixam levar pelo lobby da indústria farmacêutica. “Os laboratórios pagam passagens, almoços, dão brindes. Você, **sem perceber**, começa a fazer esse jogo”. (IÉ, E, 26/05/2010)

No questionamento formulado em (179), provavelmente o escritor tem o propósito de valorizar a profissão de professor; mas, considerando que, ao tomar como parâmetro outra profissão, pode ser mal interpretado, por passar a impressão de estar avaliando uma profissão como sendo mais importante que outra, ele insere uma informação que traz um reparo, de modo a realçar a igualdade de valorização de toda e qualquer profissão. Em (180), trecho que de uma entrevista na qual o entrevistado – um médico – faz uma crítica à forma como médicos e pacientes têm encarado a tristeza, o médico apresenta dois fatores que justificam as prescrições de medicamentos – a confusão entre tristeza e depressão e a pressão da indústria farmacêutica; especificamente em relação ao segundo fator, o entrevistado ressalta que o processo está se tornando natural, automático, informação implícita no conteúdo da oração intercalada “sem perceber”.

Tanto quanto as orações intercaladas, orações pospostas também podem realçar um elemento da oração matriz. Algumas vezes, o emprego de partículas que denotam oposição, a exemplo do conector “mas”, ou o emprego do demonstrativo anafórico “isso” reforçam essa característica, favorecendo o reconhecimento dessa função. É oportuno frisar que Azeredo (2000), ao elencar as diversas funções do “mas”, atentou para a função focalizadora desse item diante da expressão de circunstâncias. Nas palavras do autor: “O *mas* pode ainda ser usado como meio de focalização (v. § 366) de uma circunstância:

“*Entre, mas sem fazer barulho* (Cf.: *Entre sem fazer barulho*)”. (AZEREDO, 2000, p. 250)

Situações semelhantes ocorrem no *corpus* em análise, como ilustram os excertos (181) e (182) a seguir:

- (181) “A OPOSIÇÃO ÀS FORÇAS QUE COMANDAM o governo federal vive sua pior crise. [...] Só há duas chances de esse quadro mudar: ou o governo Dilma torna-se um desastre, ou os oposicionistas fazem de seus governos a plataforma para conquistar o eleitorado.

A forma mais efetiva de se chegar aos eleitores é por meio de políticas públicas. Isso ocorre em outras democracias, inclusive nos países desenvolvidos, mas talvez seja mais forte no Brasil porque a maior parte das organizações da sociedade civil tem uma autonomia pequena em relação aos governos. Claro que é preciso perseverar na busca de apoios sociais organizados, usando novos instrumentos, como a internet, *mas sem desprezar* as velhas armas partidárias para alcançar o cidadão comum, como encontros de final de semana nas periferias e nos sertões pelo Brasil afora”. (ÉP, A, 25/04/11)

- (182) “[...] Há vários tópicos que poderiam ser listados como possíveis propostas de reformulação institucional contra os comportamentos antirrepublicanos. [...] O segundo tópico é discutir melhor o conceito de imunidade parlamentar. É preciso propor uma reformulação jurídica que garanta a liberdade do mandato para aqueles que foram eleitos, claro, *mas sem que* isso se transforme em garantia de impunidade para quem cometeu crimes. Eis um tópico mais relevante e democrático do que propor a pena de morte aos políticos como estava escrito num cartaz exposto no comício do Rio de Janeiro dias atrás. Só faltou pedir a volta da ditadura”. (ÉP, A, 26/09/11)

Em (181), quando comenta sobre as crises dos partidos, o escritor, embora admita que a internet é um instrumento de grande importância na busca de apoios sociais organizados, chama a atenção para uma estratégia antiga, mas não menos eficaz – “os encontros de final de semana nas periferias e nos sertões pelo Brasil a fora”, para se aproximar do cidadão comum. E em (182), ao discutir a proposta de reformulação jurídica, o escritor defende a liberdade de mandato para os candidatos que foram eleitos, destacando um

aspecto quanto ao que se deve entender por “liberdade de mandato”, ou seja, que “isso” não implique em garantia de impunidade para quem cometeu crimes. Convém esclarecer que o procedimento de focalização não está condicionado ao uso do “mas”; a oração adverbial, em (183), expressa negação de consequência; mas do ponto de vista pragmático serve ao propósito de justificar uma decisão tomada:

- (183) “Falcão – A decisão do diretório nacional, por 60 a 15 e duas abstenções, acolheu o pedido de filiação, **sem que** isso significasse anistia nem tampouco correção da decisão anterior. Ele foi punido pelos erros políticos que cometeu e o diretório avaliou que Delúbio tinha cumprido prazo suficiente para que pudesse se filiar, [...]” (IÉ, E, 11/05/2011)

Logo, a aceitação do pedido de filiação do parlamentar, na visão do entrevistado, deve-se ao fato de aquele já ter sido punido pelos erros cometidos, e não que tenha havido alteração na decisão anterior.

Além do caráter enfático das orações focalizadoras, é possível depreender nessas orações uma avaliação por parte de quem fala/escreve, pois, conforme já afirmado, as funções comunicativas não são excludentes, tanto é assim que a focalização é uma característica que permeia as orações adverbiais que funcionam como parêntese – as chamadas orações *parentéticas* ou *desgarradas*.

Esse tipo de estrutura, que passo a ilustrar a seguir, caracteriza-se por apresentar um fraco vínculo sintático em relação ao enunciado antecedente ou consequente, razão de Decat (2011) afirmar que são “estruturas tidas como subordinadas e que ocorrem sem a matriz, como um enunciado independente”. São orações que, segundo a autora, constituem uma unidade informacional; logo, correspondem a um ato de fala por si. Por isso, atuam como *adendo*, pois trazem uma informação adicional, um novo argumento que reforça uma informação anteriormente expressa.

Conforme Decat (2011), as orações que mais ocorrem como “desgarradas” são as causais e as concessivas, sobretudo essas últimas, que trazem normalmente uma avaliação. Além disso, a posição é um fator determinante para a compreensão dessas estruturas, tanto que causais e concessivas, quando pospostas, “já são, acredita-se, um indício de ‘desgarramento’.” (DECAT, op. cit., p.150). Na escrita, esse tipo de estrutura ocorre após uma pontuação de final de enunciado. Seguem algumas ocorrências desse modelo estrutural.

- (184) “[...] Júlia também dirigiu *Budrus*, que registra como um vilarejo palestino de 1.500 habitantes resistiu pacificamente ao muro planejado por Israel. A cerca dividiria o cemitério ao meio, destruiria 3 mil oliveiras e ficaria a 40 metros da escola. Jovens ativistas israelenses e europeus aderiram ao movimento. E Israel mudou o muro de lugar depois de 55 manifestações ao longo de um ano. [...] Em *Budrus*, a cena mais tocante acontece quando a menina Iltezan, de 15 anos, se joga no buraco feito pela escavadeira do trator e ali se senta, pequena e impassível, diante da máquina. Iltezan arriscava a vida para defender as oliveiras. **Sem jogar** uma pedra, uma granada”. (ÉP, A, 26/09/11)
- (185) “Temas polêmicos são discutidos. É hora de falar de valores, compartilhar verdades, mesmo incômodas. De preferência, com o celular desligado! **Sem tuitar, sem dispersar**. A indiferença com o outro me parece hoje um grande desagregador familiar. O vício da conexão nos desconecta uns dos outros dentro do que um dia se chamou de lar”. (ÉP, A, 20/12/10)

Em (184), há o interesse em criticar atos de violência praticados em manifestações em prol de direitos reivindicados; para tanto, o escritor apresenta uma informação sob a forma de adendo, em que destaca exatamente uma atitude pacífica. Em (185), ao se referir à necessidade de discussão de temas polêmicos, o escritor defende o diálogo como a forma mais efetiva de realização, um meio de aproximar as pessoas, deixando implícita a ideia de que a forma como as discussões vêm ocorrendo não é apropriada.

O tipo de relação semântica expresso em (184) é de concessão, e em (185), de modo; mas, em ambos os casos, as informações adicionais trazem uma opinião; logo, têm uma finalidade argumentativa. Seguem outros casos de orações desgarradas concessivas, sob a forma desenvolvida.

- (186) “[...] Meninas de 10 a 15 anos postam no Orkut fotos sensuais, detalhes do corpo. **Sem que** a família saiba. Como preparar os filhos e os estudantes para um mundo em que o sexo se confunde cada vez mais com a pornografia?” (ÉP, A, 19/04/2010)
- (187) “[...] A companheirada vai precisar de uma ficha mais ou menos limpa para levar a revolução dos cargos ao quarto mandato seguido – **sem que** a opinião pública desperte de sua soneca cívica”. (ÉP, A, 24/01/11)

Nos dados sob análise, as estruturas introduzidas pela expressão “(isso) sem falar” ou expressões de função equivalente, como “sem contar”; “sem esquecer”, a que me referi no capítulo III pelo termo “estruturas hipotáticas de adição”, consoante Oliveira (2012), são propensas à ocorrência desgarrada, como demonstram os fragmentos abaixo:

(188) “A grande tentação da política externa americana moderna, do Tratado de Versalhes ao Vietnã e ao Iraque, é enunciar doutrinas que depois geram imensos compromissos e custos. Os EUA estão saindo de uma década de retórica e intervenções e ainda estão pagando o preço: mais de US\$ 2 trilhões, **sem falar** no ônus de perder vidas. Nesse contexto, o comedimento estratégico é adequado e sensato.” (ÉP, A, 11/07/11)

(189) “**Isto É** – Por que o FBI decidiu criar um grupo contra o roubo de arte?

K. Wittman – Devido à crescente valorização das obras e ao aumento do crime envolvendo a propriedade cultural e artística em todo o mundo. Outra razão foi que, até 2005, os EUA não tinham uma equipe especializada para combater esse tipo de contravenção. Ao observarmos países como a França, que conta em Paris com mais de 30 investigadores trabalhando no OCBC (órgão contra o tráfico de bens culturais), ou Espanha, com dois pelotões em Madri, **sem falar** dos carabinieri italianos com suas três brigadas lutando contra atentados contra o patrimônio cultural, tornou-se óbvio que o nosso país, o maior comprador de trabalhos artísticos no mundo, precisava de uma força especializada. (IÉ, E, 20/07/11)

(190) “Foi a pior tragédia causada por chuvas da história do país. [...] Nos deslizamentos da semana passada na região serrana do Rio, o número de mortes já passava de 500 na manhã da sexta-feira.

[...] O número choca. É como multiplicar por 500 uma dor já incomensurável, da perda de um filho, de uma filha, de uma mãe, de um irmão, do marido. Isso **sem falar** em traumas menores, mas igualmente dramáticos: a perda da casa, da mobília, dos eletrodomésticos que ainda terão prestações a vencer, do carro, das roupas...” (ÉP, Da Redação, 17/01/11)

(191) “Numa outra frente, e independentemente de ideologias, está claro que é hora de avançarmos no combate à corrupção. [...] O Senado acaba de dar um importante passo nesse sentido, ao aprovar a reforma dos Códigos de Processo Penal e de Processo Civil. Se a Câmara ratificar as mudanças, será muito fácil – e bem rápido – concluir os processos e começar a longa marcha na direção de acabar com a impunidade que grassa em todas as frentes.

Isso **sem esquecer** as velhas, mas fundamentais pendências das reformas política, tributária e trabalhista, tão necessárias para tornar a nossa democracia mais representativa (e muito menos custosa) [...]” (VJ, Carta do Editor, 29/12/10)

No primeiro fragmento supracitado, que corresponde ao último parágrafo de um artigo em que se discute a posição do Presidente Barack Obama quanto à política externa, o articulista argumenta que não se deve buscar uma “Doutrina Obama”, embora haja quem afirme ser o presidente intervencionista, e, para confirmar os prejuízos dos Estados Unidos resultantes de uma política de retórica e intervenções, o escritor menciona a perda financeira e adiciona um novo argumento, mais enfático – o ônus de perder vidas. No segundo fragmento, (189), para reforçar a necessidade de os Estados Unidos se protegerem em relação aos roubos

de artes, o escritor aponta países, como França, Espanha como também a Itália, que já tomaram providências para se proteger de crimes dessa natureza, de modo que não se justifica os Estados Unidos não terem uma força especializada para também se resguardar.

Em (190), no editorial que aborda o problema dos deslizamentos em áreas de risco no Rio de Janeiro, cobrando-se investimentos para prevenção, como forma de compensar as vítimas das tragédias ocorridas, o articulista dá destaque às perdas materiais, pois embora reconheça que causem traumas menores em comparação às perdas humanas, também consistem em grande preocupação para os envolvidos nas tragédias das chuvas. Já em (191), a expressão “sem esquecer” introduz o penúltimo parágrafo do texto que versa em torno da necessidade de mudanças no sistema de gestão do país; inicialmente há o apelo ao combate à corrupção, seguindo-se o apelo de outras mudanças, a exemplo das reformas política, tributária e trabalhistas, consideradas de importância fundamental em uma sociedade democrática. Em todos os casos observados é visível que, na escala dos argumentos, aquele que tem mais peso vem por último para reforçar a tese defendida. Trata-se de argumentos que, na avaliação de quem escreve, não podem deixar de ser considerados.

Neste capítulo, fiz alusão ao fato de a disposição das orações sofrer interferência seja do tipo de relação semântica estabelecido entre a oração nuclear e a oração satélite (iconicidade semântica), seja da função discursiva desta última (iconicidade discursiva). Nos dados sob análise predominaram as orações pospostas em virtude da grande frequência de orações de valor *consecutivo*, *modal*, *aditivo*, além do valor *concessivo*, que, embora admita mobilidade, tem inclinação para a posposição, dada a função avaliativa.

Em se tratando das funções discursivas, ainda que todas elas tenham sido representadas – quer materializada sob a forma reduzida quer desenvolvida –, a função de *adendo* teve destaque, incorporando a função de *foco* e de *avaliação*, subfunções que motivaram a posposição, já que primeiramente se expõe um fato e depois faz-se a reflexão. Sobre as orações desgarradas, Decat (2011), reportando-se a Mann e Thompson (1983; 1988), afirma haver uma relação de contraste, de modo que o falante/escritor, através da estratégia de focalização, denuncia uma atitude não positiva em relação ao que foi enunciado na oração nuclear. Se, nas análises de Decat, a *concessão* favoreceu o desgarramento, nos dados aqui estudados também contribuíram para isso as orações introduzidas por “(isso) sem falar”, cuja função é a de acrescentar um novo argumento que fortaleça a proposição, através de ressalvas, ou comentários enfáticos. Ressalto que esse modelo estrutural, referido por “orações aditivas”, termo emprestado de Oliveira (2012), representa um uso exclusivo das orações reduzidas.

Quanto ao estatuto informacional, como as orações satélites servem de endosso ao ponto de vista dos usuários da língua, é natural que adicionem informações com propósito de dar sustentação, credibilidade às ideias, outorgando argumentatividade ao texto. Desse modo, se informações VELHAS e INFERÍVEIS são tomadas como um ponto de partida, servindo para guiar, orientar o leitor, as informações NOVAS constituem a contribuição do escritor, que não só oferece dados contextuais/circunstanciais, mas comenta, avalia; ou seja, expressa sua visão de mundo, sua subjetividade – a presença das orações parentéticas bem como das chamadas aditivas reforçam essa propriedade. Isso comprova que através das orações introduzidas pelos conectores **sem/sem que**, o escritor procura fornecer informações que acredita deverem ser compartilhadas com o leitor, com vistas tanto à compreensão quanto à adesão deste às suas proposições.

CAPÍTULO V

O processo de gramaticalização do item gramatical *sem*: de preposição a conjunção

Tratar do processo de gramaticalização do **sem** implica alargar os limites da abordagem da gramaticalização, de forma a contemplar o mecanismo de combinação de orações, particularmente a hipotaxe adverbial, pois, embora seja prática corrente fazer a equivalência entre uma oração reduzida introduzida por **sem** e outra desenvolvida introduzida pela locução conjuntiva **sem que**, nem sempre esses dois modelos oracionais são intercambiáveis – cada qual exhibe traços *formais*, *semânticos* e *discursivos* próprios.

Como já afirmado no capítulo II, **sem** se caracteriza como um item gramatical que, ao estabelecer a relação entre dois sintagmas na superfície linguística, sinaliza a função sintática desempenhada pelo sintagma regido. Trata-se de uma preposição que antecede termo não argumental, logo habilita um substantivo à função de adjunto (adnominal ou adverbial); é um elemento subordinador, referido como transpositor. Se esse item rege uma sentença, significa ter incorporado uma nova função, mais gramatical, atuando em um nível mais alto. Ou seja, recategorizou-se como conjunção no contexto das orações reduzidas. Portanto, a preposição **sem** é mais um item, ao lado das conjunções, responsável pelos elos oracionais.

É válido acrescentar que, embora a significação gramatical das preposições seja mais visível do que seu valor semântico, como afirma Poggio (2002), apoiada em Borba (1971), o processo de recategorização também se observa no plano semântico, pois a preposição é dotada de um sentido ao qual se acrescentam outros, conforme o contexto. Dessa forma, de um valor mais concreto derivam outros mais abstratos.

No roteiro de estudo até aqui delineado, apresentei as propriedades morfossintáticas e semântico-discursivas em blocos separados, uma vez que, estando sob observação modalidades oracionais distintas, procurei identificar aspectos convergentes e divergentes em cada um dos três parâmetros citados – o formal, o sintático e o pragmático, para, neste último capítulo, apresentar a configuração de cada modelo. Além disso, como o valor conjuncional da unidade **sem que** já é reconhecido, dado o entendimento de que a preposição, agregada ao nominalizador **que**, constitui uma locução conjuntiva, o interesse primordial foi apontar indícios formais que ratificassem a tese de que, ao introduzir orações reduzidas, o item **sem** também assume função conjuntiva, razão de, no capítulo II, dar atenção especial às propriedades formais da preposição e da forma verbinominal infinitivo. É importante lembrar

que a segmentação realizada se deve a uma opção metodológica, com o intuito de facilitar a descrição; fato que não encobre o princípio funcionalista de que na estrutura da língua os níveis sintático, semântico e pragmático estão interrelacionados, devendo ser analisados de forma integrada.

Nessa perspectiva, procuro reunir evidências de que a preposição **sem**, embora avaliada como menos gramaticalizada¹⁵¹, sob a alegação de ter baixa frequência de uso e manter-se fixa a um só sentido – o de negação, adquiriu uma nova função, a de conjunção, seja na combinação com o nominalizador **que**, formando a perífrase conjuntiva **sem que**, responsável por introduzir oração desenvolvida, seja na combinação com verbo na forma infinitiva, pois também, aqui, habilita um sintagma de nível subordinacional à função de adjunto, sob a forma de oração reduzida.

5. A recategorização sintático-semântica

Em conformidade com a noção clássica de gramaticalização, defendida por Hopper e Traugott (1993), de que um item linguístico que já exerce uma função gramatical passa a assumir uma função mais gramatical; e de que, no plano semântico, de um valor concreto derivam outros mais abstratos, para explicar o processo de recategorização formal (sintatização) e semântica (semantização) do conector **sem** nos dois contextos de uso, organizo a explanação em duas seções. Em (5.1), descrevo o funcionamento das duas marcas gramaticais, considerando parâmetros formais que denunciam diferenças de comportamento, como explicitude ou correferência de sujeitos, concordância e tempo verbais. A estrutura reduzida requer mais atenção, por favorecer a oscilação do comportamento do **sem**, impossibilitando fixar uma classificação morfológica. Na sequência, em (5.2), direciono a análise para o âmbito semântico, lançando mão também dos fatores pragmáticos intervenientes no processo de recategorização, momento em que o conceito de gramaticalização acomoda estruturas maiores que itens, ou seja, alcança os processos de

¹⁵¹ A esse respeito, conferir Ilari (2008, p.667). Já Castilho (2004, p.1) inclui essa preposição no grupo das medianamente gramaticalizadas. O critério utilizado para agrupar as preposições em três pontos da escala de gramaticalização - as **mais**, as **medianamente** e as **menos** gramaticalizadas tem relação com a diferença de comportamento desses elementos. Assim, no primeiro grupo estão as preposições “que se comportam exclusivamente como preposições (como parece ser o caso de *de*, *em*, *a*, *para*, *com*, *por*)” e nos outros dois as que assumem outra função, a exemplo de conjunção.

combinação de orações; e aí se verifica a atuação da preposição/conjunção como mecanismo de organização textual e como marca de subjetividade, atendendo às necessidades da interação verbal.

5.1 Os transpositores *sem/sem que*: descrição das propriedades formais

Para elucidar como ocorre a recategorização do item gramatical **sem** – de *preposição* a *conjunção*, descrevo os diferentes contextos estruturais que permitem o seu enquadramento nessas duas categorias gramaticais. Apresento, no quadro (06), a seguir, a configuração sintática das estruturas adverbiais reduzidas, estabelecendo uma correlação entre o *tipo de constituinte do predicado* e a *função do elemento gramatical que o introduz* de modo a apontar os indícios da mudança.

Quadro (06): Configuração sintática das adverbiais reduzidas introduzidas pelo **sem**

DESCRIÇÃO	
Contexto (I): Sem + sujeito Ø (correferencial) + forma verbal infinitivo não seguida de argumentos (complemento Ø):	Estrutura em que o verbo assume valor de nomeação, cabendo à combinação “preposição + verbo” o papel de adjunto adverbial (relativo ao verbo ou à sentença), além de poder marcar atitude do falante (comentário avaliativo, modalização, etc.). Cabe acrescentar que, nos contextos observados, não houve ocorrência do infinitivo flexionado, o que denunciaria a presença de sujeito; isso vem a confirmar a função de nomeação. Representantes: combinações “sem saber”; “sem perceber”; “sem generalizar”; “sem titubear”; “sem tuitar”; “sem bater”; etc.
Contexto (II): Sem + sujeito Ø (correferencial) + expressão cristalizada (v. infinitivo na condição de verbo suporte + complemento / ou a expressão “sem falar”) + (argumentos):	Estrutura em que o verbo suporte forma, com o complemento de natureza metafórica, uma expressão cristalizada, pondo em evidência o valor nominal da unidade; ao mesmo tempo, a presença de argumentos exigidos pela combinação (expressão cristalizada) evidencia o seu caráter verbal. A substituição do verbo suporte pela forma flexionada desfaz a unidade. Representantes: (1) combinações “sem levar em conta uma agenda ...”/sem considerar...”; “sem bater de frente...”/sem contrariá-la; “sem pedir licença”/ sem autorização; (2) expressão “sem falar” e outros verbos de igual função: “sem apontar”, “sem esquecer”, etc.
Contexto (III): Sem + sujeito Ø	Estrutura em que o caráter verbal do infinitivo torna-se

(correferencial) + v. infinitivo seguido de argumentos: OD, OI, Predicativo, locativo, (agente da passiva); adjuntos adverbiais:	nítido, dado o acompanhamento de termos argumentais, o que favorece a paráfrase com a oração sob a forma desenvolvida encabeçada pela locução conjuntiva “sem que”, mesmo se, na estrutura reduzida, houver partículas de realce entre o verbo e o complemento. Representantes: “sem aumentar <i>a inflação</i>”; “sem precisar <i>de uma sentença</i>”; “sem escrever <i>direito</i>”; “sem sair <i>do gabinete</i>”; “sem ser substituído <i>por outro</i>”, etc.
--	--

Essa correlação se deve à crença, aqui reiterada, de que a presença ou ausência de argumentos (interno e externo) na organização do predicado pode determinar a natureza da forma infinitiva (nominal ou verbal) e, por conseguinte, se o sintagma atua no nível suboracional ou oracional. No capítulo II, referi-me a Azeredo (2000), que destacou a semelhança entre as forma verbal infinitiva e a forma verbal plena quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto. Aqui, refiro-me a Macambira (1993, p.125), que, quando da abordagem dos adjuntos adverbiais, apresenta o infinitivo e a oração reduzida de infinitivo como representações morfológicas desses adjuntos. As sentenças “Farei tudo *para vencer*” e “Falei *sem tremer*” ilustram a primeira situação; e “Farei tudo *para venceres*” e “Falei *sem tremer a voz*” ilustram a segunda. Logo, nesses dois últimos exemplos, a indicação do sujeito, marcada na desinência do verbo, e a especificação do objeto direto parecem desfazer a ambiguidade quanto à classificação de nome ou verbo ao infinitivo, razão por que o rótulo “oração” é utilizado em referência apenas a esses dois exemplos. Segue o quadro (07), que traz a caracterização dos enunciados introduzidos pela perífrase conjuncional **sem que**.

Quadro (07): Configuração sintática das adverbiais desenvolvidas introduzidas pela locução **sem que**

DESCRIÇÃO
Conjunção
Contexto: Sem + sujeito determinado + forma verbal finita (predominantemente seguida de argumentos: OD, OI, Predicativo, locativo, (agente da passiva), adjuntos adverbiais, havendo também a possibilidade de o argumento não vir expresso (complemento Ø):
Estruturas oracionais que apresentam verbo flexionado no subjuntivo, acompanhado dos argumentos interno e externo (sujeito, expresso por nome ou pronome anafórico, e complementos); o verbo tanto se apresenta sob a forma simples quanto por perífrases (locução, tempo composto, passiva, formas mistas); há ainda estruturas formadas com a passiva sintética, apresentando sujeito posposto.

Da comparação entre as estruturas reduzidas e desenvolvidas, é possível verificar, em se tratando dessa última, que, com exceção da variação das formas verbais bem como dos argumentos, que mudam a depender da regência verbal, há um padrão de organização que ratifica as propriedades oracionais, não restando dúvida quanto à classificação da marca **sem que** como perífrase conjuntiva/conjunção.

A regularidade também é visível na organização das primeiras estruturas. Por outro lado, a classificação do conector **sem** oscila conforme a avaliação do comportamento da forma verbal infinitiva. Significa que dentro de um mesmo modelo estrutural, há padrões diferenciados (como demonstram os três contextos mencionados). Dessa forma, se a natureza nominal do infinitivo sobressai, o item **sem** recebe o rótulo de preposição; se, de outro modo, o infinitivo, desempenhando o papel de verbo suporte, origina expressão lexicalizada, surge dúvida quanto à natureza da forma verbal (nominal ou verbal). Assim ocorre porque causaria estranheza a flexão modo/temporal, por desfazer a unidade, confusão que se estende à caracterização do conector (se preposição ou conjunção). Entendo que se trata de uma estrutura oracional, um tipo de uso que, no *corpus* sob investigação, ficou restrito à estrutura reduzida, tanto que não foram identificadas orações desenvolvidas em que constassem verbos dessa natureza; por fim, se o caráter verbal do infinitivo se sobrepõe, quando da presença de termos argumentais, o item **sem** assume o papel de conjunção.

Em face desse esboço, uma explicação viável do percurso da mudança ocorrida com o item **sem** seria:

(I) **Preposição** > (II) **Preposição/conjunção** > (III) **Conjunção**

Os números especificados na tabela abaixo revelam que os usos em que o item **sem** preserva os traços de preposição é inferior àqueles em que adquire atributos de conjunção, comprovando que **sem** e **sem que** se prestam a uma mesma função, logo são formas concorrentes.

Tabela (16): Frequência de sintagmas com função de nomeação, unidade cristalizada e com função argumental

	TIPO DE SINTAGMA	OCORRÊNCIAS
--	------------------	-------------

S E M	- Preposição Complemento Ø (f. de nomeação)	53
	- Preposição/conjunção Unidade cristalizada: (formada com verbo suporte)	20
	(Expressão “sem falar”)	22
	- Conjunção Presença de argumentos do verbo (OD, OI, Predicativo, etc.)	222
Total		317
S E M * Q U E	- Conjunção Complemento Ø; Unidade cristalizada	07 00
	Presença de argumentos do verbo (OD, OI, Predicativo, etc.)	43
Total		50

Conforme assevera Hopper (1991), o uso concomitante de duas formas gramaticais representando uma mesma função indica que elas estão em competição, o que reflete o princípio de *camadas*, mas não necessariamente que uma delas tenha de desaparecer. É fato que na língua portuguesa nenhum dos dois conectores caiu em desuso; mas, no *corpus* coletado, embora as estruturas reduzidas e desenvolvidas de que faz parte o conector **sem** estejam em competição, há, claramente, a superposição das orações introduzidas por **sem** junto a infinitivo; favoritismo que é um dos indicadores do maior grau de gramaticalização da estrutura reduzida sobre a desenvolvida.

A preferência da estrutura reduzida poderia ser justificada por algumas razões. A primeira seria a precedência do uso conjuncional de **sem**, já que a gramaticalização da perífrase **sem que** ocorreu mais tardiamente, quando o emprego do nominalizador **que** se expandiu, originando diversas perífrases conjuncionais. Ou seja, da perspectiva diacrônica, a estrutura reduzida surgiu primeiro (século XV), passando a conviver posteriormente com a perífrase (século XIX). Esse é um dado apresentado por Romero (2009), a partir de um estudo que analisou o processo de gramaticalização de **com** e **sem**, a partir de um *corpus* formado por textos dos séculos XV e XIX. Sobre o processo de sintatização de **sem**, diz a autora que “no, século XV, não houve nenhuma ocorrência da conjunção **sem que** (introduzindo oração

desenvolvida), mas que no século XIX ela apareceu em 26% das ocorrências (nos casos restantes, introduz oração reduzida de infinitivo)” (ROMERO, op. cit., p. 557).

Ressalto que análises voltadas para textos acadêmicos podem indicar sobreposição da perífrase, fragilizando o argumento apresentado; nessa perspectiva, o uso da estrutura reduzida seria uma prova de estabilidade da língua.

Um outro motivo seria o condicionamento do gênero, mas devo esclarecer que esse não é um fator de grande peso nesta análise porque, na amostra sob observação, independentemente da identidade do texto – se artigo, entrevista, editorial/carta ao leitor –, a estrutura reduzida sobressai. Quero dizer que o fato de todos os textos convergirem quanto à pertença à esfera argumentativa, da modalidade jornalística e registro formal provavelmente contribui para a proximidade de funcionamento. Considero válido acrescentar que se a objetividade é uma meta da escrita jornalística, de forma que a linguagem deve ser simples e concisa, a estrutura reduzida preenche esse requisito. Logo, esse quadro pode ser indicador de que uma das marcas gramaticais dentre as que estão em concorrência se adéqua melhor a um determinado contexto, denunciando um outro princípio de gramaticalização – a *especialização* de função.

A terceira razão, que acredito ser a mais contundente, diz respeito à configuração sintagmática da oração, que denuncia o grau de complexidade da estrutura; esse aspecto pode ser confirmado quando da observação da flexão modo/temporal do verbo, da forma de apresentação do sujeito nas orações matriz e adverbial, e da relação de concordância. Partindo desses critérios, abrevio as especificidades de comportamento das duas estruturas em estudo: enquanto a oração desenvolvida impõe à forma verbal flexão quanto a tempo e modo, a reduzida não exige esse controle; além disso, a estrutura desenvolvida normalmente apresenta sujeitos distintos nas orações matriz e adverbial, por isso requer mais atenção quanto ao estabelecimento da concordância verbal; a estrutura reduzida, contrariamente, por apresentar sujeitos correferenciais, favorece a elipse, de modo que o verbo da oração adverbial, salvo raras exceções, não se flexiona também em número¹⁵².

Para tornar mais nítida a distinção entre orações reduzidas e desenvolvidas sob o parâmetro da configuração do sujeito, apresento, na tabela abaixo, a classificação dos sujeitos

¹⁵² Embora a flexão seja possível em situações como: “Celulares [...] Permitem que as pessoas organizem e comuniquem seus pensamentos de maneira mais eficiente, mas não podem nada **sem** as pessoas *a lhes* **dar(em)** vida.”, a opção do escritor é pelo infinitivo não flexionado. Nos dados sob análise, não há um caso sequer de infinitivo flexionado.

das orações matriz e adverbial que compõem o *corpus* da pesquisa, com a quantificação das ocorrências.

Tabela (17): Categorização dos tipos de sujeito na oração **reduzida**

Matriz / adverbial	Exemplo	Ocorrências
Sujeito determinado/sujeito Ø (correferenciais)	“Nós herdamos uma tradição multiseular que veio de Portugal e Espanha em que, algumas vezes sem querer e sem notar , agimos como corruptos”. (IÉ, 26/01/11)	281
Sujeito determinado/ sujeito determinado	“A <i>epifania</i> pousou em sua cabeça sem ele sentir ” (IÉ, 12/05/10).	6
Sujeito determinado/ sujeito indeterminado	“O <i>produto</i> pode ter sido feito sem pagar impostos, por escravos e com ...” (EP, 10/05/10)	5
Sujeito inexistente / sujeito indeterminado	“Não há reforma tributária digna desse nome sem enfrentar essa situação.” (VJ, 23/03/11)	2
Sujeito determinado (oracional) / sujeito indeterminado	“ Sem querer aliviar em uma grama sequer o peso da primeira conclusão, é preciso <i>admitir que...</i> ” (VJ, 28/12/11)	1
Sujeito indeterminado (ou oculto) nas orações aditivas (ex.: sem falar)	“Obras essenciais não andam e muitos projetos parecem ser apenas projetos. Sem falar nos impactos políticos.” (IÉ, A, 28/12/11)	22
TOTAL		317

Tabela (18): Categorização dos tipos de sujeito na oração **desenvolvida**

Matriz / adverbial	Exemplo	Ocorrências
Sujeito determinado (expresso ou oculto) /sujeito determinado (representado por nome ou pronome anafórico “isso”)	“Em tese, <i>duas empresas</i> podem combinar suas operações e fundir seus respectivos estoques acionários sem que ninguém precise desembolsar um centavo.” (VJ, CL, 29/06/11)	29
Sujeito determinado/ sujeito Ø (correferenciais)	Está em questão, sobretudo, se será possível restringir o direito de um <i>cidadão</i> concorrer à eleição sem que Ø tenha sido condenado num processo transitado em julgado.” (EP, A, 28/03/11)	5
Sujeito oracional/ sujeito determinado	É estranho <i>que uma imoralidade como essa seja praticada em vários Estados há anos</i> , sem que ninguém se rebele.” (EP, A, 31/01/11)	4
Sujeito determinado/ sujeito determinado posposto – passiva sintética	Não há dia <i>que</i> passe sem que se veja na televisão e na imprensa <i>a triste figura do “Cavaliere” de cabelo tingido</i> e seus escândalos.” (IÉ, A, 11/05/11)	4

Sujeito determinado/ sujeito determinado posposto	<i>Ulysses não podia mais fazer a sua caminhada matinal com a índia para caçar porco selvagem, sem que logo aparecessem paparazzi.” (IÉ, A, 13/04/11)</i>	3
Sujeito determinado/ sujeito inexistente (V. haver)	“(Nós) Superamos, sem que houvesse qualquer ruptura institucional, a era em que recebíamos de organismos como o FMI [...]” (IÉ, Ed. 07/12/11)	3
sujeito inexistente (V. haver)/ sujeito determinado	“Não haveria um modo de escrever sobre o tema sem que o livro se tornasse, como o senhor diz, um peso?” (VJ, E, 17/02/10)	2
TOTAL		50

No topo da tabela, estão as categorias de maior representatividade em cada modelo oracional – sujeitos correferenciais nas orações reduzidas e não-correferenciais nas desenvolvidas. Além da *elipse do sujeito*, a *indeterminação* é outra característica típica das reduzidas, tanto que, dentre as cinco subcategorias de sujeitos distintos, quatro apresentam sujeito indeterminado na oração adverbial. Em se tratando das orações desenvolvidas, algumas adverbiais são formadas com o verbo “haver”, daí a categoria “sujeito inexistente”; outras, por sua vez, apresentam sujeitos pospostos, alguns dos quais condicionados pela estrutura passiva sintética, de modo que a estrutura se revela mais complexa. Na tabela abaixo, as tipologias de sujeito estão agrupadas em quatro categorias mais amplas, para que se possam confrontar as características de cada modelo oracional.

Tabela (19): Categorização dos tipos de sujeito nas orações **reduzidas** e **desenvolvidas**

Matriz / adverbial	Reduzidas	Desenvolvidas
Sujeito determinado / sujeito Ø (correferenciais)	281	5
Sujeito determinado/ sujeito determinado	6	42
Sujeito determinado/ sujeito indeterminado	30	--
Sujeito determinado/ sujeito inexistente (V. haver)	--	3
TOTAL	317	50

Analisando a trajetória de gramaticalização das estruturas em foco à luz dos parâmetros indicados por Lehmann (1988), percebo que as orações encabeçadas por **sem**

estão mais vinculadas à matriz, como testemunham a presença do verbo na forma não-finita e a correferencialidade do sujeito.

Além desses traços, o baixo grau de sentencialidade, aspecto que favorece a dessentencialização, é outro indicador de integração mencionado por Lehmann (op. cit.). Dessentencialização implica mudança de estatuto – uma oração substantiva, por exemplo, pode vir a assumir função de modalizador; no caso da oração adverbial, pode sofrer rebaixamento funcional, passando de adjunto oracional a adjunto no nível suboracional. No *corpus* coletado, as estruturas que se enquadram nesse padrão são aquelas em que a combinação preposição + forma verbal no infinitivo exerce função de nomeação, sobretudo aquelas que não exibem complemento. Mas, como esse uso representa minoria, não interfere na assunção de que **sem** e **sem que** se constituem como conjunção.

É importante lembrar que na abordagem desse autor interessa investigar o processo de gramaticalização que envolve toda a estrutura linguística. A mudança que acarreta alteração no estatuto categorial de um item linguístico é uma preocupação da abordagem clássica de gramaticalização, que se centra na esfera do léxico. Como já afirmado, a gramaticalização de orações é uma extensão dos estudos relativos à mudança.

Uma das provas de que é toda a oração que se gramaticaliza se manifesta, nos dados sob observação, no uso da estrutura encabeçada pela expressão cristalizada **sem falar/sem apontar**. O que tipifica esse padrão oracional é a particularidade de carregar informação de natureza argumentativa, enfática, tendo uma função pragmática – de adendo. Distancia-se das estruturas de realce, uma vez que a informação complementar não tem função modificadora. Como a informação introduzida por essa expressão tem caráter de *adendo*, de modo que não mantém vínculo com o verbo da oração precedente, mas com uma porção maior de texto, a oração atua, pois, no nível transfrástico, tendo uma ordem de colação fixa – só admite a posposição.

Considero digno de destaque que se esse é um tipo de uso que se materializa exclusivamente sob a forma reduzida, tanto que não admite a paráfrase com a locução **sem que**, da mesma forma que as estruturas formadas por preposição + verbo suporte + complemento, embora admitindo a paráfrase com a locução conjuntiva, só se apresentarem nos dados em estudo sob a forma reduzida, significa que o mesmo rótulo *orações adverbiais* abriga padrões oracionais bem diferentes.

5.2 Recategorização semântica dos transpositores *sem/sem que*: motivações cognitivas e interacionais

Na seção precedente, explorei os parâmetros morfossintáticos para explicar a mudança ocorrida com o item **sem**, cuja função de ligar termos se estendeu à de ligar orações; logo, sozinho ou integrando a locução conjuntiva, esse item funciona como juntor, o que significa que o contexto estrutural favoreceu a recategorização sintática. Nesta seção, cujo foco é a reinterpretação semântica, destaco as motivações de ordem cognitiva e interacional que concorrem para a multifuncionalidade dos itens conjuntivos sob investigação.

Os processos metafóricos e metonímicos são a fonte de explicação da mudança semântica. O primeiro processo explica a associação de conteúdos distintos via transferência de significado de um termo concreto para um termo abstrato; em outras palavras, a passagem de um significado referencial para um não referencial, o que representa ganho de complexidade. É esse procedimento que torna possível compreender, por exemplo, como os conectores **sem/sem que** abrigam os valores de *condição* e *concessão*, apontados pela tradição, entre outros como *consequência* e *modo*.

Como esses valores derivam do sentido primário de *ausência* e *negação* de **sem**, reporto-me a Castilho (2009), que aponta a capacidade de atribuir ao seu complemento propriedades de *espaço* e *movimento* como o traço distintivo da preposição em relação à conjunção. Por outro lado, o sentido prototípico de espaço favorece extensões semânticas diversas, via projeções metafóricas, valores que atingem também a locução conjuntiva.

Segundo Castilho (op. cit.), o sentido de base *espaço/tempo* se organiza em conformidade com as seguintes categorias: posição no espaço/tempo; disposição no espaço/tempo e distância no espaço/tempo. As duas categorias cognitivas nas quais se enquadra a preposição SEM – *disposição* e *proximidade* no espaço/tempo – subdividem-se nos eixos: *continente/conteúdo*, no primeiro caso; *longe/perto*, no segundo, havendo ainda os papéis temáticos correspondentes: *dentro/fora* e *proximal/distal*. Eis a sistematização:

DISPOSIÇÃO NO ESPAÇO → eixo continente/conteúdo → dentro/fora;
MOVIMENTO NO ESPAÇO → eixo longe/perto → proximal/distal

Em relação ao eixo proximal/distal, Ilari et al. (2008, p. 667) afirmam que as noções que representam essa categoria são expressas normalmente por advérbios, mas quando uma

determinada noção é expressa por preposições “acarreta noções de co-presença para o traço PROXIMAL, e de ausência para o traço DISTAL”. Para os autores, por ser difícil imaginar a princípio o esquema imagético espacial para as preposições *com* e *sem*, é preciso conceber um esquema espacial como ‘presença simultânea em um mesmo espaço’. No caso específico do *sem*, evoca a noção de ausência em oposição à noção de copresença, derivando ainda a noção de distância, como evidencia o exemplo:

“Eu acho que é uma exigência que, que se faz talvez, por deformação já de berço que se tenha *sem* com isso eu quere(r) banca(r) o esnobe, né,” [D2 POA 291] (ILARI et al., 2008, p. 701).

Nesse sentido, as noções de ausência, negação, próprios da preposição **sem** se associam, no plano físico, à noção de distância, expandindo-se ainda mais, de modo a abarcar, no plano conceitual, o valor de distância de ideias, ou seja, conteúdos que não se combinam, que contrastam, daí a noção de adversidade ou *concessão*. O mesmo tipo de associação se dá com as *condicionais*, já que a ausência de um requisito determina a validade (ou verdade) do argumento expresso na oração matriz; e com as *consecutivas*, orações que têm uma proximidade com as coordenadas adversativas, no sentido de que se nega um possível resultado inferido da oração precedente. Logo, a transferência de conceitos de base espacial – ausência e distância – para conceitos mais gerais, como os citados, confirma a direção da mudança rumo à abstração.

No modelo proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), citado no capítulo teórico, referente aos estágios de gramaticalização, qual seja: **espaço > (tempo) > qualidade**, “qualidade” corresponde à etapa em que os elementos linguísticos assumem função mais gramatical e mais abstrata, tendo em vista sua atuação no nível da organização textual. É nesse estágio que se enquadram as formas gramaticais sob análise nesta tese.

O segundo processo explica as associações que se fazem devido a pressões contextuais. Nesse caso, a transferência de significado é condicionada pelo valor de outros elementos presentes na estrutura linguística, ou que possam ser inferidos da relação entre os componentes que fazem parte de uma dada configuração estrutural. Como um mesmo contexto pode autorizar várias inferências, o conector termina assimilando vários sentidos, o que leva à generalização do significado¹⁵³, de modo que a interpretação é manipulada de

¹⁵³ De acordo com Tavares (2003, p. 64), à semelhança da abstração e generalização do significado, ocorre a generalização de padrões de uso, o que seria uma consequência da perda de especificidade semântica, porque, sendo o significado abstrato mais maleável às necessidades comunicativas, termina por favorecer “a extensão de sua aplicação para domínios funcionais diversos”.

acordo com as necessidades comunicativas. Assim, cabe ao ouvinte, no jogo interacional, filtrar, com base nas pistas deixadas no texto, o viés semântico que melhor se adéqua à situação, ou seja, aquele que, do seu ponto de vista, melhor representa as intenções do escritor.

Nos dados sob investigação, algumas das pistas que confirmam o processo de transferência por contiguidade, viabilizando a identificação dos valores concessivo, consecutivo e modal são: a coocorrência de conectores de teor contrastivo, a ordem, a pontuação, o tipo semântico do verbo, além do próprio vocabulário.

Da análise realizada, identifiquei várias estruturas nas quais conectores opositivos, a exemplo de *mas*, *embora*, antecediam os conectores **sem/sem que**; ou ainda casos em que entre o conector **sem** e a forma verbal, sob a forma finita ou infinitiva, apresentavam-se outros conectivos¹⁵⁴ ou advérbios, a exemplo de “*não sem, antes, notar...*”; o que pode indicar que o contexto de negação/oposição condiciona o sentido *concessivo*. Em outras situações, a permuta com a estrutura coordenada adversativa favoreceu a atribuição do valor de *consequência negada* (como demonstrado no capítulo III, o contraste de ideias decorre da negação de uma conclusão esperada a partir da primeira afirmação). Na tabela abaixo, listo os conectores e advérbios que enfatizam a função contrastiva.

Tabela (20): relação das partículas que enfatizam a noção de contraste

Conectores de oposição		Advérbios de negação	
MAS	13	NÃO	1
MESMO	7	NEM	1
E	3	NUNCA	3
EMBORA	1	JAMAIS	2
PORÉM	1	SEQUER	1
TOTAL	25	TOTAL	8

Vale salientar que, da mesma forma que o uso dessas partículas contribui para a apreensão das relações lógico-semânticas, reflete as motivações pragmáticas, pois, como apontado por Azeredo (2000) e demonstrado no capítulo IV, uma das funções do conector **mas** é a de focalizador, papel que se estende aos outros conectores citados na tabela, pondo em destaque ressalvas, esclarecimentos e comentários avaliativos.

¹⁵⁴ Houve apenas um emprego de conector na posição intercalada. No caso, o **porém**.

Se a presença de *conectores opositivos* e de *advérbios de negação* pressionaram os matizes concessivo e consecutivo, o *tipo semântico do verbo* parece ser um aliado para a determinação do valor modal. Conforme análise realizada no capítulo III, predominam nas orações adverbiais modais os verbos classificados como **existencial** (22), **material** (20) e **relacional** (11); os tipos **verbal**, **cognitivo** e **corpóreo** somam (14); já nas orações condicionais¹⁵⁵, sobressaem os tipos: **existencial** (9), seguindo-se os **cognitivo** (6) e **sensitivo** (5); **material** e **verbal** somam (7); havendo penas uma ocorrência do verbo **relacional**.

A sobreposição de matizes semânticos é indício de maior generalização ou abstração, revelando, pois, a existência de um contínuo significativo. Se as projeções metafóricas permitem que se vislumbre a direção das mudanças, já que um conceito é explicado através de outro, deixando implícita a ocorrência de derivação; em se tratando das projeções metonímicas, a coexistência de funções impede o estabelecimento de rotas de gramaticalização, sendo possível afirmar apenas, a partir das análises, quais sentidos são mais produtivos, ou quais os usos inovadores.

Os dados sob investigação confirmam a plurissignificação dos conectores em foco, mas o matiz que mais se repete é o de *concessão*. Quanto ao uso inovador, considero ser aquele representado pela estrutura *sem falar*, referida pelo rótulo de *adição*. A seguir, inventario os tipos de relações semânticas (explícitas ou inferidas) identificados nos textos que compõem o *corpus*, incluindo um fragmento em que a oração adverbial autoriza mais de uma interpretação. Logo após, especifico o número de ocorrências desses conectores conforme cada valor semântico, excetuando-se os casos ambíguos, que correspondem a 22 (vinte e duas) ocorrências de **sem** e 05 (cinco) da perífrase conjuntiva **sem que**.

Concessão:

(192) **Quais são os temas mais comuns da conversa em um jantar desses?** Filhos são um tema recorrente. [...] Sempre se fala mal dos Estados Unidos, mas Barack Obama é um deus. Fala-se mal de Israel, **sem conhecer** patavina da história do conflito israelo-palestino. [...] (VJ, E, 13/07/11);

Condição:

¹⁵⁵ Convém esclarecer que fiz a classificação semântica dos verbos das orações condicionais (um universo de 28 orações) na busca de confirmar se haveria divergência de comportamento. Considerando que os casos ambíguos envolvem normalmente concessão/modo, não analisei os verbos das orações concessivas, pressupondo que haveria coincidência, a ponto de o tipo de verbo não ser determinante para a distinção desses dois matizes.

(193) **Há clima político para aprovar o projeto ainda neste ano?** Há. O governo tem hoje uma das mais amplas maiorias já vistas no Congresso Nacional. [...] Não há como você enfrentar o déficit, por exemplo, *sem ter uma idade mínima para se aposentar*. (IÉ, E, 02/11/11);

Consequência:

(194) **Qual é o caminho para os juros baixos até que essa diferença inexista?** Estamos falando de um problema com razões históricas que remontam aos tempos de quase hiperinflação e à série de planos heterodoxos implementados para combatê-la. (...) Foi para saber onde cortar *sem produzir efeitos danosos à economia* que se instalou no Palácio do Planalto um conselho de gestão coordenado pelo empresário Jorge Gerdau. Esse conselho vai ajudar o governo a produzir mais poupança e a diminuir gastos improdutivos para que se possa investir mais em educação e gastar menos com burocracia e despesas inúteis. (IÉ, E, 27/07/11)

Modo:

(195) A morte da jornalista Marcela Coutinho é notícia velha. Velha de três semanas. Na noite de 28 de novembro, uma segunda-feira, ela foi covardemente asfixiada. Deixou a vida *sem dar o último suspiro*. Puseram-lhe um travesseiro na cara. (ÉP, A, 19/12/11)

Causa:

(196) **A que se deve, em primeiro lugar, isso que o senhor qualifica como um empobrecimento musical?** A questão começa na transição para o meio digital do que foi efetivamente gravado no estúdio. (...) O resultado é que os músicos se acostumaram com essa baixa resolução e, talvez *sem se dar conta*, adaptaram sua produção. (VJ, 26/10/11);

Tempo:

(197) “[...] Infelizmente, Chris se foi poucos dias depois, mas não *sem antes tornar seu sonho real*. Seus últimos dias foram de alegria, força e esperança. [...]” (VJ, E, 03/11/10) (*não (foi) enquanto seu sonho não se tornasse real*)

Modalizador:

(198) **“Lucília - Se eu não me gostava, como poderia querer que alguém me desejasse? Aliás, não me sentia desejada nem como mulher nem como ser humano. Falo isso *sem querer generalizar*”¹⁵⁶. Estou dizendo como me sentia, não querendo dizer que toda gorda se sente assim. [...]”** (IÉ, E, 15/06/11);

¹⁵⁶ Cabe esclarecer que é possível atribuir o valor de concessão à oração em destaque; porém, considero que a *modalização* sobressai, pois a estrutura funciona como um parêntese, cuja função é de atenuar uma informação apresentada anteriormente, ou de corrigir uma avaliação; tanto que, se retirada, a oração seguinte preenche a função de esclarecimento.

Adição:

(199) [...] Obras essenciais não andam e muitos projetos da Copa ainda parecem ser apenas projetos. **Sem falar** nos impactos políticos. [...]” (IÉ, A, 28/12/11);

Modo/condição/concessão:

(200) [...] Quer dizer: não é possível avaliar a escola de alunos pobres e ricos da mesma maneira. Não se pode esperar que pobres aprendam o mesmo que ricos, por causa da influência do meio sobre o aprendizado. De forma que colocar uma placa com o aprendizado em uma escola **sem atentar** para o contexto social em que ela está inserida seria dar uma falsa impressão na verdadeira qualidade daquela escola e do esforço de seus profissionais. [...]” (VJ, A, 13/07/11)

Considero relevante esclarecer que, embora a tradição gramatical registre *condição* e *concessão* como sentidos prototípicos desses conectores, o que conduz à interpretação de que sejam os valores mais gramaticalizados, no *corpus* selecionado, o segundo matiz foi, de fato, mais recorrente, mas o primeiro teve menor frequência em comparação a outros, a exemplo de *consequência* e *modo*. Logo, se a repetição é também um parâmetro indicativo de gramaticalização, esses dois matizes se gramaticalizaram.

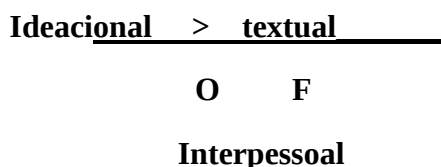
Tabela (21): Frequência de uso dos transpositores **sem/sem que** conforme matizes semânticos

FUNÇÕES	SEM	SEM QUE	TOTAL
Concessão	108	23	131
(Negação) de consequência	66	17	83
Modo	66	3	69
Condição	27	2	29
Adição	21	-	21
Causa	3	-	3
Modalizador	3	-	3
Tempo	1	-	1
TOTAL	295	45	340

Para explicar as projeções metonímicas, retomo aqui o modelo representativo da trajetória de gramaticalização apresentado por Traugott (1982), no qual se conciliam aspectos semânticos e pragmáticos, de modo que os componentes assim se organizam: **proposicional** > **textual** > **interpessoal**. A mudança sob esse enfoque também se desenvolve numa escala progressiva em direção à abstração, tendo como ponto de partida um significado identificável no mundo objetivo que passa a funcionar como organizador textual, viabilizando a coerência,

até alcançar o nível interpessoal, estágio em que é intensificada a função expressiva da linguagem. Isso ocorre porque “os significados vão tendendo a se referir menos a descrição de situações concretas e mais a situações discursivas; menos a situações objetivas e mais a situações subjetivas, refletindo uma maior subjetivação” (GORSKI et al., 2004, p. 40).

Cumprir lembrar que a metáfora não se dissocia desse processo, o que significa dizer que a trajetória de mudança tanto da perspectiva cognitiva quanto comunicativa envolve a passagem do concreto para o abstrato. Cabe esclarecer que, na abordagem de Traugott e König (1991), a função interpessoal é orientada para o **falante**, por isso o realce à função expressiva, que representa subjetividade, o que, segundo Gorski et al. (op. cit.), justifica a disposição da função interpessoal no final do percurso. Por outro lado, há divergências quanto a essa disposição, pois, desde que se entenda a função interpessoal como orientada para o ouvinte, caso se considerem contextos de fala manipulativos com enunciados de pergunta e comando, a intersubjetividade se destaca, de forma que o percurso da mudança se inverte **interpessoal > textual**. Como as funções da linguagem coexistem, sendo a superposição de uma ou outra determinada pelo contexto, Gorski et al. (2004, p. 50) propõem outra diagramação, de forma que o componente interpessoal não se situe em um ponto específico do percurso, qual seja:



Vale salientar que, na visão desses autores, Traugott utiliza a denominação “função expressiva” em referência à habilidade que tem o falante de elaborar o texto com atitude reflexiva, o que sugere “um grau de abstração e de complexidade maior do que aquele que envolve relações textuais de caráter meramente coesivo, não enriquecidas com força subjetiva ou argumentativa adicional (como de causalidade, concessividade, disjunção, conclusão, etc.)” (GORSKI et al., op. cit., p. 49). Essa afirmação deixa entrever a ideia de que a configuração do texto reflete o grau de envolvimento de quem o produz, na medida em que há relações textuais mais subjetivas que outras.

Considero importante destacar que as funções textual e interpessoal são indissociáveis, de modo que seria difícil estabelecer fronteira entre estruturas com finalidade puramente coesiva e outras com função discursiva; por conseguinte, entre usos mais e menos

subjetivos. Ao construir seus textos, o falante/escritor se envolve em mais de uma tarefa: ele não só precisa selecionar as idéias e sequenciá-las logicamente para dar sustentação às proposições defendidas, tornando o texto coerente, como também precisa formatar o texto, apropriando-se dos recursos linguísticos, de maneira a promover a coesão.

A partir da análise realizada nos capítulos III e IV, em que observei as relações lógico-semânticas estabelecidas entre as sentenças, a relação entre a ordem, o estatuto informacional e as funções discursivas nos dados sob investigação, é possível afirmar que as orações introduzidas pelos conectores **sem/sem que** se constituem como marcas de expressividade, logo de subjetividade, havendo situações em que a generalização de significado faz com que a interpretação seja manipulada conforme as necessidades comunicativas; comprovam isso os excertos que desencadeiam diferentes inferências.

Mas supondo que se organize uma escala na qual as estruturas hipotáticas em estudo sejam distribuídas em dois pólos, estando de um lado as orações que representam função *mais textual* e do outro, as que representam função *mais interpessoal*, as orações antepostas, que servem de guia ou de tópico, seriam contempladas no primeiro grupo, pois sua finalidade é sobretudo organizacional; já as intercaladas e pospostas compreenderiam o segundo grupo, dada a finalidade de orientar o leitor quanto à direção argumentativa do texto; logo mais subjetivas. Vale salientar que a diferença sinalizada deve ser entendida em termos de graus de manifestação de uma ou outra qualidade, considerando o fato de que a presença das orações hipotáticas no texto argumentativo, independentemente do valor expresso, é motivada pela necessidade de assegurar a validade das informações apresentadas na oração matriz. Portanto, todas têm função argumentativa.

Mas, à guisa de demonstração de que algumas relações semânticas se revestem de mais força argumentativa que outras, considerem-se as orações *parentéticas*, que, não estando presas a um verbo ou outro elemento da matriz, daí terem um vínculo mais frouxo com a oração precedente, caracterizam-se como um ato de fala independente cuja função é de acrescentar uma informação, seja um esclarecimento, uma ressalva, uma avaliação. Papel semelhante têm as orações que focalizam algum aspecto do texto, como aquelas anteriormente citadas, que apresentam conectores adversativos como recurso de ênfase – as *focalizadoras*.

Assim, ambos os modelos oracionais representam um mecanismo sintático utilizado para marcar a importância que tem uma determinada informação para a compreensão do tema que está em desenvolvimento. Sob o âmbito das relações lógico-semânticas, podem manifestar sentidos diversos; e sob o âmbito pragmático, servem à função de *relevo*. Para

entender esse funcionamento das orações adverbiais, confrontem-se as orações dos pares (201-202) e (203-204):

(201) “[...] Credita-se a Santo Agostinho, um dos sábios da Igreja Católica, a descoberta de que se podia ler **sem enunciar** *as palavras*”. (VJ, CL, 18/05/11);

(202) “[...] Iltezan arriscava a vida para defender as oliveiras. **Sem jogar** *uma pedra, uma granada*”. (ÉP, E, 26/09/11);

(203) “Pela primeira vez na história de Pernambuco, o governo aumentou os investimentos **sem elevar** *a carga tributária*”. (VJ, E, 24/11/10)

(204) “O ideal seria trocar o INSS sobre o salário por um imposto mais simples – **sem trazer** *a CPMF de volta*”. (ÉP, A, 06/06/11);

Cada um dos pares exibe o mesmo tipo de relação semântica – *concessão* e *consequência*, respectivamente. O **tom** é o que diferencia a segunda oração da primeira em cada um deles, garantindo-lhes o enriquecimento da argumentatividade. Nas focalizadoras, a presença de uma partícula de reforço sinaliza o que está sendo focalizado; já nas parentéticas, a pontuação serve de norte, pois a independência delas é denunciada pela pausa, que, na escrita, revela-se por meio dos seguintes sinais de pontuação: ponto ou travessão. Esse comportamento é visível também nas orações introduzidas pela perífrase **sem que**. Nos dados ilustrados, constam orações pospostas, mas elas também podem vir intercaladas.

Por fim, merecem destaque as orações introduzidas pela combinação **sem + falar** ou outro verbo de valor correspondente, a exemplo da expressão **sem contar**. Essas orações, que funcionam como parêntese, sendo também rotuladas de “desgarradas”, representam um padrão de uso¹⁵⁷ específico da estrutura reduzida. Constituem um uso inovador, na medida em que não modificam uma informação precedente – ao contrário, acrescentam um argumento considerado importante, decisivo para convencer o leitor. Assim, dados os excertos a seguir:

(205) “Elisabete Miranda, uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos **sem falar** *uma palavra de inglês*, aprendeu rápido e viu a chance. [...]” (IÉ, A30/11/2011);

¹⁵⁷ A esse respeito, Tavares (2003, p. 66) comenta que a habilidade de fazer inferências é uma característica marcante do processo comunicativo, e uma vez que ocorra o mesmo padrão de inferências a partir de uma construção gramatical “essas inferências podem ser habitualizadas, tornando-se parte do conjunto de funções-significações tipicamente exibidas pela construção”; e a expressão inovadora tende a ser mais abstrata que aquela da qual deriva.

(206) “[...] Não se pode falar em valorizar nenhuma profissional **sem falar** em aumento do nível de exigência para entrar e permanecer em uma carreira. [...]” (ÉP, A, 27/12/2010);

(207) “[...] Enquanto isso, nossas exportações para a China – o país que mais cresce no mundo e principal importador de nossas matérias-primas – aumentaram 77% apenas em quantidade desde a crise, **sem falar** no ganho de preço. [...]” (IÉ, A, 06/04/2011)

é visível a variação de sentido da expressão **sem falar**: em (205) estabelece relação semântica de *modo*, tendo o verbo “falar” a acepção de “expressar palavras”; em (206), a relação entre as orações é de *condição*, e a acepção do verbo é “conversar sobre”. Nesses dois casos, a ação de falar é atribuída a um personagem de quem o escritor está tratando – Elisabete Miranda na primeira situação e uma terceira pessoa (alguém), na segunda. Por outro lado, em (207), o sentido do verbo é “comentar”, ação que é realizada pelo escritor, e a expressão **sem falar**, que poderia representar um misto de adversidade e condição – considerando-se que a vantagem das exportações seria apenas o aumento quantitativo se não fosse apontado o ganho de preço –, assume, na verdade, valor de *adição*. Ou seja, o autor parece considerar insuficiente o argumento apresentado na matriz, de forma que apresenta uma vantagem a mais; logo, outro argumento. Resta esclarecer que é comum essas orações aparecerem separadas por ponto ou travessão, mas, dentre as quatorze ocorrências dessa expressão, três vêm separadas por vírgula, o que, a meu ver, não constitui um impedimento ao desgarramento, já que representam um comentário à parte, correspondendo a um segundo ato de fala, como se dá com as coordenadas, que, mesmo separadas por vírgulas, não perdem a independência.

No *corpus* investigado, além das 25 (vinte e cinco) orações que integram construções de focalização, 02 (duas) delas sob a forma desenvolvida (na tabela 19 citei os conectores que promovem o destaque), constam 32 (trinta e duas) orações parentéticas, das quais 20 (vinte) correspondem às de *adição*, todas sob a forma reduzida, e as 12 (doze) orações restantes assumem outros matizes semânticos, 03 (três) delas sob a forma desenvolvida. Na tabela a seguir, quantifico as orações que constituem mecanismo de relevo:

Tabela (22): frequência das orações indicativas de relevo

TIPO DE ORAÇÃO	Ocorrências
Focalizadoras	25
Parentéticas	
Combinação sem + falar (ou outro verbo de valor aproximado) assumindo a expressão valor de <i>adição</i>	20
Orações parentéticas que expressam <i>outras nuanças</i> semânticas	12
TOTAL	57

No início deste capítulo, mencionei o fato de a preservação do sentido de origem da preposição **sem** concorrer para a sua inclusão no rol das preposições medianamente gramaticalizadas. Significa que a manutenção dos traços de origem pode ser um impedimento à ampliação do significado. Por outro lado, nesta seção, foram apresentadas evidências da generalização semântica, incluindo o surgimento de um novo matiz, o de adição, que acarretou mudança na estrutura oracional, já que, embora se constituindo como informação complementar, não funciona propriamente como estrutura de realce, função típica das adverbiais, mas como estrutura de expansão.

Diante disso, é notória a transferência de significado decorrente de pressões contextuais, o que conduz a novas inferências, comprovando que o conector vai incorporando novas subfunções e perdendo especificidade. Como o uso inovador com o passar do tempo torna-se fixo, diz-se que se gramaticalizou e novos usos podem dele ser derivados, fazendo o sistema linguístico se renovar.

CONCLUSÃO

O objetivo central desta tese foi mostrar a mudança sintático-semântica do transpositor **sem**, originariamente uma *preposição* que tem a função *conjuntiva* reconhecida apenas quando integrante da perífrase **sem que**. O indício mais claro de que esse item atua como conjunção é a acentuada frequência das estruturas oracionais reduzidas, o que evidencia o princípio de especialização, já que, dentre as alternativas para se estabelecer a conexão oracional, a estrutura desenvolvida foi preterida, no *corpus* investigado, sendo essa função preenchida pela preposição junto a verbo na forma infinitiva. Portanto, “Estabelecer nexos oracionais” é um traço comum às duas classes, a das conjunções e a das preposições, confirmando a possibilidade de diferentes marcas gramaticais assumirem uma só função.

Nessa perspectiva, a noção de protótipo é fundamental para a compreensão do fenômeno observado, pois, ao conceber a noção de *continuum*, permite entender que, se por um lado, há preposições que só regem nome, por outro, há aquelas que regem orações, uma função típica de conjunções. Fazem parte desse grupo, além do *sem*, que é focalizado nesta pesquisa, as preposições *para*, *a*, *por* e algumas locuções prepositivas, a exemplo de *apesar de*. Desse modo, a exibição de mais ou menos traços determina a distinção entre elementos prototípicos ou periféricos. Significa dizer que, embora a identificação de uma classe seja definida pelos traços característicos, a pertença a uma classe não é condicionada à obediência a todos os traços da categoria. O item **sem** bem como os outros mencionados inscrevem-se no segundo grupo, já que nem toda preposição é habilitada a assumir função conjuntiva.

É oportuno destacar, em se tratando da esfera sintática, que o menor grau de complexidade da estrutura reduzida foi o que provavelmente condicionou a sua preferência sobre a desenvolvida, como evidenciado no capítulo II. Comparando-se os dois padrões oracionais, também ficou visível que a combinação **sem** + **verbo suporte** (*sem jogar luz*; *sem pedir licença*; *sem perder de vista*) foi uma particularidade das estruturas reduzidas, pois a permuta do **sem** por **sem que**, ainda que possível, quebraria a unidade, acontecendo o mesmo se se utilizar o infinitivo flexionado.

Quanto à esfera semântica, cabe acrescentar que tanto as orações introduzidas pela perífrase conjuntiva quanto as reduzidas expressam as mesmas relações de sentido, com exceção do valor rotulado de *adição* que, como demonstrado no capítulo III, materializou-se exclusivamente sob a forma reduzida, encabeçada por meio da expressão cristalizada *sem falar*. Esse modelo estrutural, que pode ser parafraseado por estruturas iniciadas por *além de*,

además, além do que, caracteriza-se por apresentar uma informação que, numa escala de argumentatividade, consiste em um argumento de grande importância em defesa de um ponto de vista. Devo esclarecer que algumas gramáticas fizeram menção a essa combinação como tendo valor ora de *modo* ora de *concessão*, classificações que considero inadequadas. Embora não descarte a ideia de contraste, de negação, acredito que, nas entrelinhas, pode estar presente a ideia de *condição*, de modo que haveria uma mescla de *adição* e *condição*, principalmente quando a expressão vem acompanhada do pronome demonstrativo neutro: *(isso) sem falar*.

No que diz respeito ao matiz concessivo, sua alta frequência nos dois tipos de estrutura confirma a classificação proposta pela tradição gramatical. Mas outro valor que se revelou muito produtivo no *corpus* investigado foi o *modal*, de forma que mereceria ser explorado tanto quanto os demais valores. Neste estudo não foi realizada uma análise aprofundada em torno da expressão de *modo*, mas suponho que, para se chegar a uma abordagem satisfatória desse aspecto, seria preciso levar em conta um conjunto de critérios, conforme mencionado no capítulo III. A observação do tipo semântico do verbo que se apresenta seja na oração matriz seja na adverbial poderia elucidar a classificação. Destaco, ainda, que o mapeamento dos sentidos expressos pelos conectores em estudo possibilitou a constatação de que existe uma relação icônica entre as relações lógico-semânticas e a ordem das orações, o que justifica o fato de as relações de *consequência*, *modo* e *adição* favorecerem a posposição.

No decorrer dos capítulos, referi-me à relevância das orações adverbiais para a organização do texto. Embora seja comum o reconhecimento dessas orações como aquelas que trazem informação secundária, daí o caráter dependente, na verdade, a presença dessas orações no enunciado provém de uma necessidade do usuário (falante/escritor) de se expressar eficazmente. Em decorrência disso, da mesma forma que alguns valores expressos pelas estruturas adverbiais se apresentam na posição posposta por motivação lógico-semântica, ou mesmo para atender à organização da micro-estrutura textual (coesão), alguns valores têm sua posição condicionada pela situação comunicativa. Esse fato foi evidenciado em relação às relações de concessão, cuja motivação foi, sobretudo, discursiva, uma vez que, na condição de adendo, não apenas deram sustentação às ideias, mas permitiram a inserção do escritor no texto, através de comentários avaliativos, que, como afirmado no decorrer da tese, é uma das marcas de expressividade nos textos argumentativos.

Chamo atenção, também, para as várias funções textuais-discursivas depreendidas das relações entre sentenças ou porções maiores do texto. Assim, determinadas informações

servem de *guia*, de *moldura*, preparando o ouvinte/leitor para o que será informado na oração principal; outras servem de *adendo*, acrescentando dados que, do ponto de vista do falante/escritor, são julgados necessários para tornar clara, completa a informação. Fazendo a relação da ordem de apresentação dessas informações e o estatuto informacional, conforme discutido no capítulo IV, as adverbiais que aparecem pospostas, servindo de *adendo/realce*, trazem preferencialmente informação *nova*, podendo também trazer informação inferível; enquanto aquelas que aparecem antepostas, normalmente trazem informação *velha*, permitindo constatar a iconicidade da perspectiva discursiva.

É preciso, ainda mais, enfatizar que o estudo da hipotaxe adverbial (ou satélites adverbiais) não deve se limitar à mera classificação dos processos de combinação tendo por base a dicotomia coordenação/subordinação, para evitar que a atribuição dos matizes semânticos fique restrita à correspondência com os valores das conjunções já fixados pela tradição gramatical. Não se pode esquecer que, com o passar do tempo, os conectores vão ampliando o sentido, incorporando novos valores, razão por que é necessário atentar para a diversidade de recursos disponíveis no texto, a exemplo da seleção lexical, do tempo verbal, da ordem de disposição das sentenças, além dos conectores, todos responsáveis por orientar a interpretação textual.

Cumprido, ainda, afirmar que responder à questão motivadora desta tese, relativa ao estatuto sintático-semântico das unidades **sem/sem que**, exigiu uma diligente investigação. O trajeto nela percorrido acumula indícios reveladores da fluidez funcional dos itens. Face à descrição realizada, reitero a posição de que **sem** é um elemento *relacional*, portanto, uma forma gramatical cuja capacidade de reger termos se estendeu às orações reduzidas de infinitivo, assumindo, portanto, função ainda mais gramatical. Significa, então, que esse item detém propriedades identificadoras de duas classes gramaticais – a das preposições e a das conjunções.

A análise do comportamento desses transpositores permitiu constatar, também, que a mudança ocorrida como o item **sem** obedeceu à trajetória de gramaticalização manifestada, na esfera semântica, na migração do sentido concreto (espacial) para o abstrato; e na esfera discursiva, do plano ideacional, passando pelo textual até o interpessoal. Essa última característica torna-se visível quando da inserção dos comentários do autor.

Considerando que, tanto quanto os advérbios, as preposições têm assumido função *juntiva* nas orações adverbiais reduzidas, acredito que a análise deste e de outros itens dessa classe, sob o viés da gramaticalização, pode(rá) contribuir para aprofundar o conhecimento acerca dos processos de combinação de orações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos [s/d.], 325p.
- ANTONIO, Juliano Desiderato. Estrutura retórica e combinação de orações em narrativas orais e escritas do português brasileiro. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 37 (1) 223-232. Jan-abr. 2008.
- ARAÚJO, Andréia Silva; FREITAG, Raquel Meister Ko. O Funcionamento dos planos discursivos em textos narrativos e opinativos: um estudo da atuação do domínio aspectual. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n.15/1, p. 57-76, jun. 2012.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- AZEVEDO, João Luiz Ferreira de. Consequências discursivas e semânticas da mobilidade das orações finais no português escrito. *Revista Univ. Rural. Sér. Ciências Humanas*. Vol. 24 (1-2): 11-34, jan./jun., 2002.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRETO, Therezinha Maria Melo. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFba, Tese de doutoramento, 1999.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. 482 p. (primeira versão - 1540)
- BARROS, Enéas Martins de. *Nova Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999/2003.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London/New York: Longman, 1977.
- BORBA, Francisco da Silva. *Sistemas de preposições em português*. Tese apresentada ao Concurso de Livre-docência do Departamento de Linguística e Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971. 230 p. mimeog.
- _____. *Introdução aos estudos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1998.
- BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.23-34, 2º semestre, 2001.

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, Maria H. M. et alii.. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar. Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1994.

CARVALHO, Orlene L. S. *Lexicografia bilíngue português-alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. In: *VEREDAS – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p. 9-27, jan./dez. 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. In: *Cadernos de estudos lingüísticos e literários*. Salvador: UFBA, 1997.

_____. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O problema da gramaticalização das preposições no projeto para a história do português brasileiro. *Estudos Linguísticos XXXIII*, p. 982-988, 2004.

_____. Para uma análise multissistêmica das preposições. In: *História do português paulista*. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de; ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena; BASSO, Renato M. O advérbio. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008.

CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CHAFE, Wallace. L. Givenness, Contrastiveness, Difiniteness, subjects, topics and point of view In: LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

_____. How People Use Adverbial Clause. *Proceedings of the tenth meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, Berkeley Linguistics Society, 1984, p. 437-450.

_____. Cognitive Constraint on Informations Flow. In: TOMLIN, R. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 21-51.

_____. The flow of ideas in a sample of written language. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Eds.) *Discourse Description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1991, p. 267-294.

_____. *Discourse, Consciousness and Time*. The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. Introdução à Linguística Cognitiva. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, jan./jun. 2009.

CHOMSKY, Noam. *Structures syntatiques*. Paris: Seuil, 1969 [Estruturas Sintáticas. Lisboa: Edições 70]

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

CROFT, William. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CUNHA, Celso. Gramática da Língua Portuguesa. 11. Ed. Rio de Janeiro: Fename, 1986

____; CINTRA, Luís F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. “Relações adverbiais e gênero do discurso”. *Cadernos de Estudos Linguísticos* no 28. Campinas: Unicamp/IEL, 1995, p.19-35

DECAT, Maria Beatriz Nascimento (et al.). *Aspectos da gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

____. Oralidade e escrita: a articulação de cláusulas no processo de retextualização em português. *VEREDAS*. Est. Ling. Juiz de Fora. V.6. p. 161-179, jul-dez 2002.

____. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2011.

DIAS, Augusto Epifhanio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Clássica, 1954. 442p.

DIAS DE MORAES, Lygia Correa. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*: USP, tese de doutoramento, 1987.

DIK, Simon. *Functional grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson: Foris Publications, 1978.

____. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980.

____. *The theory of functional grammar*. Part 1: the structure of the clause. Dordercht: Foris Publications, 1989.

____. *The theory of functional grammar*. Part 2: complex and derive constructions. 2. ed. N.Y.: Mounon de Gruyter, 1997.

DUARTE, Inês. Aspectos lingüísticos da organização textual. In: MIRA MATEUS, Maria H. et alii.. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 2003.

DUTRA, Rosália. *O falante gramático: introdução à pratica de estudo e ensino do português*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge University Press, 1994.

____; SWEETSER, Eve. *Spaces, world and grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIRBAS, Jan. Some aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. In: DANES, F. (eds.) *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of sciences, 1974.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Antônio Costa; CEZÁRIO, Ma. Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2010.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GEIS, Michael; ZWICKY, Arnold. On invited inference. *Linguistic Inquiry*, v.2, n.4, p. 561-566, 1971.

GIVÓN, Talmy. On understanding grammar. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1971/1979.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. V. 2.

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. *Prototypes: between Plato and Wittgenstein*. In: CRAIG, Colette. Noun classes and categorization. New York: Academic Press, 1986, ed.1986, p.77-102

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York, Anchor Books, 1967.

_____. *Frame analysis*. Nova York: Harper and Row, 1974.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite, LIMA-HERNANDES, Maria Célia, CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____; CARVALHO, Cristina dos S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião C. L., LIMA-HERNANDES, Maria Célia, CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 67-90.

GÖRSKY, Edair; ROST, Cláudia Andrea; DAL MAGO, Diane. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: Crhistiano, Maria Elizabeth A.; SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermeval (orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004.

GUILLAUME, Paul. *Psicologia da forma*. São Paulo: Nacional, 1966.

GUMPERZ, John J. e COOK-GUMPERZ, Jenny. Introduction: language and the communication of social identity. In: *Language and social identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 01-21.

HALLIDAY, Michael A. K. The place of functional sentence perspective in the system of linguistic description. In: DĀNES, F. (ed.) *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, Duqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

_____. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Edwards Arnold Publishers Ltd., 1985.

HAIDO, Tereza Maria de Carvalho. *A reorganização discursiva em entrevistas jornalísticas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HAIMAN, John.; THOMPSON, Sandra. Subordination in universal grammar. *Proceedings of the tenth meeting of the Berkeley Linguistic Society*. Berkeley, Berkeley Linguistics Society, 1984.

HEINE, Bernd; REH, Mechthild. *Patterns of grammaticalization in African languages*. AKUP-47, Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1984.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; H  NNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. et alii. *From cognition to grammar: Evidences from African languages*. In: TRAUGOTT, Elizabeth C. e HEINE, Bernd (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p.149-188.

HYMES, Dell. *Foundation in sociolinguistics*. Filad  lfia: University of Filad  lfia Press, 1974.

HOPPER, Paul. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, v.13, p.139-157, 1987.

_____. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdã: John Benjamins, 1991, vol.1.

_____. ; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo. As conjun  es. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 809-860.

ILARI, Rodolfo; CASTILHO, Ataliba Teixeira de; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de; KLEPPA, Lou-Ann; BASSO, Renato Miguel. A preposi  o. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 623-804.

ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008.

KLEPPA, Lou-Ann. *Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem – ou ‘Vamo de a pé no carro do vovô?’*. Dissertação de mestrado, Campinas: IEL/Unicamp, 2005.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1991.

KURYLOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. *Esquisses linguistiques*, Munich, v. 2, 1965.

LANGACKER, Ronald. *Foundation of cognitive grammar*. v.1 e 2. Stanford: Stanford University Press, 1987/1991

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous thing*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____. Categories: an essay in cognitive linguistics. *Linguistics in the morning calm*. Selected Papers from SICOL- 1981. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982, p.139-209.

LEHMANN, Chistian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

LENKER, Uusula. *Argument and rhetoric adverbial connectors in the history of english*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. In: *Veredas – Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p. 215-232, jan/dez 2004.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 1989.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1993.

MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. *Relational propositions in discourse*. Califórnia, Califórnia: University of Southen Califórnia, 1983.

_____.; THOMPSON, Sandra A. *Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization*. Text 8(3): 243-281, 1988.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.) *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. ; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003/2005.

MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MIRA MATEUS, Maria H. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, John.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p. 275-392.

MEILLET, Antoine. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Librairie Honoré Champion, 1948[1912].

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

NASCIMENTO, Maria Barbosa Nery. *Transitividade verbal e planos discursivos: um estudo funcionalista da hipotaxe adverbial causal em elocuições formais*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

NEVES, Maria Helena Moura. *Para uma nova gramática do português*. 4. ed., S. Paulo: Ática, 1989.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Estudos funcionalistas no Brasil. In: *Delta*, v.15, no especial, p. 70-104, ano 1999.

_____. As construções causais. In: NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português falado no Brasil*. VOL. 7, Campinas: Unicamp, 1999a, p. 461-496.

_____. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português falado no Brasil*. VOL. 7, Campinas: Unicamp, 1999b, p. 497-544

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português falado no Brasil*. VOL. 7, Campinas: Unicamp, 1999c, p. 455-591

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte. v 5. n. 9, p.13-22, 2º sem. 2001.

_____. *Que gramática estudar na escola?: Norma e uso na Língua Portuguesa*. S. Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, et al. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 937-1014.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da língua portuguesa*. Ed. Crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2000. (primeira versão – 1536).

OLIVEIRA, Taísa Peres de. A hipotaxe de adição. In: *Revista do Gel*, São Paulo, v.9, n.2, p. 25-45, 2012.

PAUL, Hermann. *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.

PAIVA, Maria Conceição. *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

_____. Isomorfismo informacional entre período simples e período composto. *Alfa*, São Paulo, 41(n. esp.), 127-140, 1997.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. *As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. M. R. Gregolin. São Paulo: Claraluz, 2006.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática, 1999a.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. *Alfa*, São Paulo, 38, p. 37-56, 1994.

_____; LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. As construções coordenadas. In: ILARI, R; NEVES, M. H. M.(orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 865-932.

_____. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina, organizadoras. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 165-218.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de Semântica no Brasil. In: *Delta*, v.15, no especial. p. 291-321, ano 1999.

_____. Semântica. In: MUSSALIN Fernanda, BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. V. 2, São Paulo: Cortez, 2001.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

POTTIER, Bernard. *Systematique des éléments de relations*. Paris: Klincksieck, 1962, 376p.

PRINCE, Ellen. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, p. 223-255, 1981.

RIZZATTI, Cleonice Lúcia. Da teoria prototípica da categorização de Roch à teoria de protótipos de Kleiber. *Revista Língua & Literatura*. Editora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). V.3, n.6 e 7, 2001. ISSN 1984-381x

ROBINS, Robert Henry. *Pequena história de lingüística*. Trad. De Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1979, 203p.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ROMERO, Nanci. Gramaticalização, lexicalização e semanticização de com e sem. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org.). *História do português paulista*. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009.

ROSCH, Eleonor. Cognitive representation of semantic categories. In: *Cognitive Psychology* 4, 1975.

_____. Human categorization. In: WARREN, North. (org.) *Studies in cross-cultural psychology*. London: Academic Press, 1977.

SANKOFF, Gillian; BROWN, Penélope. *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*. Language, v.52, n.3, set. 1976, p. 631-666.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Teorias da linguagem – a perspectiva sociocognitiva. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Ma. Margarida Martins (orgs.). *Construções do português: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 20-32.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Trad. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Cultrix, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antonio Chelini/José Paulo Paes/Izidoro Blickstein, prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, Joan & HOPPER, Paul. (eds). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

SILVA, Camilo Rosa. *Mas tem um porém...: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos*. (Tese de Doutorado). João Pessoa: CCHLA/UFPB, 2005.

SILVA, Anderson Godinho. *Orações modais: uma proposta de análise*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SILVEIRA, Elisabeth. *Relevância em narrativas orais*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SVOROU, Soteria. *The Grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993. 277p.

SWEETSER, Eve. Grammaticalization and semantic bleaching. In: Berkeley Linguistics Society, 14: *General session and parasession on grammaticalization*. AXMAKER, Shelly; JAISSER, Annie; SINGMOSTER, Helen. (eds.), p. 389-405, Berkeley Linguistics Society, 1988.

_____. *From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- TALMY, Leonard. The relation of grammar to cognition. In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (ed.) *Topics in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- TAVARES, Maria Alice. *Um estudo variacionista de e, aí, daí, e então como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1999.
- _____. *A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2003.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. 2 éd. rev. et corrigée. Paris: Klincksieck, 1976.
- THOMPSON, Sandra. *Grammar and written discourse: initial vs final purpose clauses in English*. *Text* (5), 1985, p. 55-84.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português falado no Brasil*. VOL. 7, Campinas: Unicamp, 1999, p. 77-129.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, Winfred P. and MALVIEL, Yakov (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.
- _____. ; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization. Vol I*. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- _____. e KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization. Vol I*. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
- VOTRE, Sebastião Josué. *Cognitive verbs in portuguese and latin. Unidirectionality revisited*. Santa Bárbara: Universidade da Califórnia, 1999. (mimeogr.)
- VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática de palavra, gramática de frase e gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1953/1979.